

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia

**As relações artesanais e o estímulo ao
Desenvolvimento Local no Brasil, em
Gouveia-MG e outras diferentes escalas**

Carolina Dias de Oliveira

Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Março - 2007

Carolina Dias de Oliveira

AS RELAÇÕES ARTESANAIS E O ESTÍMULO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO BRASIL, EM
GOUVEIA-MG E OUTRAS DIFERENTES ESCALAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço Orientação:
Prof.^a Dr.^a. Doralice Barros Pereira
Co-orientação: Prof. Dr. Klemens Laschefski

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2007

“Uma coisa é fazer um objeto com a mão e outra bem diferente é usar as mãos para se fazer um objeto” (MARTINS, 1973, p.52).

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por permitir que eu chegasse até aqui. À minha família, pela enorme paciência e compreensão durante a minha ausência constante; em especial aos meus pais, Vilma e Wellington, incansáveis vigilantes pela minha felicidade e sucesso. Agradeço também às minhas três irmãs: Janaína, Paulina e Gabriella, pelo apoio contínuo, e à sempre sapeca Laurinha. Não chegaria até aqui sem vocês!

Aos meus parentes e familiares, agradeço a compreensão e o incentivo eterno, em especial aos meus avôs e avós: Maria e José Oliveira e Etienete e Romeu Romano. Obrigada por tudo!!

Ao Prefeito Municipal de Gouveia, Sr. Alberone Oliveira, que gentilmente me recebeu, fosse na prefeitura ou em sua casa, e contribuiu com suas observações, informações e disponibilidade. E à sua esposa, Lindéia Ribas, também bastante atenciosa e prestativa, contribuindo com informações e materiais da Prefeitura para complementar esta pesquisa, além de disponibilizar informações significativas e importantes sobre sua experiência com o artesanato gouveiano.

A Alex Mendes, presidente da ONG Caminhos da Serra, e sua esposa, pela grande simpatia, prestatividade e receptividade, contribuindo imensamente para a concretização deste trabalho através de suas percepções e experiência, e ainda pela concessão de rico material fotográfico sobre a região. Sempre em defesa do meio ambiente e da consciência em prol de um mundo sustentável.

Aos técnicos da EMATER, de Gouveia e de Diamantina, que dentro de suas possibilidades contribuíram com informações e entrevistas. Assim como ao técnico da COPASA de Diamantina, Aníbal Freire, por suas observações e valiosas explicações técnicas.

Aos presidentes e representantes da Casa de Cultura de Gouveia, Werly e Terezinha, e também aos representantes da ASARGO, pelas informações concedidas, disponibilidade e atenção. Muito Obrigada!

Ao historiador gouveiano José Moreira, professor da Fundação João Pinheiro, que gentilmente me concedeu arquivos e informações valiosas sobre o município, destinadas à elaboração do Plano Diretor de Gouveia, e também a toda a sua equipe.

Ao secretário do Meio Ambiente de Gouveia, Ismar, pela constante atenção, simpatia e concessão de materiais, dados e mapas da Prefeitura Municipal que contribuíram para a concretização deste trabalho.

A Nino Aras, presidente da ASSART, e a Paulo Antônio, presidente da ASGUITUR, pela significativa atenção e prestatividade de ambos e ainda pelas informações e entrevistas concedidas.

Agradecimento especial às comunidades de Cuiabá e Espinho, que com imensa simpatia me receberam durante as visitas, assim como à representante da ACOESP, Andréia da Silva, e sua mãe Maria, pela receptividade e concessão de informações e entrevista.

À artesã Rosângela, por sua prestatividade e imensa simpatia, se predispondo a auxiliar o trabalho de modo veemente, acompanhando-me até a sua localidade-natal, cedendo-me fotos e todo o material necessário, e ainda pela paciência e predisposição para conceder-me o seu relato de vida.

À D. Raimunda pela imensa simpatia e prazer em sua entrevista, bem como a suas filhas e parentes. Muito Obrigada!

Um agradecimento especial à artesã Selma, por suas valiosíssimas colocações, reflexões e informações, e por compartilhar comigo o relato de sua vida.

Ao casal Antônio Dória e Tuca (*in memoriam*), pela imensa simpatia e carinhosa acolhida, tratando-me como uma filha, e à toda família Dória, por sempre me acolherem e me receberem de braços abertos, com muito carinho e amizade, sem contar a imensa prestatividade de todos os cuiabanos. Muito obrigada!

Ao professor Klemens Laschefski, meu co-orientador, pelas valiosas contribuições e sugestões durante a pesquisa, além da imensa disponibilidade e prestatividade, assim como a sua esposa, Prof.^a Andréa Zhouri, por permitir o curso de sua disciplina intitulada “Técnicas e Métodos de Pesquisa com Fontes Orais” e por suas colocações sempre relevantes e consistentes. Agradeço aos dois pela atenção, paciência e simpatia.

Aos Professores Ricardo Ribeiro, do Departamento de Antropologia da PUC-MG, e à Heloisa Costa, do Departamento de Geografia da UFMG, pelas valiosas observações e sugestões, assim como pela grande atenção e disponibilidade para avaliar este trabalho.

Um agradecimento especial à Prof.^a Doralice Pereira, minha orientadora, pelo imenso incentivo e apoio, sempre atenciosa e prestativa. E que nesses anos, foi mais do que uma orientadora: foi mãe e também amiga. Sempre presente nos momentos mais importantes de minha caminhada. Muito zelosa, apesar dos inúmeros trabalhos e responsabilidades que possui, sempre procurou me auxiliar e não mediu esforços para que eu fizesse um bom trabalho. Dora, sem você nada disso seria possível, muito obrigada mesmo!

Agradeço especialmente ao grande amigo e colega de projetos em Gouveia, Saul Moreira, e também ao seu irmão Saulo, pela imensa disponibilidade e incalculável ajuda de ambos na parte gráfica e visual deste trabalho, em especial na formatação e organização do acervo fotográfico. Não sei o que seria de mim sem a valiosíssima ajuda de vocês. Valeu!

Aos meus colegas de orientação que, junto comigo, passaram por esta etapa tão importante de aprimoramento profissional e intelectual, sabendo compartilhar as valiosíssimas reuniões com a Doralice, pela imensa amizade, simpatia, carinho e contribuição mútua: Márton (meu irmãozinho maluquinho), Mariana e Rafael (os caçulinhas): sucesso para todos nós!

Aos colegas de pós-graduação, em especial aos da turma da disciplina “Desenvolvimento Local,” que desde o início demonstraram grande apoio e confiança no meu trabalho. E também pelos inesquecíveis momentos culturais etílicos noturnos! Não tenho palavras para agradecer tamanha ajuda e prestatividade. Obrigada!

Um agradecimento também muito especial ao meu marido e sempre companheiro Leonardo Cristian Rocha, que apesar de não gostar muito do “lado mais humano” da Geografia, revelou incansável apoio e incentivo, dando sugestões e acompanhando-me nas diversas visitas de campo e até nas coletas de entrevistas e relatos orais. Além de companheiro atencioso e dedicado, demonstrou ainda elevada paciência e compreensão nas ‘horas de pânico e estresse que acompanham todo mestrando, assim como as horas de ausência e reflexão para realizar este trabalho. Sempre se mantendo muito carinhoso. Muito obrigada por existir e compartilhar comigo essa importante fase da minha vida!!!

Agradeço ainda aos meus sogros, Sr. Chiquito e D. Isabel, pela atenção, compreensão e carinho, desde o momento em que me 'agregaram' na família Rocha. A todos os cunhados e cunhadas, e 'sobrinhos emprestados', muito obrigada pelo carinho.

Finalmente, gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas, dentro e fora do IGC, que de alguma forma me ajudaram a concretizar este trabalho com apoio, carinho, compreensão e alegria. Em especial à Adriana Araújo; ao trio: Bruno Queiroz, Bernardo Grieco e Marcos Dalben, pelos valiosos ensinamentos e momentos de reflexão (Viva Zaluar!!); aos amigos Luiz Otávio Cruz e ao casal Otávio e Gisele; aos 'sobrinhos' Nanda e Fabiano; à sempre amiga Daniela Assunção; à colega-geógrafa Tatiana por suas relevantes observações e sugestões, e ainda, como não poderia esquecer, das amigas e companheiras para todas as horas, Mari e Vanessa. Adoro todos vocês!

Enfim, muitos são os nomes, sorrisos, gestos, amigos e companheiros que conquistei nesta caminhada, que talvez seja injusto citar alguns para esquecer de outros. Agradeço a ajuda de todos, inclusive daqueles que não mencionei o nome, mas que guardo carinhosamente em meu coração. Obrigada de verdade!

Sumário

	Páginas	
Índice de Figuras e Tabelas.....	ix	
Índice de Anexos e Pranchas.....	x	
Índice de Siglas.....	xi	
Resumo.....	xiv	
Introdução		
1. O Desenvolvimento Local e as relações entre globalização, padronização e descaracterização do fazer artesanal.....		07
1.1. Desenvolvimento Local: marcos históricos e conceituais.....	11	
a) Aspectos históricos do Desenvolvimento Local.....	12	
b) O Desenvolvimento Local e sua diversidade conceitual.....	24	
1.2. Comunidade, identidade, participação e autonomia.....	27	
1.3. O Desenvolvimento Local como alternativa: viabilidades e críticas.....	35	
1.4. Experiências de Desenvolvimento Local no Brasil e o Governo Lula.....	39	
1.5. O marketing artesanal e a padronização como tendências.....	50	
1.6. Sociedade civil, associativismo e cidadania.....	56	
2. Procedimentos metodológicos.....	61	
2.1. Metodologias qualitativas e fontes orais.....	62	
2.2. O método etnográfico e a Observação Participante.....	65	
2.3. História Oral e relato de vida.....	67	
2.4. Memória, História e Narrativa.....	70	
2.5. A entrevista, seu processamento e o uso de questionários.....	72	
2.6. A análise de discurso e o conteúdo dos registros orais.....	75	
2.7. Delimitação dos principais atores e fontes de dados.....	75	
2.8. Desafios e dificuldades metodológicas.....	80	

3. As comunidades Espinho e Cuiabá.....	84
3.1. Uma breve história sobre Gouveia e sua relação com Diamantina.....	84
a) Passado extrativista e declínio do ciclo do ouro e do diamante.....	90
b) Fundação da fábrica de tecidos São Roberto.....	90
3.2. Caracterização socioeconômica de Gouveia e suas comunidades rurais.....	92
a) Vocação agrícola: o destaque do alho.....	93
b) O incentivo e a diversifica�o do artesanato em Gouveia: potencialidades e obstáculos.....	94
3.3. Caracteriza�o dos povoados Cuiabá e Espinho.....	98
4. Reflexões sobre o Desenvolvimento Local e a questão artesanal no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas.....	104
Considera�es Finais.....	158
Referências.....	165
Anexos.....	xvi

Índice de Figuras, Tabelas e Quadros

Páginas

Figuras

Figura 1. Estrutura dos temas e recortes dados à pesquisa e suas diferentes escalas.....	06
Figura 2. Atores-chave e seus vínculos com o objeto de pesquisa.....	77
Figura 3. Inserção do município de Gouveia na sub-região mineira e municípios vizinhos.....	85
Figura 4. Gouveia e Diamantina inseridos na Estrada Real.....	86
Figura 5. As comunidades e povoados do município de Gouveia.....	89

Tabelas

Tabela 1. Fundo de participação dos Municípios, município de Gouveia-MG, 2005.....	144
Tabela 2. Fundo de participação dos Municípios, município de Gouveia-MG, 2006.....	144

Quadros

Quadro 1. Experiências observadas e o fazer artesanal em Gouveia: principais aspectos.....	159
---	------------

Índice de Anexos e Pranchas

Páginas

Anexos

Anexo 1. Cronograma das visitas a campo e seu objetivo para a pesquisa.....	xvi
Anexo 2. Roteiro do questionário aplicado aos produtores rurais de Gouveia em exposição na Feira dos Produtores no dia 02/09/2006.....	xviii
Anexo 3. Reportagem Estado de Minas, 11 de junho de 2006.....	xix
Anexo 4. Transcrição do relato de vida da Entrevistada 1, comunidade de Espinho, novembro de 2006.....	xx
Anexo 5. Transcrição do relato de vida da Entrevistada 2, comunidade de Cuiabá, novembro de 2006.....	xxv
Anexo 6. Carta 'Choque de gestão para o equilíbrio das contas do município' repassada pela Prefeitura Municipal de Gouveia em dezembro de 2006.....	xxx

Pranchas

Prancha 1. *Fotos 1 a 9*

Prancha 2. *Fotos 10 a 18*

Prancha 3. *Fotos 19 a 27*

Prancha 4. *Fotos 28 a 36*

Prancha 5. *Fotos 37 a 45*

Prancha 6. *Fotos 46 a 54*

Prancha 7. *Fotos 55 a 63*

Prancha 8. *Fotos 64 a 72*

Prancha 9. *Fotos 73 a 75*

Índice de siglas e abreviaturas

AAPG	Associação dos Aposentados e Pensionistas de Gouveia
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACOESP	Associação Comunitária do Espinho
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APA	Área de Proteção Ambiental
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASARGO	Associação dos Artesãos de Gouveia
ASSART	Associação dos Artesãos de Diamantina
ASGUITUR	Associação de Guias e Condutores de Diamantina
ASIFLOR	Associação das Siderúrgicas para o Fomento Florestal
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM	Banco Mundial
CNER	Campanhas de Educação Rural
CEASA	Central de Abastecimento de Alimentos
CENAP	Centro de Ensino e Aprendizagem Profissional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CODEMA	Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSAD	Conselho Nacional sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA/MG	Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais
COOPBH	Cooperativa de Diversos Setores
COPAM	Comissão de Política Ambiental
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CRSAN	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Alto e Médio Jequitinhonha
DC	Desenvolvimento Comunitário
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DL	Desenvolvimento Local
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Agropecuária
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
EXPOMINAS	Centro de Feiras e Exposições George Norman Kutova
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
FUNDEF	Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCAPE	Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPHAM	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IQS	Índice de Qualidade Sustentável
ITR	Imposto Territorial Rural
KFW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
LIASA	Ligas de Alumínio S/A

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PCPR	Projeto de Combate à Pobreza Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PÓLOAMAZÔNIA	Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais do Centro-Oeste
POLONORDESTE	Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agrominerais do Nordeste
PROSAN	Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais
PT	Partido dos Trabalhadores
RPPN	Reserva Particular de Preservação Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Resumo

A relação das atividades artesanais e o estímulo a práticas de Desenvolvimento Local no país, associadas (direta ou indiretamente) às mudanças sofridas na (re)configuração dos territórios pela globalização, compõem o tema foco deste trabalho. O objetivo é relacionar os impasses ligados ao fazer artesanal às possibilidades de iniciativas de Desenvolvimento Local (DL), em especial para Cuiabá e Espinho, no Alto Jequitinhonha em Gouveia-MG. Contextualizam-se tais iniciativas face aos diferentes contextos e escalas brasileiras. Isso porque Desenvolvimento Local e o estímulo ao artesanato ganham notoriedade federal, com o Governo Lula. Pretende-se contribuir para um melhor entendimento sobre a descaracterização e mercantilização do artesanato e sua relação com o processo de globalização, seus impactos e banalizações nas esferas regional e local (especialmente no plano vivido), a fim de se pensar o futuro em microescalas menos excludente. Foram priorizadas as fontes qualitativas, predominando a Observação Participante e a História Oral, através de relatos de vida, análise de documentos oficiais, aplicação de questionários, registros fotográficos e entrevistas com atores-chave de Espinho e Cuiabá, de Gouveia e Diamantina (cidade-pólo). Em que medida o incentivo às práticas artesanais via Desenvolvimento Local permite a melhoria da vida de pessoas, no Alto Jequitinhonha? Quais são os alcances, inversões, contradições e fatores limitantes para a implementação de iniciativas voltadas para o Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia, e em outras diferentes escalas analisadas? Estas reflexões permeiam e norteiam esta pesquisa. Gouveia apresenta uma gama de fatores favoráveis e limitantes ao Desenvolvimento Local sob a influência de Diamantina, e seus povoados, Cuiabá e Espinho, possuem práticas cotidianas artesanais fundamentais à sua manutenção. Os principais atores, o posicionamento político, a crítica, os benefícios públicos concedidos e conquistados e a própria construção da autonomia, conforme as características de cada comunidade foram averiguados. Logo, conceitos como *autonomia, identidade, comunidade, participação e cidadania* constituíram-se base de análise para o estudo. Ao final, pretendeu-se delimitar como as ações voltadas para o Desenvolvimento Local se aproximam de um enfoque mais social ou econômico; quais permanências e obstáculos constituem tais práticas e, ainda, como as novas gerações e gestões conseguem (ou já conseguiram) romper com este encaminhamento. E assim possibilitar a reflexão de como estas iniciativas podem (ou não) colocar-se a serviço de uma política progressista e emancipatória, apesar de suas limitações e críticas. Como obstáculos observou-se a existência de uma *geometria do poder* predominante em Gouveia, explicitada por uma espécie de hierarquização dos artesãos e uma descaracterização das iniciativas direcionadas ao DL. Processo este que reflete o cenário vigente na escala macro, em que o DL é estimulado pelas prefeituras para atender a interesses particulares, reduzindo e distorcendo a noção de DL a programas econômicos para geração de emprego e renda. Isso tudo inserido em um contexto de fragilidade das associações, partidarismos, falta de cooperativismo e assimetrias na relação entre a sociedade civil e o Estado. Além disso, foi notado que órgãos públicos e privados, a exemplo do SEBRAE e da EMATER acabam por incitar a descaracterização do artesanato, através de influências padronizantes e de uma postura mercadocêntrica estimulada como prioridade. Por fim, o processo de compressão espaço-temporal refletida nas microescalas analisadas ratifica a mercantilização e a perda de vínculos culturais com os lugares, sua identidade e subjetividade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, artesanato, comunidades.

Abstract

This dissertation focuses on the relation between the artisan activities and the stimulation of Local Development practices in this country, related (directly or indirectly) to the changes noticed in the (re)configuration of the territories due to globalization. The purpose of this research is to connect the obstacles regarding the artisan practices with the possibilities of the implementation of Local Development initiatives, mainly in the communities of Cuiabá and Espinho, that belong to the city of Gouveia-MG, region of Alto Jequitinhonha. Therefore it's important to discuss the way such initiatives have taken place considering the different contexts in the country, once both the Local Development implementation and the stimulation of artisan practices have become well known subjects by the Federal Government. This fact can be noticed in the government of the current President that has elaborated political plans and laws in order to enable the employment rate to increase as well as the population income. It's another intention of this paper to contribute to a better understanding regarding the process in which the artisan practices are culturally altered due to its relation to the globalization processes, including the discussion of its impacts and depreciation in the regional and local scales as well as its relation to practices based on a different economical perspective, one that cares for the insertion of the excluded. The methodology includes the use of qualitative sources, mainly the Participant Comment and the Verbal History. Stories of life, official document analysis, the use of questionnaires, photographic records and interviews with relevant people from Espinho, Cuiabá, Gouveia and Diamantina (city-polar regions) were essential to make this research possible. How do the stimulation of artisan practices and Local Development implementation in local scales such as in the cities of Brazil enable a better life quality for the communities of the region of Alto Jequitinhonha? What are the range, alterations, contradictions and resistance factors that do not contribute to the initiatives towards the Local Development in Brazil, in Gouveia, and in the different scales that were analyzed? These are some of the topics for discussions that were used as guidelines during this research. The region of Gouveia was chosen for several reasons including the possibilities and difficulties regarding the Local Development implementation. And your communities were emphasized due to the importance of their artisan practices on a daily basis. The political positioning, the critics, the public benefits awarded and obtained as well as the attainment of autonomy itself, according to the features of each community and its most relevant citizens, were verified. Therefore, concepts such as *autonomy*, *identity*, *community*, *participation* and *citizenship* were extremely relevant during the intended analysis for this research. At the end, as intended, the actions towards the Local Development were analyzed and whether they had social or economical emphases was clarified. The obstacles and other factors that can be seen in these practices as well as the possibilities for the future generations and management processes to resist these obstacles were verified. At last, it was intended to contribute to further discussions regarding the initiatives and their contribution to politics that will lead to progress and emancipation in spite of all the critics and resistance. As obstacles it was observed existence of a *power's geometry* predominant in Gouveia, explicit for a kind of hierarchy of the craftsmen and a disfiguration of the initiatives directed to the DL. This process reflects the effective scene in the macro scale, where the DL is stimulated by the city halls to take care of the particular interests, reducing and distorting the DL notion to the economical programs for generation of job and income. This all inserted in a context of fragility of the associations, political party, lack of cooperativism and inequality in the relation between the civil society and the State. Moreover, it was noticed that public and private agencies, e.g. SEBRAE and EMATER, they finish for stirring up the disfiguration of the art craft, through standarting influences and of a stimulated economical position as priority. Finally, the process of compression space-time reflected in the analyzed microscales ratifies the marketing and the loss of cultural bonds with the places, its identity and subjectivity.

Key-words: local development, art craft, communities.

Introdução

As fortes mudanças no cenário político-econômico global têm estimulado diversos setores da comunidade científica (tais como economistas, sociólogos, geógrafos, historiadores políticos, entre outros) a questionarem a dinâmica do sistema vigente e a buscar caminhos que atenuem ou amenizem as conseqüências negativas de sua reprodução. Nesse intuito, práticas de economia solidária e de cooperativismo são estimuladas tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos, a fim de impulsionarem áreas e localidades consideradas “estagnadas” frente à nova ordem mundial. A região da Gaspésie canadense, o sul da Itália, ou mesmo a região nordestina brasileira e o nordeste mineiro, podem ser citados como exemplos.

Em diversas partes do mundo, a busca por melhores condições de vida, associada à desconstrução da noção de desenvolvimento estritamente econômico (pela qual se baseia a maioria dos países), leva as sociedades a repensarem sobre quais outros caminhos podem ser traçados de modo a romper, ou ao menos amenizar, com as discrepâncias sociais que assolam parte significativa da população mundial, especialmente nas regiões periféricas. Representantes públicos e órgãos de fomento, por sua vez, passam a apoiar e a incentivar práticas voltadas para o associativismo e para a cooperação entre empresas, governos e grupos de pessoas. O estímulo ao artesanato e ao turismo configura-se, portanto, como alternativa recorrente em projetos relacionados ao Desenvolvimento Local (DL), na medida em que possibilitam não apenas a (re)inserção de áreas ‘estagnadas’, como também podem viabilizar o resgate da cidadania e da auto-estima dos chamados ‘excluídos’.

Assim, o Desenvolvimento Local ganha forças no cenário mundial, em especial ante a frustração e a impotência política que alguns setores da sociedade civil verificam como predominantes em seu cotidiano, o que acaba por estimular ações não hierarquizadas pelo Estado, ou seja, que ocorrem “de baixo para cima”. Nota-se, contudo, que a participação da sociedade civil ainda tem aparecido de modo secundário no horizonte que privilegia Estado e mercado. Isso porque até as ONGs, representantes legitimadas pela sociedade civil e reconhecidas como terceiro setor¹, parecem negar a sociedade ao trabalharem para o mercado, apoiadas por patrocínios do Estado, instituição com a qual batem, mas não combatem (DAGNINO, 2004). Podemos notar, pois, que estaríamos caminhando mais para a gestão do que para a transformação ou eliminação das estruturas (BIHR, 1999).

¹ Segundo o Prof^o Mário Aquino Alves, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o Terceiro Setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados e têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam. (Os verbetes sobre o terceiro setor podem ser encontrados no site <www.setor3.com.br> desenvolvido pelo Senac-SP). Informação acessada em 26/07/06.

A Geografia pode contribuir para a construção de uma outra sociedade e de um outro futuro, na medida em que se propõe a refletir sobre as contradições e assimetrias imanentes da reprodução econômica, em suas diferentes escalas, no intuito de orientar possíveis soluções que amenizem a realidade à qual estamos submetidos. Afinal, as mudanças recorrentes no atual cenário não modificam apenas a relação entre empresas e instituições econômico-financeiras multinacionais. Elas afetam, também, a relação dos seres humanos inseridos em uma sociedade tecnológica, em que as distâncias se diluem e tornam o tempo mais expressivo que o próprio espaço (MASSEY, 2000). Enfim, trata-se de um processo complexo, no qual as conseqüências e apontamentos ainda se configuram como um caminho incerto. E de modo específico, tal problemática interessa à Geografia econômica, face o modo como as mudanças e reconfigurações, presentes na atual dinâmica sociopolítica e econômica entre os países, se mostram latentes na compressão espaço-tempo, decorrentes do processo de globalização.

O Desenvolvimento Local é, na prática, uma alternativa para os efeitos negativos da globalização? Tal processo contribui para a descaracterização do fazer artesanal e sua conseqüente mercantilização do processo produtivo? Em que medida o incentivo às práticas artesanais e o Desenvolvimento Local via municípios no Brasil permitem a melhoria das condições de vida das pessoas, em especial na região do Alto Jequitinhonha? Quais os alcances, inversões, contradições e fatores limitantes para a implementação de iniciativas voltadas para o Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia, e em outras diferentes escalas analisadas? De modo específico, as comunidades Espinho e Cuiabá possuem características que condizem com as bases do Desenvolvimento Local? Como as ações voltadas para o Desenvolvimento Local se aproximam de um enfoque mais social ou econômico? Quais permanências e obstáculos constituem tais práticas? E, ainda, como as novas gerações e gestões conseguem (ou já conseguiram) romper com este encaminhamento?

Os questionamentos acima configuram os eixos norteadores desta pesquisa, que tem como objetivo, a partir da análise sobre as comunidades selecionadas e inseridas no município de Gouveia-MG, refletir sobre os alcances e os limites das práticas voltadas para o DL no Brasil e em Gouveia, em especial, a partir do artesanato. Além disso, pretende-se auxiliar a compreensão de como as mutações desta reconfiguração socioeconômica mundial se refletem no plano vivido e em outras escalas.

A escolha pelo município de Gouveia justifica-se, primeiramente, pela conjunção de variados fatores interligados ao DL, tanto favoráveis quanto limitantes, no que tange ao incentivo artesanal via municípios, em especial para a região do Alto Jequitinhonha. Como exemplos, podem ser citados a pluralidade de potencialidades, verificada por OLIVEIRA (2004); a proximidade com Diamantina (tida como referência para o artesanato e para o turismo no estado mineiro); o processo de formação e manutenção das associações e/ou relações mais coletivas; a inserção nos Circuitos Culturais e Socioeconômicos (Estrada Real, Circuito do Diamante, etc); o posicionamento geográfico do município,

simultaneamente interligado à Diamantina e ao Vale do Jequitinhonha; pelas relações existentes entre a sociedade civil e o Estado e o processo de concessão de benefícios públicos feitos pela prefeitura às comunidades rurais; e, ainda, por outras relações que caracterizam a região².

Já a delimitação específica das comunidades Cuiabá e Espinho justifica-se pela forte relação que ambas possuem com as práticas artesanais dentro do município de Gouveia, e, ainda, porque, como foi observado em pesquisas anteriores (OLIVEIRA, 2004), há nestas comunidades iniciativas específicas e diferenciadas da prefeitura local, e de outros atores, para intensificar a inclusão destes artesãos no mercado. O que, portanto, relaciona esses fatores com a promoção do chamado Desenvolvimento Local. Baseado nas idéias de Ana Fani Carlos (1996), tais relações representam o estranhamento e o reconhecimento das sociedades dentro da relação homem/lugar. O estranhamento corresponde à perda de referenciais da vida e da confecção de novos padrões universais; e o reconhecimento está ligado à constituição de identidades espaciais que se gestam no plano do vivido. Além disso, a concessão diferenciada de benefícios cedidos pela Prefeitura Municipal de Gouveia e demais órgãos ligados aos artesãos e moradores de tais comunidades, conforme já mencionado, fornece uma rica pista de análises para observar como a posição política é predominantemente influenciadora nas relações entre sociedade civil e Estado, especialmente em microescalas.

A organização desta dissertação consta de quatro capítulos. O primeiro faz uma reflexão acerca da influência da globalização sobre o surgimento de práticas alternativas de desenvolvimento que priorizam a escala local, suas potencialidades e seus aspectos históricos, a partir das abordagens conceituais do desenvolvimento endógeno e/ou local. Além disso, apresenta uma discussão sobre a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento vigentes. A organização dos tópicos procurou obedecer a uma análise espacial entre as escalas macro e micro, isto é, partindo-se do global para o local. Termos como *comunidade*, *identidade*, *participação* e *autonomia*, além de outros ligados ao DL, são abordados e servem como base de análise para ratificar ou desconstruir seus significados nas escalas observadas, segundo seus diferentes contextos. As limitações e as vantagens oferecidas pela escala local em relação aos cenários brasileiro e global também são exploradas e, em seguida, alguns exemplos de experiências e iniciativas de DL implementadas no país são abordados e discutidos face à maior relevância que este tema adquiriu nas últimas décadas, em especial durante a vigência do Governo Lula. A criação de políticas públicas e o forte incentivo ao microcrédito indicam tal cenário e servem de apoio para análises mais críticas sobre as aproximações ou distanciamentos entre

² O primeiro contato com o município de Gouveia ocorreu com um projeto de iniciação científica, realizado em 2001, do qual participava através de estudos sobre a relação vegetação-solo-erosão, durante a graduação. O projeto de iniciação científica, por sua vez, vinculava-se ao Projeto *'Dinâmica Geoambiental em Trópico Úmido, Espinhaço Meridional, Minas Gerais'*, financiado pela FAPEMIG e sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Cristina H. R. R. Augustin. Ele foi desenvolvido por professores e alunos do Instituto de Geociências da UFMG, direcionado às geológicas, geomorfológicas e ambientais da região. O presente estudo visa melhor entender as relações e questões econômicas e sociais do município, com *um outro olhar* sobre Gouveia.

a teoria e a prática do DL a partir destas experiências. Para finalizar, é apresentada uma revisão bibliográfica sobre as distorções voltadas para o artesanato. Este, ao ser resgatado de modo predominante como forma de geração de emprego e renda pelos municípios e instituições de fomento e apoio ao empreendedorismo (especialmente em escala nacional), é influenciado pelas práticas tayloristas. Tal processo – associado à “mercantilização” e à “proletarização” – resulta, segundo alguns autores, na descaracterização do fazer artesanal e permite, também, verificar como a institucionalização pode minar o caráter criativo do artesanato (ARENDETT, 1993).

O segundo capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados, em especial a metodologia qualitativa, a exemplo da Observação Participante, da História Oral e dos relatos de vida. O método etnográfico e o questionamento sobre a sua validade enquanto fonte empírica de dados, bem como a subjetividade inerente ao uso de fontes baseadas em narrativas, também são abordados. Isso porque se discute nos meios acadêmicos sobre as diferentes possibilidades de interpretações que podem ser vinculadas ao processo de resgate da Memória e da História enquanto métodos qualitativos e subjetivos, e que, por sua vez, permitem delinear uma outra versão sobre os acontecimentos e temas analisados. As dificuldades e os percalços surgidos no momento da entrevista, bem como o uso de questionários e sua posterior fase de análise e interpretação e/ou transcrição, também são apontados. Por fim, foi explorada a definição dos atores-chave e das fontes de dados necessárias conforme o objetivo da pesquisa, assim como a descrição sobre o tratamento e o processo de coleta das informações qualitativas e a organização das visitas de campo. Isso no intuito de revelar as dificuldades e obstáculos que, não raros, permeiam o percurso investigativo.

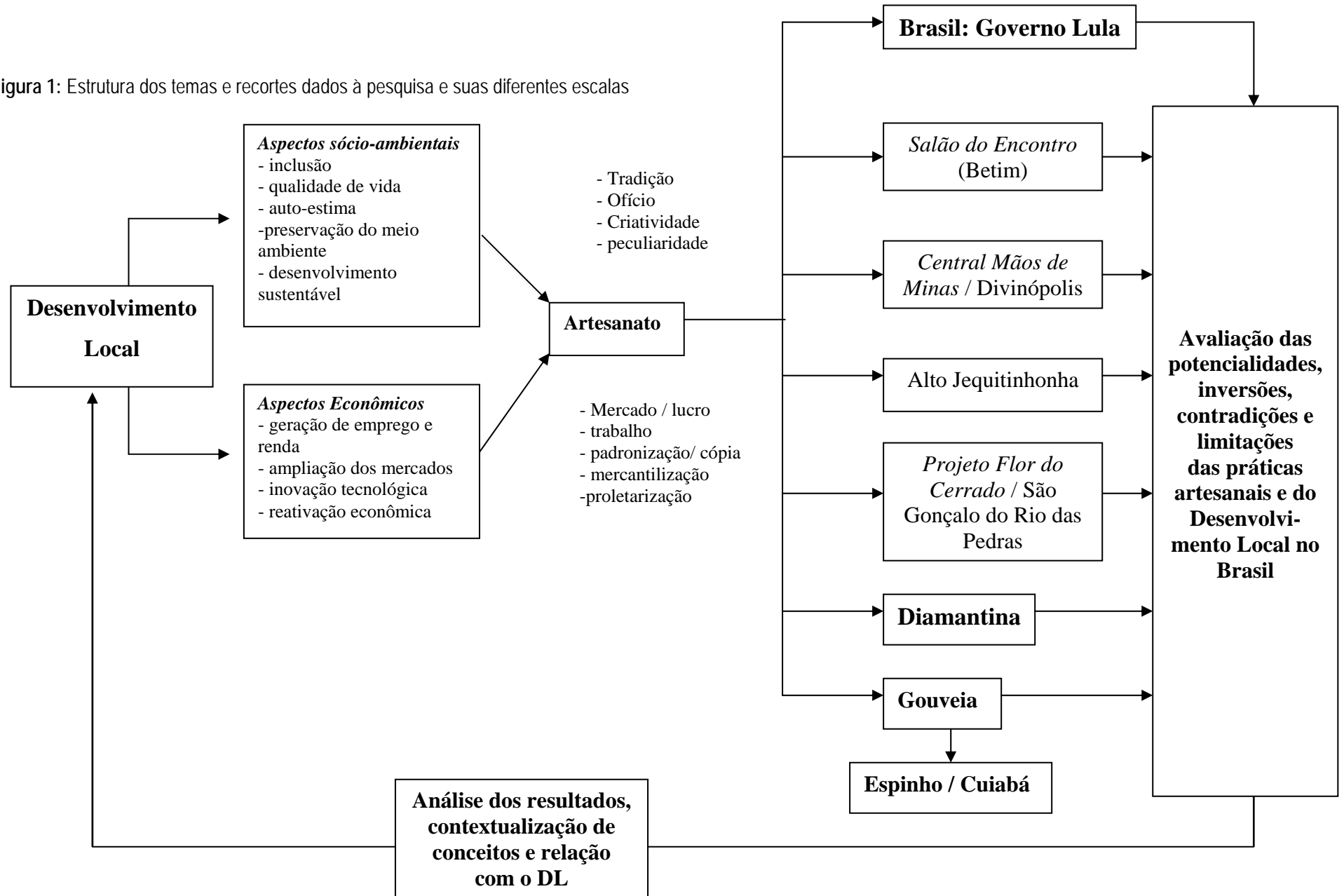
No terceiro capítulo, é dado enfoque especial às comunidades Cuiabá e Espinho, enquanto estudo de caso. Primeiramente, é analisada a correlação histórica com Diamantina e as mudanças socioeconômicas refletidas desde o início do ciclo do ouro e do diamante, passando pelo auge da industrialização local a partir da instalação da fábrica de tecidos São Roberto, até à diversificação artesanal presente nos dias atuais. Seguem as características socioeconômicas e políticas do município de Gouveia e suas comunidades rurais, enfatizando o cultivo do alho (destaque no cenário nacional no passado) e a atual situação socioeconômica de Gouveia a partir do incentivo e da diversificação artesanal e da inserção nos diversos circuitos de divulgação, a exemplo do Circuito do Ouro e dos Diamantes e da Estrada Real. Há, também, uma breve caracterização das comunidades Cuiabá e Espinho no intuito de melhor compreender e analisar o motivo pelo qual estas foram selecionadas e tratadas de modo diferenciado por representantes e órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Gouveia. Ao final, a compartimentação em temas das informações obtidas durante o processo investigativo, bem como a análise dos relatos de vida das artesãs selecionadas, contribuiu para o embasamento, argumentação e discussão dos eixos e questões norteadoras. O resgate dos

conceitos de *autonomia, identidade, comunidade, participação e cidadania* possibilitou a contextualização sobre as escalas analisadas e, assim, enriqueceu a análise final dos resultados; isso porque a rediscussão dos conceitos mencionados se tornou relevante frente às distorções e mudanças de significados ocorridas a partir de sua apropriação pelo discurso neoliberal (DAGNINO, 2004).

No quarto capítulo, o resgate ao título do estudo tenta responder às questões norteadoras e, ao mesmo tempo, busca refletir sobre a questão artesanal no Brasil e em outros diferentes contextos, em especial no município de Gouveia-MG e nas comunidades enfocadas. A partir dessa reflexão, pretende-se contribuir para um olhar mais crítico sobre essas práticas e relações e, assim, colaborar para a discussão do tema DL e sua busca pela construção de um outro cenário sóciopolítico e econômico menos assimétrico e excludente, sob um viés geográfico. As considerações finais sintetizam o conjunto de observações e reflexões desenvolvidas nesta pesquisa. Elas buscam, portanto, contribuir para um questionamento ampliado sobre os incentivos ao artesanato e às práticas de DL que emergem no país, pontuando seus aspectos favoráveis e também limitantes; em especial sobre o redirecionamento político-econômico brasileiro, exemplificado pela criação do Ministério do Desenvolvimento Social e, ainda, pelo forte incentivo ao microcrédito e ao empreendedorismo, além do apoio à formação de associações e cooperativas, inerentes ao DL e influenciadas pela nova teoria endogenista.

Como recurso de síntese e organização didática, a estrutura e o recorte dados à pesquisa são retratados no fluxograma a seguir (**Figura 1**), indicando a linha de abordagem e de argumentação e o enfoque adotados neste trabalho, assim como as diferentes escalas abordadas, que culminaram no processo de descaracterização do artesanato e, conseqüentemente, das bases teóricas relacionadas ao tema Desenvolvimento Local.

Figura 1: Estrutura dos temas e recortes dados à pesquisa e suas diferentes escalas



Capítulo 1

O Desenvolvimento Local e as relações entre globalização, padronização e descaracterização do fazer artesanal

Nas últimas décadas, diversos autores discutiram e abordaram o tema “globalização” como um processo responsável pelo desencadeamento de significativas mudanças nos mais diversos níveis da sociedade contemporânea (BENKO, 2002; SANTOS, 2000; SCHIFFER, 2004; CORRÊA, 1997; HAESBAERT, 1998; entre outros). E justamente porque a noção e as abordagens sobre a globalização são ainda vagas, em função da complexidade deste processo, há uma significativa dificuldade para a formulação de um conceito único.

CORRÊA (1997), portanto, propõe que a globalização deve ser pensada como um conjunto de processos simultâneos inseridos em uma nova etapa da “espacialidade capitalista”. Ela pode ser compreendida como um estágio qualitativamente novo da internacionalização do capitalismo, marcado pela ação de uma gama de processos. Estes últimos, apesar de bastante heterogêneos, se convergem de forma a diminuir a autonomia política dos Estados Nacionais e a requalificarem a interferência da escala nacional no desenvolvimento dos fenômenos que se manifestam em âmbito mundial. Logo, o termo “globalização” associa-se a um conjunto de processos, e não a um único, capaz de explicar tudo o que está acontecendo na atualidade, como frequentemente é veiculado na maioria dos textos sobre o assunto (DINIZ FILHO, 2004).

Novas estruturas, novas relações econômicas e novas territorialidades são inerentes a essa outra (re)configuração mundial, que se caracteriza por escalas supranacionais que demarcam o campo das decisões sócio-econômicas e políticas do recorrente cenário. Diversos autores, como os anteriormente citados, alertam para as mutações sofridas na configuração dos territórios frente ao(s) processo(s) de globalização da economia, posto que essas transformações exacerbam a concorrência entre as empresas e os produtos agro-industriais, bem como alteram os modos de organização e de governabilidade das sociedades, tanto em âmbitos nacionais quanto locais. Países desenvolvidos e em desenvolvimento e, sobretudo, atores políticos e grupos econômicos, correspondem, por conseguinte, aos protagonistas do atual processo de regionalização da economia mundial, acelerando e intensificando a formação de megablocos econômicos, a exemplo da União Européia, Nafta, Mercosul e ALCA. Tal processo reforça a reconcentração das atividades industriais, agroindustriais, comerciais, tecnológicas e financeiras nas áreas mais desenvolvidas do globo, visto que elas dispõem de melhor infra-estrutura, vantagens locacionais e competitivas frente às outras áreas, apresentando um desempenho econômico mais satisfatório nesta escala. Dessa forma, o processo de regionalização

econômica contribui para que as diferenças e desigualdades nas regiões periféricas sejam potencializadas.

As mudanças referentes à configuração dos territórios, contudo, não transmitem apenas as relações entre empresas e instituições econômico-financeiras multinacionais. Elas também afetam a própria relação dos seres humanos inseridos em uma sociedade tecnológica, na qual as distâncias se diluem e tornam o tempo mais expressivo que o próprio espaço (MASSEY, 2000). Trata-se de um processo complexo, do qual as conseqüências e apontamentos ainda se configuram como um caminho incerto. Como afirma SANTOS (1994 e 2000), o processo de globalização possui um *sentido dialético*, pois exalta e simultaneamente restringe a ação dos poderes locais, além de criar espaços de inclusão e de exclusão.

E são estas características dialéticas, de paradoxalidade e de controvérsia, que marcam a sociedade contemporânea através da alienação e da falta de perspectivas dos indivíduos. A maioria encontra-se inserida em um panorama que lhes faz crer em uma via única: a de que não há alternativas (BIHR, 1999), a não ser o sistema capitalista de produção em suas constantes adaptações e/ou mutações. Tal mensagem, ao mesmo tempo sombria e nostálgica, deixa a sensação de que não resta mais nada a fazer (BAUMAN, 1998)³, e aumenta o sentimento de impotência dos indivíduos, permanecendo somente a opção de esperar (ou se adaptar) ao novo processo de reestruturação econômica mundial.

A sociedade contemporânea, conforme ressalta MARTINS (2000), encontra-se despolitizada e distante de seu caráter reivindicativo e participativo, delegando a si própria o papel de mera expectadora deste processo ao substituir o “ser” pelo “parecer”. O sistema se reifica e parece provir de um patamar tão elevado que não se sabe ao certo de onde surgiu, mas que se instituiu como ordem. Portanto, pertence à estrutura política e econômica o direito de dizer o *como*, o *quando* e o *onde* (CHAUÍ, 2003). Assim, a sociedade considerada como “massa” torna-se desprovida de sua característica mais peculiar: a diferença e a heterogeneidade. O homem, ou indivíduo, compreende-se como extensão das coisas – processo de coisificação do homem – e ainda se insere na mercantilização/fetichização de tudo e de todos. Afinal, não há nada que não possa ser transformado em mercadoria e em mais-valia, não importando tratar-se da força de trabalho, das horas de lazer ou do próprio espaço ao redor (LEFEBVRE, 1976-1978 citado por SEABRA, 1996). Todavia, não se pode desconsiderar a existência de outros processos que, na contramão, incitam a politização e a

³ BAUMAN, Zygmunt (1998) citando Hans TIETMEYER: “o que está em jogo hoje, é criar condições favoráveis à confiança dos investidores”. E mais à frente, comenta p. 131: “roubar os recursos de nações inteiras é chamado de ‘promoção do livre comércio’; roubar famílias e comunidades inteiras de seu meio de subsistência é chamado ‘enxugamento’ ou simplesmente ‘racionalização’. Nenhum desses feitos jamais foi incluído entre os atos criminosos passíveis de punição”.

participação, a exemplo de algumas experiências de Desenvolvimento Local e de atuação de determinados setores da sociedade civil organizada.

A explicação sobre o processo de coisificação do homem foi incessantemente trabalhada por Henri Lefebvre, como pode ser observado na obra *A vida cotidiana no mundo moderno* (1972). Trata-se de um processo no qual os indivíduos são fisicamente convertidos em extensão das coisas, tendo-se em vista a lógica alienante do sistema de reprodução do capital. Assim, é extremamente oportuno pensar, no intuito de melhor entender o significado do trabalho na vida humana, em como a mudança de orientação e sentidos dessa atividade sob o capitalismo conduziu ao *estranhamento* do homem com sua atividade, consigo mesmo, com os demais e com a natureza, gerando a coisificação. MARTINS (2000, p. 26) ilustra este conceito ao descrever as fotos de Sebastião Salgado. A imagem do minério de ferro que encobre as costas de um garimpeiro da Serra Pelada é descrita pelo autor como “a estátua de barro subindo intermináveis escadas desde as profundezas da terra”, passando a impressão de um ser unificado, ou ainda, “de um ser confundido e misturado com a matéria que carrega, consumido por ela, resíduo dela”.

As contradições aumentam e se revelam cada vez mais agudas. A despeito das inovações tecnológicas no campo da saúde, capazes de fazer com que operações cirúrgicas sejam feitas à distância, o Terceiro Mundo ainda sofre com a desnutrição, a verminose e as doenças infecto-contagiosas. Discute-se a importância do ócio criativo, ao passo que milhares de cidadãos desempregados pela tecnologia morrem de fome e desespero. Como nos atenta SILVA (2001):

Cantam-se as maravilhas de uma sociedade regulada pelo mercado e o que se vê é um “sifoneamento” das divisas do Terceiro Mundo para os países mais ricos defensores da política neoliberal. Enfim, em que pese seus avanços e oportunidades, este novo tipo de sociedade trouxe consigo o aprofundamento das desigualdades sociais, dos conflitos étnicos e da distância entre centro e periferia, levando-nos a um oceano de irracionalidades de que são prova a degradação ambiental, a convivência entre miséria e abundância, a dependência do indivíduo ao consumo mercantil, a destituição dos direitos no mercado de trabalho. Cada vez mais somos platéia de um processo de sujeição que isola e coisifica os indivíduos, fragmenta e enfraquece os estados nacionais, que impõe uma fuga do real pelo virtual, que habitua a humanidade à miséria e à violência, que nos desumaniza (SILVA, 2001, p.7-8, grifos nossos).

Na maioria das vezes, o discurso repassado é o da *necessidade de adaptação* e de *seleção* (ao estilo darwiniano), em que os indivíduos devem se adequar às novas nuances para não serem excluídos (GIDDENS, 1991). Aliada a esta idéia, encontra-se a visão predominantemente paternalista e provedora dos dirigentes políticos (especialmente no Brasil), em que o poder transcende o social. “A origem do poder humano é, portanto, um favor divino àquele que O representa (o governante, portanto, não representa os governados, mas a fonte transcendente do poder) e governar é realizar ou distribuir favores.” (CHAUI, 1994, p.26).

As teorias do desenvolvimento clássico, ou mesmo as neoliberais, não se demonstraram satisfatórias em termos sociais, na medida em que intensificaram as disparidades regionais e socioeconômicas entre as sociedades contemporâneas. Por isso, a emergência de formas alternativas de desenvolvimento se torna latente, a exemplo das teorias sobre o Desenvolvimento Local ou endógeno incentivadas pela experiência da 3ª Itália. Tal experiência baseava-se na descentralização dos poderes institucionais, o que possibilitava maior autonomia de decisão às esferas locais, e ainda contribuía para a configuração de “instituições democráticas” e de uma “comunidade cívica⁴” (PUTTNAM, 1996, p.24-31). Logo, ações advindas de baixo para cima, sinérgicas e coletivizadas, em prol de um desenvolvimento ampliado, tornam-se o caminho para diminuir as desigualdades sociais e alcançar a cidadania e a alteridade.

Para isso, o principal questionamento feito correspondia ao enfoque dado à palavra *desenvolvimento*. Comumente, o termo esteve associado à idéia de aprimoramento econômico. Contudo, há uma nítida diferença entre *desenvolver* e *crescer* uma determinada localidade e/ou região. As implicações dessa conceitualização, bem como a necessidade de se repensar esta abordagem economicista de um modo mais ampliado, serão discutidas posteriormente.

Por sua vez, uma leitura também predominantemente economicista do DL o configuraria como um mero ajustamento do capitalismo, nos moldes da qualidade de vida via crescimento econômico. E seu principal objetivo constituiria em encontrar soluções para combater a pobreza, o desemprego, as desigualdades socioeconômicas, dentre outros fatores que indicam a condição de subdesenvolvimento.

Tal visão é apenas parcial, pois desconsidera os investimentos que devem ser feitos no campo social e ambiental para que o desenvolvimento alcançado seja muito mais duradouro e pleno, configurando-o de acordo com uma *sustentabilidade ampliada*. Isso porque ele deve abranger os diferentes setores da vida cotidiana, como o político-institucional (democracia participativa, ampliação da esfera pública); o socioeconômico (equidade, inclusão social, novos padrões de produção-circulação-consumo); o ambiental (preservação e recuperação da biodiversidade); e ainda o cultural (sociodiversidade, primado de relações não-discriminatórias). Portanto, é esta a idéia de desenvolvimento que deve ser buscada pelas sociedades e que é defendida neste trabalho.

⁴ Conforme PUTTNAM (1996, p.24), as instituições públicas representam as normas que regem a tomada de decisões coletivas, ou seja, basicamente compõem-se das ‘regras do jogo’ ou do palco onde os conflitos entre sociedade civil e Estado se manifestam, às vezes encontrando soluções. E para que esta instituição possa ser considerada ‘democrática’, o autor defende a necessidade de capacitar os atores para que eles resolvam suas próprias divergências, de modo sinérgico e eficiente, levando em consideração suas diferentes preferências. Contudo, destaca que as instituições são mecanismos para alcançar *propósitos* e não apenas *acordos*. Nas palavras dele, “queremos que o governo *faça coisas, não apenas decida coisas*”. A idéia de ‘comunidade cívica’, desenvolvida por Tocqueville, corresponde a um grupo de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, seja por relações políticas igualitárias ou por uma estrutura social baseada nos laços de confiança e de cooperatividade, seguindo os moldes da governança local. Logo, corroboraria para o alcance dessa instituição democrática.

O DL surge enquanto estratégia alternativa para um desenvolvimento mais humano e social, defendido por diversos autores em escala mundial. O local ou região, como acreditam alguns⁵, tem se configurado como a escala espacial descentralizada da territorialidade global. Este deve integrar, ainda, as instâncias de controle, de poder e de estratégias. Dessa forma, o papel do DL tem sido alvo de um intenso debate multidisciplinar face à necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, tendo-se em vista as conseqüências perversas e excludentes inerentes ao processo de globalização. Conforme COELHO (2001):

A Globalização da economia se caracteriza, em termos territoriais, pela constituição de fluxos econômicos que excluem territórios a partir de movimentos de desestruturação e reestruturação do tecido produtivo e empresarial preexistente. (...) Com as mudanças observadas no sentido da fragmentação territorial, renascem as identidades culturais e políticas nos níveis regional e local. (COELHO, 2001 citado por MARTINELLI & JOYAL, 2004, p.1, grifos nossos).

É interessante frisar que a relação entre os movimentos global e local não é oposta. Afinal, a globalização surge justamente como um elemento que reforça a importância do DL e cria a necessidade de formação de identidades e de diferenciações entre regiões e comunidades para que estas possam enfrentar um contexto de extrema competitividade mundial (MARTINELLI & JOYAL, 2004, p.2).

Assim, temas como a valorização das potencialidades e das identidades sócio-culturais e ambientais locais, forças sinérgicas⁶, iniciativas de economia solidária, construção e formação da cidadania, são retomados e reconstruídos em novos contextos. Tais elementos constituem a base do DL que, aliado à necessidade de (re)configuração de novos atores sociais e novas territorialidades, pretende delinear um outro tipo de estratégia política e econômica, mais humanitária e equitativa, como poderá ser observado a seguir.

1.1. Desenvolvimento Local: marcos históricos e conceituais

Segue, neste sub-item, um breve resgate do contexto histórico no qual aconteceram as mutações da economia mundial desde a crise fordista-industrial até os dias atuais, no intuito de auxiliar a compreensão do processo de implementação e veiculação do DL, tanto em países centrais quanto em periféricos. O surgimento da expressão, suas características gerais e seu reconhecimento e legitimidade pelas comunidades acadêmicas, além dos diversos enfoques e temas que caracterizam e perpassam o(s) conceito(s) de DL, também serão abordados. Dessa forma, espera-se embasar

⁵ MARTINELLI & JOYAL (2004), FISCHER (2002), DOWBOR (2001 E 1995), FRANCO (1998), COCCO & GALVÃO (2001), DUPAS (2005), GONZÁLEZ (1998), dentre outros, são exemplos de autores que defendem a escala local como via alternativa de desenvolvimento.

⁶ Como forças sinérgicas entende-se a união de esforços de um grupo de pessoas que ao realizarem um trabalho de forma coletiva, conseguem atingir de modo mais eficiente seus objetivos e anseios.

criticamente e aprimorar as reflexões a respeito das relações entre a globalização e a padronização/descharacterização da cultura e das identidades nas diferentes sociedades, sobretudo com enfoque na descharacterização do processo artesanal. O contexto conceitual referente ao tema é apresentado a fim de contribuir para a análise do estudo de caso e de outros exemplos e escalas selecionadas pela pesquisa.

a) Aspectos históricos do Desenvolvimento Local

O DL surge em um contexto de crise do papel do Estado ante a morosidade e a ineficiência de suas instituições e representantes sobre as reivindicações e necessidades sociais. Logo, abordar os aspectos históricos do DL implica em resgatar a gênese dessa crise que passa a emergir após o colapso do sistema de acumulação fordista e do industrialismo, conforme observam alguns autores. A discussão sobre as políticas de desenvolvimento, em escala macro, e o questionamento de seu enfoque estritamente voltado para a esfera econômica, também é abordada, visto que tal conjuntura favorecia a busca por outras alternativas e entendimentos acerca do processo de desenvolvimento dos países. Temas como o industrialismo e o sistema fordista foram incessantemente trabalhados por autores clássicos, como HARVEY (1992) e CASTELLS (1999), assim como por outros mais atuais, a exemplo de COCCO (1999), ALBUQUERQUE (2001) e BOCAYUVA (2001).

A relação entre o processo industrial e o capitalista, como intrínsecos, passa a gerenciar de modo predominante as diversas partes do globo em tempos diferenciados segundo o contexto de cada país. Dessa forma, criam-se relações e padrões sócio-produtivos que apresentam assimetrias e espaços de exclusão e dependência. Em síntese, o fordismo caracteriza-se por um modelo de desenvolvimento baseado na produção em massa, no regime salarial, na organização taylorista do trabalho e em um papel centralizador dos Estados Nacionais, seja no planejamento econômico ou no social. No trecho abaixo, CORÓ (1999) expõe, de modo resumido, tais prerrogativas:

As políticas econômicas keynesianas, a presença direta do Estado nas produções industriais estratégicas, o desenvolvimento dos sistemas de *welfare* e, em geral, as lógicas de planejamento a longo prazo, constituem, em múltiplos aspectos, o corolário político da economia fordista. (CORÓ, 1999, citado por SILVEIRA, 2001, p. 2).

E é justamente dessa 'crise do planejamento centralizado', a partir da instância central estatal, que se desencadeará a crise do modelo fordista, como ressalta ALBUQUERQUE (2001), fazendo emergir os paradigmas do pós-fordismo. Para COCCO (2000, citado por SILVEIRA, 2001, p.2), este último caracteriza-se como "um regime de acumulação onde convivem diferentes formas organizacionais e configurações produtivas, desde as formas do tipo proto-industrial até o toyotismo".

Tais aspectos possibilitaram que novas modalidades promovessem a articulação territorial da vida produtiva, a exemplo dos distritos da Terceira Itália, de regiões da Espanha, da Gaspésie no Canadá, em regiões excluídas da França, da Alemanha, dentre outras.

Novas formas de organização de empresas e novas teorias e práticas gerenciais que ocorreram nas últimas décadas passam a ser exigidas em escala planetária, representando apenas o corte superficial de um regime de acumulação no qual *a informação e a comunicação* passam a desempenhar um papel fundamental. Tais modificações evidenciam o pós-industrialismo vigente, tal qual Castells descreveu em *A Era da Informação*, no qual se define o aparecimento de um novo modo de desenvolvimento, em fins do século XX, denominado “informacionalista”, moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção. (CASTELLS, 1999).

Significativas transformações sobre os moldes do desenvolvimento econômico, em especial as ocorridas no final dos anos 80 e 90 do século XX, ratificam o momento de crise e de redirecionamento acerca das prioridades político-econômicas, de modo específico para os países categorizados ‘em desenvolvimento’, tais como a prudência na gestão macroeconômica e o combate à inflação. Era consenso, na época, que os índices de inflação galopante eram consequência do modelo econômico keynesiano, voltado para o pleno emprego. Associado a esse contexto, o colapso do socialismo real, em fins dos anos 80, também corroborou para a supremacia dos modelos econômicos baseados no controle pelo mercado. A era neoliberal, por sua vez, apregoa a busca pela estabilidade monetária e pela pouca intervenção estatal na economia, conforme os paradigmas de liberalização econômica definidos pelo chamado Consenso de Washington⁷.

“*Gastar somente o que se arrecada*” passa a ser, então, o ‘mantra’ da política fiscal e monetária de diversos países, colocado como prioridade, mesmo que isso implicasse cortes e diminuição de investimentos a programas sociais básicos e essenciais. Tal paradigma liberalizante se consolida e altera a conduta de empresas multinacionais e os processos de concorrência, direcionando-se para a concentração e a centralização do capital, e favorecendo as fusões e formações de *join-ventures* entre grandes conglomerados internacionais. (TAVARES & BELUZZO, 2002 citado por FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003, p. 15). Todavia, tal movimento agravou ainda mais o desemprego e as discrepâncias sociais.

As relações entre economia, sociedade e cultura são redefinidas, portanto, a partir do deslocamento desses novos paradigmas. Ressalta-se a noção de hegemonia do *trabalho imaterial* que

⁷ Em linhas gerais, o Consenso de Washington fundamenta-se em quatro postulamentos essenciais, a saber: políticas macroeconômicas conservadoras; liberalização do comércio e do investimento externo; privatização de empresas estatais; e, ainda, na desregulamentação de preços e outras regras que definem limites para a ação de agentes econômicos. Destaca-se que, segundo o Consenso, há apenas uma única forma de desenvolver os países, sejam eles mais ou menos avançados, visto que a clivagem centro *versus* periferia deixa de existir.

alguns autores defendem como o mais apropriado às dimensões pós-industriais e às mudanças no regime de acumulação que assinalam a fase do capitalismo atual (COCCO, 1999; BOCAJUVA, 2001). O trabalho imaterial configura-se como condição de produção de bens e serviços sem necessariamente se opor ao tipo de trabalho material. Isso porque o trabalho imaterial não é um atributo de trabalhadores hiper-qualificados ou de tecnologias de ponta, mas, ao contrário, surge na informalidade das esquinas, becos e/ou casas. E, a despeito de toda a sua precariedade, corresponde, também, à potência transformadora capaz de emergir no paradigma sócio-comunicativo (SILVEIRA, 2001, p. 2). Todavia, mesmo sob tal perspectiva de crise (da sociedade salarial e industrial), não houve o fim do trabalho, mas, ao contrário, ocorreu sua *difusão social*.

As articulações sociais desses fatores imateriais tornam-se potencialidades peculiares das dinâmicas produtivas pós-fordistas e permitem, ainda, que a questão da cidadania e do acesso aos direitos seja recolocada, como revela o trecho selecionado a seguir:

Uma nova figura do trabalho, a de um trabalho que não perde mais suas dimensões sociais e comunicativas para integrar-se na dinâmica da acumulação, (...) possibilita um novo nível de autonomia dos trabalhadores, que não precisam mais separar sua força [de trabalho] de seus recursos intelectuais e afetivos para se tornar produtivos. (...) A medida que a cidadania não é mais o fruto da inserção produtiva, transformam-se as correlações integração-exclusão, desenvolvimento-desigualdades. Ou seja, a desigualdade torna-se a causa e não a consequência do não-crescimento. (COCCO, 2000, p. 12, grifo nosso).

Por sua vez, ALTVATER (1995, p.38) comenta que a acumulação capitalista, o princípio da produção da mais-valia relativa, exige a industrialização, mas essa exigência não pode ser realizada em toda parte, de maneira que o mundo capitalista permanecerá, também no futuro, dividido entre sociedades industrializadas e sociedades pré e semi-industriais menos desenvolvidas. O autor, citando GELLNER (1991, p.39), descreve a sociedade industrial "como a única sociedade da história que depende de um crescimento permanente e conscientemente perseguido, de um aperfeiçoamento contínuo e esperado." (ALTVATER, 1995, p.65). Idéia esta ratificada pelo trecho de Lefebvre: "O trabalho penetra todos os espaços e os tempos da vida (individual e social), a ponto de ficar difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da vida" (LEFEBVRE, 1991).

Retomando o plano da teoria da dependência (WALLERSTEIN, 1989; CARDOSO DE MELLO, 1982), a simultaneidade de caos e ordem é denominada "heterogeneidade estrutural" e é responsabilizada por bloqueios de desenvolvimento, pela diminuição ou regressão da acumulação no tempo e da sua expansão no espaço.

A supremacia da macroeconomia convencional não trouxe o desenvolvimento sustentado. Além disso, apesar dos significativos fluxos e volumes comerciais e de investimento ocorridos na década de 1990, e do fato de muitos países terem seguido as orientações postuladas pelo Consenso

de Washington, a 'terra prometida' do crescimento econômico sustentado não foi atingida. Isso pode ser observado, em especial, na América Latina, palco principal da estratégia de liberalização econômica, em que a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apontava apenas 3,2% em 1990 contra 5,5% no período entre 1950 e 1970 (FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003, p. 17), o que indica o fracasso do modelo implementado. É justamente por este motivo que a discussão acerca da temática do desenvolvimento se faz emergente e as prerrogativas para um modelo alternativo começam a se delinear. É necessário, portanto, rediscutir o próprio conceito de desenvolvimento.

Repensar o desenvolvimento

A literatura econômica aponta variados e distintos significados para o termo desenvolvimento, porém, o mais difundido deles relaciona este termo com crescimento da economia. Tal conceitualização está presente em trabalhos de economia baseados em autores como Solow e Harrod-Domar, sendo que em tempos mais recentes, é identificada com as novas teorias de crescimento endógeno. Em uma outra corrente de pensamento, associa-se a noção de desenvolvimento a estágios ou etapas de modernização, segundo autores como Lewis, Myrdal e Rostow. Na contramão dessas idéias, SCHUMPETER (1912) enfatiza que o desenvolvimento corresponde a um processo de mudança estrutural que se encontra associada a inovação aplicada ao campo da Ciência e Tecnologia. Para ele, o crescimento quantitativo não pode ser entendido como desenvolvimento por não suscitar nenhum fenômeno novo em termos qualitativos.

Uma outra abordagem decorre da crítica à teoria da dependência e da modernização, fazendo surgir as propostas da escola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e a do Self-Reliance de GALTUNG (1980). Para estes, o desenvolvimento é resultante de mudanças nos planos econômico, político, institucional, social e cultural; em outras palavras:

Trata-se de reconhecer que o determinante do subdesenvolvimento não é o tempo, a tardia entrada na modernidade capitalista ou o espaço e os recursos materiais tomados como constrangimentos absolutos, mas a forma como esses países foram submetidos à ordem capitalista, o lugar que ocuparam na divisão internacional do trabalho montada pelo capital. (PAULA, 2002 citado por FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003, p. 18).

Assim, a dicotomia entre países do centro e da periferia explica porque a geração de progresso técnico, que impõe e sustenta as relações econômicas mundiais, configura-se de modo assimétrico. Então, defendia-se que para superar a condição de subdesenvolvimento, era necessário construir um projeto industrializante para o país. No nível político, o programa de necessidades básicas desenvolvido pelo Banco Mundial ganha respaldo e serve de base para propostas de auto-ajuda, cooperação e capacitação, recentemente presentes nas abordagens do capital social.

Outras construções da noção de desenvolvimento, todavia, são apresentadas. Em um sentido amplo, desenvolver consiste em “um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições e/ou situações desejáveis para a sociedade.” (BORBA, citado por COCCO, 2000, p. 14). Ou, ainda, que se baseie em um processo sustentado de crescimento, que possibilite maior geração de valores econômicos e de mudança estrutural e que favoreça a distribuição de riquezas entre os mais variados estratos sociais e regiões (FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003, p.13). Logo, para avaliar o desenvolvimento, devem ser consideradas, também, as variáveis políticas, tecnológicas, ambientais e de qualidade de vida da população, refletindo o progresso das sociedades, em uma escala maior e multissetorizada, e não apenas ressaltar a sua dimensão econômica.

Em síntese, outras dimensões devem ser incorporadas ao termo desenvolvimento, além das pretensões econômicas de acumulação de riqueza e de outros aspectos ligados à renda, pois este deve relacionar-se, sobretudo, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, ainda, da ampliação de suas liberdades (de direitos políticos, de saúde e cultura, por exemplo) e oportunidades. Além disso, é preciso compreender que o desenvolvimento é um processo historicamente determinado e que, portanto, será desigual em âmbitos regionais, nacionais e internacionais, quer pela imposição da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), ou pelas peculiaridades e ritmos diferenciados do processo entre as diversas sociedades e formações econômico-espaciais no espaço e no tempo. (PAULA, 2002 citado por FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003, p.19)

O surgimento dos modelos de desenvolvimento endógeno e local

A idéia de desenvolvimento endógeno ou local ganha notoriedade em âmbitos multiescalares, influenciados pelo êxito da Terceira Itália (BENKO, 2002; PUTTNAM, 1996; LIPIETZ, 1988), como já mencionado. E associada a esta idéia, surge também a noção de Desenvolvimento Comunitário (DC), que aparece no período pós-guerra como um programa governamental de alguns países desenvolvidos. A partir da divisão bipolar do mundo e do início da guerra fria, passa a ser visto como estratégia dos países capitalistas para garantir sua ordem social. A noção de DC foi divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 50 e é explicitada por DE ROBERTIS (1994, p. 10), citando a ONU (1956), no trecho a seguir:

1. A expressão desenvolvimento comunitário entrou na linguagem internacional para designar o conjunto de procedimentos por meio dos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos com a finalidade de melhorar a situação econômica, social e cultural das coletividades, de associar estas coletividades à vida da nação e de permitir-lhes contribuir sem reserva ao progresso do país. 2. Todos estes procedimentos implicam dois elementos essenciais: os habitantes participam ativamente nos esforços empreendidos com vistas a melhorar o seu nível de vida e estes esforços são deixados, na medida do possível, à sua própria iniciativa; de favorecer e fazer mais eficazes a iniciativa,

os esforços pessoais e a ajuda mútua, proporcionam-se serviços técnicos e de outro tipo. Os programas, com uma posta em ação que deve permitir toda uma série de melhoras determinadas, caracterizam-se por estes elementos. 3. Estes programas concernem geralmente a coletividades locais, porque a gente que vive numa mesma localidade tem os mesmos interesses em comum. Alguns destes interesses são colocados em evidência por meio de grupos técnicos, que têm por função defender interesses mais restritos que não estão ligados essencialmente à localidade. (DE ROBERTIS, 1994, p. 10, grifos nossos).

AMMANN (1981, p.147 citado por SILVA, 2001, p. 2) aponta que a argumentação empregada para fundamentar este tipo de proposição era a de que, “por um lado, a pobreza tornava os povos receptivos à propaganda comunista e, por outro, a ajuda aos povos subdesenvolvidos reverteria em benefícios econômicos para os EUA”, garantindo, entre outras metas, a expansão dos mercados. A ação prática proposta para o desenvolvimento comunitário consistia na implementação de programas de assistência técnica e social nos países pobres, sobretudo na América Latina, de modo que, a partir dos anos 50, a ONU se empenhou em sistematizar e divulgar o DC, concebendo-o como:

(...) um processo através do qual cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas. Isto implica na colaboração indispensável entre os governos e o povo para tornar eficazes os esquemas de desenvolvimento viáveis e equilibrados. (AMMANN, 1981 citado por SILVA, 2001, p. 2).

AMARAL FILHO (1997, p.36) considera que as significativas transformações ocorridas sobre as teorias de desenvolvimento econômico regional (provocadas pela crise e declínio de diversas regiões tradicionalmente industriais e ainda pelos novos paradigmas da própria teoria macroeconômica do desenvolvimento) favoreceram o surgimento de novas alternativas de industrialização e DL, destacando-se a teoria do crescimento endógeno (neo-schumpeterianos da escola cepalina).

Segundo este autor, as causas para a formação desse cenário estão associadas ao fenômeno da globalização da economia, à maior relevância das economias regionais e ao novo papel do Estado, inseridos em novos paradigmas institucionais e produtivos. E cita, ainda, que algumas fontes possíveis para as políticas de desenvolvimento endógeno correspondem à maior autonomia relativa das unidades federadas, que deve ser exercida de modo cooperativo. Todavia, o autor destaca que o papel do Governo Federal não deve ser dispensado, pois este possui o objetivo de corrigir os desequilíbrios estruturais entre as regiões, além de coordenar as políticas estaduais.

Conforme AMARAL FILHO (1997, p.59-61), cinco fatores devem ser considerados pelo novo aspecto das teorias de crescimento endógeno, a saber:

- Educação, saúde e segurança alimentar;
- Ciência e tecnologia, ou pesquisa e desenvolvimento;
- Informação e conhecimento;
- Instituições (públicas e privadas);

- Meio ambiente.

O primeiro fator forma as bases sustentadoras do *capital humano*⁸, visto que investimentos em educação, saúde e segurança alimentar significam priorizar o principal fator de produção, que é a força de trabalho. O segundo ponto, que trata das inovações no campo da tecnologia da ciência e da pesquisa, forma a base qualitativa do crescimento e desenvolvimento, e são, ao mesmo tempo, produtos e extensões do capital humano. A promoção desse fator compete tanto ao Estado (ao atuar por meio de sua clássica política científica e tecnológica, capacitação e extensão, via universidades, empresas mistas de incubação e pacto de cooperação) quanto ao capital privado (por meio da capacitação e dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento).

No terceiro ponto, reforça-se que a circulação rápida de informações sobre o mercado é fundamental para qualquer sistema, pois esse processo intensifica o conhecimento e facilita a compra e a venda de matérias-primas e produtos finais, a disponibilidade de tecnologias alternativas utilizáveis e disponíveis, etc. Além disso, apresenta a vantagem de melhorar a interconexão entre os agentes e o nível tecnológico com a rapidez de suas decisões dentro do sistema, e a produtividade e os custos nos níveis micro e macro. Destaca-se, ainda, que a informação e o conhecimento encontram-se intimamente associados aos dois fatores anteriores, porque deles dependem para melhorar a divulgação e a captação do conhecimento e da informação. Logo, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, incrementados à informação e ao conhecimento, melhoram e aceleram o processo de aprendizagem dos agentes.

As instituições públicas e privadas, inseridas no quarto ponto, devem preparar e tornar a sociedade e a economia, ou o aparelho estatal e o mercado (locais ou regionais), mais abertos e flexíveis aos novos paradigmas de desenvolvimento, de maneira que as inovações se tornem uma rotina dentro do sistema. Além disso, o papel das instituições também é importante para apoiar a manutenção do equilíbrio entre cooperação e concorrência entre os agentes do sistema. Por fim, a consciência ambiental é um fator que deve estar associado à utilização dos insumos (racionalização) e ao impacto ambiental produzido pelo produto final das empresas e famílias (poluição). Em outras palavras, torna-se necessário compatibilizar o crescimento e a taxa de uso dos recursos regionais com a taxa de reposição desses recursos, bem como a minimização ou eliminação da produção de poluição. Como foi observado pela Conferência de Roma, pela ECO 92 no Rio de Janeiro e por outros movimentos ambientalistas, "a preservação do meio ambiente é não somente um fator de crescimento sustentável, mas também uma questão de saúde pública e qualidade de vida" (AMARAL FILHO, 1997, p. 60-62).

AMARAL FILHO (1997) ressalta que dos cinco pontos destacados anteriormente, os três primeiros merecem maior investimento produtivo, a saber: educação e saúde, ciência e tecnologia e informação e conhecimento. Tais fatores, se incorporados de modo efetivo ao processo produtivo, possibilitariam uma melhor utilização do capital físico, o aumento de sua produtividade e um melhoramento das taxas de retorno, em âmbitos socioeconômicos.

Em concordância com os aspectos ressaltados por AMARAL FILHO (1997) acredita-se que os principais eixos para a implementação do DL devem permear, prioritariamente, a saúde e a educação, favorecendo a construção da autonomia e da dignidade. Tais fatores, aliados às inovações tecnológicas e inseridos em um sistema de redes e laços horizontalizados de gestão, ao acesso à informação e ao aprimoramento intelectual, constituem-se como campo favorável para a formação de um ambiente inovador e sinérgico. Todavia, complementa-se a necessidade de formação de parcerias entre o Estado e as empresas privadas no que se refere ao estímulo de compartilhamento das inovações e avanços em termos de ciência e tecnologia, bem como o maior envolvimento da sociedade civil, enquanto sujeitos ativos, nos processos decisórios públicos.

Inseridos no novo contexto e reestruturação entre as esferas global-local, percebe-se uma dicotomia entre opiniões e perspectivas sobre o futuro das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Para SILVEIRA (2001, p.6), os deslocamentos em ato criam condições para novas agendas táticas, que extrapolam os parâmetros *mercado-cêntricos* (neoliberais) ou *estadocêntricos* (como nas variantes de políticas industriais de caráter desenvolvimentista). Assim, podem ser indicadas "janelas de oportunidades" com o intuito de recompor as dimensões econômica, social e política, de modo articulado a outros referenciais de desenvolvimento, diferentes do padrão clássico e concentrador (modelo de desenvolvimento "desigual e combinado"). Por sua vez, DOWBOR (2000) menciona, ainda, que:

Estamos caminhando para uma articulação de mecanismos diversificados de regulação. Estamos jogando, em boa parte, um jogo novo, com regras que ainda são antigas. Repetir mais alto os slogans que já deram certo em outra época não vai atualizá-los. É preciso reconstruir os conceitos. (DOWBOR, 2000 citado por SILVEIRA, 2001, p. 6, grifos nossos).

Enfim, apesar dos aspectos favoráveis ou limitantes desta nova configuração de relações e territorialidades como 'janelas de oportunidades', ou apenas 'readequação de conceitos antigos', já instituídos, ressalta-se a necessidade de criação de outros mecanismos de socialização (e democratização). Nesse ambiente são identificadas as condições estruturais que beneficiam as perspectivas do DL. A necessidade de políticas de desenvolvimento endógeno interligadas a políticas

⁸ Conforme Mário Aquino Alves, da Fundação Getúlio Vargas, a expressão capital humano ganhou vulto com o trabalho de Robert Putnam, intitulado *Making Democracy Work* (1993) e representa características da organização social, tais como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

de promoção socioeconômica sob marcos redistributivos e participativos, dessa forma, constitui-se como uma possibilidade estratégica.

O Desenvolvimento Local no Brasil

De acordo com MARTINELLI & JOYAL (2004, p.57), concomitantemente ao surgimento das iniciativas de Desenvolvimento Local no país, a expressão *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* (DLIS) adquiriu conotação relevante e essencial para as práticas de Desenvolvimento Local Comunitário, empregados de forma quase sinônima. A expressão foi lançada institucionalmente em 1997 pelo Conselho de Comunidade Solidária e é empregada por uma gama de autores e projetos sociais, especialmente quando se fala sobre o DL no contexto brasileiro. O DLIS tem sido freqüentemente empregado, de modo bastante generalizado, para indicar a realização de programas e projetos que auxiliem no combate à pobreza, ao desemprego, à fome e aos diversos problemas sociais enquadrados em estratégias predominantemente voltadas para pequenas escalas. Contudo, nota-se uma forte banalização do termo, visto que muitas dessas práticas encontram-se voltadas para metodologias tradicionais⁹.

SILVA (2001, p.2-3) salienta que os projetos iniciais de desenvolvimento comunitário no Brasil datam da década de 40, com a realização de convênios para o incremento da produção de alimentos e a educação rural e industrial. Em 1948, foi criada uma Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), e nos anos de 1950-60, foram instituídas as Campanhas de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural. No início da década de 60, houve o fortalecimento do Movimento de Educação de Base (MEB), originado do trabalho da Igreja de Natal-RN, e que passou, posteriormente, a ser gerido pelo Estado, com vistas a ministrar educação e organizar comunidades com ênfase na sindicalização rural, o que representou um avanço na ação prática do DC.

A partir da mudança política brasileira em 1964 e a conseqüente repressão dos movimentos sociais, as propostas de DC tomaram outro rumo. Elas foram se inserindo num contexto de "integração social" que via na participação popular um meio de "ajustar, cooptar e colaborar" com as diretrizes traçadas pelo Estado, em programas que passaram a privilegiar os aspectos quantitativos do desenvolvimento. Conforme o texto do II PND, o desenvolvimento comunitário passou a ser visto como um "processo pelo qual os responsáveis locais são induzidos, por equipe técnica, a escolherem alternativas de desenvolvimento mutuamente coerentes e que se integrem nas diretrizes emanadas das instâncias superiores do Governo" (AMMANN, 1981, p.148 citado por SILVA, 2001, p.3).

⁹ Como metodologias tradicionais, servem de exemplo projetos como o Bolsa-escola, o Bolsa-família, o Projeto Fome Zero, entre outros programas baseados, preponderantemente, em ações assistencialistas e estimulados, sobretudo, pelo Governo Federal e órgãos de fomento como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de programas que integram as chamadas "Políticas Públicas Transitórias", pois não têm caráter permanente. (ZHOURI & OLIVEIRA 2005 citado por ZHOURI, 2005)

Essa reorientação política, como revela SILVA (2001, p.3), não se deu sem conflitos e contradições, já que o serviço social responsável pela execução desses programas foi estruturado em diferentes bases, concebendo o DC como uma “pedagogia de participação”. Mas, de modo geral, predominou uma concepção prática de participação e de articulação que tinha como finalidade a cooptação das lideranças e a adesão popular aos programas pré-estabelecidos. Entretanto, tais programas deixavam de fora as questões estruturais do desenvolvimento, de modo que, na década de 70, o Estado substituiu os programas de DC, pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, consolidando sua estratégia de transformar as ações de comunidades em atividades comunitárias de integração social aliadas ao lazer, ao treinamento profissional, à previdência e à assistência jurídica.

Essa trajetória do Desenvolvimento Comunitário no Brasil deixou como herança uma série de preconceitos quanto às idéias de *comunidade*, *desenvolvimento comunitário* e de *serviço social*. A primeira, entendida como uma máscara para obscurecer as diferenças de classe e as desigualdades sociais; a segunda como estratégia governamental de cooptação e desarticulação dos movimentos sociais e, por fim, o serviço social, que se delimitou como um conjunto de práticas assistencialistas, de caráter paliativo, cuja finalidade consiste no encobrimento de questões estruturais da dinâmica social (SILVA, 2001, p. 3).

Retomando o cenário político brasileiro de 1960, a implantação de um sistema predominantemente autoritário recrudescceu o poder central, à custa da retenção de verbas para as regiões brasileiras. Durante a ditadura militar, foram criados os “pólos do desenvolvimento” (a exemplo da Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás, entre outros) para diminuir as disparidades regionais. Esse modelo se baseou nas idéias de PERROUX (1954) e na teoria dos pólos do desenvolvimento, baseada em SCHUMPETER (1983[1926]). Tal abordagem foi retomada nos anos 80 como a “nova teoria do crescimento endógeno” e atualmente encontra-se combinada à nova teoria do espaço, em que os pólos do desenvolvimento, os “clusters” industriais, são vistos como os nós entre o global e o local nas redes econômicas. Todas essas abordagens são relacionadas ao termo Desenvolvimento Endógeno/Local. A implementação dos pólos do desenvolvimento foi combinada, nos anos 60, com propostas da dependência (substituição das importações); e, assim, a ditadura militar acabou por combinar modelos conservativos com reivindicações marxistas.

O chamado “modelo brasileiro” toma forma e se caracteriza por um elevado crescimento, porém, acompanhado de discrepantes desigualdades sociais que eram justificadas pelo discurso político como um *mal temporário*, porém necessário. E assim, divulgava-se a famosa idéia economicista de que “é preciso fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”, baseada na teoria da modernização elaborada por ROSTOW (1954).

Para exemplificar, estudos como o Dossiê Desigualdade, elaborado por BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA (2000), e o Atlas da exclusão social do Brasil, organizado por POCHMANN & AMORIM (2003), contestam a validade deste discurso, pois o crescimento econômico, mesmo acompanhado de ações redistributivas, é incapaz de garantir a inclusão social ou a diminuição das desigualdades.

Em seu estudo, BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA (2000, p. 124) comprovam que “o Brasil não é um país pobre, mas sim um país com muitos pobres”, onde 14% da população é composta por famílias com renda inferior à linha de indigência, e cerca de 33% com renda inferior à linha de pobreza (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1998). Isso equivale a dizer que cerca de 21 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes, e 50 milhões, como pobres¹⁰. Já o trabalho mais recente, elaborado por POCHMANN & AMORIM (2003, p.10-11), aponta que cerca de 42% do total de municípios brasileiros, o equivalente a 21% da população do país, vivem em áreas associadas à situação de exclusão social; e que outrora, apenas os cidadãos de 200 municípios (correspondentes a 3,6% do total de municípios no Brasil e que representam cerca de 26% do total da população) residem em áreas que indicam padrão de vida adequado. De modo específico para a região sudeste, apesar desta apresentar as menores taxas de exclusão social, o estado de Minas Gerais destaca-se pelo número significativo de municípios nesta situação. Cerca de 10,4% deles, que se encontram em situação de vulnerabilidade no país, a maior parte está localizada na porção norte do estado mineiro, na região do Vale do Jequitinhonha.

Pode ser observada a ineficiência de projetos sociais que priorizem a via pelo crescimento econômico como forma de atingir a qualidade de vida, a cidadania e o desenvolvimento humano, como freqüentemente acontece nas diretrizes de políticas públicas brasileiras, e que, infelizmente, ainda não se modificaram. Tais mecanismos redistributivos devem ser constituídos *a priori*, abrangendo elementos extra-econômicos, tais como o respeito à cultura e aos direitos dos cidadãos, possibilitando a configuração de uma sociabilidade ampliada, em que as vontades e saberes confluem para a formação de um tecido social cooperativo.

Retomando-se o contexto do final dos anos 80, a dinâmica brasileira da divisão regional do trabalho contextualizava-se, historicamente, por um modelo de organização política e econômica denominado “nacional-desenvolvimentista”. As suas características, de modo geral, baseavam-se na estratégia de “industrialização via substituição de importações”, de maior integração ao mercado

¹⁰ Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.124) destacam que a pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Ela se refere as situações de carência nas quais os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. No estudo mencionado, tais autores consideraram a pobreza em sua dimensão particular, e, obviamente, simplificadora, de insuficiência de renda, ou seja, “há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades

interno e forte atuação do Estado como promotor do desenvolvimento. Tal modelo corroborou para um processo inicial de concentração do desenvolvimento econômico, na região mais industrializada do país – o sudeste e, em particular, o estado de São Paulo – que perdurou aproximadamente até 1970, quando se manifesta uma tendência à desconcentração que se estendeu até meados da década de 80. A partir dessa data, o processo de desconcentração e sua durabilidade foram questionados por diversos autores, visto que os efeitos da descentralização, associados aos principais projetos de investimento implementados sob o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹¹ (II PND), se esgotaram, aprofundando a crise do chamado “Estado Desenvolvimentista”.

No período pós-1990, os impactos regionais, associados à implantação de uma série de reformas estruturais voltadas para a substituição do “nacional-desenvolvimentismo” por um modelo calcado na “integração competitiva” do país à economia internacional, incitaram sérias dúvidas quanto à continuidade do processo de desconcentração. Tais reformas estiveram pautadas na redução do papel intervencionista do Estado (Estado-mínimo), que passou, então, a atuar segundo os parâmetros do planejamento estratégico, e por uma modernização mais acelerada da estrutura produtiva, sob o estímulo da abertura comercial e da atração de investimentos estrangeiros (DINIZ FILHO, 2004, p.7).

Dessa forma, a abertura da economia brasileira estimula a busca por equipamentos do setor industrial com maior sofisticação e de melhor nível tecnológico, o que induz ao aumento da competitividade nas exportações e, assim, atrai as empresas ligadas à produção dos equipamentos de base micro-eletrônica para as áreas mais industrializadas do país (onde se localizam seus clientes potenciais: as indústrias exportadoras).

COCCO & GALVÃO (2001) explicam que, no caso brasileiro, a ocorrência de uma *industrialização constrangida* e de uma *cidadania restrita* dificultou o acesso generalizado dos bens e serviços básicos para a população, a despeito da estruturação de um complexo sistema estatal, visto que a intervenção do Estado mostrou-se incapaz de ir além das bases de constituição produtiva estabelecidas. Tal fato evidencia-se desde a década de 90, quando a inserção no mercado formal de trabalho (que até então permitia a inclusão e a garantia de direitos para determinados segmentos) começou a se desconstruir. Nesse processo, aparecem, imbricadas, a crise fiscal do Estado e a ascendência da perspectiva neoliberal de universalização via mercado, na qual a esfera pública (e,

mais básicas”. Logo, a magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas que vivem em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza.

¹¹ De 1975 a 79, período de declínio de investimentos em função do comércio exterior brasileiro, notabiliza-se um esforço de crescimento econômico via exportações. Há uma atenção destinada à ocupação das áreas vazias do território por meio do grande empreendimento da fase monopolista do capitalismo (capital privado nacional e estrangeiro); pelo apoio à criação dos pólos regionais, tais como Póloamazônia (Programa especial de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia), Polocentro, Polonordeste dentre outros, e de instituições como a Sudam e o Basa. A política de ocupação é, portanto, extensiva e concentrada em mega-empreendimentos estatais e privados, implicando em um “retorno em curto prazo” visando aproveitar a estrutura básica de circulação e privilegiar áreas já com certo dinamismo: sudeste do Pará, Paragominas e Carajás, Marajó, oeste do Maranhão e Baixo Tapajós. Quem lucrou com esse “desenvolvimento”?

conseqüentemente, a esfera dos direitos) também permanece restringida. Assim, o poder estatal e do mercado apresentam "a incapacidade do Estado, em todos os seus níveis, de gerar e gerir reais processos de universalização dos direitos, que encontra hoje, a incapacidade do mercado se constituir numa dinâmica universalizadora alternativa" (COCCO E GALVÃO, 2001, p.15).

AMARAL FILHO (1997, p.65) defende a implantação de práticas voltadas para o DL nos estados brasileiros, cujas justificativas são esclarecidas a seguir:

1. Ao aderir a esse tipo de desenvolvimento, o estado federado estará agindo como um sub-sistema ativo, gerando, inclusive, uma contra-ação à tendência concentradora do sistema;
2. A necessidade de reformar o Estado, promovendo um ajuste fiscal, e de construir um novo pacto federativo;
3. A necessidade de mudança no desenvolvimento nacional, sintonizada com os novos paradigmas e em direção ao desenvolvimento sustentável;
4. A necessidade de sintonia com os novos paradigmas de industrialização e desenvolvimento locais, surgidos a partir dos anos 80;
5. O aproveitamento da forte tendência de deslocamento industrial, a partir das regiões mais desenvolvidas do país ou de regiões mais desenvolvidas de países industrializados;
6. A necessidade da criação de um movimento de resistência à possibilidade de reconcentração das atividades industriais, agroindustriais, comerciais e financeiras em um único eixo.

Logo, a implementação de práticas de DL para os estados federados brasileiros poderia influenciar a redefinição da hierarquia destes, bem como promover a convergência real das taxas de crescimento do PIB de cada um. A escassa e irregular disponibilidade dos fatores de produção tradicionais (com exceção do sol e da natureza litorânea) justificaria a pertinência deste modelo para a realidade brasileira, em especial na região nordeste (AMARAL FILHO, 1997, p.64). O DL possui grande aplicabilidade na realidade e no contexto brasileiros, em especial no que confere à imensa heterogeneidade de condições socioeconômicas entre as regiões mais precárias e o centro urbano e industrial concentrado no eixo centro-sul. A emergência de práticas mais voltadas para o uso racional dos recursos, alertada por diversos representantes e entidades ambientalistas, e um melhor ajuste dos poderes descentralizados a partir da reforma do Estado, configuram um panorama que favorece a implementação do DL no país.

b) O Desenvolvimento Local e sua diversidade conceitual

Como mencionado anteriormente, as discussões e estudos sobre o DL começaram a aparecer e ganhar maior notoriedade no cenário nacional, do ponto de vista institucional, desde o final da década

de 80. Entre as organizações e instituições que se destacam, podem ser citadas o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que auxiliam na organização e efetivação de múltiplos acordos de cooperação técnica e financeira. Além destes, há ainda as experiências e atuações de programas e instituições, tais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); a Caixa Econômica Federal; projetos como o "Programa Comunidade Ativa"; Organizações não-governamentais e movimentos populares, entre outros que realizam e coordenam projetos de incentivo à cooperação e à melhoria da qualidade de vida nas comunidades em que atuam.

De um modo geral, pode-se afirmar que o DL baseia-se em um conjunto de iniciativas e decisões a serem tomadas pelos atores envolvidos, locais e regionais, com o intuito de buscarem uma melhoria do bem-estar geral do grupo ao qual pertencem ou se identificam. Para isso, eles devem valorizar suas potencialidades endógenas (tanto naturais quanto cognitivas) e a sua identificação sócio-cultural e histórica com o local, priorizando, antes de tudo, o desenvolvimento humano e social. Como potencialidades, entende-se aquilo que o local possui de melhor para oferecer, como os recursos naturais existentes (ecoturismo, artesanato, produção agrícola, etc), além das habilidades intelectuais de seus moradores (dinamismo, sinergia, visão empreendedora, facilidade de trabalho em equipe, espírito de liderança, entre outros).

Contudo, a variação conceitual do tema permite que outros aspectos, igualmente relevantes para a sua compreensão, sejam enfocados. Isso porque a ênfase dada à noção de DL depende das variáveis e dos contextos nos quais ele se encontra inserido, delineando, assim, maior ou menor peso a um determinado aspecto conforme os objetivos almejados. Segundo AMARAL FILHO (1997), por exemplo, o Desenvolvimento Local é entendido como:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1997, p. 36, grifo nosso).

Nota-se, então, que, para este autor, os aspectos de ampliação da renda e das ofertas de emprego são relevantes, por isso merecem maior destaque. Assim, AMARAL FILHO (1997) define que as características básicas do DL consistem na definição das estratégias a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; de uma nova configuração estrutural *de baixo para cima*, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local (ao invés de um modelo de desenvolvimento *de cima para baixo*, em que o planejamento e intervenção são conduzidos pelo Estado nacional); da coerência e da aderência interna do perfil e estrutura do sistema produtivo local,

além de autonomia (tanto comercial quanto tecnológico e financeiro) e de uma sintonia com o movimento mundial dos fatores.

Outra versão atribuída ao DL é apontada por HOUÉE (citado por GONZÁLEZ, 1998), em que a busca de sinergias e a valorização dos recursos humanos que se interagem de modo integrado às esferas de decisão externa são considerados como essenciais. Para ele, o DL corresponde a:

un cambio global de puesta en movimiento y de búsqueda de sinergias por parte de los agentes locales, para la valoración de los recursos humanos y materiales de un territorio dado, manteniendo una negociación o diálogo con los centros de decisión económicos, sociales y políticos en donde se integran y de los que dependen (HOUÉE citado por GONZÁLEZ, 1998, p. 6).

E como a idéia da construção de um ambiente inovador também se encontra inserida no processo de DL, COELHO (2001 citado por MARTINELLI & JOYAL, 2004) complementa este conceito ao considerar que:

O desenvolvimento econômico local é a construção de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável (COELHO citado por MARTINELLI & JOYAL, 2004, p.61).

A despeito da diversidade de ênfases que atribuem maior ou menor peso a um ou outro fator, é importante destacar que, no DL, a inserção de um conjunto de bases socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas que o fundamentam, configuram-no como um campo de alternativas, *vis-à-vis* os modelos de caráter vertical (no âmbito político), concentrador (no âmbito econômico), excludente (no âmbito social) e destrutivo (para os padrões ambientais). Em outras palavras, o DL surge como uma resposta ao modelo dominante do capital, no qual predominam processos reprodutores de desigualdades, carências e segregação. Corroborando com esta interpretação, SILVEIRA (2001) afirma que:

Mesmo nas vertentes com foco principal na dimensão econômico-produtiva, o desenvolvimento local é entendido como uma alternativa de desenvolvimento social, isto é, não-desigual e não-excludente. Nesse sentido, desde a primeira aproximação com as proposições sobre desenvolvimento local, é necessário ver que não se trata de agregar o "local" ao desenvolvimento "clássico", de viés marcadamente urbano-industrial, pautado pela associação crescimento-modernização. Ou tampouco de reduzir sua escala. Na verdade não se trata de uma questão de escala: o desenvolvimento local inscreve-se, tipicamente, na busca de alternativas de um outro desenvolvimento." (SILVEIRA, 2001, p. 23, grifos nossos).

Por ser mais ampla, a acepção de DL elaborada por SILVEIRA (2001) foi privilegiada nesta pesquisa, pois além de destacar a prioridade social, não se prende às delimitações sócio-espaciais e parece sugerir um viés efetivamente alternativo. A primeira proposta elaborada por OLIVEIRA (2004), que apresenta as características gerais do DL, também merece destaque, na medida em que valoriza a

associação entre as potencialidades físico-naturais do local com os aspectos subjetivos e humanos do corpo social envolvido.

A necessidade de se empreenderem novas alternativas a partir de outras formas de organização político-econômicas configura-se como possibilidade válida, muitas delas já em fase de implementação em diferentes países¹². Infelizmente, as experiências de DL ainda se caracterizam como um conjunto de ações e intervenções pontuais, por vezes fragmentadas e desconectadas, que, conseqüentemente, não conferem o respaldo necessário de entidades de poder público ou mesmo da sociedade civil de um modo ampliado, em especial no contexto brasileiro. Isso desconsiderando o uso banalizado e restrito do termo contido nos diferentes discursos da atualidade, em especial pelos representantes políticos (afinal, no discurso político, tudo pode ser enquadrado como Desenvolvimento Local ou sustentável, desde que gere emprego e renda).

Para BAVA (2001, p.185), novas relações Estado-Sociedade, bem como novas formas de gestão, novas esferas públicas não-estatais e novos espaços públicos de negociação são necessários para garantir a reapropriação das cidades por seus cidadãos; criar novos territórios públicos de construção da cidadania; impulsionar novas formas de sociabilidade, justiça social, equidade, fortalecimento da sociedade civil, participação, autonomia, respeito e garantia dos direitos pessoais; algo próximo da noção de *nova cidadania*, defendida por DAGNINO (2004, p.105), que se constitui em “um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade”, ou, ainda, de comunidade cívica, tal qual defendida por Tocqueville e citada por PUTTNAM (1996), já comentada anteriormente. Tal projeto, portanto, implicaria em uma reforma moral e intelectual, em que o processo de aprendizagem social e de construção de novas formas de relações sociais contribuíssem para a formação de cidadãos vistos como *sujeitos sociais ativos* (DAGNINO, 2004, p.105)

Alguns conceitos principais, conforme as bases do DL, são apresentados ante ao novo contexto neoliberal vigente que se apropria destas noções de forma distorcida e limitada para ratificar o seu discurso, conforme destaca DAGNINO (2004).

1.2. Comunidade, identidade, participação e autonomia: apropriações e reflexões

Nas bases defendidas pelo DL, os conceitos de comunidade, identidade, participação e autonomia configuram os pilares de uma proposta estruturada de ‘baixo para cima’. Logo, a discussão

¹² YORY (2005) menciona detalhadamente o exemplo notório da capital colombiana, Bogotá, ao implementar o Projeto intitulado de “*Topofilia: una alternativa en torno a la revolución de las pequeñas cosas*”, efetuado durante o ano de 1992. Tal projeto contou com o apoio do PNUD

conceitual, bem como a contextualização desses termos para a realidade das escalas observadas, faz-se necessária como base de análise desta pesquisa. A discussão e a variedade terminológica (quando existe) foram abordadas a seguir, iniciando-se pelo conceito de comunidade. Isso porque esse conceito se encontra diretamente interligado aos demais, sendo capaz de direcionar (ou não) ações voltadas para o coletivo, de participação, sinergia, autonomia e sociabilidade. E, ainda, por relacionar-se com a idéia de lugar, pois é definidor significativo, às vezes imediato, da caracterização da identidade dos indivíduos.

Comunidade

Hegel, Rousseau, Montesquieu, Comte, Karl Marx, Tönnies, Simmel, Durkheim ou mesmo Max Weber – apesar de não seguirem necessariamente a mesma linha teórica – compõem o célebre elenco de autores pioneiros que se enredaram pela discussão do conceito de comunidade, bem como da diferenciação terminológica de outro termo não menos importante: o de sociedade. Mais do que um conceito, o termo configura como uma categoria ante aos múltiplos enfoques e contextualizações aos quais se insere. É definido por relações de parentesco, afetividade e solidariedade, para autores como Weber e Tönnies citados por FERNANDES (1973), pertencentes à Sociologia clássica. Contudo, variadas acepções permeiam o seu contexto e significado, seja para a Biologia (comunidade de animais e plantas), para a Sociologia (grupos pequenos e restritos) ou mesmo por relações baseadas nas inovações da tecnologia (comunidade virtual).

Todavia, ressalta-se que a maioria dos estudiosos conflui de modo direto ou indireto para a referência de Weber de um 'sentimento de nós'. Para WEBER (1962), citado por FERNANDES (1973, p. 140), comunidade se refere "a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo". Dessa forma, o entendimento de comunidade encontra-se ligado ao "ser" e ao "pertencer". Todavia, ressalta-se que, para a Geografia, a apropriação desse conceito ultrapassa tais dimensões, haja vista as constantes inovações no espaço-tempo global, especialmente em relação à perda ou recrudescimento das identidades locais (CORGOZINHO, 2005, p.4).

Ao relacionar-se de forma mais significativa com a afetividade, o significado de *comunidade* corre o risco de reduzir-se a uma modalidade da existência societária que envolve graus mais profundos de identificação espiritual, parentesco e comunhão ideal entre as pessoas. Entretanto, enfatiza-se o fato de que pertencer a um mesmo grupo não cria *per si* uma comunidade, na medida em que este sentido é construído. Afinal, como ressalta Weber, mesmo as mais íntimas relações comunitárias são marcadas por diferenças e pressões violentas exercidas sobre as pessoas.

Foi nos anos 70 do século XX que o conceito de comunidade pareceu revigorar como objeto de estudo de diferentes áreas, em especial destinado ao resgate da *democracia* e da *cidadania* frente aos excluídos. A complexidade do termo advém de sua apropriação banalizada entre os mais diferenciados setores da sociedade, desde os políticos, que o usam de forma demagógica em prol do discurso neoliberal; os indígenas, para posicionar a sua cultura; e até o mais simples dos cidadãos, ao caracterizar, por exemplo, a comunidade da favela, das zonas periféricas. Estes últimos, interligados pela condição igual de baixa infra-estrutura e condições de pobreza. É interessante ressaltar, ainda, o seu uso generalizado e atual nas comunidades virtuais, via internet. SAWAIA (1996) explicita bem esse contexto no trecho:

Hoje, comunidade aparece como a utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária, mas uma utopia reacionária, saudosista, que, em vez de orientar ações voltadas ao futuro, remete ao passado, como uma espécie de lamento (SAWAIA, 1996, p. 36).

Não é incomum que os diferentes discursos sobre modelos de comunidade se configurem como um arquétipo de situação ideal, que existia durante um passado remoto, mas perdido pelo homem atualmente: *“um lugar cujos habitantes inclinam-se ao bem, naturalmente”* (SAWAIA, 1996), ou mesmo um lugar que não foi contaminado pela civilização. A visão romântica e idealizada das comunidades indígenas durante a época da descoberta exemplifica tal afirmação, ao desencadear e influenciar movimentos de caráter utópico socialista em diferentes regiões do mundo, incluindo o Brasil.

Em sua obra de referência *Comunidade e Sociedade*, TONNIES (citado por FERNANDES, 1973) sistematiza a diferença entre sociedade e comunidade a partir dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. O primeiro caracteriza as relações a partir de ligações sanguíneas, de parentesco, vizinhança e amizade (comunidade), ou seja, com vínculos na antropologia. O segundo remete-se ao conceito de sociedade, tendo em vista que os homens não estão vinculados, isto é, não possuem relações diretas, mas são divididos a partir de uma base comum: o mercado. Destaca-se que tal visão é bastante reduzida, na medida em que fazem parte da sociedade, também, como determinantes das relações sociais não diretas, o Estado e as instituições públicas, a legislação, o sistema de educação, a religião, entre outros.

FERNANDES (1973, p. 23), por sua vez, afirma que o termo comunidade não aparece como uma forma específica de integração societária, pois é a partir dele que se passa a refletir melhor o sub-orgânico e o orgânico na organização da vida em sociedade. Em outras palavras: o termo abrange a ordem biótica inerente às diversas formas de organização da vida, a exemplo das “comunidades vegetais” ou, ainda, das “comunidades animais”. Contudo, este autor ressalta que houve uma ruptura dessa visão bipolarizada entre os conceitos de comunidade e sociedade, o que levou a uma concepção

nova. A sociedade passa a configurar-se como um termo mais abstrato e inclusivo, ao passo que comunidade seria mais restrito, considerado a partir de um ponto de vista da distribuição geográfica dos indivíduos e das instituições de que elas são compostas. Em outras palavras: “cada comunidade é uma sociedade, mas nem toda sociedade é uma comunidade”.

Com relação as suas bases, MAC IVER & PAGE (1973, p.123) afirmam que “a comunidade é uma área de vida social assinalada por certo grau de coesão social”, baseada na esfera local e no sentimento de comunidade. A comunidade possui vínculos com o espaço onde está inserida e ocupa uma dada área no território. Os autores destacam que esse *laço local* tem se enfraquecido no mundo moderno, em virtude do advento dos meios de comunicação. Concordando com a visão anterior, HAESBAERT (2004, p.20) complementa a idéia, ao afirmar que não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade ou a sociedade sem, ao mesmo tempo, inseri-los num determinado contexto geográfico, isto é, “territorial”.

Por sua vez, DURKHEIM (1930) atenta para um outro aspecto: a perda desses vínculos sociais e do próprio sentimento de nós, à medida que se tornam mais complexas as agrupações humanas concomitantes ao desenvolvimento tecnológico das cidades e áreas urbanas, como mostra o trecho a seguir:

(...) à medida que avançamos na história, a organização que tem por base agrupamentos territoriais (aldeia ou cidade, distrito, província, etc) vai desaparecendo cada vez mais. Sem dúvida, cada um de nós pertence a uma comuna, a um departamento, mas os vínculos que nos ligam a eles se tornam cada dia mais frágeis, mais frouxos. Essas divisões geográficas são, em sua maioria, artificiais e já não despertam em nós sentimentos profundos DURKHEIM (1930 citado por HAESBAERT, 2004, p.23, grifo nosso).

Já GUARESCHI (1978) citado por CAMPOS (1996, p.95) realiza reflexões mais profundas sobre as diferentes relações humanas que definem a idéia de comunidade. Para ele, o que constitui um grupo são as relações. É o algo em comum que está presente nas pessoas e que permite essa “amarracão conjunta”. Contudo, tal característica impõe uma visão incompleta, relativa e mutante de grupo, tendo em vista que tais relações são dinâmicas e estão sempre em transformação. Este autor baseia-se no conceito elaborado por Karl Marx de que uma comunidade caracteriza-se por “um tipo de vida em sociedade onde todos são chamados pelo nome”, para, então, relacioná-lo à noção de democracia:

Vivendo em comunidade, as pessoas têm possibilidade de superar estes extremos [individualismo, ser humano auto-suficiente e fechado sobre si mesmo, competição, individuo como “peça de uma máquina”] mantendo sua singularidade, mas necessitando dos outros para sua plena realização. Na comunidade elas têm voz e vez, podem colocar em ação suas iniciativas, desenvolvem sua criatividade, mas seu ser não se esgota nelas mesmas: elas se completam na medida em que se tornam um “ser para”, exercitando sua plena vocação de animal político, social (GUARESCHI, 1978 citado por CAMPOS, 1996, p.96, grifo nosso).

Assim, observa-se que as relações que embasariam uma prática comunitária devem ser igualitárias, entre pessoas com direitos e deveres iguais, em que *todos possuem vez e voz* e são reconhecidos em sua singularidade, ou seja, há respeito pelas diferenças; e, ainda, pelo fato da existência de uma dimensão afetiva. Afinal, todas as comunidades possuem um saber que não é melhor nem pior do que o pensamento vigente, mas que é apenas diferente. À luz de todos os aspectos expostos, conclui-se que a acepção de GUARESCHI (1978) de comunidade, influenciada pelas idéias de Karl Marx, parece encaixar-se de modo mais apropriado às premissas do DL, na medida em que prioriza relações de solidariedade, alteridade, respeito, igualdade e cidadania, e que ultrapassam o vínculo sanguíneo. Tal visão se complementa à defendida por HAESBAERT (2004), que relaciona este conceito ao de território. Afinal, as potencialidades locais ou endógenas se configuram dentro de uma espacialidade ou territorialidade específica.

Por fim, LARROSA (2002) expõe que a comunidade, potencializada nas formas de organização pré-capitalista, de trabalho artesanal, procura, então, romper com o processo de trabalho industrial totalitário. Isso porque o ritmo do trabalho artesanal se insere em um tempo mais global, não subvertido pela industrialização. A experiência, nesse sentido, torna-se cada vez mais rara pelo excesso de trabalho. O sujeito moderno, “é um ser que trabalha, quer dizer, que pretende conformar o mundo, tanto o mundo ‘natural’ quanto o mundo ‘social’ e ‘humano’, tanto a ‘natureza externa’, quanto à ‘natureza interna’ segundo o seu saber, seu poder, sua vontade” (LARROSA, 2002). Todavia, ressalta-se que esta é uma visão reduzida, pois o sujeito moderno não apenas trabalha, mas faz amizades no local do trabalho, encontra-se com a família e os amigos, vai aos clubes, à igreja; ou seja, procura e cria a *Gemeinschaft*.

Desde o início do século XXI é recorrente empregar termos como comunidade virtual, comunidade acadêmica, rural, ou mesmo indígena, sem, no entanto, proceder-se a uma necessária diferenciação entre as relações sócio-espaciais que subsidiam cada uma delas. A relevância de se delimitar e contrapor as acepções distintas do termo para esta pesquisa justifica-se em função do exercício de aproximação da identificação e caracterização das relações, alianças e rivalidades existentes em Cuiabá e Espinho (como comunitárias ou não), para, assim, melhor compreender suas posturas políticas, sociais e culturais dentro do município de Gouveia.

Intervenção e interveniente comunitários

Associados ao conceito de comunidade estão os de ação e intervenção comunitária e o de interveniente comunitário. Para LAMOUREUX (1996, p. 299), ação comunitária é “uma prática cujo objetivo é trazer uma resposta coletiva e solidária aos problemas sociais vividos pelos indivíduos”. Esta se atualiza pela necessidade de recursos comunitários, da realização de atividades de educação

popular e do desenvolvimento social e econômico das comunidades, assim como pelo estabelecimento de novas relações de poder em prol de pessoas vítimas da exclusão ou opressão; e, ainda, pela reivindicação de mudanças sociais, econômicas e políticas voltadas para a obtenção de maior justiça social. Além disso, a ação comunitária pode ser definida como um:

Conjunto de práticas individuais e coletivas emanando de iniciativas de uma comunidade (geográfica, de identidade ou de interesses) ou mesmo instituições públicas (ou voluntárias) para solucionar um problema: fornecer serviço, criar recurso, provocar mudança institucional ou legislativa que afete os poderes dos indivíduos de uma comunidade (LAMOUREUX, 1996, p.299).

A *intervenção comunitária*, por sua vez, consiste em um processo executado por uma ou mais pessoas e organismos ativos inseridos em um meio comunitário com o intuito de obter uma solução coletiva para um determinado problema social, também coletivo. Assim, cria-se uma mudança institucional, uma decisão governamental, uma visão ideológica ou, ainda, uma relação de poder. O objetivo desse processo é favorecer a construção da autonomia e da solidariedade individual e coletiva através de estratégias que respeitem o funcionamento coletivo, e que ele ainda seja democrático e educativo. Logo, o processo de monitoramento torna-se tão importante quanto o objetivo almejado. Segundo LAMOUREUX (1996, p.301), os valores essenciais à intervenção comunitária correspondem à justiça social, à solidariedade, à democracia e à autonomia, e também ao respeito.

Por fim, os intervenientes comunitários são entendidos como “interventores profissionais da rede pública (tais como organizadores ou trabalhadores comunitários), permanentes, animadores, assalariados, militantes ou voluntários de organismos comunitários autônomos.” Tais conceitos serão retomados no decorrer da dissertação para embasar as observações e análises feitas sobre as comunidades selecionadas como estudo de caso, em particular sobre as práticas voltadas para o DL.

Comunidade e Identidade

A relação entre o vínculo sanguíneo (característico dos laços comunitários tradicionais e do *sentimento de nós*) e a construção da identidade dos indivíduos é destacada por SILVA (2001, p. 4). A autora afirma que, conquanto as comunidades não sejam homogêneas ou harmônicas e possam conter divisões internas, o ‘sentimento de nós’ que as caracteriza proporciona a elas uma *identidade social* comum e a obtenção de lealdades que transcendem as exigências de muitos outros grupos. Esta autora compartilha com CASTELLS (1999) a idéia de que a comunidade – este ‘sentimento de pertencer e ser’ – está pautada em uma identidade que é construída e cujo significado precisa ser desvendado. Afinal, esse processo de construção (ou descoberta) está associado à necessidade de ser conhecido, de modo particular, pelos outros. A mesma comunidade pode conter identidades múltiplas;

esta pluralidade pode se constituir em fonte de conflito e contradição, seja na auto-representação ou na ação social.

Em contrapartida, CUCHE (2002, p.176) ressalta que a identidade social remete a uma regra de "vinculação necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas". Logo, a identidade independe da cultura, visto que se configura como um processo inconsciente. Segundo este autor:

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 2002, p.177, grifo nosso).

Contudo, este autor destaca que essa identidade social não é exclusiva aos sujeitos, visto que todo grupo possui uma identidade que corresponde à sua definição social, o que lhe permite situar-se no conjunto da sociedade. De modo simultâneo, tal *identidade* caracteriza-se como inclusão e exclusão, pois identifica o grupo e, ao mesmo tempo, o distingue dos outros, configurando-se, assim, como "uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseadas pela diferença cultural".

Participação, Parceria e Cidadania

Importantes para a concretização de iniciativas voltadas para o DL, os termos *participação*, *parceria* e *cidadania* comumente aparecem nos variados projetos governamentais e institucionais, em especial após a consagração do governo exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nota-se que o uso do termo "parceria" tornou-se quase onipresente na trajetória brasileira desde a última década. E sua propagação é indissociável do contexto mais amplo do processo de democratização, instaurado a partir dos anos 90. A maior divulgação do termo se dá através da chamada *Ação da Cidadania*, ou como ficou mais conhecida, a "Campanha do Betinho" (LANDIM, 1998 citado por SILVEIRA, 2001, p.23). Logo, seu uso veio a se propagar entre os mais diversos contextos e com os mais diferentes significados. A noção de *parceria*, portanto, pode ser empregada para designar: a) terceirização; b) privatização; c) utilização de mão-de-obra de entidades da sociedade civil na execução de políticas públicas; d) associação entre agentes econômicos.

A despeito da banalização e da diversidade do uso do termo "parceria", um melhor aprofundamento de seu conceito é fundamental, enquanto elemento fundamental para um outro padrão de relações sinérgicas e coletivas requeridas pelo DL. Assim, a parceria pode ser atribuída a: (i) uma característica necessária da sustentabilidade e um processo de co-evolução, tal qual nos demonstra CAPRA (1997); (ii) uma superação da polaridade autonomia-heteronomia ou, de modo específico, uma nova associação entre autonomia e interdependência, defendida por MORIN (2000); e, ainda, a um fator de sinergia, entendido simultaneamente como ampliação das forças e potencialidades de cada

elemento parceiro, propiciada pela relação de parceria, e obtenção de condições ou resultados que superem a soma das partes. De acordo com CAPRA (1997):

A parceria é uma característica essencial das comunidades sustentáveis. Num ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos são sustentados por uma cooperação generalizada. Na verdade, vimos que, desde a criação das primeiras células há mais de dois bilhões de anos, a vida na Terra tem prosseguido por intermédio de arranjos cada vez mais intrincados de cooperação e de co-evolução. (...) A parceria - a tendência para formar associações, para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar - é um dos 'certificados de qualidade' da vida (CAPRA, 1997, p.47, grifos nossos).

Todavia, quando reportado para o atual cenário mundial, de reconfiguração das territorialidades e de mudanças organizacionais em curso, o conceito de parceria geralmente é vinculado, de modo direto, à questão das relações inter-institucionais ou inter-organizacionais. Assim, como defende as premissas do DL, a busca por uma outra forma de desenvolvimento e configuração de uma cidadania ampliada perpassa pelas ações de parcerias entre as diferentes instâncias: Estado, sociedade civil e empresariado. Tal idéia é explicitada por ZAPATA E PARENTE (2002):

Num mundo complexo e interconectado como o de hoje, as instituições não sobreviverão se tiverem visões que não extrapolem seus muros. A articulação e a cooperação entre instituições do estado, organizações comunitárias e setores do mercado crescerão em importância estratégica. A crescente amplitude e a complexidade de nossos desafios sociais e econômicos está sobrepunhando as capacidades institucionais e econômicas das organizações, com e sem fins lucrativos, de, isoladamente, lidar com eles. A cooperação emerge como espaço de novas possibilidades. Nenhuma entidade isolada possui todos os elementos necessários para abordar com eficácia uma necessidade social identificada" (ZAPATA E PARENTE, 2002, p.26, grifos nossos)

A reconfiguração dos conceitos, já proposta por DOWBOR em 2000, visa a evitar "jogar um jogo novo, regido por regras antigas". Em relação aos conceitos de participação e cidadania, dentre outros, DAGNINO (2004) afirma que, escondido em um discurso de caráter democratizante e participativo – resgatados da Constituição de 1988 que consagrou o princípio de participação da sociedade civil – o projeto neoliberal apropriou-se e distorceu os significados de sua base. Em outras palavras, estes termos, assim como os de *democracia* e *sociedade civil* foram reduzidos de modo "perverso" para justificarem o ajuste neoliberal de Estado-mínimo. Nele, a *cidadania*, não raro, é confundida com *filantropia* e *caridade*, ao ser transferida a responsabilidade do Estado para o âmbito da sociedade civil através do voluntariado. Além disso, corrobora para a legitimação das ONG's como representantes autênticas dos diferentes setores da sociedade civil, e reduz a idéia de *participação* à de gestão. Logo, a reconstrução destes conceitos se faz necessária, na medida em que:

(...) a nova cidadania, ao contrário das concepções tradicionalmente vigentes no Brasil, não está vinculada a uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos, com o objetivo de uma maior integração social ou como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo. A nova cidadania requer – é inclusive pensada como consistindo nesse processo – a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que

consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania 'desde baixo' (DAGNINO, 2004, p. 104, grifos nossos).

Depois de realizados o resgate e a discussão desses termos vinculados à base teórica do DL, a caracterização e a configuração socioeconômica e política do município de Gouveia e suas comunidades rurais se fazem necessárias, no intuito de melhor compreender os fatores e contextos que interferem na prática artesanal cotidiana de seus moradores, em especial aquelas vigentes em Cuiabá e Espinho. Assim, os aspectos teóricos do DL e seus termos-chave são abordados conforme o recorte proposto pela pesquisa.

1.3. O desenvolvimento local como alternativa: viabilidades e críticas

Neste sub-item, foram discutidas as características e vantagens proporcionadas pela maior autonomia da esfera local, bem como as suas desvantagens e pontos controversos. Isso porque pode ser observada uma forte divergência de opiniões e pontos de vista entre os autores que abordam tal tema. Há aqueles que defendem a escala local como via para a recuperação da cidadania e da democracia, ante a maior proximidade e probabilidade de concretização de relações solidárias nesta escala (MARANDOLA JR., 2005; CORGOSINHO, 2004; CARLOS, 1996; MASSOLO, 1988; DANIEL, 1988), e outros que afirmam que tal concepção torna-se ingênua e despropositada frente à atual dinâmica socioeconômica global, pois desconsidera o cenário externo que lhe impõe certas limitações (AMARAL FILHO, 2001; BRAGA, 2001; VAINER, 2001; BRANDÃO, 2001). Ao final, pretende-se identificar quais permanências ficaram das décadas anteriores, constituindo-se como obstáculos, e, ainda, observar como as novas gerações conseguem (ou já conseguiram) romper com este encaminhamento. Desse modo, é possível refletir sobre como as iniciativas de DL podem ser colocadas a serviço de uma política progressista e emancipatória, apesar de suas limitações e críticas.

A escala local em foco

Segundo MARANDOLA JR. & MELLO (2005, p.8504), de todas as categorias espaciais, o *lugar* é a de menor amplitude territorial (embora extremamente fluido), sendo difícil delimitá-lo e mensurá-lo, pois se encontra muito mais atrelado à subjetividade e à experiência do que as demais categorias, além de ter um componente qualitativo fundamental, mais relevante do que seus atributos objetivos. A categoria geográfica "lugar" envolve a idéia de manifestação das identidades dos grupos sociais e das pessoas, a noção e o sentimento de pertencimento a certos territórios e a concretização das relações sociais vertical e horizontalmente no cotidiano das pessoas. Dessa forma, seu viés político é menos

significativo do que nas leituras possíveis sobre o planejamento e a participação a partir das demais categorias. Segundo MARANDOLA JR. & MELLO (2005):

É justamente este caráter “menos político” que revela a riqueza do lugar como conceito e categoria de análise para pensar o planejamento e, sobretudo, a participação. Tal categoria, carregada de humanismo e afetividade, pode trazer a estas discussões uma face frequentemente pouco acessível às abordagens que priorizam a justiça social e a transformação da realidade, e assim enriquecer estes enfoques e mostrar a “outra face da moeda”: a dimensão vivida (MARANDOLA JR. & MELLO, 2005, p. 8504-05, grifos nossos).

SANTOS (1996, p.125) também aborda a noção de lugar, conferindo-lhe sentido de identidade e subjetividade. Para ele, o lugar seria a porção mais discreta do espaço total, precedendo o conceito de espaço. É, antes de tudo, uma porção do planeta que pode ser identificada por um nome, e que se torna específico e singular para aquelas pessoas que a ele se vinculam. Todavia, ressalta que o que se passa em um lugar depende da totalidade de lugares que construirão esse espaço.

Em contrapartida, o real sentido do lugar inserido no processo de *compressão de tempo-espaço* foi questionado por MASSEY (2000), que atenta ainda para a descaracterização das peculiaridades inerentes a esse recorte espacial ante ao processo de homogeneização sociocultural vigente, como demonstrado no trecho a seguir:

Numa época em que, como se afirma, as ‘comunidades locais’ parecem cada vez mais rompidas, quando se pode ir ao exterior e encontrar as mesmas lojas e a mesma música de seu país, ou comer sua comida estrangeira favorita no restaurante perto de sua casa (...) como, então, podemos pensar sobre a ‘localidade’? (MASSEY, 2000, p.181).

A visão de lugar elaborada por MASSEY (2000) questiona a característica essencial de peculiaridade dos lugares, defendida por SANTOS (1996); haja vista que em tempos atuais, imersos na era tecnológica e informacional, não raro se reproduzem sistemas e estruturas externas concretizadas no espaço, a exemplo de redes de *fast-food* e *shopping centers*, revelando o processo de homogeneização e padronização cultural como vertentes da globalização. Todavia, o lugar há de permanecer, independente de quão avançado esteja o processo globalizante, defendem autores como CORGOSINHO (2004). Esta autora acredita, inclusive, que a globalização contribui para o resgate do sentido de lugar e defende:

Ao contrário das circunstâncias atuais insinuarem a perda de sentido do lugar, tais circunstâncias, paradoxalmente, proporcionam o fortalecimento do referido conceito – diante do fenômeno da globalização da economia e do aumento da influência econômica (CORGOZINHO, 2004, p.5).

Diante do novo sentido dado a essa categoria geográfica e sua correlação com o fenômeno da globalização, como mantenedora (ou não) de suas feições particulares, nota-se que a exaltação das nuances locais são frequentemente entendidas como “reacionárias” e ocorrem de modo simultâneo ao

processo de massificação cultural e padronização identitária. Todavia, deve-se ressaltar que tal paradoxo se justifica porque “diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões”; processo este caracterizado como geometria do poder (MASSEY, 2000, p.179). Tal fato pode ser verificado em diferentes áreas do mundo, periféricas ou não, até mesmo em comunidades como Cuiabá e Espinho, pertencentes ao município de Gouveia-MG, onde foram realizados os estudos de caso.

CARLOS (1996) também destaca a dimensão simbólica do lugar, este sendo caracterizado pela subjetividade que contribui para a identidade social inserida nas relações cotidianas. De acordo com esta autora:

(...) a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem-lugar, que no plano do vivido se vincula ao conhecido-desconhecido (CARLOS, 1996, p. 30, grifo nosso).

Diante das exposições realizadas, nota-se o potencial de subjetividade e flexibilidade da microescala. Mas por que há este retorno à esfera local? Por que essa escala se torna importante dentro do novo contexto sociopolítico e econômico, como defendem alguns autores? Qual é a explicação sociopolítica para esse fenômeno?

Conforme MASSOLO (1988), o retorno às bases locais se justifica pela constante descrença, apresentada especialmente pelas populações carentes, de que o poder público possa solucionar as questões sociais. Isso porque a maioria dos dirigentes e representantes políticos utiliza, com frequência, medidas assistencialistas e paliativas para “resolver” tais problemas que, na maioria das vezes, apresentam resultados apenas de curto prazo, quando apresentam.

DANIEL (1988) atenta que, no Brasil, o que se denomina local remete-se, geralmente, à esfera municipal, visto que o lugar de exercício do poder não se resume meramente ao Estado (entendido aqui como prefeituras e câmaras municipais) no nível local, mas está disseminado em múltiplas instituições sociais. Dessa forma, as relações entre o poder municipal e o poder local mostram-se relevantes para o estudo e a compreensão das mobilizações sociais e de cidadania. É nessa escala que se acredita ser possível transformar a realidade e, portanto, melhorar as condições sociais. Nesse sentido, essa esfera de atuação configura-se como campo favorável para a prática do DL.

Retomando as idéias defendidas por MASSOLO (1988), a dificuldade ou “vazio teórico” na identificação e articulação das diversas tramas de mediações e interconexões entre o local, o regional e o nacional de uma formação social, caracteriza esse processo como transescalar, através do qual as forças sociais do poder local e os atores são construídos e podem agir, numa multiplicidade de processos, conjunturas e períodos. Contudo, é preciso ressaltar o importante papel do governo

municipal enquanto espaço político institucional no qual se expressam a representação, a aliança, o confronto e a disputa de interesses, forças e organizações sociais que marcam e moldam o território político local. Logo, pode ser justificada a notoriedade que esse recorte espacial adquire no contexto regional e nacional.

A maioria dos autores estudados afirma que não há uma escala definida para a atuação da gestão local (e nem poderia haver), afinal, as inter-relações e conexões na microescala são dinâmicas e podem variar de acordo com o contexto, com as redes e com a estrutura existentes. Torna-se mais coerente, portanto, tratar o espaço da localidade em termos de *processos*, que se articulam de maneira diferente, segundo etapas e mudanças históricas; *macroprocessos* (a escala nacional); processos em escala internacional e *microprocessos* (em escala local). Dessa forma, atenua-se a preocupação em delimitar uma espacialidade específica para o local visto, já que tal esfera pode ser compreendida por múltiplas instâncias, desde bairro, sub-região ou município, e até macrorregiões (VAINER, 2001, p. 143).

O foco de reflexão se dirige, então, para a efetiva validade desse retorno à escala local, sobre a qual observam, por exemplo, AMARAL FILHO (2001), BRAGA (2001), VAINER (2001) E BRANDÃO (2001). Tais autores criticam o poder superestimado concedido ao local¹³, como se ele fosse e pudesse ser completamente autônomo, auto-sustentável e independente, capaz de ignorar a influência política e econômica externa. Acrescentam, ainda, que tal valorização das bases locais pode ser consequência de uma forte descrença em relação ao papel do Estado, que se mostra carregada de “messianismo”¹⁴.

ZHOURI & OLIVEIRA (2005) caracterizam tal cenário apresentando uma reflexão acerca do contexto de implementação do programa federal conhecido como “Fome Zero” e a sua associação com o estigma da região do Jequitinhonha, o “Vale da Miséria”:

Plataforma de lançamento do programa “Fome Zero” em 2003 e denominado “Vale da Miséria” pelas autoridades e políticos de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha carrega o estigma de ser uma das regiões mais pobres do País. Nesta condição, o Vale tem inspirado iniciativas políticas de caráter messiânico, apresentando uma história marcada por projetos de desenvolvimento supostamente ‘redentores’ (ZHOURI & OLIVEIRA citado por ZHOURI, 2005, p. 49).

Não por coincidência, iniciou-se fervorosamente uma “onda” de estímulo às atividades artesanais. Prefeituras e instituições públicas e também privadas começam a divulgar e a estimular a formação de núcleos artesanais em suas comunidades. Este esforço é incorporado, geralmente, aos programas de geração de emprego e renda, em especial nas áreas que apresentam forte

¹³ Cada empresário capitalista individual procura satisfazer as condições microeconômicas do crescimento da produtividade, porém, a demanda macroeconômica, efetiva, pelos produtos de massa, fica fora da lógica microeconômica; logo, além do alcance das decisões e das ações individuais (ALTVATER, 1995, p. 78).

¹⁴ Para alguns que defendem o Desenvolvimento Local, este caminho alternativo para as relações políticas e econômicas é tratado quase como uma nova doutrina, priorizando a mudança no pensar e no agir, de forma mais solidária e mais voltada para o coletivo. Tal messianismo fica explícito durante os encontros promovidos pelo SEBRAE – intitulados de Expo Desenvolvimento Local.

marginalidade e exclusão social. Seja no Jequitinhonha ou nas periferias rurais de todo o país, o espírito empreendedor e cooperativista passa a ganhar notoriedade entre os representantes municipais e estaduais como via alternativa, contando, para isso, com o pleno apoio do Governo Federal e de instituições nacionais e estrangeiras: SEBRAE, PNUD, Banco Mundial, BNDES, entre outros.

Algumas experiências e ações voltadas para o DL no Brasil, em especial durante o primeiro mandato do governo exercido pelo Partido dos Trabalhadores, foram brevemente abordadas no subitem seguinte, no intuito de contextualizar tais processos de descaracterização e perda de identidade a partir de uma forte influência da demanda de mercado às atividades artesanais. A reflexão sobre tais experiências e ações podem enriquecer a análise sobre o quadro artesanal de Gouveia e suas comunidades rurais, na medida em que esses processos não são específicos a determinados lugares, mas constituem-se como reflexo de uma estrutura macro, presente também no cenário nacional.

1.4. Experiências de Desenvolvimento Local no Brasil e o Governo Lula

A divulgação de projetos que deram certo, voltados para o desenvolvimento endógeno, se tornou uma prática recorrente entre as instituições públicas, prefeituras e entidades privadas nas últimas décadas. Importantes veículos de comunicação de massa, eventos públicos e os meios de comunicação visual e impressa têm demonstrado grande interesse em propagar exemplos de projetos e iniciativas – na maioria das vezes ligados à gestão municipal – que favoreçam a geração de emprego e renda, recuperação da auto-estima e reinserção de pessoas excluídas ao mercado de trabalho como vias de resgate e recuperação da cidadania.

No âmbito nacional, as conseqüências do choque do petróleo em fins da década de 70, seguidas de uma intensa recessão, assim como a crise da dívida que marcou a chamada ‘década perdida’, nos anos 80, e as sucessivas crises de inflação galopante, explicam o sentimento de ineficiência das instituições e políticas públicas. Após esses fatos, o período de estabilidade econômica e, mais recentemente, o aumento da recessão e do desemprego, característicos dos anos 90, ratifica tal processo, forçando, assim, a descentralização dos poderes através da Constituição de 1988. Como atentam França, CALDAS & VAZ (2004, p.7), face ao cenário desfavorável, a saída imediata encontrada pelas administrações públicas locais era oferecer a chamada ‘isenção fiscal’. Como conseqüência, tal estímulo acirrou a “guerra fiscal” entre municípios, o que, por sua vez, desencadeou conseqüências graves sobre a própria administração pública, que se viu privada de recursos compensatórios para executar políticas públicas, além de não conseguir gerar empregos suficientes para a população local.

Assim, a crise nacional recai sobre os municípios que, no máximo, conseguem implementar políticas compensatórias ou meramente assistencialistas. Alguns deles instituem os chamados ‘Bancos

do Povo', voltados para o financiamento de pequenos empreendimentos a partir de juros mais baixos do que os praticados pelo mercado bancário. Esses bancos passam, então, a fomentar cooperativas, implementar cursos de formação de qualificação profissional e estabelecer parcerias com outros países, seja para obter financiamento de projetos técnicos ou mesmo para conquistar mercados através do comércio justo e solidário. Alguns poucos consideraram o orçamento municipal como instrumento importante para induzir a demanda através de compras governamentais. É nesse contexto que surgem várias experiências e iniciativas de DL, algumas realizadas pelo próprio governo e outras lideradas por setores específicos da sociedade civil (FRANÇA, CALDAS & VAZ, 2004, p.7-8).

Ante ao que foi exposto, foram analisadas algumas experiências que se caracterizam (ou mesmo se intitulam) como DL, a saber: o *Salão do Encontro* em Betim-MG; o processo de divulgação artesanal desenvolvido pela *Associação Central Mãos de Minas*, especificamente sobre a confecção de bonecas de cabaça pela empresa *Bonecas do Brasil* em Divinópolis-MG e, por fim, a produção de uma linha de cosméticos desenvolvido pelo projeto *Flor do Cerrado*, constituído por um grupo de mulheres em São Gonçalo do Rio das Pedras-MG.

Estas três experiências, conhecidas pessoalmente em trabalhos de campo, ilustram diferentes realidades e aplicações da noção de DL no cotidiano e na conjuntura do país. Cada uma com sua peculiaridade, contexto, grau de sustentabilidade e autonomia. Mas por que isso vem ocorrendo no Brasil? Quais são as características que aproximam ou afastam cada uma dessas experiências de acordo com as premissas do DL? Na tentativa de responder a tais perguntas, este sub-item da pesquisa apresenta um enfoque de como as práticas de DL se inserem na realidade político-social brasileira em geral. A partir da análise desses exemplos, pode-se fazer uma reflexão sobre a pertinência dessas práticas, bem como de suas inversões e limitações, o que contribui para um melhor embasamento e comparação com as experiências observadas nas comunidades que serviram como estudo de caso para esta pesquisa. Assim, é possível demonstrar a amplitude de métodos e modelos que se desenvolvem no atual contexto nacional ante aos fortes incentivos advindos de programas do Governo Federal durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), tais como a abertura do microcrédito e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que, por sua vez, coordena os projetos dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs)¹⁵.

¹⁵ Os CONSADs correspondem a um arranjo territorial institucionalmente formalizado que envolve um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, para gerar trabalho e renda. São organizados por associações civis sem fins lucrativos e compõe-se de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada um dos municípios participantes. É apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e encontram-se distribuídos por todos os estados brasileiros. Seu objetivo é mostrar que com parceria e cooperação, é possível acabar com a fome e promover o desenvolvimento das regiões brasileiras. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, informações obtidas pelo site oficial do governo www.mds.gov.br, acessado em fevereiro de 2007).

ASSOCIAÇÃO MÃOS DE MINAS

O Mãos de Minas teve início em 1983, no Conselho Estadual da Mulher, como um projeto do governo que visava apoiar o artesão e o produtor informal mineiro em relação à comercialização e à legalização das vendas. Em 1988, por sugestão do próprio governo de Minas Gerais, transformou-se em uma associação sem fins lucrativos. Segundo a associação, seus membros assumiram, gradativamente, todas as responsabilidades administrativas e financeiras, transformando-a em uma entidade auto-suficiente. Para atender aos dispositivos da Lei Micro Geraes (1998), com o apoio do Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor – ICCAPE, passou a atuar também como órgão operacional de sustentação e apoio da Cooperativa de Diversos Setores – COOPBH.

A partir de junho de 1999, a associação ganhou um novo nome: *Central Mãos de Minas*. Todavia, foram mantidos os princípios e objetivos originais do projeto que se baseavam em representar e apoiar o setor artesanal mineiro. A Central Mãos de Minas oferece diversos serviços aos artesãos associados, possibilitando condições de funcionamento semelhantes às tradicionalmente estruturadas, tais como: legalização de vendas, central de compras e de vendas, central de exportação e, ainda, treinamento e consultoria advocatícia. Conforme informações obtidas pela presidente, o ICCAPE opera o seu próprio setor de comercialização para apoiar e reduzir custos para a Central Mãos de Minas, disponibilizando, portanto, de espaço, funcionários, e mantendo a busca por novos mercados dos produtos artesanais filiados. Existem duas lojas voltadas para a comercialização do artesanato, que é destinado à exportação e vendas no atacado e no varejo: uma localizada em Belo Horizonte (**Fotos 19 e 20, Prancha 3**), e a outra na capital paulista. Há também uma loja virtual direcionada exclusivamente para vendas no atacado. Destaca-se, ainda, que o Setor de Comercialização também participa de feiras nacionais e internacionais, visando o incremento de vendas. (INSTITUTO CENTRO CAPE, 2005, p.17)

A gerente de projetos da instituição, em entrevista fornecida ao jornal Estado de Minas em julho de 2006 (**Anexo 3**), informou que dos sessenta artesãos selecionados para participar da etapa inicial do programa, apenas vinte haviam se adequado à certificação em junho de 2006. Além disso, artesãos de vinte e duas cidades mineiras já fazem parte do programa de exportação da Central Mãos de Minas, que reúne aproximadamente sete mil artesãos no estado mineiro. Para ela, a produção organizada e os registros financeiros da compra de matérias-primas oferecem aos artesãos maior possibilidade de obter financiamento para expandir ou inovar, e ainda ajudam na preservação do meio ambiente e no esforço para melhorar a qualidade das peças. Tais medidas são fatores condicionantes para a obtenção do selo de qualidade total – IQS, atribuído a um grupo seletivo de artesãos, o que representa um significativo valor agregado às peças, em especial para a exportação. De acordo com a

gerente: “as grandes redes de lojas estão preocupadas com a origem do produto. Quem tiver o selo de qualidade da produção artesanal sai na frente”.

Todavia, a gerente da Central Mãos de Minas admite que alterar a rotina de trabalho e adotar conceitos da produção em série são medidas que impõem mudanças culturais. Porém, ela destaca o benefício dessa mudança a partir de exemplos concretos, como pode ser observado no caso da artesã e proprietária da empresa Bonecas do Brasil, residente em Divinópolis. Em sua produção artesanal de bonecas de cabaça e cones de linha (**Fotos 1 a 4, Prancha 1**), há o emprego de nove pessoas que aprenderam a trabalhar com matéria-prima e ferramentas “ao alcance das mãos e sem perder tempo se deslocando de um lado a outro do ateliê”. A artesã destaca, ainda, que o treinamento também auxiliou a evitar as sobras e a não deixar material ocioso nos locais de trabalho dentro da fábrica.

A partir das afirmações da representante da Bonecas do Brasil, percebe-se uma correspondência entre o processo produtivo praticado em sua empresa e aquele abordado por PEREIRA (1979), que considera o artesanato como atividade industrial. Tal concepção reforça a descaracterização do artesanato, a partir da inserção da taylorização no processo produtivo, o que o configura, portanto, como industriário. Nota-se ainda que, no caso dessa experiência, a prática artesanal não incentiva ou contribui para o exercício da criatividade e autonomia, uma vez que não é dado aos seus funcionários o direito à liberdade criativa na confecção das bonecas. Conclui-se, então, que, nesse caso, existe a presença de artífices em vez de artesãos.

Para fins ilustrativos, a produção inicial era mais livre, sem controle do tempo de confecção, sem os “modelos” a serem seguidos. Havia menor contingente de pessoas ocupadas, sem regulação de estoque ou existência de empresa responsável pela compra de toda a produção, apesar desta ser destinada às lojas de clientela mais abonada financeiramente. Tal experiência, distinta em seus processos de produção artesanal, suscita a reflexão acerca do conceito de criatividade e obra (distintas de produto, tal qual ressaltadas por Lefebvre, 2007), indo na contra-mão daquilo que se estabeleceu como base teórica do Desenvolvimento Local. Além disso, destaca-se que a iniciativa do projeto não se configurou por demandas e ações de “baixo para cima”, o que reforça a manutenção das antigas estruturas de poder no país em que predominam ações centralizadas e hierarquizadas “de cima para baixo”; e que, infelizmente, significa que há, ainda, uma inexpressiva mobilização social de setores da sociedade civil para encabeçar tais projetos.

SALÃO DO ENCONTRO¹⁶

O Serviço Assistencial Salão do Encontro, fundado em 1970 pela professora Noemi Gontijo e pelo Frei Stanislau Bartold, é uma instituição privada voltada para fins filantrópicos. Suas atividades começaram a partir da construção de um espaço para os moradores de um bairro periférico de Betim-MG, no intuito de fornecer-lhes uma alternativa de capacitação ao mercado de trabalho. Inicialmente, tinha o objetivo de se tornar um projeto auto-sustentável. Porém, a necessidade de investimentos e recursos oriundos de entidades e empresas particulares mostrou-se necessária com o decorrer do tempo. Empresas como Petrobrás, Cemig, Telemig Celular, TEKSID do Brasil e Globo são exemplos de patrocinadoras do Salão do Encontro, seja através da doação de verbas ou da realização de parcerias na compra ou encomenda de artigos artesanais como brindes promocionais. Projetos e entidades como Unesco e Criança Esperança também colaboram para a manutenção e divulgação da experiência de Betim.

A estrutura e a organização do Salão abrangem um centro de treinamento e aperfeiçoamento de técnicas artesanais; um *show room* (**Fotos 5 e 6, Prancha 1**) voltado para a exposição dos artigos para a compra e venda; além do espaço educativo (**Fotos 7 e 8, Prancha 1**). No centro de treinamento, todo o processo produtivo é setorizado, perpassando por etapas realizadas por diferentes grupos durante a confecção dos novelos que servem de matéria-prima para o tear e também para as bonecas e arranjos feitos com retalhos (**Fotos 9 a 11, Prancha 2**).

Ao todo, o Salão do Encontro possui cerca de trezentos funcionários-artesãos que abrangem diferentes faixas etárias. Há desde idosos, portadores de necessidades especiais (motoras e/ou cognitivas), até mesmo pessoas que, por algum motivo, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal. De acordo com informações obtidas pela representante do Salão, há aproximadamente 45 funcionários que correspondem à segunda categoria. Os funcionários cumprem uma jornada de trabalho de até oito horas diárias, recebem lanche e almoço e, segundo informações internas, a maioria possui carteira de trabalho assinada. Segundo uma das representantes do projeto: "A intenção do Salão é dar emprego para as pessoas e, por isso, não há automatização do trabalho", justificando o motivo pelo qual não se procura fazer estoque dos artigos e peças artesanais.

Entre os treinamentos oferecidos, listam-se a marcenaria (voltada para móveis rústicos e para a construção de brinquedos pedagógicos); teares do tipo mineiro, kilim, chileno e de sisal; estofamento; cerâmica; confecção de flores e arranjos; além da confecção de bonecas de pano, cestaria e esculturas

¹⁶ O contato com os projetos Salão do Encontro e Central Mãos de Minas aconteceram através de visitas técnicas realizadas durante a disciplina Desenvolvimento Local, incluída no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, cursada no 1º semestre de 2006. O objetivo era justamente analisar as convergências e divergências dessas experiências em relação à temática de DL abordada durante o curso, além de observar como tais práticas corroboram para o resgate da auto-estima e inclusão das pessoas através do artesanato.

em argila (**Fotos 12 a 15, Prancha 2**). Enquanto os artesãos trabalham, seus filhos permanecem no espaço educativo do Salão, onde funciona uma escola com uma proposta político-pedagógica diferenciada, privilegiando o desenvolvimento da construção da cidadania das crianças. Atualmente, a escola atende a aproximadamente 450 crianças, entre zero a quatorze anos, em modalidades que variam desde a pré-escola até a escola complementar e suplementar. Há, também, atividades voltadas para a agropecuária, a manutenção de uma horta sem agrotóxicos e de plantas medicinais. Estes últimos são interligados ao laboratório de farmácia medicinal, de onde os medicamentos utilizados pelas crianças e artesãos são extraídos.

É interessante destacar que há uma grande integração entre a escola e o espaço voltado para a confecção das modalidades artesanais. O retalho dos teares e sobras da marcenaria, bem como o bambu e a palha de milho (obtidos pela horta), são reaproveitados na confecção de bonecas, cestos e flores ornamentais. A alimentação oferecida às crianças e artesãos é quase auto-sustentável. Legumes e verduras são retirados da horta, a carne é obtida pela cunicultura, o leite e os produtos são derivados da criação de vacas jérsei e da caprinocultura.

As crianças são estimuladas a criar e confeccionar os artefatos artesanais com o intuito único de trabalharem as suas habilidades psicomotoras e criativas, pois tudo aquilo que produzem não pode ser colocado à venda, ou seja, são de sua propriedade. Conclui-se, portanto, que a experiência do Salão do Encontro corresponde a diversas expectativas do que constitui as premissas do DL. Isso porque se verifica o estímulo ao desenvolvimento de atividades que podem favorecer a inclusão social a partir de práticas que trabalham a auto-estima, a criatividade e o potencial dos atores envolvidos. A preocupação com o meio ambiente e o reaproveitamento dos recursos utilizados, aliados à qualificação e inovação dos meios de produção, é um outro fator que contribui para a autonomia do indivíduo no campo profissional e pessoal.

O cuidado com a metodologia educacional adotada demonstra que o Salão do Encontro caminha em direção ao DL, na medida em que prioriza a inserção social, além de se constituir enquanto espaço de realização da "experiência", no contexto da vida moderna. Através da análise dessa experiência pode-se notificar que ela privilegia o princípio de criatividade e liberdade de expressão do artesão, pois não se limita aos padrões impostos pelo mercado. Além disso, congrega pessoas com habilidades diferentes, abrindo novas perspectivas à inclusão dos "outros", principalmente os mais idosos, com dificuldades motoras. Todavia, deve-se ressaltar que o êxito dessa experiência encontra-se muito interligada às empresas patrocinadoras e/ou parceiras, a maioria com amplo poder de divulgação em escala nacional ou mesmo internacional.

Flor do Cerrado – grupo de mulheres, São Gonçalo do Rio das Pedras-MG¹⁷

O projeto Flor do Cerrado, iniciado em 2004, surge a partir da mobilização de um grupo de mulheres do próprio distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, em função de um fato típico de comunidades que baseiam sua sobrevivência e geração de renda no garimpo: a violência doméstica. Inserido na região do Alto Jequitinhonha e ligado ao município de Serro, o pequeno distrito, de aproximadamente 1.500 habitantes em 2004, sobrevive da renda advinda de atividades agrícolas e, principalmente, do turismo. Segundo informações obtidas por alguns moradores locais, o distrito apresentava, em tempos recentes, enumerados casos de espancamento e agressão à mulher, que estavam, provavelmente, interligados ao declínio da atividade mineradora e do garimpo na região; o que, por sua vez, elevou o número de pessoas desempregadas.

As mulheres de São Gonçalo do Rio das Pedras se mobilizaram a partir do incentivo de uma bióloga que passou a residir na comunidade, iniciando, assim, a confecção de produtos e artigos ligados à higiene pessoal, tais como sabonete, condicionador, xampu, creme hidratante e óleo facial, feitos com produtos típicos da flora local (**Fotos 16 a 18, Prancha 2**). Segundo informações cedidas pela incentivadora e idealizadora do projeto, o objetivo principal dessa iniciativa era motivar e trabalhar a auto-estima do grupo de mulheres de São Gonçalo do Rio das Pedras, em função da violência a que elas eram acometidas.

A iniciativa obtém êxitos e passa a se tornar comercial, predominantemente direcionada para a demanda do entorno. Em épocas de alta temporada, diversos turistas visitam o distrito em busca de cachoeiras e trilhas ecológicas exuberantes na região (a maioria de passagem por Serro e Diamantina). Assim, tem-se o meio de divulgação e distribuição dos produtos, que ficam expostos em um pequeno balcão de um restaurante local. Atualmente, há 28 mulheres inseridas no projeto, e segundo a idealizadora, a meta é aproveitar, também, a mão de obra masculina, em função de trabalhos e discussões de gênero que são promovidos durante os encontros com os envolvidos no projeto. Destaca-se que toda a linha de cosméticos artesanais *Flor do Cerrado* são produzidos à base de sementes e plantas típicas do cerrado, aproveitando a potencialidade do local, tais como a macaúba e o pacari.

Enquanto experiência, o projeto Flor do Cerrado é o que mais se aproximou das bases teóricas do DL. Isso porque surgiu de um problema local (a violência doméstica) que incitou a mobilização de um grupo de mulheres com o objetivo principal de recuperar e trabalhar a auto-estima, e não por motivos predominantemente mercadológicos. Associada à produção dos cosméticos, há, também, a realização de encontros para discussão e debate dos problemas que envolvem o cotidiano da

¹⁷ Sobre a experiência Flor do Cerrado – grupo de mulheres, houve apenas um primeiro e breve contato com as participantes e a

comunidade e suas famílias, o que amplia o sentido de inclusão social dessa experiência. Além disso, é feita a exploração das potencialidades que já existem na região, a partir de um uso consciente desses recursos. O projeto não se baseia em grandes patrocínios e foi realizado com recurso das próprias mulheres envolvidas, o que garante a sua autonomia.

A experiência Flor do Cerrado parece caminhar para uma superação dos anseios mercadológicos, entretanto, há que se considerar o risco de que um aumento na demanda dos cosméticos artesanais para além da escala local possa fazer com que os interesses iniciais de resgate da auto-estima e de inclusão social, inerentes ao projeto, sejam posicionados para um segundo plano. Tal inversão poderia induzir à descaracterização dessa iniciativa face às características básicas do DL. O risco existe, porém, é importante frisar que há exemplos de experiências que conseguiram superá-lo.

O Governo Lula e os incentivos às políticas públicas voltadas para o DL

Atento à diversificação da base econômica e social do Brasil, e na tentativa de validar o caráter predominantemente social contido no discurso de sua campanha presidencial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparentemente se apresentou bastante receptivo à construção de propostas para superar os problemas sociais do país; em especial aquelas que gerassem emprego e renda para as camadas populares, durante o seu primeiro mandato. Em 1991, Lula apresenta à Nação o documento chamado *Política Nacional de Segurança Alimentar*, que por sua vez desencadeou na “Campanha de Combate à Fome”, liderada por Betinho.

Como desdobramentos deste incentivo, são criados os Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), ambos com o objetivo de favorecer as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes entre as diversas regiões brasileiras. A idéia inicial é contribuir para uma reorganização do território visando à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida, em especial das áreas menos favorecidas. Como estratégias, são estimulados o acesso ao microcrédito e a formação de parcerias e cooperativas, entre outros.

Outra iniciativa voltada para a segurança alimentar e para a reinserção econômica das comunidades agrícolas é a implementação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A CONAB é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas das aglomerações rurais e urbanas, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Ela atua em parceria com o projeto Fome Zero, do MDS, sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição

idealizadora do projeto, em setembro de 2006. Logo, maiores aprofundamentos e esclarecimentos se tornam necessários.

dos donativos, que depois são repassados para diversos órgãos e instituições públicas dos locais em que atuam.

Todavia, esses incentivos às políticas públicas voltadas para o DL não são exclusivos do Governo Lula, apesar de se mostrarem mais expressivos no momento atual. Em anos anteriores ao governo petista, foi desenvolvido o Programa Mutirão pela Segurança Alimentar de Minas Gerais (PROSAN), coordenado pelo CONSEA, criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais durante o mandato de Itamar Franco. O PROSAN surge de proposições feitas por organizações da sociedade civil, apresentadas na 1ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, realizada em dezembro de 2001. Seu objetivo principal é contribuir para a implantação de projetos de segurança alimentar¹⁸ e nutricional coordenados por entidades de base comunitária e organizações não governamentais.

Os projetos são avaliados e monitorados por comitês indicados pelas Comissões Regionais (CRSAN) para, posteriormente serem analisados por um Comitê Estadual (CONSEA). Tal iniciativa, considerada inédita no país, valoriza projetos formulados de forma participativa e desenvolvidos nas e pelas próprias comunidades, ou seja, incita o chamado *protagonismo local*, no qual os envolvidos devem ser capazes de desenvolver estímulos para que outras iniciativas semelhantes possam ocorrer (MORELLI, 2004/2005, p.10).

Experiências advindas de governos anteriores, enfocadas no lema “pequenas empresas, grandes negócios”, ou ainda nos slogans de governo atuais “Sou brasileiro e não desisto nunca” e da campanha intitulada “Gente que faz”, também podem ser tomados como exemplo, na medida em que reforçam a importância do empreendedorismo e da sinergia entre os atores locais. Muitas delas são divulgadas através das diversas mídias, como os meios de televisão. Todavia, ressalta-se o caráter disperso de tais experiências. Instituições como SEBRAE¹⁹ e BDMG passam a ganhar notoriedade em âmbito nacional, e começam a fomentar e a liderar múltiplas experiências voltadas para a geração de empregos, estímulo à inovação da gestão local, bem como promoção da inclusão social.

Outras instituições, programas e entidades públicas e privadas também aderem à causa e passam a apoiar ações que estimulem a geração de renda e empregos, a promoção de dignidade e cidadania e a melhoria da qualidade de vida para as pessoas. Dentre eles, podem ser citados: Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Programa Gestão Pública e

¹⁸ Como segurança alimentar entende-se a garantia a todos das condições de acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Assim, contribui-se para uma existência digna, inserida em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (Folheto do CONSEA-MG/CRSAN Alto e Médio Jequitinhonha).

¹⁹ Com o objetivo de divulgar as inúmeras experiências notáveis e inovadoras no campo do empreendedorismo, o SEBRAE foi responsável pela publicação de diversos livros. Neles, as práticas voltadas para o DL podem ser descritas sob os mais diferentes enfoques, abordando desde o artesanato indígena e comunitário, o turismo, atividades culturais, o empreendedorismo social e a cidadania, incentivo ao agro-negócio, extrativismo, pequena indústria, comércio e serviço, até a solução e difusão de tecnologias. Tais coletâneas receberam o título de “Histórias de Sucesso”, e são amplamente divulgadas pelos meios de comunicação.

Cidadania (FGV-SP), Instituto Pólis, Fundação João Pinheiro, Pastoral da Criança, FASE, Cáritas e Rede Dlis (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, vinculada à ampla experiência do Programa Comunidade Solidária²⁰, iniciada durante o governo Fernando Henrique Cardoso); entre vários outros espalhados pelo Brasil. Agências e organismos internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de outras instâncias das Nações Unidas, também se encontram envolvidas em projetos de estímulo ao DL. Todavia, nota-se que essa gama múltipla de atores institucionais ainda não conseguiu estabelecer canais satisfatórios de diálogo, troca de experiências e de cooperação de modo sinérgico.

O mesmo é válido para as diversas instâncias governamentais de âmbito federal, tais como o Ministério do Desenvolvimento Social, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, de Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Integração Nacional, Ministério do Trabalho e vários outros, assim como os seus equivalentes em nível estadual e municipal.

Em concordância com essa ausência de integração dos atores que se intitulam como estimuladores ao DL, o Instituto Cidadania veiculou um documento que afirma que as iniciativas de DL enfrentam diversos tipos de entraves para sua plena concretização no país. Isso porque refletem políticas segmentadas e dispersas, que raramente se articulam para formar um sistema integrado de acompanhamento e estímulo, ou seja, “ainda falta ao país uma verdadeira política nacional de apoio ao desenvolvimento local” (INSTITUTO CIDADANIA, 2005, p. 4).

Em fevereiro de 2005, este Instituto, apoiado por diferentes órgãos públicos e privados, incluindo o Governo Federal, articulou um projeto chamado *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*, cujo objetivo consistia em identificar os principais entraves dessas iniciativas a partir de um questionário quali-quantitativo, e, assim, favorecer a criação de um ambiente mais favorável à realização dessas práticas. Tal questionário foi direcionado aos mais diferentes setores da sociedade, sendo subdividido em oito eixos específicos relacionados ao DL: políticas de financiamento, apoio tecnológico, desenvolvimento institucional (governança), informação, comunicação, capacitação para o desenvolvimento local, emprego e inclusão social e sustentabilidade. Após a compilação e a

²⁰ Criada em 1995, a iniciativa Comunidade Solidária surge a partir da necessidade de políticas sociais públicas mais eficientes e do crescimento da participação da sociedade civil em iniciativas sociais. Seu objetivo é promover parcerias entre o governo e as organizações da sociedade civil, a partir de um conselho, e articulá-las dentro do próprio governo, entre os níveis federal, estadual e municipal, voltadas para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento em municípios pobres; esta última correspondendo a uma atribuição da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária. Seus cinco princípios originais estratégicos são: descentralização, participação, construção de parcerias, focalização e transparência. A experiência mostrou, no entanto, que só as políticas assistenciais não são suficientes para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento necessário nas localidades carentes. Por isso, a partir de 1999, a Secretaria Executiva passou a investir numa nova estratégia do Governo Federal: o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Trata-se de uma forma inteligente e planejada de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades mais imediatas. É um Programa que descobre valores humanos, desperta as vocações locais e desenvolve potencialidades específicas. Seu grande diferencial é fomentar o intercâmbio externo, otimizando

sistematização dos dados e conclusões obtidas, o documento gerado tinha a pretensão de ser encaminhado para a instância federal em forma de propostas de políticas públicas voltadas para o tema; ação prevista para ser concluída em março de 2006. Destaca-se que, nesse projeto, além da aplicação do questionário virtual, outras ações também foram programadas, tais como: a realização de seminários e encontros temáticos, estaduais e internacionais, a publicação de livros e coletânea de textos, bem como a comunicação, a discussão e a documentação do processo pela internet.

Não entrando no mérito da efetividade do projeto, visto que ele ainda se encontra em fase de implantação, sua descrição e caracterização têm o objetivo de ilustrar a notoriedade que o tema DL passou a inferir no cenário nacional. Esse destaque está vinculado ao apoio que o Governo Lula deliberou aos diversos representantes e instituições mencionados anteriormente, que fomentam ações e experiências relacionadas ao protagonismo e ao empreendedorismo local. Todavia, cabe afirmar que a despeito de todo esse incentivo, a parte significativa das ações intituladas ou interligadas ao tema ainda se baseia em objetivos econômicos e mercadocêntricos. Em outras palavras, a prática demonstra uma inversão das prioridades que se direcionam ao DL, na medida em que os aspectos sociais e ambientais, quando aparecem, são colocados como segundo plano, havendo exceções. Seguindo a primeira lógica, não há modificação das estruturas vigentes, imperando, novamente, a visão de desenvolvimento clássico baseada na acumulação do capital e no atendimento à demanda de mercado.

Segundo SANTOS (2002), citado por FRANÇA, CALDAS & VAZ, (2004, p.12-13), pode-se afirmar, em síntese, que as possibilidades locais de experimentar e refletir o DL podem ser desdobradas em duas modalidades: uma, de reprodução da lógica capitalista global em escala localizada; e outra, de experimentações contra-hegemônicas. Assim, o local pode ser visto e considerado de maneiras antagônicas: (i) como espaço de reprodução do capital ou (ii) como concretização de experiências. Enquanto lógica de reprodução do capital, o local se caracteriza pela produção de desigualdade de recursos e poder (mesmo em escala reduzida), como forma de sociabilidade empobrecida produzida pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo, ou ainda, pela exploração crescente dos recursos naturais. Por sua vez, o local enquanto espaço de concretização de experiências de resistência e/ou contra-hegemônicas caracteriza-se pela produção de espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, da solidariedade e do respeito à natureza. Em determinados casos, a opção pela segunda vertente deve levar em conta o risco de haver cooptação pela lógica de eventuais parceiros e colaboradores e de passar a operar pela lógica do mercado. Isso ocorre, geralmente, quando há a necessidade de ampliar a escala de atuação ou

vantagens locais, por uma comunidade ativa e organizada planejando seu futuro. (Informações obtidas pelo site do Ministério do Desenvolvimento Social www.mds.org.br, acessado em junho de 2007)

articular-se a outras instâncias, sejam estas regionais, estaduais ou internacionais. Porém, é importante enfatizar que nem todas as experiências seguem esse caminho.

As experiências da empresa Bonecas do Brasil e do Projeto Flor do Cerrado, apresentados anteriormente, podem exemplificar ambas as situações, respectivamente. No caso da confecção de bonecas de cabaça, a descaracterização das práticas, portanto, seria uma das conseqüências do uso do espaço voltado para a reprodução do capital. Logo, a ruptura com a essência do artesanato a partir de influências do mercado, associada, ainda, a apropriações industriais, caracteriza os processos conhecidos como 'mercantilização artesanal' e 'industrianato', em especial quando instituições públicas e privadas passam a exigir padrões de qualidade associados a um acelerado ritmo de produção do setor para atingir o mercado externo. Tal descaracterização, por sua vez, estimula a proletarianização do fazer artesanal. Isso porque a preocupação com a qualidade e a padronização das peças artesanais, enquanto metas ou exigências para se inserir no mercado de exportação, passam a prevalecer no cotidiano dos artesãos, como atualmente já se realiza através da Associação Mãos de Minas.

No item seguinte, serão abordados os conceitos de artesanato e industrianato, visando salientar as contradições que, sem dúvida, podem ser promovidas com a apropriação do setor por aspirações de processos de produção em série, de repetição a fim de alcançar metas de produtividade, de padronização de peças; enfim, de uma (re)captura pelo sistema capitalista e sua conseqüente descaracterização dos padrões artesanais.

1.5. O marketing artesanal e a padronização como tendências

A forma de trabalho que contempla as diversas técnicas manuais de produção só ganhou nome, em nossa língua, no século XX. Apesar disso, a presença de objetos feitos à mão é conhecida em todas as épocas e nas mais variadas culturas. No Brasil, o artesanato remonta ao seu passado histórico, durante o colonialismo:

Nos primeiros tempos de sua colonização, a necessidade de objetos úteis estimulou a instalação no Brasil de oficinas artesanais, que se espalharam e multiplicaram por todas as comunidades, urbanas e rurais, e onde os artesãos tiveram ensejo de desenvolver suas habilidades (MARTINS, 1973, p. 34).

Historicamente, a atividade manufatureira subordinou o trabalhador à exploração, visto que ele, desprovido de bens e propriedades, apenas tinha a "oferecer" as suas habilidades pessoais através da prestação de serviços. Com o passar do tempo e o crescimento de suas atividades, as grandes indústrias submetem o trabalhador em função do progresso científico²¹, na medida em que ele não

²¹ Segundo SOUSA SANTOS (2003, p.56-7): "As idéias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência a partir, sobretudo, das décadas de trinta e quarenta. Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas de

conseguia acompanhar esse progresso por meios próprios e, conseqüentemente, tornava-se dependente das empresas.

A partir da década de 80, e de modo específico no Brasil desde os anos de 1990, a revolução tecnológica contribuiu para o aumento das taxas de desemprego, dificultando o acesso ao mercado de trabalho até mesmo daqueles com elevada qualificação técnica. Um expressivo montante de trabalhadores excluídos do sistema obriga o capitalismo a buscar alternativas que preferencialmente se concretizaram a partir do estímulo aos pequenos negócios ou aos micro-empresendimentos. Alguns desses incentivos e a formação de políticas públicas basearam-se nas premissas do DL. De certo modo, há uma espécie de 'regressão histórica' que promove uma volta ao artesanato ou a atividades similares (MARTINELLI & JOYAL, 2004, p.7-8). Daí o forte incentivo, por parte de instituições como o SEBRAE e o BDMG, em organizar, capacitar e favorecer a implementação e divulgação de pequenos empreendimentos em escala nacional, a partir de uma maior facilitação ao acesso dos trabalhadores e da sociedade civil aos microcréditos e centros de capacitação e treinamento sob o viés do empreendedorismo.

Todavia, se retomarmos a atividade artesanal em sua essência, tal qual defende MARTINS (1973, p. 33-37), a produção de objetos de arte popular deve ser feita especialmente com matéria-prima disponível e, na maioria das vezes, gratuita, configurando-se em um meio fácil, seguro e rentável de preencher o tempo vago da mão-de-obra ociosa, e como reflexo imediato na elevação do padrão de vida e valorização do homem. Assim, conforme este autor, o artesanato é um processo que se define pelas seguintes características:

- a) O processo de trabalho artesanal é manual. O objeto se faz à mão ou com auxílio de ferramentas ou aparelhos simples, geralmente de criação própria ou doméstica;
- b) No sistema de trabalho artesanal, o obreiro emprega a inteligência e comanda as mãos. Os objetos resultam, dessa forma, da elaboração intelectual consciente, sem requinte, e são fabricados segundo os padrões tradicionais e não em moldes ou formas, nem mesmo em série. Cada peça é única, reveladora de qualidades pessoais;
- c) Em regime de trabalho artesanal são produzidos objetos úteis, ao mesmo tempo artísticos, ou apenas úteis, mas suscetíveis de adquirir valor estético mediante aprimoramento técnico, sobretudo de acordo com o bom-gosto do artesão. Em outras palavras, formas são criadas no artesanato, e ele não representa somente um produto ou bem econômico;
- d) Emprega-se, no artesanato, o material disponível, gratuito ou de pequeno valor pecuniário. No indígena ou folclórico, essa matéria-prima é sempre extraída no lugar. Contudo, não deixa de ser

Estado do leste europeu, a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas”.

- artesanal a produção de certos objetos com o aproveitamento de retalhos de papel, folha-de-flandres, cobre, pano, fios de arame e de linha etc;
- e) O campo artesanal, o ofício ou a especialidade são escolhidos em função do material adequado à transformação e dos recursos naturais abundantes no lugar;
 - f) O artesanato é desenvolvido em regime de trabalho caseiro e se executa, na maioria das vezes, com a participação da família, inclusive dos menores, que mantêm a tradição da arte. A tenda do artesão é o próprio lar. Comumente, as ferramentas e os instrumentos de trabalho se misturam com os utensílios da casa;
 - g) O artesão não conhece a divisão do trabalho; realiza todas as operações ou movimentos necessários à produção da obra;
 - h) Como sistema de trabalho que engloba os diversos processos de produção, o artesanato assinala um avanço cultural e só apareceu como consequência da divisão do campo ocupacional, no período histórico em que a necessidade de meios de subsistência e os hábitos de vida da sociedade passaram a exigir maior produção de bens;
 - i) Considerando o artesanato uma manifestação da vida comunitária, o trabalho se orienta no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou mesmo religiosa;
 - j) O artesanato é um sistema de trabalho do povo, se bem que pode ser encontrado em todas as camadas sociais e níveis culturais;
 - k) O artesanato é prático, sendo sua aprendizagem informal. O que o artesão faz, cria-o ele próprio ou aprendeu na tenda artesanal da família ou do vizinho, observando como ele fazia, pela vivência e pela imitação, vendo-o trabalhar. Não se recebe aulas teóricas; aprende-se a fazer, fazendo; pratica-se porque quer; age-se voluntariamente. Daí o acentuado cunho pessoal e subjetivo do trabalho artesanal, apesar da vulgaridade da maioria das peças produzidas pelo sistema.

Dessa forma, ressalta-se a essência das atividades artesanais, quando feitas de modo autêntico. A compreensão do conceito de artesanato, segundo MARTINS (1973), perpassa, então, por uma análise comparativa acerca da diferenciação entre atividade artesanal e atividade industrial: "Só o processo de trabalho, a maneira de produzir distingue o artesão do artífice. (...) Daí se infere que a feição artesanal de uma atividade econômica resulta das características do objeto e, principalmente, da maneira pela qual foi produzido" (MARTINS, 1973, p. 48). LEFEBVRE (1980, p.14) acrescenta, ainda, que esse processo se realiza enquanto trabalho concreto vivido, apreendido na sua totalidade, a exemplo do trabalho do operário, do camponês e do artesão no conjunto das relações sociais.

A escolha do campo artesanal, do ofício ou especialidade, é ditada, então, pelo material adequado à transformação e por sua abundância no lugar, em função da disponibilidade de recursos naturais. A habilidade do artesão resulta, principalmente, da vocação artesanal, do hábito de fazer e do seu aprimoramento. Além do domínio e exercício da arte, o artesão é, também, responsável pelo controle dos meios de produção e pela venda do produto, utilizando-se dele em seu próprio sustento ou da família.

A arte e a criatividade devem estar constantemente presentes na vida do artesão. A primeira, podendo assumir várias significações na linguagem, desde uma forma de produção quando se desenvolve na procura do útil, ou uma forma de expressão que é feita na procura do belo, que por essência é um conceito extremamente subjetivo. MARTINS (1973, p.13) ressalta, ainda, que a presença do valor estético numa peça qualquer depende da habilidade do artesão e de uma idéia criadora, e não dos procedimentos na ação do fazer. O artesanato representa, então, uma manifestação da vida comunitária, sendo, porém, um tipo de produção voluntária e pessoal. Tendo em vista a relação que é estabelecida entre o cotidiano e a comunidade, pode-se afirmar que os conceitos de artesanato e tradição caminham juntos:

O pressuposto da tradição que ora visa a 'autenticidade' e 'pureza' do artesanato, ora seu 'atraso', une duas visões diferentes em relação à questão do artesanato. Ambas concordam ao admitirem que as atividades artesanais participam de um outro mundo, constituindo-se em uma espécie de sobrevivência. Uma delas vê o artesanato como parte de um mundo diferente, por oposição a um mundo moderno, mas ao mesmo tempo, e pelo próprio fato de ser 'outro', trata de resgatá-lo, mantê-lo como produto de uma tradição dita 'popular' (ALVIM, 1983, p. 49).

A relação estabelecida entre tradição e artesanato vai ao encontro da afirmativa de que o fazer artesanal não pode ser visto, preponderantemente, como uma forma de sobrevivência, mas deve ser encarado como uma 'arte', uma 'arte popular' a ser preservada em suas formas mais 'puras'. No entanto, a autenticidade buscada no trabalho artesanal não deve levar ao esquecimento do significado sociológico das relações sociais e culturais que formam um universo mais amplo. "Os trabalhadores artesãos estão organizados através de seu trabalho, onde materializam-se e reproduzem-se formas particulares de concepções do mundo, mais ricas em seus significados simbólicos do que sua maior ou menor autenticidade" (ALVIM, 1983, p. 49).

A diferença entre arte popular e tradicional merece atenção em relação à cultura de massa, voltada para o consumo em grandes quantidades. A primeira deve ser compreendida como a técnica ou processo manual de criação plástica, ou seja, envolve o modo como o artesão transforma a matéria bruta e a partir dela obtém coisas úteis e não apenas voltadas para um aspecto estético. Dessa forma, a feição tradicional desse tipo de arte se caracteriza pelo processo de trabalho rotineiro, em que o artesão praticamente não inova o fazer artesanal. Ele imita e acompanha, seguindo um modelo

comum, pré-estabelecido. Logo, não há forte exigência pela criatividade no processo, ou quando esta ocorre, é mínima (MARTINS, 1973, p.14).

Já o artesanato voltado para a cultura de massa caracteriza-se pelo fazer artesanal direcionado a tendências e demandas momentâneas, que 'estejam na moda' e que, portanto, possuem valor efêmero e pouco duradouro, mas que é voltado para um consumo ampliado.

Como exemplo de arte popular, cita-se aquele praticado na região do Vale do Jequitinhonha que, de modo específico, caracteriza-se enquanto arte regional. Isso porque o seu cunho local ou regional é revelado a partir da elaboração de peças e objetos que indicam aspectos da vida comunitária ou de determinada área cultural, representando hábitos, tradições e estilos de vida de cada meio ou ambiente (MARTINS, 1973, p.14). As esculturas de barro, exaltando ou denunciando aspectos da vida dos retirantes e miseráveis da seca, assim como os 'peões' e seus carros de boi, as lavadeiras e também as 'namoradeiras', são exemplos de arte popular.

Todavia, a concepção de artesanato como 'atrasado', comprometido com um determinado tipo de desenvolvimento e planejamento econômico, favorece a sua substituição pela contemporaneidade e modernidade da produção industrial capitalista. Nesse contexto, é necessário distinguir atividade artesanal de atividade industrial. MARTINS (1973, p.32) descreve o que ele chama de artes industriais como atividades realizadas na oficina, por artífices, em que a produção, mais ou menos organizada, decompõe-se em várias fases ou operações elementares, o que se costuma chamar de divisão do trabalho. É importante ressaltar que a atividade, nesse caso, constitui rotina porque se repetem sempre as mesmas operações e as peças resultantes são criações de muitos e produzidas em série. Os objetos resultantes desse processo produtivo são idênticos e podem ser considerados como meras cópias.

Em analogia ao processo de reformulação industrial, em específico o da divisão do trabalho no processo produtivo inerente ao século XIX, o fazer artesanal também passa a se configurar, em tempos recentes e em determinados casos, conforme os padrões tayloristas. O estudo elaborado por Frederick Winslow Taylor, "Princípios de organização científica das usinas", em 1912, desenvolvido a partir de observações científicas e empíricas sobre o movimento do corpo humano e a sua otimização conforme o mínimo de tempo, possibilitou a mecanização da cadeia produtiva e a modernização das manufaturas, o que contribuiu para a massificação dos produtos e favoreceu a acumulação do capital (HARVEY, 1992). Não obstante, o fazer artesanal influenciado por esses moldes industriais promove a descaracterização de sua essência criativa para atender às demandas do mercado, de modo que privilegia a padronização e a quantidade, em detrimento da qualidade artesanal.

A diferenciação entre arte e objeto, artesão e artífice, portanto, torna-se latente e se direciona para a noção de industriano. Tal processo, segundo informações cedidas pelo Instituto Centro CAPE,

caracteriza-se por uma “produção em grande escala, em série, com utilização de moldes e formas, máquinas e equipamentos de reprodução, com pessoas envolvidas e conhecedoras apenas de partes do processo” (INSTITUTO CENTRO CAPE, 2005, p.13-14). Portanto, pode-se considerar a produção artesanal como sendo aquela resultante da habilidade pessoal; e a produção industrial, como aquela cujo processo produtivo baseia-se na mecanização e na automação.

As produções elaboradas pelas máquinas são muito eficientes e de custo relativamente baixo, porém, não substituem em todos os sentidos os artefatos artesanais, cujas implicações e sentido vão além da própria utilidade do objeto. Os valores humanos e culturais a eles agregados não podem ser perdidos sem que o homem perca sua própria dignidade e deforme a vocação de sua natureza. Cabe a todas as instituições educacionais, culturais, (...), defender a continuidade das atividades artesanais para a garantia da criatividade, autonomia, sobrevivência e promoção das habilidades individuais como fator de liberdade individual (D’ÁVILA, 1983, p. 169, grifo nosso).

Por sua vez, a distinção entre a atividade artesanal e o industriarato pressupõe uma análise mais profunda do processo de taylorização. A perda das relações com o meio, suas referências culturais e o engajamento em cultura exótica, sem conscientização e integração assimilada, pode acarretar a perda de identidade de uma cultura autêntica e resultar em alienação. D’ÁVILA (1983, p.171) atenta “no atual sistema, em que a liberdade é cada vez mais cerceada pelas técnicas de planejamento e controle, urge uma revalorização do indivíduo como elemento básico e como objetivo primordial na luta pela inserção social e pelo resgate do conceito de cidadania”, tal qual defendido pelos movimentos sociais do passado.

No âmbito nacional, diversas instituições de fomento ao empreendedorismo têm estimulado as práticas artesanais como uma saída para promover o revigoramento econômico de regiões estagnadas em detrimento da perspectiva de inserção social preconizada pelo DL. Dessa forma, processos como a obtenção de microcrédito, aperfeiçoamento técnico, e até mesmo sistemas de exportação dos produtos artesanais em escala mundial são facilitados e/ou estimulados, predominantemente em microescala. Esse esforço é incorporado, geralmente, aos programas de geração de emprego e renda, em especial naqueles lugares que apresentam forte marginalidade e exclusão social, a exemplo da região do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, entre outras.

O espírito empreendedor e cooperativista passa a ganhar notoriedade entre os representantes municipais e estaduais como via alternativa, contando, para isso, com o apoio do Governo Federal e de organizações nacionais e estrangeiras, como já foi mencionado anteriormente. Todavia, questiona-se até que ponto essas práticas artesanais conseguem manter o seu poder criativo e o vínculo à essência do artesanato ante as influências tayloristas, atualmente estimuladas (ou mesmo exigidas), para a obtenção do selo de qualidade total (IQS). Isso porque a preocupação com a qualidade e com a padronização das peças artesanais passa a ser colocada como meta e, em alguns casos, como

exigência para se inserir no mercado de exportação. Como destaca ARENDT (1993), tais processos permitem verificar como a institucionalização pode minar o caráter criativo do artesanato e torná-lo uma repetição, e não mais uma obra. Observa-se que essa estratégia de internacionalização vem sendo adotada pela atuação da Associação Mãos de Minas no cenário nacional. Tal ruptura permite classificar esses “novos” produtos como artesanato ou eles se enquadrariam melhor no chamado ‘industriano’?

O conceito de artesanato, carregado de um viés industrial, é revelado por PEREIRA (1979):

Atividade do tipo industrial, predominantemente manufatureira, executada em oficina (doméstica ou não) de equipamento primário e acentuado manualismo, em que os indivíduos de ocupação qualificada se encarregam, pessoalmente ou mediante auxiliares sem relação empregatícia, de todas ou quase todas as fases de transformação de matéria-prima em produtos acabados, os quais se destinam à comercialização e devem, conforme o caso, se caracterizar por um maior ou menor grau de originalidade ou de tipicidade (PEREIRA, 1979, p. 79, grifos nossos).

Essa descaracterização das práticas artesanais pode ser notada em diferentes áreas do país ou mesmo do mundo, a partir do momento em que o mercado passa a ditar as regras para a confecção e venda dos produtos, até certo ponto, manuais. A simbologia desse processo ocorre, em especial, quando, para se enquadrar às exigências do mercado, o artesão passa a buscar a perfeição e a padronização de sua produção. O selo de qualidade total oferecido a um seleto grupo de artesãos brasileiros – em torno de sessenta dentro de todo o território nacional – reflete como a busca por padrões homogêneos e “perfeitos” se mostra latente em determinados contextos. Assim, vendem-se muito mais representações de manifestações culturais que não necessariamente sejam locais, mas elementos tornados mercadoria que facilmente serão absorvidos pelo mercado. O artesanato se transforma em mercadoria, perde a característica anterior de valor de uso e passa a exercer valor artístico e cultural, na maioria das vezes servindo como renda complementar para as comunidades agrícolas; haja vista a atratividade que o fazer artesanal possui frente ao recrudescimento do turismo rural, e ainda pela desvalorização das práticas agrícolas em detrimento das não-agrícolas. O fetiche do consumo é, então, exacerbado, e revela um outro processo em que o mercado molda o consumidor.

1.6. Sociedade civil, associativismo e cidadania

Tendo em vista que as experiências abordadas neste estudo, em sua maioria, estão calcadas em práticas de associativismo civil, pretende-se discutir, a seguir, como a dimensão associativa se insere no debate sobre o DL. Estaria o associativismo voltado para uma postura política mais consistente ou para a construção de canais de inserção dos seus associados no mercado de produção e consumo?

Inicialmente, é necessário ressaltar que o conceito de sociedade civil é polissêmico e adquire várias definições na literatura, constituindo um campo de intenso debate e posicionamentos teóricos

divergentes. Para finalidade conceitual, a sociedade civil foi compreendida segundo parâmetros bem abrangentes, ou seja, como uma esfera de interação social que se diferencia da economia e do Estado. Nesse sentido, parece valiosa a definição de SKOCPOL & FIORINA (1999a), citada por ARMONY (2004, p.11), que entende sociedade civil como “rede de laços e grupos através dos quais pessoas se conectam umas às outras e se inserem em questões comunitárias e políticas” (tradução nossa). De acordo com PUTTNAM (1993), o associativismo contribui para a promoção de práticas de cooperação, solidariedade e espírito público entre os membros da sociedade civil, gerando efeitos no sistema político, na medida em que agrega interesses e facilita a tomada de decisões.

A vida associativa criaria círculos virtuosos e ganhos democráticos entre seus membros. ARMONY (2004) é mais cauteloso ao afirmar que o engajamento civil não necessariamente tem efeitos democratizantes, sendo de grande importância o contexto no qual a sociedade civil se associa. O autor afirma que o ambiente sócio-cultural, dessa forma, tem papel relevante em influenciar decisivamente aspectos como a natureza, as disposições, as orientações e os impactos do engajamento civil.

No Brasil, como aponta AVRITZER (1998), o crescimento dos níveis de associativismo civil está ligado ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, com o gradual fortalecimento da sociedade civil frente a um Estado impositivo e centralizador. A defesa de direitos específicos, a afirmação de identidade cultural própria e a promoção da cidadania presente nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 revelam o associativismo civil enquanto fértil campo de reivindicação política e oposição ao autoritarismo estatal:

A história do associativismo no Brasil é uma história de repressão e de conflito com o Estado autoritário, nas mais diversas conjunturas. Ao mesmo tempo – isso é importante – é uma história muito centrada no Estado (LANDIM, 2002, p. 25).

Na década de 1990, entretanto, são visíveis as mudanças no padrão de relacionamento entre sociedade civil, mercado e Estado no Brasil. A heterogeneidade de atores e interesses que compõem as práticas de associativismo civil nessa dinâmica amplia os âmbitos iniciais de *reivindicação* e *conflito* de atores da sociedade civil com o Estado, englobando, também, práticas de *diálogo* e *colaboração* entre ambos. Um outro fenômeno que pode ser observado é que o mercado adota, gradativamente, o discurso de investimento empresarial nas áreas social, ambiental e cultural. Os termos *cidadania* e *responsabilidade social empresarial* estiveram cada vez mais presentes nas palavras do empresariado brasileiro ao longo dessa década, culminando com a expansão e a consolidação das fundações e institutos empresariais que atuam no setor de entidades sem fins lucrativos.

Diante da evolução histórica e das redefinições do associativismo no Brasil, uma questão que se mostra crucial é se a dimensão associativa da ordem social ainda contempla o discurso propriamente político de outrora (de cunho coletivista, não privativo), ou se constitui, nos moldes

recentes, como estratégias associativas mais voltadas à sobrevivência e inserção de membros no mercado de produção e consumo. Independentemente da clivagem desses movimentos associativos para um lado e/ou outro, FERREIRA (1999) afirma que:

A representação política dos cidadãos, seja pelo voto ou por meio dos movimentos associativos, é o mecanismo que possibilita o exercício da política como uma arena de negociação de conflitos e de intermediação de interesses (FERREIRA, 1999, p.90).

A abordagem preconizada por WHITEHEAD (1999) propõe um critério de avaliação do associativismo civil que questiona, desde o princípio, a necessária correlação entre participação associativa e política. Sobre essa concepção, o associativismo adquire múltiplos contornos que não remetem, de maneira substancial, à participação política da sociedade civil na esfera pública:

[...] qualquer que tenha sido o caminho histórico seguido, os padrões resultantes de vida associativa e comunicação social serão altamente estruturados, com setores tradicionalmente mais favorecidos e centrais e outros marginais ou excluídos. Dependendo da localização de cada pessoa nessa estrutura de privilégios e oportunidades, e do grau de abertura e flexibilidade do sistema, é possível considerar a sociedade civil resultante tanto como a expressão mais autêntica e a garantia durável de uma democracia política, quanto como a mais flagrante negação de sua promessa universalista (WHITEHEAD, 1999, p. 21).

Já DAGNINO (2004) acredita em um suposto processo de despolitização da atuação civil após décadas de avanço democrático e participativo, com considerável alinhamento da sociedade civil aos interesses do Estado e instituições financiadoras. Ainda segundo a autora, observa-se, na atualidade, um trânsito para o âmbito dos ganhos privatistas, restrita a grupos da sociedade civil que, inclusive, podem reforçar o projeto neoliberal excludente e autoritário.

De acordo com VIEIRA citado por AVRITZER (1997), existem ponderações em relação ao papel político do associativismo, uma vez que podem ser observados três grupos de associações que possuem posicionamentos distintos frente ao Estado e ao mercado: (i) associações não conflitivas (como as recreativas, religiosas e humanitárias que, devido ao seu caráter originário, não provocam grandes embates); (ii) associações conflitivas (como os sindicatos, associações profissionais e comunitárias, que estão voltadas para um campo específico de ação); e (iii) novo associativismo (movimento de mulheres, negros, ecologia e de direitos humanos, capazes de influenciar o sistema político e econômico).

As práticas de associativismo relacionadas ao artesanato, portanto, inserem-se nessa dinâmica complexa de posicionamentos, interesses e clivagens entre sociedade civil, mercado e Estado. Partindo do princípio da heterogeneidade das práticas artesanais e as formas de organizações institucionais que se formam ao seu redor, acreditamos que o artesanato pode representar contornos mais amplos de reivindicação coletiva de direitos e políticas públicas, fortalecendo as capacidades e

disposições da cidadania sob a perspectiva de Desenvolvimento Local. Por outro lado, observamos que as práticas associativistas de artesanato também configuram uma alternativa frequentemente utilizada para a viabilização das atividades econômicas de seus associados.

A constituição de associações de artesanato, não raro, tem o claro objetivo de suprir as necessidades de sobrevivência de pequenos grupos, permitindo que indivíduos se organizem e constituam uma entidade jurídica capaz de atender às exigências legais para a produção e comercialização de produtos artesanais. Nos casos aqui analisados, estão presentes diferenças em relação à natureza e às finalidades associativas, bem como a relação destas com o mercado, o Estado e os demais atores da sociedade civil.

Em relação ao Salão do Encontro, percebe-se que a estrutura de associativismo que ele apresenta possui um caráter assistencialista que permeia, em sua essência, as práticas da instituição. Os aspectos cultural e simbólico são valorizados nas atividades desenvolvidas na produção, buscando-se, concomitantemente, o acesso dos produtos da associação ao mercado, por meio de canais institucionalmente estruturados em parcerias com os setores público e privado. A reivindicação política segue uma lógica não conflitiva e restrita aos direitos específicos de um determinado grupo, no caso, os próprios beneficiários pela associação.

No caso da Central Mãos de Minas, temos um exemplo de associativismo fortemente orientado para o mercado. O apoio da instituição ao setor artesanal mineiro se dá por meio da criação de estruturas de apoio ao associado, com o intuito de propiciar a sua inserção produtiva e o seu fortalecimento a partir da venda de produtos próprios. Ainda que a associação englobe artesãos de diferentes regiões do estado, somente estudos mais detalhados seriam capazes de analisar se a instituição se mostra representativa em termos de reivindicação política do setor, ou seja, se corresponde ou não a uma arena institucional profícua de luta pela democratização protagonizada pelos artesãos.

Por fim, a experiência relatada sobre o Projeto Flor do Cerrado parece enquadrar-se na categoria do chamado novo associativismo, constituído através de uma outra forma de organização coletiva: o grupo de mulheres. Apesar da necessidade de maiores detalhes e aprofundamentos sobre a experiência, devido ao curto período de contato com os envolvidos no projeto, ressalta-se que esta foi a experiência observada que mais se aproximou daquilo que SKOCPOL & FIORINA, mencionados anteriormente, entendem como sociedade civil.

Dessa forma, conclui-se que as experiências voltadas para o associativismo no Brasil, atualmente, agregam inversões e distorções de sua função e finalidade face à apropriação do discurso neoliberal por seus representantes. As relações estabelecidas ocorrem, geralmente, através da troca de favores particulares ou de investimentos financeiros vultuosos. Assim, há uma descaracterização do processo de ações mais coletivas enquanto essência e uma intensificação da idéia defendida por

SILVA (2001) de que, no Brasil, há um significativo preconceito em relação às expressões *comunidade*, *desenvolvimento local e comunitário* e *serviço social*. Na maioria das vezes, tais termos são entendidos ou vinculados a ações assistencialistas e resultantes de uma “pedagogia de participação” incentivada por determinados órgãos e instituições públicas, a exemplo do adestramento e da cooptação de lideranças promovidos pelo SEBRAE em vários pontos do país. Daí, a visão ainda negativa e reduzida que muitos representantes do Estado e da sociedade civil remetem ao DL nos dias atuais.

No capítulo seguinte, os procedimentos metodológicos, em especial o uso das fontes orais e dos relatos de vida, serão apresentados. Tais métodos contribuirão para a caracterização do quadro artesanal nas escalas estudadas, envolvendo seus aspectos facilitadores e limitantes, sobretudo em Gouveia e nas comunidades Cuiabá e Espinho. A escolha do objeto de pesquisa e das questões norteadoras direciona a utilização de metodologias mais subjetivas, visto que em determinados aspectos as fontes quantitativas não permitiriam uma análise mais descritiva e abrangente, conforme a realidade observada nas áreas enfocadas.

Capítulo 2

Procedimentos metodológicos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em refletir sobre os alcances e limites do artesanato como meio para promover o Desenvolvimento Local, a partir de um estudo de caso no município de Gouveia-MG. Como objetivos específicos, procurou-se: i) analisar as constelações dos atores envolvidos nas estratégias para promover o artesanato como alternativa econômica; ii) avaliar o impacto da produção do artesanato nas famílias e nas comunidades; iii) refletir, a partir dos resultados, sobre a ideia do DL no contexto brasileiro e das outras escalas analisadas; iv) apontar os alcances, limites e contradições inseridos nesse processo.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa basearam-se na Observação Participante, na História Oral e nos métodos relacionados às fontes orais, em especial, a coleta dos relatos de vida. Além destes, a consulta às bases de dados oficiais e a aplicação de questionários e entrevistas (gravadas e escritas) também foram efetuadas à luz da discussão acadêmica de diversos autores que realizam essa abordagem na atualidade. A descrição sobre a escolha e a definição dos atores-chave para o objeto de estudo também é essencial para a compreensão do método e sua respectiva análise. Faz-se, ainda, uma discussão sobre a validade das fontes orais e o processo de definição entre metodologias quantitativas ou qualitativas, bem como as discussões acerca do método etnográfico e das diferentes acepções sobre o uso de fontes baseadas na memória coletiva e individual, e também na narrativa. Ao final, algumas dificuldades encontradas durante a aplicação de metodologias qualitativas e o uso de fontes orais também serão apresentadas como forma de contribuir para a reflexão do método, enquanto fonte válida para as pesquisas e processos investigativos acadêmicos.

A escolha de metodologias qualitativas se deu em função da necessidade de uma abordagem mais detalhada e variada sobre os atores-chave selecionados, que se encontram inseridos nos diversos níveis da sociedade (instituições públicas, prefeitura, lideranças comunitárias, moradores, entre outros). Esta abordagem favorece mais o entendimento das práticas cotidianas atreladas ao fazer artesanal local, permitindo a observação dos alcances e limitações desta prática associada às iniciativas de DL, a partir da trajetória de vida de duas artesãs selecionadas, desde a infância até o momento de concessão dos relatos individuais. Além disso, ela permite que sejam agregadas as observações e informação fornecidas por outros atores envolvidos.

2.1. Metodologias qualitativas e fontes orais

Todo pesquisador, ao definir o seu objeto de pesquisa, em algum momento de seu processo investigativo, indagou-se sobre qual o melhor método a ser aplicado, considerando o tipo de recorte e reflexão previamente estabelecidos. Ele deve optar pelo método que assegure maior credibilidade e validade aos seus argumentos. Mas qual é o método mais apropriado? Qual deles pode conferir maior credibilidade e validade? O método quantitativo é melhor ou pior do que o qualitativo?

No meio científico, ainda é freqüente a dicotomia entre o método quantitativo e o qualitativo, dado o caráter polêmico no qual esse tema permanece inserido em diferentes instituições de pesquisa e ensino. Não raro, pode ocorrer, entre os pesquisadores, uma vinculação errônea de que existem métodos específicos para as ciências sociais e outros para as ciências físico-naturais e biológicas²². Tal pensamento não é predominantemente adequado e não se aplica em variados casos.

A Sociologia, por exemplo, utiliza, com freqüência, as formas quantitativas para coletar, interpretar e analisar dados obtidos em suas pesquisas, o que representa influência de uma vertente positivista das ciências, que teve seu auge nos anos 60. O constante uso do método *Survey* pode exemplificar tal momento, visto que questionários de pesquisa são elaborados de forma a permitir uma quantificação das respostas obtidas e, assim, possibilitar uma análise da realidade a partir de números, porcentagens e generalizações. Logo, parte-se do princípio de que “os fatos falam por si mesmos e que nada existe além dos fatos” (MINAYO, 1999, p. 27).

O aumento e a valorização do uso de fontes orais como forma de “dar voz aos excluídos” e “de preencher as lacunas da história”, tal qual apregoado pela Escola de Chicago (WEBER, 1996; TREBITSCH, 1994; THOMSON, 1998), favoreceu a busca e a afirmação da validade das análises de pesquisa a partir de um viés predominantemente subjetivo. Na verdade, tal corrente de pensamento acadêmico defendia o uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos. Dessa forma, campos e ciências como a Psicologia, a Antropologia, a História, e até mesmo a Geografia, passaram a buscar no método qualitativo e nas fontes orais um novo campo de análise para argumentar suas pesquisas, configurando o campo da chamada Pesquisa Social.

Todavia, o aumento da interdisciplinaridade entre os objetos de pesquisa e os campos das ciências, atualmente, não permite uma abordagem pouco complexa como essa (qualitativo *versus* quantitativo), especialmente porque teoria e prática também não são, necessariamente, dicotômicas. A prática contém princípios de uma determinada teoria e vice-versa, como nos atenta BOURDIEU (1989):

²² Inserida neste contexto, surgiu a chamada Geografia Nova ou Geografia Quantitativa, cujo ápice se deu através da criação do IBGE. Tal corrente de interpretação geográfica foi contestada, a partir dos anos 70, pelos representantes da geografia crítica, como “apolítica”. Ainda hoje há diferenças entre as duas correntes, contudo, cresce o entendimento de que o método considerado apropriado depende do contexto da pesquisa.

As opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglosaxônicos, como *evidence* (BOURDIEU, 1989, p. 24, grifo nosso).

Assim, considerar falsa a dicotomia entre teoria e prática, ainda muito presente em alguns meios acadêmicos, faz com que as novas pesquisas sejam capazes de integrar diferentes métodos, o que possibilita um uso mais flexível destes; porém, de forma não menos complexa. Por isso, é necessário que o pesquisador reflita bastante antes de tornar definitiva a escolha pelo método de pesquisa, atentando-se, prioritariamente, para a justificativa dessa opção. Não raro, há aqueles que preferem mesclar ambos os métodos, denominando-o como quali-quantitativos, no intuito de abordar de forma mais completa o seu objeto de pesquisa.

De um modo geral, a maioria dos pesquisadores tem liberdade e autonomia para escolher e utilizar o método conforme seus interesses e necessidades. Porém, o que ocorre de modo constante é uma nítida confusão entre o rigor dos procedimentos e regras acadêmicas, que, de certa forma, auxiliam o fazer investigativo, com a rigidez do *modus operandi* de certas metodologias e métodos de pesquisa. De fato, a relevância do trabalho de campo enquanto “um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, [e] verificar” (BOURDIEU, 1989, p.27), já evidencia o quanto a prática e a teoria encontram-se devidamente intrínsecas.

Deve-se, também, mencionar a importante relação que essas escolhas possuem com o perfil, a formação pessoal, os interesses e as crenças do próprio pesquisador, visto que não há, de fato, uma “neutralidade” dos instrumentos de pesquisa: “O ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, citado por BOURDIEU, 1999, p.45). Tal idéia é reforçada pelo trecho a seguir:

O conjunto das características que definem cada pesquisador, a saber, seu tipo de formação (...), seu estatuto na universidade ou em relação à universidade, as instituições que faz parte, suas afiliações de interesse e sua participação em grupos de pressão propriamente intelectuais (...) contribui para determinar suas possibilidades de vir a ocupar esta ou aquela posição, isto é, adotar estas ou aquelas oposições, no campo epistemológico. (BOURDIEU, 1999, p. 90-91)

Dessa forma, não se pode desconsiderar que o nosso olhar é também treinado e disciplinado pelo meio científico. Em outras palavras, “o olho que vê, é o olho da tradição”.

Nesta pesquisa, optou-se por enfatizar os dados qualitativos e as fontes orais, através da Observação Participante e da coleta dos relatos de vida; assim como o registro a partir de anotações em folhas de papel e fotografias, em casos específicos, além de entrevistas e conversas informais com moradores e atores-chave, nos município de Gouveia e Diamantina-MG. A ênfase no método qualitativo justificou-se pela necessidade de conhecer a prática artesanal na vida das entrevistadas, que se faz presente desde a infância até os dias atuais. Assim como os aspectos antecedentes e as

influências que direcionaram a realização do artesanato enquanto meio de subsistência e/ou ofício²³, foram analisados os obstáculos e as dificuldades para a sua realização, o dom aprimorado ou a técnica copiada, entre outros fatores. Dessa forma, pôde-se obter uma análise mais rica sobre o perfil de cada artesã, com nuances e aspectos que dificilmente são atingidos a partir de um questionário direcionado que, geralmente, não permite respostas mais abrangentes.

Segundo MINAYO (1999, p.25), a pesquisa corresponde a uma “atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta da realidade”, entendida como uma “atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota”, a partir de uma combinação particular entre teoria e dados. Por sua vez, a Pesquisa Social permite a construção de posições frente à realidade, através da observação dos momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, assim como das preocupações e interesses de classes e de grupos determinados, considerando a sua carga histórica. De acordo com a divisão elaborada por BULMER, citada por MINAYO (1999, p.26), há cinco modalidades diferentes de Pesquisa Social: (1) pesquisa básica, (2) pesquisa estratégica, (3) pesquisa orientada para um problema específico, (4) pesquisa-ação e (5) pesquisa de inteligência.

Conforme tal classificação, esta pesquisa se enquadra no terceiro tipo: orientada para um problema específico, na medida em que corresponde a uma investigação voltada para questões que envolvem o desenvolvimento de programas governamentais, em que a ação do pesquisador é predominantemente externa ao processo. No caso, o incentivo à criação de políticas públicas voltadas para a escala local – em especial práticas que possibilitem o Desenvolvimento Local via artesanato – serve como embasamento para questionar a aproximação ou não desses incentivos com as premissas teóricas do DL (mais voltado para a inclusão e resgate da auto-estima do que somente a geração de emprego e renda), assim como a contribuição e influência que eles possuem para a descaracterização das práticas artesanais em sua essência.

Não foram descartadas as consultas e análises de documentos oficiais e dados estatísticos do IBGE, Ministério da Fazenda, EMATER e Prefeitura Municipal de Gouveia, além de outras instituições oficiais, como forma de complementar e enriquecer o estudo. Como sugere MINAYO (1999, p.21), “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”.

Outras estratégias adotadas foram a sistematização e a generalização de determinados aspectos do modelo específico que foram projetados para o geral, baseando-se no tipo de raciocínio analógico e no método comparativo. Em outras palavras, partiu-se dos aspectos peculiares do estudo de caso observado, e a partir dessas “pistas”, foi possível ampliar as observações feitas para a

²³ A palavra ‘ofício’ deve ser entendida em equivalência à noção fornecida por BOURDIEU (1999), que a aproxima de uma atividade mais livre e ligada ao prazer do que à exigência e obrigação sobre a realização de determinadas atividades.

realidade de outros municípios brasileiros, a partir de uma análise comparativa sobre determinados fatores em comum.

2.2. O método etnográfico e a Observação Participante

O método ou experiência etnográfica consiste na “construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2002, p.36). Nele, as ‘pistas’, traços, gestos e significações simbólicas constituem-se ferramentas que possibilitam desenvolver interpretações estáveis sobre uma experiência compartilhada entre pesquisador e pesquisado. Malinowski, Bakhtin, James Clifford, George Marcus e Geertz são alguns dos autores estudados que apresentam opiniões divergentes sobre o fazer etnográfico.

Para alguns estudiosos, o trabalho de campo e a permanência por longos períodos nas localidades observadas são essenciais para que o pesquisador consiga conhecer, utilizar e até dominar a língua nativa. Tal objetivo consiste na aproximação máxima com a cultura e os hábitos locais, a fim de tentar extrair uma descrição e/ou interpretação mais fiel e próxima da realidade que está sendo analisada. Por sua vez, há aqueles que acreditam que uma menor estadia já é suficiente, na medida em que “o olhar treinado e capacitado” do etnógrafo é capaz de capturar o cerne de uma cultura a partir da ênfase em temas e instituições específicas:

O pesquisador de campo, operando de modo intensivo, poderia, de forma plausível, traçar o perfil do que se convencionou chamar *‘presente etnográfico’* - o ciclo de um ano, uma série de rituais, padrões de comportamento típico (CLIFFORD, 2002, p.30).

O poder de observação é, portanto, priorizado, em especial porque a cultura é considerada como “um conjunto de comportamentos, cerimônias e gestos característicos passíveis de registro e explicação por um observador treinado” (CLIFFORD, 2002, p.29). Afinal, a interpretação depende da descrição. Assim, a etnografia como instrumento de interpretação das culturas é capaz de construir generalizações e interpretações válidas para o mundo real e global a partir da análise de uma realidade peculiar, isto é, a parte é concebida como um microcosmo analógico do todo.

A Observação Participante, enquanto método derivado da experiência etnográfica, também se configura como procedimento qualitativo válido para a obtenção de registros e descrições das relações estabelecidas entre pesquisador e pesquisado. Entretanto, ela considera, em sua essência, a existência de um compartilhamento dessas experiências. Afinal, o pesquisador também é visto, analisado e rotulado por seu objeto de estudo, contrapondo-se à ilusão da invisibilidade defendida por Geertz. Para BOURDIEU (1999, p. 75), a importância do trabalho de campo consiste no momento da experiência direta dos indivíduos e de suas situações concretas e cotidianas, em que o elo intuitivo e a hipótese das relações possibilitam sistematizar os dados: “o imperativo sociológico do ‘trabalho de

campo' [corresponde a] uma prática sociológica que, na medida em que se burocratiza, tende a interpor entre o idealizador da pesquisa e os que ele estuda o conjunto dos executantes e o aparelho mecanográfico".

Todavia, há inúmeras críticas ao método etnográfico, em especial sobre os procedimentos mais adequados para os quais o pesquisador deve atentar-se durante a experiência, de modo a não corromper a validade das descrições e observações conseguidas. Em primeiro lugar, é questionada a exacerbação da autoridade científica conferida ao pesquisador no momento em que ele faz crer que a sua descrição é verdadeira e que a realidade exposta ao leitor independe de quem observou ou fez a descrição. Em outras palavras, o etnógrafo faz despertar a idéia de Malinowski de que "você está lá porque eu estava lá". Simultaneamente, este "estar ali" e "estar aqui" acabam por validar a confiabilidade da ciência e de seus pesquisadores a partir da autoridade do discurso. Como denominado por CHAUI (1997), trata-se do conhecido *discurso competente*.

Em segundo, indaga-se sobre como uma experiência estritamente subjetiva pode se transformar em um relato legítimo, em especial considerando-se a necessidade da transposição da observação realizada para a forma escrita e textual. Além disso, pergunta-se como essa experiência intercultural, obviamente perpassada por relações de poder e interesses pessoais, é capaz de se adequar a uma linguagem tida como universal e composta por uma autoria individual.

Em síntese, deve-se salientar que toda e qualquer experiência é única e essencialmente subjetiva, na medida em que há diferenças no grau de envolvimento, afinidade, contextos e interesses de ambas as partes: pesquisador e objeto. Logo, a busca por uma atitude mais documentária, ao estilo de Malinowski, é inapropriada, haja vista que poderá haver diferentes abordagens e recortes para cada experiência, em tempos diversificados, e dependentes de cada pesquisador conforme seu interesse e formação. Além disso, a autoridade etnográfica não deve ser hierarquizada em relação aos seus colaboradores e informantes. Isso porque o fazer etnográfico se baseia em uma multiplicidade de vozes e autorias, ou seja, há uma verdadeira polifonia de idéias e escritas. A *heteroglossia*, ou suposição de que "as línguas não se excluem" (pois possuem interseções entre si, sob variadas formas) acaba por ratificar o fato de que não há uma única voz no texto. Como reforça BAKHTIN (citado por CLIFFORD, 2002, p. 44), "metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa". Assim, as experiências podem se configurar ora como polifônicas, dialógicas, interpretativas, ou mesmo experienciais, dependendo apenas da maior ou menor consciência e autonomia de idéias que o pesquisador considera possuir durante o processo de compartilhamento e troca com seu objeto.

Sobre a transposição da experiência, sabe-se que a etnografia, desde o início, encontra-se imersa na escrita, o que inclui, minimamente, um processo de tradução da experiência para a forma textual. Tal processo se torna ainda mais complexo na medida em que envolve múltiplas

subjetividades, além de constrangimentos políticos e pessoais que geralmente fogem ao controle do escritor. Não raro, muitos colaboradores não reconhecem sua própria fala ou jogo de idéias quando estas são transpostas para a forma escrita. Isso porque a escrita não é capaz de retratar o fiel da realidade. O que os pesquisadores devem evitar é cair na chamada “armadilha êmica”, a partir do momento em que passam a tomar o discurso do informante ou colaborador como verdade e/ou opinião própria.

O método de Observação Participante, por vincular-se diretamente com o *olhar geográfico*, possibilitou uma (re)leitura das relações e processos produtivos que envolvem os atores-chave e demais moradores de Gouveia. Desse modo, há a possibilidade de comparação entre essas percepções e as análises e informações realizadas por instituições e órgãos federais oficiais, a exemplo do IBGE e da Fundação João Pinheiro. A realidade de Gouveia em números, com suas estatísticas, cálculos e indicadores, não é suficiente para explicitar outras relações mais abstratas e complexas do cotidiano de suas comunidades, em especial sobre o seu contexto artesanal.

2.3. História Oral e relato de vida

O surgimento da História Oral, conforme TREBITSCH (1994) e THOMSON (1998), encontra-se ligado ao desenvolvimento tecnológico das formas de registros orais, em específico após a invenção do gravador à fita em 1948, atingindo o auge de sua difusão enquanto método na década de 60 do século passado. Sua pretensão inicial era de se constituir como uma “outra história”, influenciada pelo contexto dos movimentos de contestação social daquela época. Allan Nevins, portanto, ao fundar o *Columbia History Office*, inicia a História Oral Moderna, que passa a considerar a transcrição, e não a gravação, como documento válido. Tal postura pontuava, mais uma vez, a prioridade que as formas escritas possuíam (e ainda possuem) em relação aos documentos orais pelos centros acadêmicos, em especial quando passa a atribuir, também, à História Oral, a função de “preencher as lacunas” dos documentos escritos.

O contexto do pós-guerra do Vietnã, associado aos discursos de terceiro-mundismo, por sua vez, ampliam o interesse dos cientistas sociais pelos excluídos, minorias, imigrantes e marginais, e ressaltam a idéia de registrar uma “história vista de baixo”, que se opunha à visão histórica já documentada pelas elites – ou seja, uma “contra-história”. Assim, a História Oral enquanto método ganhava ares reivindicatórios e de apoio às massas, na tentativa de reconciliar o saber com o povo. Conforme TREBITSCH (1994, p.22), a História Oral defende três pilares principais: é contra a história antiga, a anterioridade milenar; é contra a história oficial, já que é uma história “vista de baixo”; e, ainda, é contra a ficção da objetividade, enquanto ciência engajada.

Um dos precursores dessa linha de pensamento é Paul Thompson, em especial após a publicação e divulgação, em 1978, de *Vozes do Passado* (referência em estudos sobre o tema). Nesta obra, o autor defende a função da História Oral de devolver a história ao povo, sejam operários, militantes, mulheres, perseguidos ou excluídos. Em outras palavras, a História Oral configura-se enquanto uma tentativa de “democratizar a própria história”. Entretanto, uma das críticas feitas a esse direcionamento refere-se à banalização e vulgarização que esse método sofreu pela ação da mídia, especialmente após a sua consagração como método oficial, no ano de 1980. Nas palavras de TREBITSCH (1994, p. 39), “não se trata de devolver a palavra aos excluídos, dominados, transferidos, perseguidos, mas sim a uma sociedade inteira”. Para tanto, a História Oral precisa redirecionar seus pilares no intuito de evitar que se torne completamente “domesticada” pelas discussões metodológicas ou, ainda, de se configurar enquanto literatura ao aproximar-se da ficção e do mito. Em concordância com a idéia, POLLACK (1989, p.14) afirma que “a história oral não deu lugar a uma espécie de contra-história ou de história alternativa, mas tem permitido pensar diferentemente a memória, a identidade e a biografia”.

A despeito das críticas direcionadas à História Oral, LANG (2000, p.123) enfatiza outros aspectos dessa metodologia qualitativa, na medida em que ela “permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram”. Esta metodologia possibilita a obtenção de três tipos de documentos diferentes, tais como: os depoimentos orais, a história de vida e, ainda, o relato de vida.

O primeiro, de acordo com a autora anteriormente mencionada, deriva-se da busca que o pesquisador faz para obter o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em situações específicas, ou sobre a participação deste em determinadas instituições que lhe interessam enquanto objeto de pesquisa. É relevante ressaltar que, neste caso, o depoimento não se equivale ao sentido da busca pela verdade. Isso porque para as ciências sociais interessa apenas atingir o conhecimento de uma versão qualificada e válida pelo pesquisador, ou seja, uma outra versão peculiar de quem realiza a narrativa.

A história de vida, por sua vez, equivale ao momento em que o entrevistado é levado a explicar sobre sua vida de um modo mais livre, o que lhe possibilita imprimir à narrativa suas próprias categorias, ordenamentos e seleções daquilo que deseja, de fato, relatar. Como procedimento indispensável à riqueza da narrativa, é essencial que o pesquisador interfira o mínimo possível na entrevista. É freqüente, ainda, a prática de enumeradas seções de encontro entre o pesquisador e o narrador, necessitando da disponibilidade de um tempo dispendioso para a concretização deste método.

Por fim, o relato de vida, como forma menos ampla e livre, corresponde ao momento em que o narrador aborda determinados temas ou aspectos de sua vida, de modo específico. Também neste método é dado ao expositor total liberdade de narração; porém, há o conhecimento prévio sobre o interesse do tema a ser estudado e que interessa, de fato, ao pesquisador. Este deverá manter sua postura de “ouvinte” e tentar não interferir demasiadamente na narrativa, a não ser quando sentir a necessidade de direcionar e orientar a fala do entrevistado para o seu objeto. O pesquisador deve, então, estar consciente e atento para o fato de que tais direcionamentos incorrem no risco de que o narrador perca a espontaneidade de sua fala. Segundo BOURDIEU (1996):

Tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si, carteira de identidade, ficha de estado civil, *curriculum vitae*, biografia oficial, bem como da filosofia da identidade que o sustenta, quanto mais nos aproximamos dos interrogatórios oficiais das investigações sociais – cujo limite é a investigação judiciária ou policial (...) (BOURDIEU, 1996, p. 188).

Em concordância com TREBISCH (1994, p.19), a História Oral é “mais do que uma ferramenta e menos que uma disciplina”; logo, deve ser utilizada como método válido, desde que não caia nas armadilhas do discurso, tais como “preencher as lacunas da história”, “dar voz aos excluídos”, ou mesmo de ser uma “contra-história”, como afirmavam (ou ainda afirmam) determinados historiadores e pesquisadores. Assim como a história das elites, a história dos oprimidos e demais sujeitos da sociedade não deve ser hierarquizada a partir de uma maior validade e veracidade de quem as conta. Ambas constituem-se apenas enquanto *versões*, todas elas carregadas de subjetivismo e significações que serão variáveis conforme o “lado” em que as pessoas se situam nas mais diferentes situações.

Optou-se pela aplicação do método dos relatos orais, nesta pesquisa, para abordar a trajetória de vida e do fazer artesanal de artesãs-referência, no município de Gouveia. LANG (2000, p.125) afirma que “o trabalho de História Oral não se esgota na realização da entrevista, gravação, transcrição, edição e arquivamento”, pois há casos em que o documento precisa ser interpretado. Logo, posteriormente ao momento da transcrição, os relatos foram submetidos a uma análise mais criteriosa, obedecendo à seguinte ordem: análise da situação de contato e observações efetuadas durante a entrevista; análise de cada relato quanto à forma; análise de conteúdo, e finalmente, análise do conjunto. O conceito de análise, por sua vez, encontra-se em concordância com aquele formulado por QUEIROZ (1991):

Por análise, no sentido operacional do termo, entende-se o recorte de uma totalidade nas partes que a formam, que são apreendidas na seqüência apresentada em sua naturalidade para, num segundo momento, serem restabelecidas numa nova coordenação. Num e noutro momento, isto é, na decomposição e na subsequente recomposição, obedece-se tanto quanto possível às relações existentes entre as partes (QUEIROZ, 1991, p.88).

2.4. Memória, História e Narrativa

O momento da entrevista, no instante em que suscita no entrevistado imagens do passado, ou mesmo de experiências do presente a partir de símbolos, gestos e palavras, incita, imediatamente, o campo da memória: os chamados *insights*. Como ressalta LE VEN (1997, p.214), “a memória não é cronológica nem linear e a percebemos como um conjunto de experiências que ocorreram num espaço e num tempo diversos do tempo presente – o tempo do ‘rememorar’”. Mesmo que se consiga resgatar o passado, lacunas de lembrança que compõem a memória do esquecimento sempre estarão presentes. De acordo com BOSI (1987):

(...) a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência (BOSI, 1987, p.9).

A história de vida pode ser vista como um “momento solene”, na medida em que a autoridade acadêmica (imposta pela presença do pesquisador e de seu aparato tecnológico) consegue transpor os constrangimentos iniciais no instante em que o entrevistado aceita falar sobre si e suas experiências de vida. Logo, as memórias envolvidas em um processo como este não se assemelham a uma conversa informal com amigos ou uma entrevista jornalística (LE VEN, 1997). Para o pesquisador, a ênfase desse método qualitativo é buscar a relação entre a memória individual e coletiva que todas as pessoas possuem. “A história de vida é, portanto, técnica, que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (QUEIROZ, 1991, p.21).

HALBWACHS (1990, p.26), por sua vez, destaca o importante papel que os diversos pontos de referência possuem para a estruturação da memória individual e que a inserem na memória da coletividade. Lugares, monumentos, paisagens, festas, datas, personagens históricas e símbolos diversos, bem como as tradições e costumes, regras de interação, o folclore ou a música, configuram-se como artifícios de ‘ligamento da memória coletiva’; isso é, incorre-se a uma memória estruturada por suas hierarquias e classificações, sentimentos de pertencimento (ou não) entre grupos e pessoas, além de fronteiras sócio-culturais, a melhor delas configurada na chamada “memória nacional”. Esta linha de pensamento positivista reforça a idéia de considerar fatos enquanto coisas estáveis, imutáveis e pré-existentes. Todavia, como afirma POLLACK (1989, p.4), “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Esta nova abordagem redireciona o interesse pelos processos e atores intervenientes no trabalho de constituição e de formalização dessas memórias, em vez de se preocupar com a veracidade ilusória contida nos fatos.

Outro aspecto relevante trata da diversidade conceitual do termo 'memória' no decorrer dos diferentes tempos da história da modernidade. Na mitologia grega, por exemplo, a memória se aproximava da idéia de História, ao passo que para Freud, a memória interliga-se à representação, funcionando como uma percepção do consciente ou como um recalque: o esquecimento. Já BOSI (1979, p.17) defende que a memória é marcada pelas condições sociais nas quais o indivíduo está inserido e, ainda, por sua subjetividade.

Para NEVES (2000, p.109) a memória não é uma produção extremamente individual, pois existe uma associação entre quadros coletivos e momentos individuais. Além disso, ela é dinâmica e influenciada por emoções, lugares e vivências, por isso é também bastante flexível, já que os eventos são lembrados à luz das experiências e das demandas do tempo presente. Ela é sempre atual, na medida em que projeta anseios e vontades passadas para a concretização no futuro. Esta autora também destaca a noção de memória contrária ao senso-comum. Isso porque a memória não se reduz apenas ao ato de lembrar. "A memória é lembrar e também esquecer".

Assim, NEVES (2000) enfatiza a dialética do processo de rememorar, bem como a importância de suas seleções (conscientes ou não), através de esquecimentos e deformações, as chamadas "zonas de sombra". Afinal, a memória também é um jogo de poder carregado de interesses, assim como qualquer outro documento, oficial ou não. A autora ressalta, ainda, a ocorrência das censuras ativadas por mecanismos de autocontrole da própria narrativa, que podem sacralizar ou demonizar as lembranças, já que esquecimentos e silêncios também contêm seus significados²⁴. Logo, a memória é múltipla, dilacerada, coletiva, plural e individualizada, e sempre se configura como expressão de identidades (é inter-relacional); além de atuar no terreno da alteridade, ou seja, dos registros, construções, reconstruções e interpretações das experiências vividas. Durante o processar da memória, estão presentes as dimensões do tempo individual e do tempo coletivo (social, nacional e internacional).

Por fim, essa mesma autora afirma que, atualmente, 'Memória' e 'História' são palavras de sentidos diferenciados. Esta última, relacionada à produção intelectual do saber e de conhecimento, que pode usar a memória como fonte, não é tão espontânea quanto primeira. Memória e História se relacionam, portanto, apenas no campo da interdisciplinaridade. Além disso, a História atual não é mais a das classes dominantes, pois já se tornou pluralista.

²⁴ Para POLLACK (1989, p.5), "o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas." Este autor afirma, ainda, que os esquecimentos, provocados por lembranças traumatizantes, podem ser categorizados por três motivos ou razões: políticos, quando envolve algum sentimento de culpa; pessoais, que ocorrem no intuito de preservar os filhos de crescer com a lembrança das feridas paternas; ou, ainda, através de uma convergência atual dessas duas, como ocorre, geralmente, com deportados.

BOSI (1979, p. XVIII) afirma que “a função do velho é lembrar e aconselhar (...) unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos”. A autora defende a validade equivalente dos relatos e narrativas dos idosos, que na maioria das vezes têm sua fala desmerecida por mecanismos de preconceito e opressões ao se atribuir à velhice a noção generalizada de degradação (do corpo, da mente e, conseqüentemente, das próprias idéias e pensamentos). Não cabe ao pesquisador, portanto, atribuir maior validade a este ou aquele relato, em especial, baseando-se pelo critério da idade. Ele deve ter a consciência de que se trata apenas de versões específicas e inseridas em contextos diferenciados. O que lhe interessa é buscar as ‘pistas’ que remetem ao seu objeto, contidas em cada uma delas.

2.5. A entrevista, seu processamento e o uso de questionários

De acordo com LE VEN (1997, p.217), a interação de toda entrevista envolve ao menos três sentidos básicos: o *ver*, o *ouvir* e o *falar*. Primeiramente, porque o processo de *ver* e *ser visto* implica em mecanismos de aceitação e resistência, cumplicidade e desconfiança, que, de um modo geral, se relacionam com a formação da ‘identidade’ e da vinculação de rótulos e valores que a postura de ambos os lados permite revelar. Em outras palavras, é a idéia que ORLANDI (1990, p. 6) constatou ao afirmar que “ver é possuir, ver é nomear”. Logo, há uma relação imediata entre a terminologia *entrevista*, e o *inter-ver*, através do qual o jogo de palavras denuncia a relevância do sentido visual inerente ao momento da interação pesquisador-entrevistado. “Ver é então produzir sentido, é também fazer história”. Concomitantemente, a escuta constitui em uma interpretação. Afinal, o processo requer uma interação mútua, pois “não é só o entrevistado que ouve, não é só o entrevistado que fala. (...) É um diálogo” (LE VEN, 1997, p.217).

O ato da entrevista é bastante complexo, na medida em que envolve e exige diversificados níveis de interação e interpretação, ao contrário do que muitos afirmam. Esta complexidade aparece logo no momento de abordagem do entrevistado. Como alerta THOMPSON (1992) citado por WEBER (1996, p. 168): “a forma de contato interfere no tipo de amostra que se obtém”. Assim, os cuidados com a forma e o tipo de aproximação entre pesquisador e entrevistado se tornam essenciais, de modo especial porque é neste momento que ambas as partes estarão ‘decifrando’ a personalidade e a identidade do outro; o que, por sua vez, irá conferir em maior ou menor interatividade entre estes, colaborando – ou não – para uma maior validade das informações obtidas. Ao contrário do que acreditava Malinowski, o pesquisador não é invisível, ele também é observado, analisado e interpretado.

Aliados ao momento de ‘decodificação identitária’ encontram-se o juízo de valores e a atribuição de “hierarquias” sociais, especialmente por parte do entrevistado. Conforme WEBER (1996,

p.172), a relação de entrevista por si já remete a uma relação social assimétrica. Esta autora, citando ARON-SHNAPPER & HANET (1980), revela que “toda relação onde um está em posição e em direito de interrogar o outro, cria, nela mesma, uma situação de desigualdade, mais ou menos sensível segundo o sentido da diferença social entre o entrevistador e o entrevistado”. Dessa forma, a diferença de classe, bem como o sexo, a etnia e a faixa etária – sempre existentes numa relação de entrevista – constituem-se em fatores que podem interferir na relação intersubjetiva da pesquisa (THOMPSON, 1992, p.271). Tal *'distância social'* decorre através da escolha feita pelo pesquisador de investigar um grupo social que é diferente do que ele pertence. É comum, ainda, que os colaboradores (em especial aqueles com baixa escolaridade) atribuam ao pesquisador uma posição de hierarquia superior, levando, muitas vezes, a uma relação de troca ou de clientelismo entre ambos.

PORTELLI (1981) citado por WEBER (1996, p.172-3), por sua vez, chama a atenção para a importância de se estabelecer uma relação de cumplicidade e confiança entre pesquisador e pesquisado, no intuito de evitar, ou ao menos atenuar, que a fala do narrador fique rigidamente direcionada para o objeto da pesquisa. Isto é, para não permitir que o entrevistado ache que somente aquilo que interessa ao pesquisador é relevante.

Não bastasse todo o percalço e desafio inerente ao momento da entrevista, o instante posterior a ela é ainda mais complexo, na medida em que se encontra imerso em uma polêmica metodológica longe de ser solucionada pelas academias: o momento da transcrição. O dilema se inicia pela escolha de um detalhismo acentuado, o que pode significar a não inteligibilidade da narrativa, ou incidir à reescrita do texto, levando em conta a sua conseqüente perda de especificidade. Nota-se, então, que há uma nítida divergência de procedimentos, que variam desde aqueles que defendem a passagem da fala para a forma escrita de modo literal (ou seja, o texto deve ser o mais fiel possível à forma de narrativa, incluindo vícios de linguagem, cacofonias, repetições de idéias e entonações transmitidas pelo uso adequado dos recursos da gramática), até aqueles mais catedráticos, voltados para as orientações dos manuais de História Oral. Estes últimos, defendendo a necessária ‘limpeza do texto’ de modo a torná-lo mais acessível para os leitores; contudo, respeitando ao máximo o significado de idéias e palavras utilizadas pelo narrador, a fim de evitar a descaracterização e a não-identificação da forma escrita pelo narrador.

Entre estes, há também uma vertente de autores que utilizam recursos semelhantes aos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC, conhecido por *copidesque*, método segundo o qual o pesquisador limita-se a corrigir erros gramaticais e ajustar o texto às normas de uniformização/padronização estabelecidos na tentativa de adaptar a linguagem escrita ao discurso oral. Por sua vez, há ainda uma vertente mais radical, baseada na pré-concepção de que, independente da maior ou menor fidelidade à narrativa, a própria passagem oral-escrita já

incorre em uma perda significativa de idéias por não conseguir exprimir com eficácia todo o sentimento e a personalidade de quem as narra. Proeza esta, característica apenas das fontes de registro visuais, a exemplo das filmagens. Estes últimos defendem a abolição do momento de transcrição, que ratifica a supremacia positivista dada às fontes escritas, para realizar uma análise direta sobre a fonte oral obtida.

BOURDIEU (1998, p.709) confirma a dificuldade do processo de transcrição em relação à fidelidade da narrativa ao afirmar que “é claro que a transcrição muito literal (...) já é uma verdadeira tradução ou até uma interpretação”, uma vez que a simples pontuação é suficiente para alterar e comandar todo o sentido de uma frase. E conclui que “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever”. Ou, como denominado por André Gattaz, refere-se ao “teatro de linguagem” ou processo de “lapidação da fala”, em que o pesquisador busca deixar o texto limpo; porém, sem perder a “atmosfera” da entrevista, além do ritmo e tipos de comunicação não-verbal nela inclusas.

Nesta pesquisa, optou-se por fazer uma transcrição completa das narrativas no intuito de obter uma análise de conteúdo mais rica e que possibilitasse extrair uma quantidade maior de informações de cada relato de vida (**Anexos 4 e 5**). Para tanto, foram seguidas as orientações de GATTAZ (1996) de lapidação da fala, na qual buscou-se a manutenção da fidelidade das expressões e palavras, caracterizadas pelos acentos e pontuações gramaticais, tentando preservar ao máximo a chamada “atmosfera” dessa interação. Assim, procurou-se registrar as emoções e comportamentos que foram manifestados durante a forma oral, indicando-as através de parênteses (a exemplo dos risos, entonações de ironia, feições mais sérias, gesticulações, etc) inseridos na versão escrita.

Seguindo as recomendações de QUEIROZ (1991, p.96), a elaboração de cada uma das etapas que envolvem o registro das entrevistas, desde a sua aplicação até a fase de transcrição e subsequente análise, foram realizadas pela pesquisadora, não havendo a solicitação de trabalhos terceirizados. Destaca-se que as diferenças de ritmo e forma das narrativas coletadas impunham uma necessidade constante de re-escutar, inúmeras e repetidas vezes, cada frase, cada palavra e cada entonação do relato. Houve, assim, uma associação do resgate pela memória sobre os gestos e feições que cada relato envolvia. Há que se relatar a extrema dificuldade de transcrever a fala da **entrevistada 1**, caracterizada por um modo de falar acelerado e carregado de cacoetes e vícios de linguagem, alguns deles incompreensíveis durante as primeiras reproduções da fonte gravada. A transcrição literal de sua fala levou aproximadamente cinco dias de dedicação exclusiva. Por sua vez, a fala caracteristicamente mais pausada e carregada de expressões institucionais da **entrevistada 2** não configurou menor dificuldade de transcrição, pois também estava cheia de vícios de linguagem e termos técnicos relacionados ao fazer artesanal.

2.6. A análise de discurso e o conteúdo dos registros orais

No momento da análise das respostas das entrevistas deve-se estar atento às variações e armadilhas do discurso ou para a percepção mais detalhada das informações obtidas. Muitas vezes, o pesquisador pode atribuir um valor secundário a este processo, por julgá-lo desnecessário à interpretação dos relatos e/ou histórias de vida, ou por possuir uma noção limitada do que significa a análise para a pesquisa científica, especialmente quando ele a confunde com um resumo ou síntese, a partir da repetição de idéias. O conceito de QUEIROZ (1991), já exposto anteriormente, e que atribui à análise a configuração de recortes da totalidade de informações obtidas e observadas para recompô-las posteriormente enquanto uma nova fonte de informações e conclusões, tenta romper com tal apropriação equivocada e freqüentemente reducionista da riqueza da pesquisa.

A análise do discurso permite ampliar o campo de interpretações desses documentos, na medida em que possibilita o estabelecimento de relações entre as falas institucionais e políticas que são apropriadas, nem sempre de modo consciente, pela grande maioria das pessoas. “É, aliás, pelo discurso que a história não é só evolução, mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história” (ORLANDI, 1990, p. 14).

BOURDIEU (1998, p. 704) destaca que é comum que alguns pesquisadores aproveitem a situação para testemunhar, desabafar, ou mesmo para buscar respostas para questões pessoais, numa tentativa de elaborar justificativas para os seus problemas existenciais, “de construir seu próprio ponto de vista sobre si mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo”, e, assim, sentirem-se mais compreensíveis, justificados, para si próprios, primeiramente.

Em muitos casos, a simples transcrição dos relatos não leva à compreensão efetiva das informações, visto que nem sempre as palavras “falam” por si mesmas. Além do mais, o leitor é desprovido das entonações, gestos e contextos que compõem a narrativa, a partir do momento em que houve a transformação da fonte oral para a forma escrita. Portanto, cabe ao pesquisador auxiliar o leitor na percepção e na interpretação dos possíveis discursos inseridos na fala, os pontos de convergência e divergência entre os documentos, e, assim, possibilitar o encaminhamento de uma síntese elaborada que não se reduza à repetição dos dados contidos na pesquisa.

2.7. Delimitação dos principais atores e fontes de dados

Por tratar-se de um trabalho majoritariamente qualitativo, são extremamente importantes os trabalhos de campo, as observações, as entrevistas e a aplicação de questionários à comunidade e aos seus representantes locais, tais como agentes comunitários, moradores, representantes da

prefeitura, técnicos da EMATER, representantes da ONG local, da ASARGO (Associação de Artesanato de Gouveia), da ACOESP (Associação Comunitária do Espinho); entre outros atores que foram considerados essenciais.

Obedecendo a hierarquia das redes e fluxos urbanos da microrregião, a cidade de Diamantina também foi incorporada à análise, haja vista a sua posição de pólo regional. Atores, instituições e iniciativas de Belo Horizonte e sua região metropolitana foram abordados e analisados, a exemplo do Projeto Centro CAPE, vinculado ao Mãos de Minas, e o Salão do Encontro em Betim, face à ação concentradora de infra-estrutura e fluxos que exerce sobre os municípios adjacentes. Ainda como complemento, foi feita uma pequena análise da experiência observada em trabalho de campo sobre o projeto Flor do Cerrado, realizado no distrito de Serro, São Gonçalo do Rio das Pedras.

Durante a visita inicial a Gouveia, priorizou-se, como objetivos, a identificação e o reconhecimento das reais necessidades das aglomerações em análise; a entrevista com atores-chave de Gouveia e principais órgãos e instituições envolvidas, e, ainda, uma pré-definição sobre as potencialidades e viabilidades locais visadas pelos moradores do município (em especial nas comunidades rurais). Buscou-se, ainda, como forma de embasar a pesquisa, averiguar o que eles esperavam do futuro e como almejavam alcançar determinados avanços. O levantamento e a obtenção de características históricas, políticas e sócio-culturais de Espinho e Cuiabá, bem como do município de Gouveia como um todo, foram enfocados e obtidos a partir de registros oficiais, percepções e fontes orais.

Para isso, as orientações de THOMPSON (1992 e 2002) e BECKER (1994) sobre História Oral e Observação Participativa, além do tratamento adequado às informações qualitativas obtidas por este método de pesquisa, foram de suma relevância para a coleta e a interpretação dos dados obtidos durante as entrevistas e questionários. Segundo THOMPSON (2002):

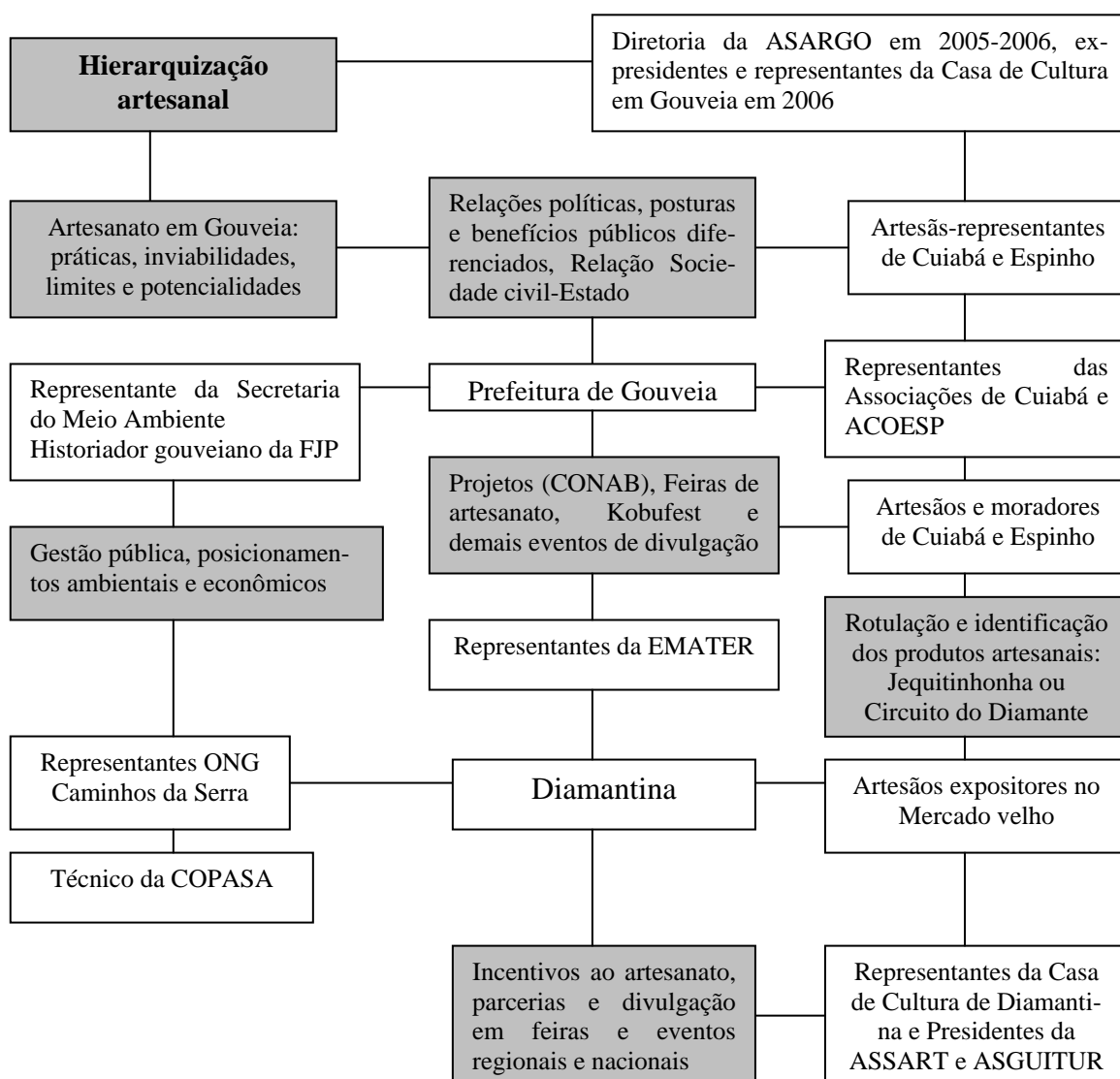
A necessidade de partirmos da experiência de história de vida do povo local,(...) é crucial se quisermos ter alguma esperança de termos programas de ajuda apropriados e planejados com sucesso.(...) a influência da globalização, e as tendências em direção a uma cultura mundial homogeneizada, (...), fazem com que tendamos a fortalecer nossas raízes locais.(...). A história oral pode sem dúvida dar contribuição para isso (THOMPSON, 2002, p.27, grifos nossos).

Em um primeiro momento, a seleção de referenciais bibliográficos e a organização das leituras, como sistematizados por QUIVY & CAMPENHOUDT (1995), foram relevantes para a delimitação dos objetivos e da metodologia necessária e adequada para responder às questões-chave deste estudo. Posteriormente, a leitura específica sobre como elaborar questionários e realizar entrevistas no campo das ciências sociais foi priorizada como forma de preparação a *fortiori* às visitas de campo. A seguir, é apresentado um fluxograma com a sistematização dos atores-chave delimitados pelo processo

investigativo, bem como a sua vinculação com o objeto da pesquisa (Figura 2), no intuito de justificar a escolha metodológica e sua respectiva validade de argumentação face às questões norteadoras.

Os quadros cinzas dizem respeito aos temas vinculados ao objeto da pesquisa, e os quadros de fundo branco correspondem aos atores-chave selecionados. As linhas simbolizam um determinado tipo de ligação, direta ou secundária, existente entre os temas e/ou atores, melhor explicitadas adiante. Em anexo, é apresentado o cronograma dos procedimentos investigativos, incluindo a organização e a sistematização das conversas e entrevistas realizadas, conforme ordem cronológica (Anexo 1).

Figura 2. Atores-chave e seus vínculos com o objeto de pesquisa



Após esta fase de preparação metodológica sobre os procedimentos de entrevista e formas de abordagem sobre o tema explorado, partiu-se para a fase de percepção direta e de coleta de informações advindas das visitas e trabalhos de campo. Na primeira visita, ocorrida entre os dias 16 a 21 de julho de 2005, o roteiro de atividades proposto incluiu a visita à *comunidade de Espinho* para

um primeiro contato com os moradores e percepção de suas condições socioeconômicas e políticas. Atenção especial foi dada à relação destes com o artesanato em palha de milho, bastante divulgado pela prefeitura de Gouveia. Posteriormente, conversas formais e informais com os *representantes da ONG Caminhos da Serra* cumpriram o objetivo de verificar a autenticidade do relato dos *moradores de Cuiabá* sobre a falta de transparência durante a construção de um filtro nesta comunidade (mencionada na pesquisa como “o caso do filtro de Cuiabá”), e da descaracterização da função das ONGs como representantes legítimas dos interesses da sociedade civil.

A entrevista com o *representante da* então recém-formada *Associação de Artesãos de Gouveia* foi impossibilitada devido à realização da Kobufest; contudo, tal festa permitiu a concretização de uma conversa direta com o *prefeito de Gouveia, sua esposa e um historiador gouveiano* que atua na Fundação João Pinheiro; momento no qual houve a oportunidade de expor os objetivos desta pesquisa e de estabelecer redes de comunicação com representantes oficiais do município, além de obter acesso a documentos e materiais do acervo histórico de Gouveia.

A entrevista com os *representantes da EMATER* de Gouveia também contribuiu para a confirmação da diferenciação de benefícios concedidos em determinadas comunidades rurais. Por sua vez, é importante destacar que a partir de conversas com o *representante da Secretaria de Meio Ambiente* de Gouveia, foi notificada a criação de uma Área de Proteção Permanente, a APA Barão e Capivara, regulamentada em 2005, e que, “coincidentemente”, excluía a comunidade de Cuiabá de sua área abrangida. Acredita-se na impropriedade dessa demarcação, pois Cuiabá corresponde a uma das mais importantes áreas de nascente do município. Por fim, a reunião com grande parte dos moradores de Cuiabá, durante o último dia de campo, ressaltou o ambiente de conflitos e de interesses que lá predominam. O áudio referente à primeira hora dessa reunião foi registrado em fita cassete e serviu como material de apoio à pesquisa.

A segunda ida a campo, realizada durante o mês de maio de 2006, focalizou a correlação artesanal existente entre Gouveia e Diamantina. Assim, foram inquiridos alguns *artesãos* que expõem no *Mercado Velho* diamantinense, assim como os *representantes da Associação de Artesanato de Diamantina (ASSART)* e *representantes públicos da EMATER* e *COPASA* desta cidade. O objetivo consistia em verificar o incentivo da prefeitura às práticas artesanais, quais os tipos de facilidades e iniciativas eram oferecidos aos artesãos diamantinenses, assim como quais os projetos vinculados à EMATER estavam voltados para facilitar e integrar as práticas artesanais e o manejo agrícola da área. O potencial criativo e o aproveitamento de recursos endógenos também foram observados, no intuito de verificar se a atual tendência à padronização do artesanato já ocorre naquela região.

Uma terceira visita à Gouveia e às suas comunidades rurais ocorreu em setembro de 2006, visando à obtenção de informações complementares que auxiliassem o fechamento da pesquisa.

Como objetivos principais, buscou-se observar e contextualizar a situação vigente da ASSARGO (a partir de entrevistas e coletas de dados com *representantes da Casa de Cultura de Gouveia* e *ex-presidentes* desta associação); o andamento dos projetos da EMATER e o posicionamento idôneo (ou não) de seus representantes sobre determinadas aglomerações rurais; as questões políticas e a relação de seus representantes municipais com as comunidades enfocadas em Gouveia; as ações advindas da prefeitura local sobre o artesanato e a forma de incentivá-los (incluindo o balanço da Kobufest 2006), bem como outras ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população gouveiana, e, por fim, o posicionamento político dos moradores de Espinho, seu contexto artesanal e incentivos e auxílios recebidos pelas diferentes instituições (prefeitura, ONGs, EMATER, etc). Especial atenção foi dada à inclusão de algumas comunidades de Gouveia ao *CONAB*, projeto de âmbito federal que incentiva a compra de excedentes agrícolas das comunidades rurais para, posteriormente, serem distribuídos a instituições públicas do entorno, especialmente escolas e hospitais. Para isso, visitou-se a *Feira Livre dos Produtores* durante o seu funcionamento, o que permitiu a aplicação de um breve questionário qualitativo aos diversos produtores em exposição naquela data. O roteiro com as perguntas deste questionário encontra-se disponível no **Anexo 2** e sua análise pode ser consultada no quinto capítulo deste trabalho.

Uma última e quarta ida ao campo em novembro de 2006 consistia na coleta dos relatos de vida das *artesãs mais representativas das comunidades de Cuiabá e Espinho*; na averiguação sobre a situação de crise da ASARGO (face aos problemas relatados por alguns atores-chave re-entrevistados); na obtenção do organograma e/ou estatuto da ASARGO, ACOESP, ASSART e Associação Comunitária de Cuiabá; na verificação sobre a forma de enquadramento e identificação dos produtos artesanais de Gouveia geograficamente (haja vista a ambigüidade de rotulação entre a região do Jequitinhonha e o Circuito do Diamante polarizado pela cidade de Diamantina); no contato com alguns *artesãos gouveianos* e na consulta ao cadastro realizado pela SEBRAE no município; na verificação sobre o repasse de verbas destinadas ao artesanato pelas associações comunitárias ou específicas de artesanato aos artesãos gouveianos, em especial sobre as comunidades Cuiabá e Espinho, e, por último, na concretização de um novo contato com *representantes da EMATER de Gouveia e Diamantina* (em função da indisponibilidade destes durante a visita anterior).

As características das comunidades selecionadas e as condições históricas e de relação com a cidade de Diamantina, assim como a contextualização social e econômica do município de Gouveia serão apresentadas no capítulo que se segue, no intuito de contribuir para a compreensão da situação cotidiana dos gouveianos, incluindo aqueles ligados ao artesanato. Foram observados seus impasses, obstáculos e dificuldades, bem como os aspectos positivos que favorecem ações voltadas para o DL na

área, que se constituem em reflexos ou reproduções de sistemas externos, a exemplo da padronização, do *marketing* e da descaracterização do fazer artesanal.

2.8. Desafios e dificuldades metodológicas

Como mencionado no início deste capítulo, inúmeros são os procedimentos e normas que o pesquisador deve enfrentar para obter informações qualitativas de fontes orais, no intuito de preservar e garantir a sua validade científica. Durante o processo de entrevista com moradora mais antiga de Espinho, foi notada a primeira dificuldade procedimental: várias pessoas estavam presentes na residência, incluindo filhas, cunhados e netos. A ocorrência de falas simultâneas prejudicou a nitidez do registro da entrevista, direcionando-a para uma conversa mais informal. Além disso, o uso de questões duplas e triplas pela pesquisadora também comprometeu a elaboração das respostas pela entrevistada. Desse modo, não foi possível conduzir as questões de interesse para a pesquisa de forma plena, em função das constantes interrupções e desvios de idéias. Todavia, um melhor preparo teórico obtido em campos posteriores possibilitou uma maior reflexão e cautela para evitar os erros cometidos anteriormente. Optou-se por manter esta fonte de dados, em função da relevância que possui em relação ao objeto da pesquisa e à argumentação das questões norteadoras.

Outra grande dificuldade estabelecida entre o pesquisador e o pesquisado, enquanto relação inerente ao método etnográfico, é a criação de expectativas do último em relação ao primeiro. A figura redentora do pesquisador e a pouca ou nenhuma familiaridade com os procedimentos científicos, por sua vez, podem se constituir como fatores agravantes que podem comprometer a validade da pesquisa:

A dificuldade de compreender a natureza da pesquisa acadêmica, aliada à expectativa que a presença de uma pessoa de classe superior motiva, pode justificar dois comportamentos bastante recorrentes entre entrevistados de camadas desprivilegiadas. Por um lado, duvidam de atividades que não apresentem resultados práticos; de outro, passam a ver no pesquisador uma figura redentora, um representante das autoridades governamentais, que poderá aliviá-los das difíceis condições de vida que estão sendo, por isso mesmo, avaliadas" (WEBER, 1996, p. 171, grifo nosso).

Em determinado momento da pesquisa, foi observado que os moradores da comunidade de Cuiabá vinculavam à universidade e à pesquisadora um estereótipo de redenção e deslumbramento, apesar da incessante explicitação dos objetivos da pesquisa. Isso porque no momento de coleta das entrevistas às famílias desta comunidade, bem como durante a reunião convocada pela pesquisadora no início de 2005, muitos deram a entender que o objetivo principal era impulsionar a vida econômica do município e, conseqüentemente, das comunidades e povoados, através da reativação do artesanato e das cooperativas agrícolas. Além disso, a aproximação com a **entrevistada 2**, em específico, incitou comentários dos demais moradores da comunidade de que esta estaria fazendo uso da maior

proximidade e ligação com a universidade para intimidar seus adversários políticos e pessoais dentro e fora da comunidade, conferindo-lhe, portanto, poderes de barganha e de força da palavra nas discussões comunitárias. A instituição e a figura da pesquisadora, portanto, foram utilizadas de forma distorcida pela artesã. Destaca-se que a postura predominantemente reivindicativa e contestadora da **entrevistada 2** ante a prefeitura teve, como consequência, a sua rotulação como 'encrenqueira'; título que, depois, foi vinculado à totalidade da comunidade de Cuiabá.

Durante a reunião feita com os moradores de Cuiabá, acreditou-se ser relevante destacar a função de colaboração, tanto por parte da pesquisadora quanto da instituição a que esta representa; isso para que não houvesse distorções de interpretação dos objetivos da pesquisa, evitando-se, assim, que fosse atribuído um aspecto de redenção e super-valorização desta, tal qual acontece com os projetos governamentais²⁵.

Para corrigir possíveis enganos e desentendimentos que poderiam surgir na comunidade, buscou-se explicitar, verbalmente e de modo mais claro possível, que a função da pesquisa consistia em objetivos essencialmente acadêmicos, e que a pesquisadora exercia apenas o papel de observadora das relações comunitárias e artesanais predominantes no município e, de modo específico, nas duas comunidades selecionadas: Cuiabá e Espinho. Reforçou-se, também, o papel de colaboradora no processo de reflexão sobre as dificuldades e as potencialidades existentes nas comunidades estudadas, de modo que qualquer atitude interventora ou ativa em prol de mudanças deveria ser iniciada pela comunidade em favor de seus próprios interesses e necessidades.

Outra dificuldade observada se deu diante do estabelecimento de relações de troca para conseguir informações e entrevistas, como se o pesquisador tivesse a obrigação de retribuir o favor que lhe foi concedido através de algum tipo de compensação, na maioria das vezes, monetária. Durante a aplicação de questionários com artesãos do Mercado Velho de Diamantina, em junho de 2006, notificou-se um exemplo dessas "relações de troca". Isso porque, não raro, os artesãos inquiridos mantinham uma narrativa de maior cumplicidade após a compra de alguns de seus produtos. Outra evidência da instituição deste hábito de troca entre os artesãos inquiridos dava-se no momento posterior à explanação dos objetivos do processo investigativo. Não raro, havia o questionamento subsequente: "mas o quê eu ganho em troca disso?".

Além disso, durante a 'conversa coletiva' com a representante mais antiga da comunidade de Espinho, outra dificuldade metodológica apareceu, envolvendo o processo de reconstrução do passado

²⁵ Em determinado momento da reunião, ficou nítida a vinculação errônea que um dos presentes possuía em relação à pesquisadora, ao me atribuir um papel redentora. A fala da **entrevistada 2** ratifica tal situação: "Eu quero montar uma rede mundial, viu Carolina Dias? Eu quero meu artesanato na Europa". De imediato, sentiu-se a necessidade de desfazer tal entendimento e a minha colocação foi: "Mas você não tem que cobrar isso de mim não. Eu não sou salva-vidas de ninguém. Eu preciso de colaboradores para a minha pesquisa, assim como vocês podem contar com a minha colaboração naquilo que for de meu alcance. Eu sou apenas uma colaboradora. Eu quero que vocês entendam isso, que a ferramenta está nas mãos de vocês. Eu sou apenas uma estudante".

pela memória entre pessoas de gerações diferentes. A entrevistada afirmou de modo veemente e altivo que em sua época não havia artesanato em palha, nem mesmo o mais tradicional deles, o samburá, e que tal prática iniciou-se a partir de ações da EMATER em tempos recentes, ao passo que as filhas e netas contestaram-na, afirmando que a confecção da palha remonta à época dos quilombos, ratificando a importância tradicional do artesanato em palha. Deste modo, a questão da validade e da confiabilidade da memória entra em questão: pode-se confiar na memória dos idosos? A memória dos jovens é mais válida e confiável em relação à de pessoas idosas?

Compreendendo a memória como uma constante construção e reconstrução dos aspectos vividos, os quais são influenciados pelas relações sociais, classes, instituições vinculadas, além de lugares e momentos, e em busca de um maior enriquecimento da pesquisa, decidiu-se por não hierarquizar os dois relatos em função da diferença de idades ou mesmo de relações com a velhice. Como nos atenta BOSI (1979):

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. BOSI (1979, p.22, grifo nosso).

Desse modo, preferiu-se considerar que ambos os relatos representam interpretações diferentes para a tradição artesanal da comunidade, sendo que interesses e outros fatores indicaram perspectivas divergentes entre as pessoas entrevistadas. Como o objetivo de uma pesquisa qualitativa não condiz com uma busca pela verdade, ou de caracterizar esta ou aquela fala como verossímeis, ficou estabelecido que se tratam de versões diferentes, e que a consulta a outros dados e fontes auxiliariam na argumentação das questões norteadoras.

Mais um desafio ocorreu durante a reunião com os moradores de Cuiabá. Um dos presentes reclamou da forma como a reunião havia sido convocada²⁶, de modo verbal e concentrada em um dia específico, e sugeriu que não fosse mais vinculada tal função a uma única pessoa da comunidade, no caso, à **entrevistada 2**: “Essa reunião, não sei não. A Associação Comunitária aqui tinha que comunicar, mas o pessoal aqui não comunica. (...) Nem todos foram avisados”. A partir de então, ficou estabelecido que a forma para convocação de próximas reuniões deveria ser feita nominalmente a cada família da comunidade, através de comunicado pelos correios, quando de sua necessidade.

²⁶ Como forma de convocação para a realização de uma reunião sobre os objetivos e interesses do estudo de pós-graduação, entre a pesquisadora e os moradores da comunidade de Cuiabá, utilizou-se, primeiramente, a divulgação verbal, “boca a boca”, na qual **entrevistada 2** e demais membros de sua família (enquanto principais fontes de contato com a comunidade) ficaram responsáveis por sua divulgação entre os demais moradores. Após a chegada da pesquisadora ao município, divulgou-se a realização da reunião também na Igreja de Cuiabá, durante a celebração de ato religioso, na qual vários representantes e membros da comunidade estavam presentes.

Também inserido na lista das dificuldades procedimentais encontra-se o difícil contato com os representantes das EMATERs de Gouveia e de Diamantina. Durante o desenvolvimento da pesquisa, três tentativas de contato com o profissional de Diamantina foram realizadas; contudo, em nenhuma delas foi possível concretizar o momento de entrevista. A primeira tentativa ocorreu em maio de 2006, durante visita à Diamantina; todavia, esta se encontrava em atividade fora do município. A segunda se deu em setembro de 2006, quando o técnico de Gouveia apresentou indisponibilidade de horários para entrevistas, em função de projetos e reuniões que deveria realizar com representantes do Governo Federal e Estadual. A terceira e última tentativa seria um encontro com a técnica da EMATER de Diamantina em Belo Horizonte, em outubro de 2006, durante trabalho externo da profissional, mas que também não se concretizou porque esta indicou a existência de problemas pessoais naquela data e, também, indisponibilidade de horários.

A seguir, a caracterização das comunidades selecionadas como estudo de caso será apresentada, assim como os aspectos históricos, econômicos e políticos que envolvem o município e as comunidades. Isso tudo para que a contextualização das iniciativas voltadas para o DL e o fazer artesanal possam ser mais bem exploradas no Capítulo 4, permitindo uma análise mais profunda e rica sobre o quadro artesanal de Gouveia e de outras escalas, possibilitando avançar para questionamentos mais amplos, conforme proposto pelos os eixos norteadores deste trabalho.

Capítulo 3

As comunidades Espinho e Cuiabá

Neste capítulo, é realizado a caracterização social, econômica e política do município de Gouveia, associada a uma breve contextualização histórica abrangendo seu passado extrativista no auge do ciclo do ouro e do diamante brasileiro, até o seu declínio e passagem para uma economia voltada para as práticas agrícolas. A ascensão do alho em âmbito nacional, sua concorrência com o produto chinês, a implantação do sistema industrial a partir da instalação da fábrica têxtil São Roberto, até a recente estagnação e aposta nas atividades artesanais, também foram expostas de modo sucinto. Segue, ainda, uma breve contextualização sócio-histórica das comunidades Cuiabá e Espinho, selecionadas como estudo de caso para esta pesquisa, além da caracterização do perfil que cada uma possui; no intuito de auxiliar a compreensão do processo social que estimulou a construção de rótulos e concessão diferenciada de benefícios por parte dos representantes públicos locais, tais como a EMATER e a Secretaria de Cultura de Gouveia. Posteriormente, uma análise das informações obtidas pelos registros orais e demais fontes utilizadas é apresentada, a fim de contribuir e enriquecer o exame dos resultados finais e das questões que norteiam este trabalho.

3.1. Uma breve história sobre Gouveia e sua relação com Diamantina

O município de Gouveia situa-se na porção central do Estado de Minas Gerais e insere-se no domínio geológico do Espinhaço Meridional. Sub-regionalmente, ele compõe a microrregião do Alto Jequitinhonha, encontrando-se a cerca de 150 km ao norte de Belo Horizonte, e a aproximadamente 30 km da cidade histórica de Diamantina, conforme destacado pela **Figura 3**.

O acesso ao município pode ser realizado a partir de Belo Horizonte pela BR-040 até a cidade de Paraopeba; pela BR-135, até a cidade de Curvelo e, a partir daí, pela BR-259. Os distritos e a sede municipal encontram-se na chamada "Depressão de Gouveia", próximos à bacia do córrego Rio Grande.

O município possui uma área total de 877,7 Km² e caracteriza-se economicamente por uma forte dependência das atividades agropecuárias, principalmente do tipo familiar. Dentre os principais cultivos, destacam-se o alho, o milho e as hortaliças. Além da agricultura, há diversas atividades artesanais feitas à base de palha de milho, madeira, sempre-vivas, conservas, bordados e tecelagem. Gouveia, contudo, apresentou crescimento econômico mais significativo após a instalação da fábrica de tecidos São Roberto, fundada em 1888, destacando-se até os dias atuais na produção têxtil, em especial no setor terciário. Além das atividades manufaturadas e agrícolas, o município sobrevive da

atividade extrativa do quartzo, cristais e pedras decorativas. Tais atividades passaram a ser as principais fontes de recurso para as famílias gouveianas, especialmente nas comunidades mais distantes da sede, devido à estagnação do extrativismo do ouro e do diamante no século XIX.

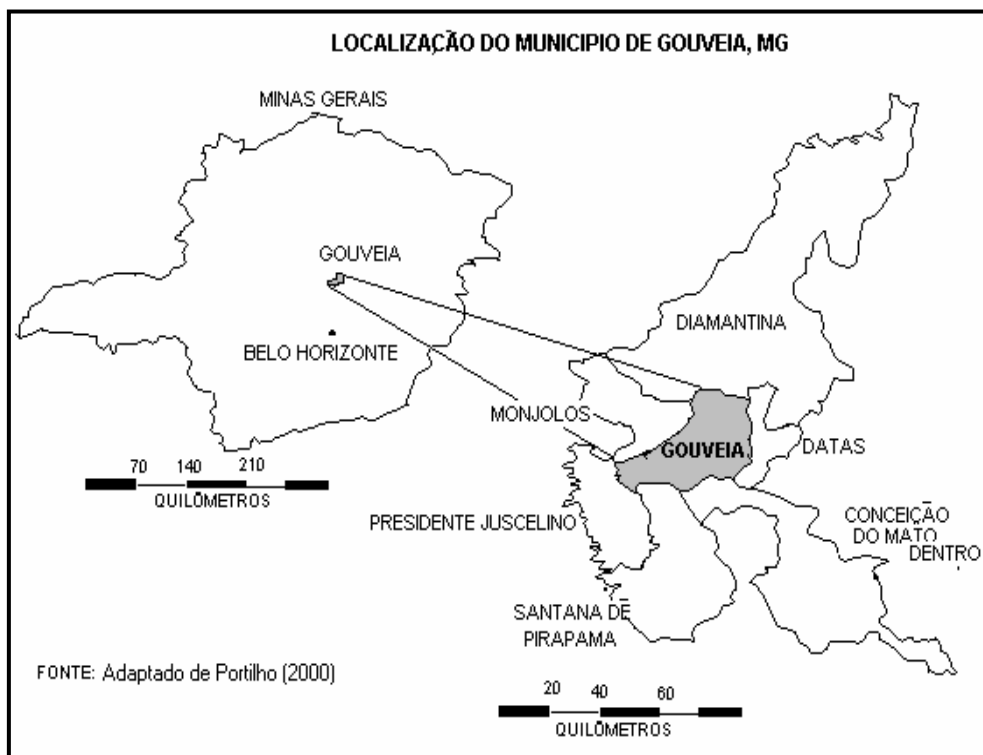


Figura 3. Inserção do município de Gouveia na sub-região mineira e municípios vizinhos

A história de Gouveia se inicia pelos caminhos da Estrada Real²⁷, caracterizada como uma via percorrida por homens de diversas nacionalidades que buscavam o ouro e o diamante nos primórdios do século XVIII. Nessa época, surge o arraial do Serro Frio, posteriormente cidade do Serro, que se transformaria num dos maiores centros de mineração das Minas Gerais²⁸. Desse arraial, partiram diversas expedições de mineradores à procura de novas minas de ouro e diamantes nas redondezas. Em função das novas descobertas, surgiram alguns novos arraiais, como, por exemplo, o Tijuco, atual Diamantina, e o de Gouveia, este por volta de 1715.

²⁷ O Instituto Estrada Real, atualmente responsável pelo monitoramento turístico deste percurso, foi fundado em 1999 e possui como objetivo desenvolver e executar projetos de incentivo ao turismo no estado. Ele promove o levantamento das potencialidades existentes na região e busca melhorar a infra-estrutura turística e de sensibilização das comunidades para atrair turistas, através do financiamento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Cerca de 177 municípios fazem parte da iniciativa, dos quais Gouveia é um deles.

²⁸ Segundo informações contidas no Plano Municipal de Assistência Social, Gouveia/MG, 1998.



Figura 4. Gouveia e Diamantina inseridos na Estrada Real
Fonte: site eletrônico <www.descubraminas.com.br> acessado em 01/07/2006.

A Estrada Real ligava a cidade carioca de Parati a Diamantina, em Minas Gerais, como se pode verificar na **Figura 4**. Em seu entorno, desenvolve-se o chamado Arraial Velho, que servia de pouso aos garimpeiros, tropeiros e habitantes de Diamantina, Conceição do Serro Frio e outras localidades da região.

Esse arraial de propriedade da portuguesa Maria Gouveia deu origem ao povoado. Ele cresceu e passou a ser conhecido pelo nome de Francisca Gouveia e, ao se tornar município, denominou-se Gouveia. De acordo com informações obtidas no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Gouveia, Maria Gouveia marcou a história local. Ela foi proprietária de inúmeros escravos de origem africana, pertencentes a uma tribo denominada Kobu. Atualmente, o nome Kobu é utilizado para denominar o bolo de fubá enrolado em folha de bananeira que era feito pelos escravos, hoje uma iguaria típica da cidade.

Com a prosperidade da mineração e a chegada de novos migrantes, o arraial começou a crescer, ensejando o desenvolvimento das lavouras e, principalmente, das casas de comércio. Em 1765, foi construída a capela de Santo Antônio de Gouveia, elevada a sede de freguesia em 07 de abril de 1841. Em 1850, de acordo com a Lei nº 507, de 04 de julho, Gouveia readquire sua situação de freguesia. Era tal o crescimento e a prosperidade da região que, em 13 de novembro de 1873, pela Lei nº 1994, é criado o Município de Gouveia, que curiosamente não chegou a ser instalado naquela ocasião por discordância de alguns líderes locais que consideraram inoportuna aquela emancipação política, pois acreditavam que uma maior autonomia frente à Diamantina poderia ocasionar uma crise de investimentos e oportunidades.

Somente 80 anos mais tarde, após várias e infrutíferas tentativas, é que os gouveianos veriam concretizada a sua emancipação política, de acordo com a Lei Estadual 1.039 de 12 de dezembro de 1953, que elevou Gouveia à cidade e criou o município, desmembrado de Diamantina. José Mancos, Mário Maria e Eunápio Alves Dolce são alguns nomes responsáveis pelas primeiras iniciativas da emancipação de Gouveia. Porém, grande parte das lideranças da época não se animava com a idéia e acreditava que seria melhor ser um bom distrito do que uma péssima cidade. Anos depois, após a nomeação de Juscelino Kubitschek como prefeito da capital mineira, o apoio deste e da imprensa de Minas Gerais, a exemplo do jornal Estado de Minas, foram cruciais para a emancipação e autonomia de Gouveia (Arquivo Público Municipal de Gouveia).

Desde 1º de janeiro de 1954, o município emancipou-se e está subordinado à comarca de Terceira Entrância de Diamantina. É constituído pela sede e mais oito distritos principais: Água Parada, Camelinho, Cuiabá, Engenho da Bilia (incluindo a aglomeração de Espinho), Vila Alexandre Mascarenhas, Pedro Pereira, Ribibiu e Ribeirão da Areia. (**Figura 5**). O mais próximo é Cuiabá, localizado a 7 km da sede, e o mais distante é o distrito de Vila Alexandre Mascarenhas, a 45 km do

centro de Gouveia. O número de comunidades e povoados chega a vinte e sete, devido à grande extensão territorial de Gouveia.

Das comunidades apresentadas acima, enfatizou-se apenas duas: Cuiabá, por estar mais próxima à sede e por se posicionar de modo mais freqüente e reivindicativo ante as decisões políticas da prefeitura; e Espinho, por ser demasiadamente incluída nos projetos municipais e de realizar um artesanato a partir de um *marketing* peculiar²⁹. A última localiza-se estrategicamente em uma das partes mais elevadas do município, em meio às rochas quartzíticas, e caracteriza-se como “remanescente de quilombos”. Cuiabá, por sua vez, possui mais cinco povoados: Rio Grande, Chapadinha, Barão de Guaycuí, Caxambu e Bucaina (**Figura 5**), e destaca-se pelo forte vínculo de parentesco de seus membros, muitos sendo primos e/ou parentes de primeiro e segundo graus.

²⁹ De acordo com observações realizadas em 2004 e 2005, durante as campanhas de campo tanto da monografia quanto do atual estudo.

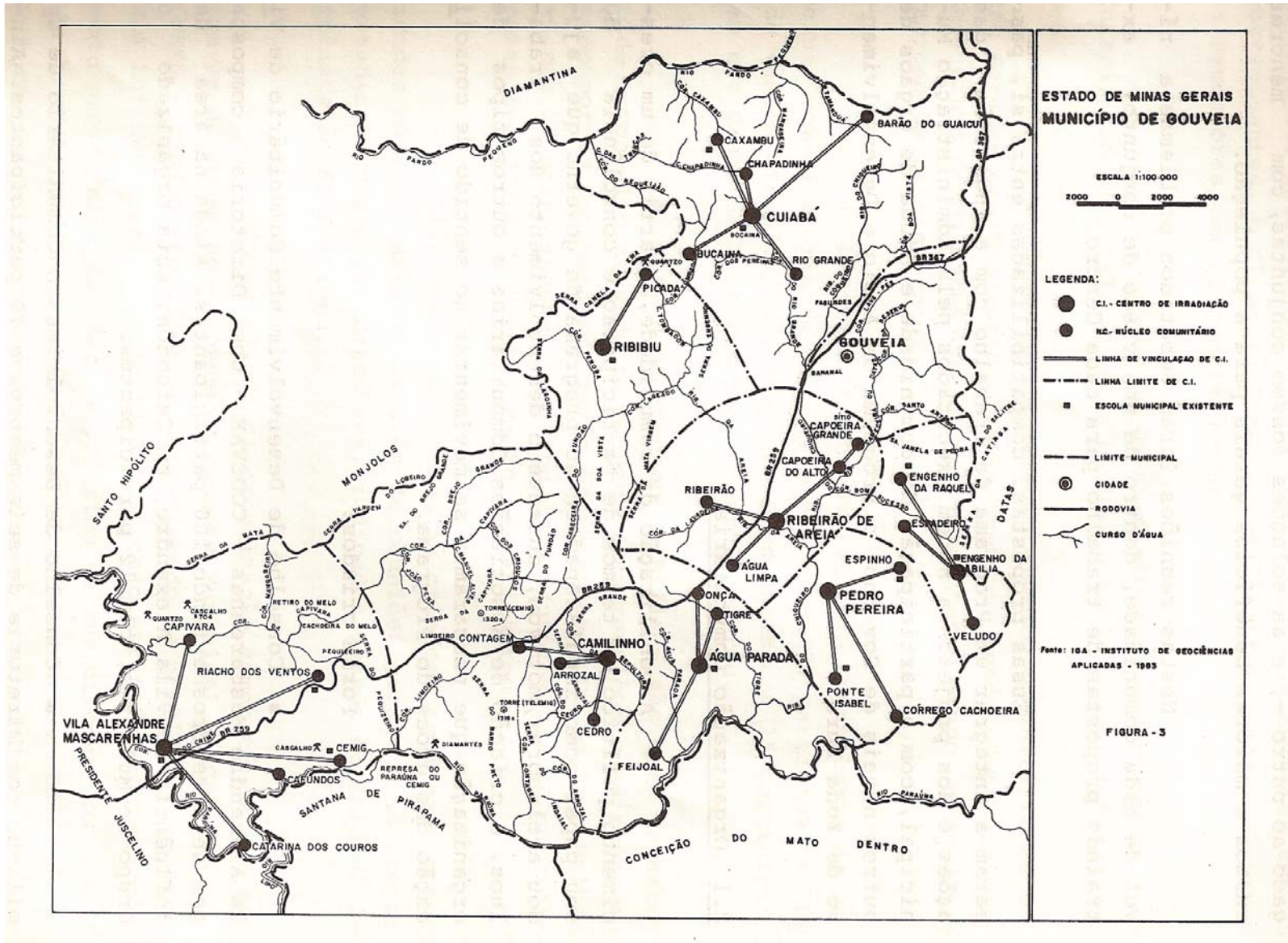


Figura 5: As comunidades e povoados do município de Gouveia-MG

a) Passado extrativista e declínio do ciclo do ouro e diamante

Como já mencionado anteriormente, o surgimento de Gouveia está ligado à extração diamantífera e do ouro nas proximidades do Arraial do Tejuco, hoje conhecido por Diamantina. A participação no ciclo do ouro mineiro, por sua vez, instituiu características e peculiaridades, não necessariamente econômicas, sobre o município e seus moradores, a exemplo do elevado individualismo e sentimento de 'desconfiança' que grande parte demonstra pela fala e pelas atitudes, ainda nos dias atuais; o que, por outro lado, explica a dificuldade que o município tem de criar e manter as associações e cooperativas em funcionamento (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, mesmo após o declínio deste ciclo econômico para o país, nota-se que atividade mineradora ainda é significativa e permanente na região, feita, predominantemente, de forma predatória e/ou clandestina. A manutenção dessa atividade traz conseqüências ambientais agravantes, a exemplo do processo de assoreamento dos rios e da contaminação das áreas de nascente (**Foto 21, Prancha 3**) e, na maioria das vezes, é realizada por grandes empresas mineradoras como a Ligas de Alumínio S/A (LIASA), com sede em Belo Horizonte. Esta foi instalada em Gouveia em 1955 e está localizada no Km 96 da Br 259, que liga o município à cidade de Diamantina.

Os 95% do quartzo extraído no Brasil, o equivalente a 100 mil toneladas por ano, conferem ao país a colocação de maior produtor mundial dessa matéria-prima, sendo que cerca de 54 mil toneladas são extraídos em Minas Gerais, especialmente em Gouveia. O quartzo extraído das jazidas de Gouveia passa pela lavagem e, em seguida, é beneficiado e transformado em ligas leves. Parte deste beneficiamento é realizado em Pirapora. Segundo informações do arquivo público da prefeitura municipal, aproximadamente 75% desta produção é exportada para a Europa, Japão e Estados Unidos, e ainda para alguns países da América do Sul, especialmente destinada à aplicação em indústrias de eletrônica.

Logo, infere-se que uma das principais fontes de geração de renda para o município, atualmente, é a extração da pedra-mineira, assim como outros minerais ornamentativos (como o quartzo), cujo mercado volta-se predominantemente para a exportação. A empresa Minas Cristal é referência na cidade, e comercializa principalmente com o exterior, o que demonstra o peso e a herança das atividades extrativas para a cidade.

b) A fundação da Fábrica de tecidos São Roberto

Em busca de uma nova atividade econômica que impulsionasse o município, e em acordo com as idéias do modelo clássico de desenvolvimento via industrialização operantes no país, a prefeitura de Gouveia incentiva a instalação da fábrica de tecidos São Roberto (**Foto 22, Prancha 3**). Conforme

consulta aos documentos do Arquivo Público Municipal de Gouveia, a fábrica foi idealizada em 1887 pelo gouveiano Roberto Alves Taioba Junior, deputado provincial na época, e fundada em 1888 por um grupo de moradores do município liderados por Quinquiliano Alves Ferreira: o Barão de São Roberto. As máquinas foram trazidas de Santa Luzia em carros de bois e sua produção iniciou-se com aproximadamente trinta teares.

Em 1931, por motivos financeiros, a fábrica veio à falência e permaneceu fechada até 1932, sendo arrematada a leilão no Fórum de Diamantina pelo engenheiro Dr. Alexandre Diniz Mascarenhas. Nessa época, a fábrica contava com 104 teares e iniciou o seu crescimento com a aquisição de novas máquinas e construção de galpões, desenvolvendo, de modo considerável, a sua produção. Em 1944, foi instalada a primeira fábrica na cidade industrial em Contagem, conhecida como Cia. Industrial de Estamparia, para a qual seria encaminhado o tecido produzido pela fábrica São Roberto.

Em 1955, foi adquirida a Fábrica Antonina Duarte, juntamente com a Fábrica do Biribiri, em Diamantina. Esta última sendo desativada em 1973 devido à sua localização em área de difícil acesso; parte de seu maquinário foi transferido para Contagem, onde instalou-se a Fábrica D. Lili, que foi desativada em 1984 por motivos econômicos.

Conforme reportagem divulgada pelo jornal Estado de Minas de 08/06/97, a crise no setor têxtil – conseqüente da maior abertura dos produtos têxteis no mercado brasileiro, oriundos especialmente do Sudeste asiático – atinge a Fábrica São Roberto, que chega a beirar o processo de falência ao acumular, na época, cerca de US\$ 28 milhões em dívidas. O presidente da empresa em vigência conseguiu sair do processo de concordata através da especialização de sua produção, confeccionando apenas tecidos voltados para artigos domésticos (como colchas, lençóis e edredons), devido à menor concorrência com os importados. A estabilização da moeda brasileira em 1994 foi, portanto, um fator favorável à recuperação dessa fábrica, pois possibilitou a sua ampliação e diversificação do mercado consumidor para as classes “C” e “D”.

Atualmente, a fábrica de tecidos ainda se constitui como fonte de renda significativa para o município. Ao todo, a população economicamente ativa de Gouveia corresponde a 38% do total, conforme a prefeitura e a EMATER. Ainda segundo informações da Prefeitura de Gouveia, a maior parte da arrecadação municipal corresponde ao setor industrial, especificamente na produção de tecidos e no beneficiamento das pedras e cristais abundantes no município. Em relação à indústria têxtil, ratifica-se a sua posição de destaque ainda nos dias atuais para parte significativa da população do município. Esse ramo influencia fortemente o setor terciário da cidade, tendo-se em vista a grande quantidade de lojas de roupas e vestuários na avenida principal de Gouveia, denominada “JK”, atendendo aos diversos segmentos (moda feminina, masculina, infantil e cama, mesa e banho).

3.2. Caracterização socioeconômica de Gouveia e suas comunidades rurais

Gouveia caracteriza-se por uma grande extensão territorial e, portanto, as vastas distâncias existentes entre as comunidades rurais e a sede representam algumas das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores agrícolas em relação ao transporte, distribuição e escoamento de sua produção. A concentração dos serviços comerciais e administrativos na sede e a péssima condição das estradas – a maioria de caráter vicinal – dificultam ainda mais o acesso aos insumos agrícolas e ao próprio mercado consumidor, visto que é na Feira Livre do Produtor³⁰ que os produtores comercializam, semanalmente, sua produção (**Fotos 23 a 25, Prancha 3**).

Segundo dados do Censo Demográfico elaborado pelo IBGE (2000), a população total estimada para o município de Gouveia, em 2004, correspondia a 11.808 habitantes, incluindo a zona rural e urbana, e destes, mais de 30% encontravam-se sob a linha de pobreza absoluta³¹. De um modo geral, nota-se que as condições precárias de parte significativa da população de Gouveia incitam conseqüências sociais agravantes, ainda mais pela predominância de práticas clientelistas, ricas partidárias e forte sentimento de individualismo.

A utilização inadequada do solo e os desmatamentos, por sua vez, aceleram os processos erosivos e causam queda na produtividade agrícola (**Foto 26, Prancha 3**). Além disso, o garimpo e a mineração são realizados de forma predatória, associados aos problemas de degradação de pastagens, às queimadas, ao não tratamento do lixo e à ausência de tratamento de esgoto, predominantes na maioria dos distritos de Gouveia. Tais problemas contribuem para uma aceleração do processo migratório do município, na medida em que as pessoas passam a buscar ascensão profissional e melhores condições de vida fora de sua cidade natal. Esta característica é freqüente, também, na região do Jequitinhonha como um todo, e por isso direciona ações de fomento tanto do Governo Federal quanto do Estado, além da mobilização e parceria entre as diversas prefeituras na tentativa de, ao menos, tentar amenizar o problema.

Apesar desse quadro social, observou-se que tanto os moradores de Cuiabá quanto de Espinho vislumbraram a melhoria de sua qualidade de vida a partir de práticas artesanais que podem, simultaneamente, valorizar sua auto-estima e sua identificação com o local, e que ainda proporcionem geração de rendas complementares para suprir suas necessidades básicas. Assim, apoiadas pelas medidas e incentivos do Governo Federal, a prefeitura de Gouveia, assim como as demais prefeituras do entorno, têm recorrido ao estímulo artesanal e também ao turismo³², como via de inserção (ou

³⁰ A Feira Livre do Produtor é o ponto de encontro dos produtores rurais das diversas aglomerações de Gouveia, e acontece aos sábados de 6 às 12h. Nela, produtores dos diversos distritos de Gouveia têm a oportunidade de comercializar seus produtos.

³¹ IBGE (2000) e EMATER (2002), segundo dados estabelecidos para a microrregião de Diamantina.

³² Segundo AMARAL FILHO (1996, p. 57) o segmento Turismo é a opção que muito se aproxima do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o DL ou regional: (i) forças

reinserção econômica) a partir de projetos que estimulem a geração de emprego e renda; a fim de solucionar problemas que, associados ao quadro político-institucional freqüente no município, como será ressaltado posteriormente, contribuem para o delineamento de exclusão e não-reconhecimento de seus moradores no plano do vivido (CARLOS, 1996), e se configuram como obstáculos ao desenvolvimento de atividades alternativas, a exemplo do artesanato.

a) Vocação agrícola: o destaque do alho

Um diagnóstico socioeconômico realizado em 1984 pela Prefeitura Municipal revelou que a economia do município era baseada, principalmente, em práticas agropecuárias voltadas para o consumo interno. Dentre as atividades, apenas a produção de alho obteve maior destaque, com capacidade para comercialização fora dos limites municipais.

A prosperidade do município através da produção deste tipo agrícola era tão significativa que, por incentivo da prefeitura, em conjunto com os poderes estaduais e nacionais, foi organizado um evento que seria anual denominado de Festa Estadual do Alho. Tal festividade se realizava em Gouveia, sendo oficializado pelo Governo do Estado de Minas Gerais através do Decreto nº 11.374, de 11 de outubro de 1968. Ela se motivou, sobretudo, pela grande produção de alho verificada no município, sendo promovida pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Gouveia com colaboração concreta da prefeitura, do Ministério e Secretaria de Estado da Agricultura, e participação significativa das emissoras e diários associados de Minas Gerais.

Suas características primordiais eram a Exposição do Alho, a mostra industrial de vários produtos da região e a exposição de artesanato. O principal motivo da festa, entretanto, era trazer e avivar o incentivo ao homem do campo, no plantio do alho, em sua comercialização e na preparação técnica do produto. Visava, também, alertar as autoridades governamentais para o problema da importação do alho estrangeiro (em especial a concorrência chinesa), o que perturbava a produção nacional.

Certamente, foi a Festa Estadual do Alho o motivo principal que levou o governo brasileiro a diminuir a importação de alho, num ato de incentivo à produção do país. Neste evento, durante os três dias consecutivos de festa, era exposto o produto selecionado de mais de 200 produtores do município, além de vários outros produtos industriais. Além disso, eram ministradas conferências técnicas que abordavam as formas de plantio, adubação, irrigação, armazenamento, classificação, embalagens, industrialização e educação do consumidor; tudo realizado com o intuito de ajudar o país

socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) flexibilização; (iv) alto grau de multiplicação da renda local; (v) indústria limpa; e (vi) globalização da economia local, por meio do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito *trade-off* em relação ao crescimento da economia local, e sim o contrário.

a se libertar do pesado ônus da importação, orientando o produtor para uma competição à altura dos concorrentes estrangeiros.

Também em razão da Festa Estadual do Alho, foi instalada, em Gouveia, uma “estação experimental” de plantio de alho, que trazia, *in loco*, ao agricultor, a mais moderna técnica de plantio e irrigação. Gouveia, com a Festa do Alho, recebeu o apoio direto do Governo do Estado, que se manifestou através de órgãos competentes.

Atualmente, a produção do alho não é tão expressiva e se concentra em comunidades específicas, a exemplo de Cuiabá, que o revende sob a forma de tempero em conserva na tentativa de atribuir maior valor agregado ao produto (**Foto 27, Prancha 3 e 28, Prancha 4**). Projetos como o PRONAF e o CONAB, ambos de âmbito federal, é que impulsionam o debilitado setor agrícola de Gouveia, na medida em que o produtor rural carece de apoio e infra-estrutura para a compra de sementes, maquinaria agrícola e adubos. Além disso, a distribuição é dificultada, e, portanto, se limita à demanda local. A principal iniciativa, nesse intuito, advém da criação da Feira do Pequeno Produtor, já comentada anteriormente, através da qual os diversos produtores agrícolas dos povoados e comunidades rurais de Gouveia têm a oportunidade de comercializar sua produção na sede municipal nas manhãs de sábado.

b) Incentivo e diversificação do artesanato: potencialidades e obstáculos

As potencialidades³³ existentes na região são bastante diversificadas, como foi diagnosticado por OLIVEIRA (2004), a exemplo do artesanato em madeira e em palha de milho, flores secas, bordado e tapeçaria, cultivo do alho e hortaliças, flores para ornamentação, produção de doces e pimentas em conserva, ecoturismo e extração de pedras ornamentais. Todavia, a grande maioria encontra-se subaproveitada pelos agentes e moradores locais, ou é estimulada de modo predatório, a exemplo das atividades mineradoras.

Dentre as potencialidades listadas, destaca-se a atividade artesanal, haja vista a especialização que cada comunidade do município demonstrou ter aprimorado, o que significa uma importante diversidade de produção artesanal no município (**Fotos 29 a 41, Pranchas 4 e 5**). Para exemplificar, notou-se uma maior abertura para a modalidade de artesanato com produtos em conserva e arranjos florais na comunidade de Cuiabá; de tecelagem de tapetes e bordados em geral na sede do município, e, ainda, a especialização no artesanato em palha como referência à comunidade de Espinho. A grande maioria utilizando-se dos recursos disponíveis no entorno (ornamentos com flores

³³ Como já mencionado nesta pesquisa, entende-se como potencialidades os elementos e recursos que a população dispõe, a exemplo dos recursos naturais existentes (ecoturismo, artesanato, produção agrícola), bem como habilidades intelectuais (dinamismo, sinergia, visão empreendedora, facilidade de trabalho em equipe, espírito de liderança, dentre outros).

de sempre-viva, típicas do cerrado; as bolsas e bonecas de palha a partir das sobras agrícolas do cultivo do milho, etc). A peculiaridade do artesanato de Gouveia configura-se, portanto, em sua diversidade, ao contrário dos demais municípios que estimulam o *marketing* artesanal a partir da produção especializada de um determinado produto. Como exemplo destes últimos, pode-se citar a produção do queijo na Serra da Canastra, dos bordados de Monte Sião e das peças em cerâmica no Vale do Jequitinhonha.

Aliada a estas potencialidades, há a identificação de uma vontade de mobilização das comunidades em estudo em prol da melhoria de suas condições socioeconômicas, incluindo moradores da própria sede do município. Contudo, ações mais coletivas têm grande dificuldade de serem implementadas no município. Problemas como a falta de incentivos políticos, o clientelismo, o elevado sentimento individualista, as rivalidades políticas e a pouca conscientização da comunidade sobre a sua sinergia dificultam maiores avanços nesse sentido. A fala do técnico da EMATER de Gouveia, em entrevista realizada em novembro de 2006, ilustra essa ausência de ações coletivas predominantes no município: “não há espírito de associativismo e de agir em parceria, (...), o pessoal é meio preguiçoso”. Todavia, vale ressaltar que tal colocação desconsidera os fatores externos que inviabilizam as práticas associativistas na comunidade e no município de Gouveia de modo geral, a exemplo dos conflitos partidários, do clientelismo e do individualismo predominantes.

Em geral, relações clientelistas, corrupção e compra de voto compõem o cenário de diversos municípios latino-americanos ainda nos dias atuais. No Brasil, em especial, há o predomínio das relações de troca de favores, o voto de cabresto, casos de corrupções freqüentemente noticiados pela mídia, sem que isso cause estranheza na população. É a *sociedade de história lenta*, de acordo com MARTINS (1994, p.13) que caracteriza a sociedade brasileira. Para ele, “no Brasil, o atraso é um instrumento de poder”. A fragmentação “ilusória” dos partidos brasileiros em dois segmentos principais, o partido do sistema político e o partido da ruptura, demonstram como a práxis política de nosso país encontra-se equivocada. O atual contexto mais do que explicita essa confusão de valores, pois estar ao lado dos partidos de esquerda, hoje, não significa, necessariamente, defender a ruptura e/ou transformação da realidade.

Em conformidade com a realidade brasileira, no município de Gouveia os cargos públicos e benefícios são distribuídos entre a população de acordo com a opção partidária, bem como projetos e intervenções públicas são interrompidos ou descontinuados de acordo com o resultado obtido nas urnas. Desde meados dos anos 80, duas grandes famílias revezam o domínio político nesse município, representadas pelo Partido da Frente Liberal – PFL (família Miranda) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (família Ribas) e, portanto, estimulam a rivalidade política entre a

população gouveiana. MARTINS (1994) caracteriza o clientelismo e a *cultura do favor e do débito político* como intrínsecos à realidade brasileira:

Os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira. Não só o favor dos ricos aos pobres, o que em princípio já era compreendido pela ética católica. Mas o favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade. *Imensas contabilidades de obrigações morais decorrentes de favores recebidos sempre pesaram muito na história das famílias brasileiras, ricas ou pobres. Débitos que se transferiam para gerações sucessivas e produziram, ao mesmo tempo, verdadeiras teias de débitos e créditos morais* (MARTINS, 1994, p. 35, grifo nosso).

Durante as diversas campanhas de campo, comprovou-se a ocorrência da relação predominantemente assimétrica entre sociedade civil e Estado, em especial quando a oferta de cargos públicos e o chamado nepotismo imperam no país, de modo ainda mais freqüente em áreas rurais. Para exemplificar esta situação de conflito político e de como tais relações podem interferir de modo prejudicial nestas comunidades, cita-se um acontecimento denominado de “O caso do filtro de Cuiabá”, relatado por alguns moradores desta comunidade durante entrevistas realizadas em 2003 (OLIVEIRA 2004).

Em resumo, tal incidente envolveu os moradores de Cuiabá, representantes da EMATER de Gouveia, e o prefeito, ainda em seu primeiro mandato, durante a construção de um filtro que deveria ser instalado na nascente de um córrego que corta o local. Estudos detectaram a existência de elevadas taxas de coliformes fecais na água, tornando-a imprópria para o consumo e para a utilização doméstica e agrícola³⁴, o que representou a necessidade de construção do filtro. A descoberta de superfaturamento e atitudes ilícitas fez com que a comunidade não cumprisse sua parte no acordo (de se oferecer como mão-de-obra para a construção do filtro e de contribuir com uma mensalidade por família que cobriria parte dos gastos com a sua implantação). Houve, então, uma espécie de falta de interação da população no que dizia respeito ao projeto, que não chegou a se concretizar por desconfianças e relações não-transparentes na compra dos materiais necessários (**Foto 44, Prancha 5**). Tal episódio resultou em perda de benefícios dos programas municipais para Cuiabá. Além disso, seus moradores acabaram recebendo o rótulo de “encrunqueiros” perante as outras aglomerações e instituições de Gouveia, devido ao não cumprimento de suas obrigações e tarefas, como havia sido previamente combinado entre as partes.

A relação clientelista existente entre o atual representante da Associação Comunitária de Cuiabá, também representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) local e funcionário público da prefeitura, ratifica tal cenário. Isso porque a pouca (ou nenhuma) representatividade da associação comunitária frente às reais necessidades de seus moradores, se

deve à vinculação partidária de seu representante-máximo com a atual prefeitura, e que indica a freqüente submissão de interesses coletivos por interesses particulares e pessoais.

Em relação às atividades artesanais, notou-se que estas começaram a ganhar impulso a partir da reativação da Associação de Artesãos de Gouveia em tempos recentes. Logo após a reativação, houve a organização de uma Feira de Exposição durante o principal evento do município: a Kobufest (**Fotos 42 e 43, Prancha 5**). Artesãos das diversas aglomerações rurais gouveianas tiveram um espaço para mostrar e divulgar os seus produtos. A parceria com os representantes de Diamantina também abriu espaço para a exposição dos produtos confeccionados pelos artesãos de Gouveia, em especial pela inserção nos Circuitos da Estrada Real e dos Diamantes.

A forte ligação de Gouveia com Diamantina, onde as atividades artesanais possuem destaque, constitui um fator propulsor para os artesãos gouveianos. Para tanto, a organização e a representatividade das Associações de Artesanato, ou mesmo das Associações Comunitárias, se faz necessária, no intuito de facilitar a divulgação dos variados eventos em escala nacional e, assim, possibilitar que o artesão tenha acesso aos mais variados mercados consumidores. Por sua vez, o representante comunitário deve estar atento às necessidades do artesão, devendo ser flexível e aberto a opiniões e críticas, e ainda ser capaz de agir coletivamente, formando parcerias com órgãos ou centros de distribuição e divulgação.

Essa organização e representatividade, entretanto, não ocorre em Gouveia. Como observado durante visita ao município em setembro de 2006, a desativação da Associação de Artesãos de Gouveia (ASARGO) ocorreu devido a problemas pessoais de seu presidente, fato que implicou em seu afastamento do cargo, bem como a necessidade de novas eleições para a reestruturação dos membros desta associação; ação que até o término da pesquisa ainda não tinha sido realizada. Notificou-se, também, que a postura do representante de artesanato gouveiano era inadequada em termos de contribuição para ações mais coletivas e integradas. Isso porque vários artesãos se queixaram da inflexibilidade e da pouca abertura do representante vigente para escutar idéias e opiniões externas. Somado a isso, acrescenta-se que em grande parte dos eventos o processo de seleção dos produtos e artesãos representativos do município se dá conforme critérios duvidosos e não-idôneos. Como se discutirá adiante, há uma hierarquia entre os artesãos em Gouveia, dentre os quais alguns detêm acesso aos eventos e, freqüentemente, conseguem as melhores oportunidades de divulgação artesanal.

³⁴ Para maiores detalhes, ver OLIVEIRA (2004).

3.3. Caracterização das comunidades Cuiabá e Espinho

Cuiabá é a comunidade de menor distância da sede municipal, localizando-se a aproximadamente seis quilômetros desta (**Foto 45, Prancha 5**). O acesso é feito por estrada de terra, atualmente em bom estado de conservação, sendo que a pior parte se encontra em uma forte subida, mas que foi, recentemente, calçada, obra realizada através de verba da prefeitura. Esta comunidade apresenta apenas uma rua principal, cascalhada na parte central e rodeada por grama, onde se localiza a maior parte das casas (**Foto 47, Prancha 6**). Algumas delas, inclusive, são centenárias. As casas apresentam estilo colonial, e as construções são de pequeno porte com razoável aspecto de conservação (**Foto 46, Prancha 6**).

Neste local, há uma capela em que, segundo relatos dos moradores locais, foi encontrado um adobe (tijolo cru feito ao sol) do início do século XVIII, visto que nele estava registrada a data de sua fabricação. Este objeto foi encontrado em função da reforma dessa capela, localizada quase em frente à Praça de Cuiabá, caracterizada apenas por uma árvore de grande porte e um canteiro ao redor. Também defronte à capela, encontra-se o principal ponto de lazer da comunidade, o bar do morador mais antigo da cidade e considerado o patriarca da família Dória. Neste bar, a principal atração é uma mesa de bilhar; contudo, podem ser encontrados, também, alguns itens de mercearia.

Há uma escola municipal que atende à demanda local, voltada para alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental Básico (**Foto 48, Prancha 6**), que funciona, também, como local de reuniões e/ou eventos específicos da comunidade. Todavia, destaca-se que a continuidade da formação escolar é realizada em uma escola situada na sede do município, com transporte gratuito garantido pela Prefeitura de Gouveia.

As pessoas da comunidade se caracterizam por um forte vínculo de parentesco entre seus membros, muitos sendo parentes de primeiro e segundo graus. Segundo relato dos moradores locais, a principal família da comunidade possui descendência italiana, já que a maioria possui pele e olhos claros e estatura mediana (**Foto 49, Prancha 6**). Ainda de acordo com os moradores, uma de suas características é que, mesmo em outras partes do mundo, as famílias que possuem o mesmo sobrenome deles moram juntas e em pequenas comunidades. Fato este que, segundo eles, foi constatado por um alemão que frequentemente visita a região do Vale do Jequitinhonha. Este alemão registrou, em fotografias tiradas na Espanha e na própria Itália, a existência de outras famílias com o sobrenome Dória, nas quais se destacava a união e a simplicidade que os caracteriza. Tais registros foram repassados para a comunidade pertencente a Gouveia.

Ao todo, a comunidade possui 27 famílias, e ressalta-se que a população encontra-se em estágio de envelhecimento, uma vez que a maioria dos jovens desta comunidade está se deslocando para os grandes centros urbanos, principalmente Belo Horizonte. Nos relatos e entrevistas, muitos

indicavam a existência de parentes instalados na capital mineira e que já se encontram estabilizados do ponto de vista empregatício. Grande parte desses jovens não deseja retornar. Dessa forma, em Cuiabá, anualmente, acontecem diversas festas locais, sendo a principal a do Cuiabano ausente, realizada no mês de outubro. Durante o período de férias, a comunidade também apresenta um significativo fluxo de parentes e ex-moradores. Outro aspecto interessante é que Cuiabá freqüentemente recebe a visita de turistas estrangeiros, principalmente alemães, sendo que alguns chegam a se hospedar nas residências cuiabanas por algum tempo.

A economia local é marcada por uma agricultura familiar, primordialmente para o auto-consumo, sendo que seus excedentes são comercializados na Feira Livre do Produtor, situada na sede do município (**Foto 50, Prancha 6**). Os principais produtos dessa comunidade são as hortaliças, o alho, o doce em conserva e os temperos, adquiridos após a realização do Projeto Doce Vida³⁵, além do artesanato com flores secas (**Foto 51, Prancha 6**). Este último, tendo como referência o trabalho da **entrevistada 2 (Fotos 52 a 54, Prancha 6)**, filha do patriarca da comunidade e que possui uma pequena loja para exposição e venda de seus produtos em um bairro da região nordeste de Belo Horizonte (**Fotos 67 e 68, Prancha 8**).

Em relação aos aspectos políticos, notou-se que a Associação Comunitária de Cuiabá encontra-se, atualmente, paralisada, por não conseguir encontrar alguém que os represente de forma consensual. Dessa forma, alguns moradores mantêm uma postura mais reivindicativa ante as decisões políticas da prefeitura, e por este motivo, muitas vezes, as instituições públicas deixam de conceder-lhes determinados benefícios, pois os rotulam como 'encrenqueiros'.

A comunidade de Espinho, por sua vez, caracteriza-se como "remanescente de quilombos", e encontra-se a dezessete quilômetros de distância da sede. O acesso se faz por uma estrada de terra que apresenta diversas interseções que podem causar certa confusão, caso o condutor não fique atento ao percurso. A comunidade encontra-se entre as depressões intermontanas das escarpas quartílicas do complexo da Serra do Espinhaço. Ao chegar à comunidade, as casas encontram-se dispersas pela área que abrange os seus limites, algumas com difíceis acessos, sendo impossível a chegada em determinados locais por meio de veículos automotores. Os acessos secundários são difíceis e caracterizados por uma vegetação de pequeno e médio porte. Não há praça ou um outro ponto qualquer que sirva de referência ou confraternização. O único ponto em comum, e de melhor acesso, é o prédio da escola municipal, localizado na comunidade vizinha, Pedro Pereira (**Foto 55, Prancha 7**). As casas são pequenas e sua estrutura é feita de pau a pique (**Foto 57**), sendo que apenas recentemente foram introduzidos banheiros com fossa séptica. Algumas delas remontam ao

³⁵ O Projeto Doce Vida foi uma iniciativa da EMATER de Gouveia em vigência durante os anos de 1996 a 2000, com o objetivo de estimular a produção de doces em conserva e de temperos pelas comunidades rurais para, assim, fomentar a obtenção de rendas alternativas e complementares para as famílias envolvidas. Contudo, a forte dependência e as ricas partidárias inviabilizaram a continuidade do projeto OLIVEIRA (2004).

período colonial, segundo datações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAM), e possuem, aproximadamente, 450 anos.

Em Espinho, há aproximadamente 65 famílias que se caracterizam como afro-descendentes (Foto 58, Prancha 7). Todavia, a classificação da comunidade enquanto remanescente de quilombos é considerada, sobretudo, externamente, pois os moradores não costumam fazer tal afirmação; ao contrário, constantemente, seus habitantes tentam dissociar a vinculação de sua imagem e seu passado com a sociedade negra escravocrata, diferenciando sua condição através da tipificação de 'negros escravos' e 'negros de trabalho'.

Outro aspecto marcante é a significativa hospitalidade dos espinhenses, principalmente notada nas mulheres, que predominam na comunidade. Segundo ROSA (2004, p.31), tal interação com o visitante de modo assustadoramente carinhoso e educado, muitas vezes corresponde a uma estratégia de reconhecimento do grupo pelos demais gouveianos. Isso porque, em função do forte preconceito transferido aos espinhenses ("lá até o cuspe é preto", "lá eles jogam pedras nos estranhos", etc), estes últimos tentam quebrá-lo, ou mesmo 'trucá-lo'³⁶, para demonstrar o oposto. Assim, conseguem obter tratamento diferenciado em relação às demais comunidades, ocupando a posição de 'preferidas'. Não raro, o visitante é recebido com grande euforia, sendo agraciado com expressiva hospitalidade e gentileza. "Há entre eles muitas histórias que contam como a maior hospitalidade de Espinho em relação a Gouveia e de outras comunidades vizinhas teria levado o padre a preferir Espinho" (ROSA, 2004, p.39)

A comunidade de Espinho também prioriza relações mais fechadas entre seus membros, raramente havendo casos de casamento entre estes e pessoas das demais comunidades. Segundo ROSA (2004, p.78), há o uso de dialetos próprios, derivados da língua africana, que são pronunciados em momentos específicos, tais como o matrimônio, os batismos e funerais. Ao contrário da população cuiabana, a comunidade de Espinho não se sente à vontade para falar de suas origens, demonstrando vergonha e mesmo receio deste assunto, provavelmente em função do forte preconceito que sofrem por grande parte da população de Gouveia. Observou-se que alguns deles chegam a se esconder no mato com a chegada de pessoas estranhas, e outros ficam observando de longe. Desse modo, torna-se necessária a presença de algum 'intermediário' para viabilizar a comunicação: "(...) muitos escondiam-se debaixo de camas, dentro de casa, quando ouviam o barulho de automóveis ou viam estranhos aproximar-se." (ROSA, 2004, p.34-35)

A comunidade de Espinho também se apresenta envelhecida, devido ao significativo processo migratório, especialmente de homens e jovens, em direção aos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo. A figura da moradora mais antiga da comunidade explicita este processo

³⁶ Segundo ROSA (2004), a expressão 'trucar' (equivalente a truque, em espanhol) é usada internamente com o sentido de provocar uma reação desejada na pessoa com quem se interage nas relações sociais cotidianas.

(Foto 61, Prancha 7). Segundo datação feita pelo IEPHA, a casa em que reside possui cerca de 210 anos.

A moradora mais antiga da comunidade de Espinho (**entrevistada 3**) possuía 92 anos no momento da entrevista (julho de 2005). Ela relatou que a comunidade tem mais de trezentos anos e explica que o nome “Espinho” se deu em função da elevada quantidade e variedade de plantas espinhentas na região, especialmente nos córregos: “Toda qualidade de espinho tinha nesses córregos aqui: espinho agulha, unha de gato, escuta cá (...)”.

A economia também se baseia, principalmente, em agricultura familiar, tendo como principais produtos o arroz, o feijão e a cana (**Foto 59, Prancha 7**). Cabe destacar que outra importante fonte de renda se dá através da destinação de remessas de dinheiro enviado por familiares que moram e já se estabilizaram nos centros urbanos. Contudo, mais expressivo do que as atividades agrícolas encontra-se o artesanato feito à base de palha de milho (**Fotos 60, 62 e 63, Prancha 7**), referência para o município que, então, passa a realizar o *marketing* artesanal nesta comunidade a partir de seu aspecto peculiar: o passado quilombola. A principal representante do artesanato de Espinho é a **entrevistada 1**, que se destacou na confecção de bolsas em palha de milho (**Foto 56, Prancha 7**).

Em entrevista, a moradora mais antiga de Espinho disse que a técnica do samburá foi aprendida pelos moradores da comunidade há muito tempo, quando do matrimônio de um velho que trabalhava na comunidade com uma moça chamada Maria. Esta ensinou os procedimentos para tecer a palha de milho e fazer o samburá. (**Foto 65, Prancha 8**). Segundo ela, durante muito tempo os moradores locais dominavam a técnica desse tipo de bolsa, e apenas o faziam para fins domésticos (levar para a escola, fazer feira, etc), pois não almejavam interesses comerciais. Apenas em tempos mais atuais, cerca de sete anos da época da entrevista, é que a técnica da palha foi aprimorada e diversificada em outros artigos, através de auxílio da EMATER de Gouveia: “Antes só os velhos sabiam fazer samburá”. Relatou, ainda, que, atualmente, há cursos que ensinam a técnica para as crianças.

Sobre as fontes de obtenção de renda na comunidade, anteriores às práticas artesanais, ficou confirmado que a renda provinha do garimpo e da venda de farinha de mandioca, conforme relatos dos moradores locais. E em relação à atividade agrícola na comunidade, um dos cunhados da **entrevistada 3** disse que, atualmente, as terras não produzem mais como antes, e que o retorno financeiro com a venda é muito baixo e às vezes não compensa. Ele destacou a dificuldade de levar os produtos para expor na Feira Livre de Gouveia e a falta de transportes para o escoamento. Segundo ele, o ônibus municipal que atende a comunidade passa três vezes por semana, e muitas vezes não atende à demanda local: “Condução nossa aqui é coisa incerta. Passa dia sim, dia não. Fica difícil. (...) Às vezes não dá pra levar todo mundo. Tem até que deixar parte da mercadoria pra trás”.

Os moradores presentes afirmaram que há um acompanhamento médico mensal realizado na escola mais próxima, na comunidade vizinha de Pedro Pereira. Não há posto de saúde e nem telefone

público, os quais os moradores esperam há bastante tempo por sua implantação, prometida pela prefeitura. Disseram haver cerca de quinhentas pessoas na comunidade e destacaram os fortes vínculos de parentesco e dos matrimônios fechados entre seus membros: “Todo mundo aqui é parente. Só gente daqui mesmo que casa e ali faz família. Todo mundo casa em Espinho e fica dentro da comunidade. Os que casam fora, vão fazer a vida fora”. Alguns afirmaram que tal tradição, baseada em laços fechados, se deu em função do elevado racismo sofrido por eles no município, e que os principais colaboradores para a modificação dessa situação foram o padre local, a ex-técnica da EMATER e a antropóloga Miriam Rosa.

A maioria pontuou grandes dificuldades em conseguir a formação básica. Há uma escola na comunidade vizinha de Pedro Pereira que realiza o ensino de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental (**Foto 55, Prancha 7**). O transporte é cedido pela prefeitura, que atende também a comunidade de Tombadouro. A **entrevistada 1** relata a dificuldade para conseguir educação básica a partir de memórias de sua infância. Segundo ela, “tudo era mais difícil”. Ela saía às cinco horas da manhã para caminhar a pé até a escola em Pedro Pereira (distante aproximadamente 3 Km de Espinho):

A gente ia e voltava a pé. Não tinha transporte não. Hoje tá bom demais, tem até merenda. Tem até carne e verdura. Antigamente era aquela dificuldade pra gente estudar. A gente formava a primeira série com dezoito anos, hoje tem menino de quinze anos formado! (**Entrevistada 1**, artesã da comunidade de Espinho, 45 anos).

Ao serem abordados sobre as migrações, especialmente de jovens da comunidade em busca de melhores oportunidades na sede ou mesmo fora do estado, muitos disseram que há uma saída de jovens principalmente para São Paulo que, porém não é tão significativa. A maioria retorna à comunidade durante as festas e eventos, tais como a Folia de Reis e a Festa Junina, os dois principais eventos que marcam a cultura e o folclore local. Durante a Folia de Reis, acontece a dança dos caboclinhos (**Foto 64, Prancha 8**), tradição que está sendo retomada recentemente. As roupas são especiais e feitas pela própria comunidade. Já a Festa Junina é feita, geralmente, em julho, por causa do período de chuvas característico do mês anterior, e atrai um número elevado de pessoas, de dentro e até de fora da comunidade. Os moradores destacaram, ainda, a beleza das cantigas feitas durante a festa de Folia de Reis, realizada anualmente no período de 25 de dezembro a 6 de janeiro: “Todo ano tem. A gente sai nas casas cantando. É uma beleza. Vai na casa um do outro como se fosse uma surpresa.”

No contexto político, a comunidade de Espinho pratica a chamada “política de boa vizinhança”, pois seus moradores procuram manter postura distanciada dos debates políticos mais aprofundados. Provavelmente por manterem esta postura é que Espinho é demasiadamente incluída nos projetos municipais, aproveitando-se dos principais benefícios concedidos às comunidades rurais, a exemplo da

criação de uma horta comunitária, com verba do Instituto Cáritas, e da obtenção de sementes e adubos agrícolas pelo PRONAF.

No capítulo seguinte, as análises e interpretações realizadas sobre as diferentes fontes consultadas, em especial as qualitativas, buscam auxiliar a reflexão e a argumentação para os questionamentos norteadores propostos pela pesquisa. Temas como a hierarquização artesanal, a padronização e a descaracterização do artesanato, ligados ao *marketing* voltado para interesses estritamente mercadológicos, assim como a falta de espírito coletivo e de forte individualismo e clientelismo presentes nas associações, serão apresentados. A partir dessa compartimentação, foram desenvolvidas as reflexões acerca do objeto da pesquisa, vinculado ao fazer artesanal no Brasil e outras escalas, conforme iniciativas voltadas para o DL.

Capítulo 4

As relações artesanais e o estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas

Neste capítulo, as práticas de Desenvolvimento Local (DL) frente ao contexto brasileiro foram analisadas através de experiências e exemplos abordados pela pesquisa, bem como das questões que a nortearam. A partir da percepção da Geografia sobre o tema, relacionando-o ao embate entre as escalas (global *versus* local) e às estratégias de inserção econômica dos municípios, salienta-se a descaracterização do fazer artesanal (a exemplo da padronização e do industriano), e da inversão provocada pelo contexto neoliberal de noções como cidadania, participação e ação coletiva, bem como a legítima representatividade das ONGs e do papel ainda secundário da participação da sociedade civil nesse processo.

O resgate e a contextualização de conceitos como *comunidade*, *ação coletiva* e *participação*, assim como outros também relevantes para o DL, são realizados no intuito de estabelecer uma relação entre eles e as características de cada comunidade abordada. Tudo isso para promover uma reflexão acerca de quais viabilidades e inviabilidades cada uma possui para a implantação de ações voltadas para o DL. Além disso, busca-se ligar as posturas políticas e sociais adotadas por estas comunidades com o processo de obtenção de benefícios pela Prefeitura de Gouveia. Ao final, pretende-se, ainda, colaborar para um melhor entendimento sobre a discussão entre a globalização e seus efeitos nas esferas regional e local (especialmente no plano vivido), baseada na relação de compressão espaço-tempo, bem como com práticas voltadas para outras formas de se pensar o futuro econômico em microescalas que sejam menos excludentes.

O uso predominante de metodologias qualitativas foi realizada com base, especialmente, nas fontes orais e na aplicação de questionários e coletas de informações a partir de roteiros de perguntas temáticas, que consistiram em ferramentas essenciais e complementares para responder às questões-norteadoras referentes ao objeto e ao recorte da pesquisa. Para tanto, foi necessário coletar informações de diferentes atores-chave considerados essenciais ao processo investigativo (ver **Figura 2**).

Para compreender o quadro artesanal e sociopolítico de Gouveia, necessitou-se subdividir as informações adquiridas de acordo com temáticas ligadas ao objeto da pesquisa, tal qual demonstrado a seguir. Isso porque a compartimentação da análise seguindo temáticas específicas favorece a argumentação e a reflexão sobre as questões norteadoras que envolvem as práticas artesanais no Brasil, em Gouveia e nas demais escalas selecionadas. Para fins didáticos e de compreensão do processo de obtenção das fontes analisadas, uma organização, conforme a ordem cronológica das

coletas e das visitas a campo, também é apresentada em anexo (**Anexo 1**). Tal documento compõe uma síntese das principais informações obtidas por cada colaborador, informante e/ou entrevistado, bem como as estratégias específicas utilizadas e suas respectivas justificativas.

A análise das informações obtidas durante o processo investigativo compartmentado por temas, segundo os objetivos e recortes da pesquisa e seus eixos norteadores será, então, apresentada a seguir.

a) As potencialidades de Gouveia

Ecoturismo, entendido aqui como atividade recreativa de modo sustentável em áreas de atração natural, extração de pedras ornamentais e diversificação artesanal constituem as principais potencialidades do município, como verificado por OLIVEIRA (2004) e ratificado pelos representantes da prefeitura municipal, ONG e demais moradores de Gouveia. O artesanato se configura como a alternativa sustentavelmente mais viável, no que se refere ao DL, e, portanto, é priorizado neste estudo. Um dos aspectos diferenciais do artesanato de Gouveia corresponde à sua grande variedade e diversidade. Não há um produto artesanal que caracterize o município como um todo. Apesar disso, o artesanato de palha desenvolvido na comunidade de Espinho muitas vezes é apontado como referência em Gouveia.

A preocupação dos representantes do artesanato local em definir um produto que fosse o retrato de Gouveia (“O artesanato que seria o rosto de Gouveia lá fora”) foi explicitada durante as entrevistas, em especial pelos representantes da Casa de Cultura de Gouveia. Segundo estes, primeiramente, a palha produzida na comunidade de Espinho era considerada o produto peculiar da região; todavia, como já existem outras cidades que se destacam nesta especialidade, seria preciso a busca por outro produto.

Como já mencionado anteriormente, tal diversificação reflete a especialização que cada comunidade ou aglomeração de Gouveia possui em relação às práticas artesanais. Na sede, a produção de tapetes arraiolos (**Foto 32, Prancha 4**) e os bordados em tricot e crochê (**Foto 35, Prancha 4**) são destacados, embora outros artigos também sejam expressivos nos circuitos artesanais, a exemplo dos oratórios em cabaça (**Foto 30, Prancha 4**) e as pinturas sacras em gesso (**Foto 38, Prancha 5**). Em Espinho, há o artesanato em palha de milho (**Fotos 29 e 36, Prancha 4**), e em Cuiabá são os arranjos florais (**Foto 31, Prancha 4**), os doces e os temperos em conserva (**Fotos 40 e 41, Prancha 5**) que se destacam. Alexandre Mascarenhas, por sua vez, possui artesãs que também trabalham com o bordado, de modo diferenciado da sede (**Foto 39, Prancha 5**); e há, também, o artesanato em bucha vegetal e palha tingida na comunidade conhecida como Fazenda Requeijão (**Fotos 33 e 36, Prancha 4**).

Em entrevista, o prefeito de Gouveia ratificou a diversidade de potencialidades existentes no município, e mencionou a produção das comunidades de Cuiabá, Barão do Guaicuy e Espinho. Ele frisa que há uma diversidade de potencialidades que deveriam ser exploradas em Gouveia, mas que não se realizam devido a uma carência de orientação técnica na região: “O pessoal aqui trabalha com boa vontade, mas não há formação técnica para isso”.

Em relação às atividades agrícolas, destacou a expressiva produção de mangas, do tipo espada, na comunidade de Alexandre Mascarenhas, bem como do caju e do tamarindo. O prefeito afirmou pretender estimular o processo de exportação dessas frutas, e ainda a sua diversificação a partir da confecção de doces em compota, entre outros, para aumentar o seu valor agregado: “O problema é a falta de organização para concretizar esses projetos”.

Outra elevada potencialidade do município é o ecoturismo, que a prefeitura e a ONG local também pretende explorar. Segundo informações concedidas pelo engenheiro sanitário da COPASA de Diamantina, e também membro da ONG Caminhos da Serra, há um projeto de reativação da linha férrea na comunidade de Barão do Guaycui, conhecida como Projeto Expedição do Trem Maria Fumaça. Segundo ele, a área possui elevado potencial turístico por causa da existência de cachoeiras, trilhas ecológicas e da vegetação exuberante do cerrado, mas, para que a exploração dessas potencialidades fosse realizada, seriam necessários vultuosos investimentos em infra-estrutura: “A população local tem uma expectativa muito grande sobre a reativação do trem, porém é muito caro”. Ele mencionou, ainda, a elaboração de um vídeo turístico sobre esta comunidade a partir de iniciativa da ONG local, intitulado ‘Caminhos da Serra, Caminhos do trem’.

A despeito da gama de potencialidades, destaca-se a sua subutilização, em especial, do artesanato. Por motivos outros, que serão discutidos com mais profundidade a seguir, não há a manutenção da representatividade do setor no município, especificamente a Associação de Artesãos de Gouveia. Sem esta organização mínima, o artesão tem que buscar apoio técnico e de divulgação para seus artigos em outras fontes, o que reforça o sentimento de individualidade e contribui para a não concretização de laços mais coletivos. Os relatos de vida analisados e comentados a seguir ajudam a delinear o quadro artesanal de Gouveia para, assim, compreender melhor seus impasses, limites, alcances e contradições.

b) Os relatos de vida e a caracterização do contexto artesanal em Gouveia: alcances e limitações

Os relatos das duas artesãs representantes de Cuiabá e Espinho foram coletados em novembro de 2006 e registrados em um gravador portátil do tipo MP4. Ainda em novembro de 2006, os dois relatos foram transcritos segundo procedimentos e discussões de diversos autores (LANG, 2000; WEBER, 1996; THOMPSON, 1992; PEREIRA, 1991; QUEIROZ, 1991). Como já dito anteriormente, a

ênfase no método qualitativo justificou-se pela necessidade de situar a relação da prática artesanal na vida das entrevistadas, abordando o tema desde a infância até os dias atuais; os aspectos antecedentes e as influências que direcionaram a realização do artesanato (aproximando-se ou afastando-se de sua essência); as dificuldades e os obstáculos para a sua realização; o dom aprimorado ou a técnica copiada, entre outros aspectos. Isso porque se buscava obter uma análise mais detalhada e subjetiva do perfil de cada artesã, o que permitiria a aquisição de respostas mais abrangentes.

Ambos os relatos foram coletados nas residências das artesãs, o que favoreceu a relação com o resgate da memória das entrevistadas. A **entrevistada 1** constantemente recorria a objetos e artefatos para comprovar e ilustrar sua narrativa, tecendo um discurso mais fragmentado e, freqüentemente, necessitava de interferências para o seu prosseguimento. Já a **entrevistada 2** manteve um discurso mais contínuo, não se apegando a objetos, mas que nem por isso deixava de apresentar uma “riqueza” de gesticulações e entonações. Isso porque os diferentes aspectos da memória, entre as lembranças e esquecimentos, assim como o contexto histórico e a forma de narrativa, configuram o toque de peculiaridade e subjetividade na fala de cada colaborador, o que, para o pesquisador, é essencial enquanto fator de relativização e interpretação das fontes orais.

A **entrevistada 1** é descendente de quilombolas, mora atualmente na sede de Gouveia com seus dois filhos pequenos e diz ter aperfeiçoado a técnica tradicional de trançado da palha, típica de sua comunidade. O artesanato em palha, entretanto, associa-se, também, ao uso da madeira em tempos recentes, através de um curso realizado pela ex-técnica da EMATER em atuação no município nos anos de 1996 a 2000. Atualmente, especializou-se na confecção de bolsas de palha e já ministrou cursos sobre essa técnica em diferentes municípios mineiros, via auxílio da Secretaria de Cultura e Associação de Artesãos de Gouveia - ASARGO. Além disso, a **entrevistada 1** é constantemente convidada a participar de diversos eventos de exposição artesanal, alguns de bastante destaque no cenário nacional como a XVII Feira Nacional de Artesanato, realizada em novembro de 2006 na Expominas³⁷, sediada na capital mineira. Sua fala é simples e rápida, cheia de vícios de linguagem e entonações.

A **entrevistada 2**, por sua vez, possui a pele clara e posicionamento político mais arraigado. É mãe de uma menina de sete anos e, apesar de já possuir uma residência em Belo Horizonte, mora atualmente com os pais em Cuiabá devido ao agravamento do quadro de saúde de sua mãe, que veio a falecer em outubro de 2006. Ela especializou-se na técnica de desidratação de flores e ornamentação de interiores, em especial sobre flores do cerrado, a exemplo da sempre-viva. Atualmente, possui um

ponto fixo na Feira Híppie de Belo Horizonte, conquistado a partir de muito sofrimento, conforme relata. Também gerencia uma pequena loja de artigos artesanais (**Fotos 67 e 68, Prancha 8**) em um bairro de classe média belo-horizontino, em parceria com um de seus irmãos, que também é artesão. Sua fala é mais pausada e elaborada, apresentando, com frequência, discursos e críticas institucionais e/ou políticas.

No caso específico da **entrevistada 2**, foi preciso considerar a perda recente de sua mãe, explicitada em diversas passagens de sua narrativa. Além disso, notou-se a projeção dinâmica de sua memória de tempos passados para o futuro ao relatar sobre o seu tempo de infância, pois seus desejos e anseios pessoais eram frequentemente remetidos para o contexto de sua filha de 7 anos.

A **entrevistada 1**, por sua vez, mais acostumada à presença de visitantes em sua comunidade e residência, em função da freqüente procura por seus artigos e cursos de artesanato em palha de milho, foi a que, aparentemente, se mostrou menos inibida e que, portanto, ofereceu maior abertura para a troca de informações e para apresentar outros moradores de sua comunidade. Foi através dela que se concluiu a aproximação e a entrevista com a **entrevistada 3**³⁸, moradora mais antiga de Espinho. Para que essa entrevista fosse realizada, utilizou-se um gravador de voz portátil com registro em fita K7.

Durante a análise dos relatos de vida das artesãs selecionadas, observou-se que a **entrevistada 1** explicita, em diversos momentos, a reprodução literal do discurso oficial propagado e reforçado pela Prefeitura de Gouveia. Esta visão também foi apropriada pelos demais moradores da comunidade de Espinho ao ratificarem a idéia de que “somos negros, porém educados”, como já descrito anteriormente. Algumas passagens de sua narrativa foram expostas a seguir, no intuito de melhor argumentar e demonstrar tais conclusões. Todavia, a transcrição completa deste relato encontra-se em anexo (**Anexo 4**):

Primeiramente eu trabalhava na roça, sabe. Cortando cana, capinando, fazendo farinha, pegando lenha assim, (...) ajudando a minha mãe, capinando. Depois a secretária da EMATER (...) aí ela me conheceu no meio da roça, cortando cana, eu tinha na época, eu tinha 14 anos. (...) ela é de Belém do Pará, agora que veio na minha memória (...) e eu já havia percebido a minha mãe fazendo que era o samburá (...) Aí ela falou assim: é você quem mexe com artesanato? Não, quem mexe é a minha mãe, mas eu tô aprendendo com ela. Mas me falaram que você é muito inteligente, que na parte do artesanato é você que dá saída. Eu falei assim: com certeza, mas só que eu ainda não tô muito prática na sobra, entendeu? Vou te levar, então, lá em Desembargador Otoni, pra você aprender a trabalhar com a palha tecida, que é o tecido das bolsa. (...) A partir desse dia, ela decidiu montar o artesanato lá na comunidade de Espinho. (...) E falou: você vai ficar encarregada pra mim, que ela já viu que eu entendia

³⁷ O Expominas é um centro para realização de grandes eventos em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nele, são realizados regularmente feiras e eventos de grande porte, além de shows e outras atividades de lazer e entretenimento. Localiza-se na Av. Amazonas, 6030, no bairro da Gameleira. Informações obtidas pelo site: www.wikipedia.org, acessado em julho de 2007.

³⁸ Após aprofundamentos bibliográficos e discussões sobre o tema, favorecidos pela disciplina Técnicas e Métodos da Pesquisa com Fontes Oraís, ministrada pela Prof^a Dr.^a Andréa Zhouri no 2º semestre de 2006, observou-se que o encontro com a **entrevistada 3** aproximou-se mais de uma “conversa coletiva”.

de qualidade, sabe. Eu já comecei a aprender o quê que significava qualidade, tudo. Aí ela falou: então, you vai continuar levando o artesanato, you vai criar da sua idéia modelos de bolsa, outros tipos de bolsa sem ser o samburá. Ai ela mandou fazer as peças de madeira, que é a mesa de telefone, mesa de centro, porta-revista e a fôrma que é pra fazer o cesto de colocar pão. (...) E direto e reto eu vendo aqui, eu sou a chefe lá da comunidade de Espinho. Eu já fui em Brasília, fiquei em Brasília seis dia, onde tem até tem um jornalzinho (...) Eu já fui em Brasília, já fui em Belo Horizonte, Montes Claros, tudo andando. Aonde eu não fui expor eu fui conhecer exposição de artesanato (entrevistada 1, artesã da comunidade de Espinho, 40-45 anos, novembro de 2006).

Apesar de longo, este trecho é bastante significativo: a artesã delinea a sua relação com o artesanato, iniciada por sua mãe com o samburá, e, assim, ratifica o seu posicionamento na tradição no momento em que afirma ter aprendido a técnica com ela. Em seguida, ressalta a significativa influência da EMATER para o aprimoramento e a diversificação da técnica de trançado da palha, assim como uma maior divulgação de seus produtos em feiras de grande relevância no cenário nacional. Nota-se, ainda, que a artesã demonstra uma forte preocupação com a qualidade dos produtos e incorpora, em seu discurso, a atribuição vinculada a ela, pela instituição, de representante e responsável pelo artesanato da comunidade de Espinho, bem como do próprio município. Tal idéia pode ser comprovada pela afirmação: “Eu sou a chefe lá da comunidade de Espinho”.

Cabe ressaltar que a artesã, atualmente, mudou-se para a sede, provavelmente em função de ter um melhor acesso aos consumidores e aos representantes da prefeitura e da ASARGO. Talvez por causa disso, não possua relações muito amistosas com as atuais representantes da ACOESP, uma vez que a artesã realizou diversas queixas de irregularidade e de atitudes desonestas por parte da distribuição de verbas direcionadas aos artesãos espinhenses. A artesã relata, ainda, a venda irregular de matérias-primas pelos membros desta associação, materiais estes que foram destinados à distribuição gratuita para os artesãos.

A artesã de Espinho declara serem sua fonte de inspiração artesanal os programas de televisão, entretenimento cotidiano de muitas pessoas:

Depois eu fui criar idéia da minha cabeça mesmo, (...) eu vi uma bolsa é na novela das sete, tem mais de um ano que essa novela foi terminar, eu já nem lembro mais que novela é. Eu vi essa bolsa na novela, eu mesma fiz uma bolsa, que eles me deram uma bolsa sem ninguém me ensinar, sabe. (...) a primeira bolsa que eu fiz eu já vendi. E através disso eu já fiz mais de mil bolsa (Entrevistada 1, artesã da comunidade de Espinho, 40-45 anos, novembro de 2006).

A forte influência dos representantes públicos e a aproximação com o SEBRAE levam, como já mencionado anteriormente, a uma elevada preocupação com a qualidade da produção. Tal preocupação, contudo, pode ser considerada como uma estratégia de não concorrência e individualismo, em especial quando a artesã se julga mais capacitada para a atividade e afirma que deve inspecionar cada trabalho antes de enviar para o consumidor, em função da má qualidade dos

trabalhos realizados pelos demais artesãos da comunidade de Espinho. Assim, ela reproduz o discurso repassado pela EMATER e pelo SEBRAE, como ratifica os trechos abaixo:

Que o pessoal lá eles são artesão, mas a metade deles só mexe com peça de madeira. Pra eles é mais fácil. Agora, as coisa mais difícil quem toca sou eu. Tanto que chega gente aqui, não vai lá no Espinho não, vem direto aqui. Que todo mundo me conhece através do SEBRAE, outros vários lugares, várias feiras que eu já fui. E o jornal também, que eu saí no jornal. Muita gente me viu no jornal, me viu no jornal, então eles vem direto aqui. E procura: eu quero saber tal artesanato, tal qualidade, quantidade tal." (...) "Tem a minha mãe, tem a minha irmã, tem a minha tia, (...) a filha da D. R. (moradora mais antiga de Espinho), aquela velhinha lá, e tem as neta dela também, e as bisneta dela que ajuda a mexer com artesanato. Nós são trinta e cinco pessoas, mas um mocado desistiu, sabe. Ficou mais pouco, mas o pouco que ficou compensa mais que as trinta e cinco. Que as trinta e cinco que tava não tava compensando, tava dando muito trabalho, não tinha qualidade, não tinha critério, nem nada. Um fazia de um jeito, outro fazia de outro. Era eu que tinha que ir lá ainda pra mim revistar se tava bom, porque eles não conhecem qualidade (Entrevistada 1, artesã da comunidade de Espinho, 40-45 anos, novembro de 2006).

Além disso, discute-se a efetiva tradição do artesanato em Espinho, especialmente sobre os artigos confeccionados pela artesã mencionada acima. Em sua fala, ela simultaneamente destaca a característica peculiar do fazer artesanal vinculado à comunidade, especificamente sobre a técnica de confecção do samburá (**Foto 65, Prancha 8**) e, ainda, a significativa influência do SEBRAE e da EMATER, em tempos mais recentes, para a diversificação dos artigos à base de palha de milho. As bolsas de palha, desenvolvidas e idealizadas por ela, segundo MARTINS (1973), afastam-se da noção essencial do artesanato por não ser, necessariamente, uma produção vinculada à manifestação da vida comunitária espinhense. Todavia, há que se explicitar que anteriormente as bolsas eram empregadas localmente, para transportar alimentos ou mesmo objetos pessoais e escolares, e sua produção baseava-se no uso próprio; afinal, a sede e o acesso a algum produto similar era dificultado pela distância e pelas condições financeiras da comunidade.

Porém, com o passar do tempo (e em especial após o resgate do artesanato como meio de obtenção de renda mais valorizada que a agricultura através do recrudescimento das atividades turísticas), as bolsas de palha ganham um novo uso, voltadas para as áreas de praia e regiões litorâneas. Elas angariam, também, maior valor agregado. Assim, questiona-se a essência do artesanato nos dias atuais quando ele se encontra voltado para atender demandas de mercado (os fetiches), não sendo fruto da criatividade espontânea do artesão, conforme atenta MARTINS (1973).

A seguir, o fragmento do relato da **entrevistada 2** aponta para uma espécie de introspecção e reflexibilidade pessoal, no qual a narradora parece buscar respostas – até mesmo em nível espiritual – para justificar a sua trajetória de vida, assim como o desenvolvimento de seu dom artístico. A transcrição completa do relato de vida desta artesã também se encontra em anexo (**Anexo 5**):

A gente é de origem simples, né. origem de meio rural, nascemos e criamos na roça. E por sermos pequenos produtores, ou seja, da agricultura familiar, já tem toda uma tendência ao artesanato porque tudo que você produz já é automaticamente artesanal, mas ainda não é visto desta maneira socialmente.

E a gente teve uma infância toda voltada a estes padrões artesanais, de brinquedo com barro, né, brinquedo com sempre-viva, já que somos de uma região é... própria da sempre-viva. E é assim que a gente vai crescendo, mas nunca sem saber o porquê que você se identifica com tais coisas. (...) Mas eu sempre observava que eu tinha uma noção, e o que mais me chamava a atenção era flores, além de flores, bordado, tecido, especialmente tecido. (...) E foi, a infância foi passando, né, você vai e entra na adolescência, fase em que você fica meio "Maria vai com as outras". Você já não sabe mais o que você quer ser: você quer ser artesão, você quer ser médico, professora. Aí você já não sabe de mais nada. Eu digo que aí começa um conflito existencial. (...) Crise existencial, própria da adolescência, quando você acha que sabe tudo, que já tem todas as respostas, e na verdade você está sempre se perguntando. E nessa brincadeira toda de crise existencial, eu observava que eu tinha um vazio, tinha alguma coisa na minha alma que era muito grande, eu sentia que era grande eu precisava fazer alguma coisa, e eu não sabia o que era, eu tentei estudar, não consegui adaptar a colégios, não conseguia adaptar à casa dos outros, sempre muito ligada à minha mãe, meu pai, minha família. (...) Mas depois vai vindo na alma, eu observava que eu tinha alguma coisa que eu precisava preencher e que eu não ia encontrar isso em escolas, não ia encontrar isso com ninguém. Era eu mesma que tinha que desvendar. (...) Eu sempre observei que a minha vida é assim, ela é de..., como é que eu vou dizer (pausa), é num estalo. Se eu pensar eu não tomo uma decisão. Se eu não pensar, eu faço no impulso e aquilo tinha que fazer mesmo." (Entrevistada 2, artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, novembro de 2006)

A artesã anuncia as dificuldades para permanecer no ramo artesanal, bem como a limitação da demanda local, que a leva a buscar divulgação na Feira Híppie de Belo Horizonte, processo este marcado por diversos 'altos e baixos', como demonstrado a seguir:

Montei uma desidratação aqui, no começo deu muito certo, vendi muito bem pra Bahia, Recife, São Paulo. Depois veio os problemas da vida, (...) eu não tinha capital de giro, não tinha como me virar (ênfase) e acabei fechando as portas de novo! Me vendo sem o artesanato. Aí eu voltei para Belo Horizonte para receber o fundo de garantia, chegando lá uma senhora já bem de idade, (...) me chamou pra trabalhar com ela. E a proposta dela era assim: eu teria que montar todos os arranjos dela e eu só poderia vender desidratados. De novo, trabalhando com o artesanato, mas fora do artesanato. Essa foi uma das prestezas que a vida me impôs! (...) E no domingo ia para Feira Híppie e expunha o material, que era os arranjos, que era criação nossa. Quando começou a dar certo, esse meu tio com quem eu aprendi a trabalhar, percebeu que eu ia crescer, denunciou na Prefeitura e aí a senhora teve que tirar a gente. Então assim, foram etapas e etapas que a gente, artesãos, se viu fora do artesanato. Aí, uma senhora do Jaraguá (..) nos chamou para trabalhar com ela. Mas assim: ela consignava nossos produtos. A gente montava os arranjos e ela levava pra Feira. O arranjo custava cinco, ela vendia por dez. Quer dizer, a maneira como ela ia vender não nos interessava, mas ou pegávamos ou largávamos, ou tínhamos que voltar pra trás porque não tinha mais como morar em Belo Horizonte, não tínhamos emprego, o que sabia fazer era o artesanato. Topamos também (..) Aí ela aposentou, saiu da Feira (...) Entregou a barraca pra Prefeitura e nós ficamos de novo zerados. Apareceu outro rapaz da Guanabara, nos chamou pra trabalhar com ele também na demonstração. Aí topamos. Seis meses depois ele brigou com a gente, disse que não ia trabalhar na Feira mais. (...) E nessa brincadeira a gente teve três pessoas que nos ajudou muito, que foi uma senhora que tem uma loja no Mercado Central (...). E a gente assim: sempre fazendo o melhor do artesanato, mas é como se o preço era não aparecer, sabe! E toda vez que a gente tentava um caminho, aparecia alguma coisa e parava a gente. (...) Foi quando nós (...) encontramos uma senhora, (...) ela começou a nos levar pra Feira também. Em seguida ela não pode mais expor com a gente. Eu encontrei uma moça, que num dia de chuva pegou o meu material, botou na barraca dela e nunca mais nos abandonou, (...). Hoje ela mora em Uberlândia. E depois que ela foi embora (..) ficamos de novo, sem lugar de trabalhar o artesanato! Então tem toda uma história. (...) encontramos uma tal de J., que também nos levou pra Feira. Essa, nós trabalhamos com ela durante dois anos. Depois ela também foi embora pro Rio. (...) Ela entregou a licença na Prefeitura e não nos deixou trabalhar no lugar dela. Então é como se fosse assim, um preço que você tem que pagar! Só agora em 2005, que uma senhora lá da Feira (...) com dó de ver aquele sobe e desce, aquele deita, cai, deita, é que nos chamou. Ela tava indo lá pra a América do norte, e decidi passar a credencial dela pra gente. (...) A gente não sabe por que que ela fez tanto por a gente. Entrou com advogado contra a Prefeitura, ganhou a causa e passou a licença pra gente. E só agora a gente tá podendo trabalhar de fato como artesão, na feira, (...) com a barraca da gente, pode dizer que é da gente. (...) Mas até provar

que a gente é artesão, nós sofremos muito! (Entrevistada 2, artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, novembro de 2006)

A artesã também revela as inversões e os obstáculos enfrentados pelo pequeno artesão, caracterizado por ela como um trabalhador solitário, por não possuir apoio dos representantes políticos. Aborda, ainda, a questão da cópia e da descaracterização do fazer artesanal, em específico no principal espaço de divulgação e distribuição da capital mineira, a Feira Hippie, e destaca a importância da criatividade e da inovação no fazer artesanal:

E existe um egoísmo na área artesanal. Além da gente ser sozinho, não ter verbas, não ter incentivo fiscal, não ter incentivo de governo, essa coisa toda. A gente é, todos nós artesãos, somos fechados, somos sozinhos. E, as oportunidades estão na mão de pessoas que não são artesãos! É o caso da Feira Hippie em Belo Horizonte, a maioria lá não são artesãos, não produzem o que vende. E galeria de arte, essa coisa toda, não está na mão de artesãos, está na mão de terceiros, que é quem de fato ganha com o produto. Existe um egoísmo. Eles sabem que não sabem fazer e limitam o artesão ao zero. Porque se o artesão aparecer ele vai trabalhar mais, não é? Se o artesão tiver como montar uma loja, como é que ele vai ganhar, ele não sabe fazer, não é verdade? Pra artesanato não exige ferramenta, é a mão do cidadão, pronto acabou. (...) E o curioso é que a gente trabalha com biscuit, né? EVA, fruto seco, tupiaria, material de cerrado em geral, e o dom que a gente tem de descobrir características novas para o artesanato. Porque existem pessoas que vão se limitando, trabalham só com uma coisa, (...) E com a gente não, a gente é assim: tudo o que você vê de novo, você cria alguma coisa (Entrevistada 2, artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, novembro de 2006).

A conscientização ambiental e o respeito à natureza também são abordados pela artesã, que intitula a classe como defensora do meio ambiente:

Mas, só o que acontece: eu gosto das flores, amo as flores, mas eu escolho sempre as que são aproveitadas para o artesanato. Porque quando a gente começou o processo de desidratação, algumas até universidades brigaram com os artesãos em geral alegando que a gente tava matando a natureza. É isso é que a gente gostaria de dizer pra Ibama, IEF, sociedade em geral: o artesão, ele pega o que a natureza não quer mais, ela não precisa mais, transforma, colore e volta para a mesa do cliente (...) Porque a natureza, por exemplo, as folhas: elas ficam verdes, bonitas, mas chega um tempo que é o outono, ela não quer mais aquelas folhas, ela precisa de folhas novas. (...) Então ela joga aquilo fora. Nós pegamos essa folha velha, desidratamos, (...) e montamos flores e colorimos da cor que nós achamos que tá bonito, transformamos em arranjo e levamos para a mesa das pessoas. Estamos estragando a natureza? Não. Estamos devolvendo ao homem aquilo que a natureza não quer mais (...) O artesão é por natureza ecológico. Ama aquilo que dá a ele o sustento!" (Entrevistada 2, artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, novembro de 2006).

A entrevistada 2 delineou uma trajetória diferenciada em relação ao artesanato, se comparada com a da entrevistada 1. Para a entrevistada 2, a distribuição de seus produtos para a demanda interna de Gouveia é dificultada, em primeiro lugar, em função de sua posição 'inferior' na chamada "hierarquia de artesãos de Gouveia" e, em segundo, pela falta de apoio e incentivos fora dos meios oficiais, haja vista que não é cadastrada na ASARGO. Tal posição inferior, na qual a artesã se insere, se dá em função de uma significativa competitividade com outra artesã que trabalha com arranjos florais e sempre-vivas, residente na sede do município. Por pertencer ao chamado 'círculo de artesãos superiores de Gouveia', sua concorrente consegue angariar maiores privilégios e acessos nas feiras e

nos eventos de divulgação artesanal incentivados pela prefeitura, ao passo que a **entrevistada 2** necessitou recorrer à demanda de Belo Horizonte para divulgar e distribuir seus produtos, o que significou muito sofrimento e dificuldade, como ela mesma relata.

Uma melhor exemplificação dessas diferenças e assimetrias presentes na relação sociedade civil e Estado será demonstrada adiante, em especial sobre a diferenciação na concessão de benefícios públicos entre as comunidades de Gouveia, sendo Cuiabá a comunidade que menos se sente privilegiada em projetos e incentivos feitos pela prefeitura e pela EMATER local. A descaracterização do papel das associações face ao DL (estímulo à produção artesanal voltada para atender as demandas do mercado e de reinserção econômica dos municípios, como já discutido anteriormente), será contextualizada a fim de orientar a observação dos estudos de caso a seguir. Um 'retrato' da situação artesanal de Gouveia e de seus aspectos estimuladores e limitantes é enriquecido através da análise das associações existentes e ainda atuantes no município, em especial face a pouca permanência e as inversões de atribuições que algumas delas possuem.

c) A crise das associações e os aspectos limitantes ao DL em Gouveia

A formação de associações e a importância da representatividade constituem-se condição essencial para o desempenho da atividade, contribuindo para a manutenção e a sobrevivência da prática e do artesão. Para inserir os artesãos nos diferentes circuitos ligados à cultura e promover diversos eventos de divulgação artesanal, bem como obter maiores vantagens para a compra de matérias-primas e/ou outros serviços, é que as associações são criadas. Além disso, verbas repassadas para projetos ligados à cultura e à arte, pelos diferenciados órgãos públicos e instituições privadas, são, necessariamente, destinadas às associações e demais organizações da sociedade civil. Logo, explicita-se a importância desse tipo de organização para o artesão, pois é muito difícil que o profissional consiga exercer a sua atividade de modo completamente autônomo.

Para enquadrar-se nesse contexto, a prefeitura municipal criou, em 2000, a Associação dos Artesãos de Gouveia (ASARGO), instituindo aos seus representantes a função de escutar as reivindicações feitas pelos diversos artesãos presentes nas comunidades rurais do município. Além disso, eles deveriam traçar, de modo coletivo, estratégias que viabilizassem o aprimoramento das técnicas artesanais, bem como otimizassem as formas de divulgação e distribuição dos produtos. Assim, é resgatado aquilo que PUTTNAM (1993) definiu como associativismo: promoção de práticas de cooperação, solidariedade e espírito público entre os membros da sociedade civil, gerando efeitos no sistema político e facilitando a tomada de decisões.

Como a maioria dos artesãos do município produz com o objetivo de complementar a renda familiar, muitos deles desconhecem ou são pouco preparados para divulgar e comercializar seus

próprios produtos. Na maioria dos casos, a venda é realizada “de porta em porta”. Assim, reforça-se a necessidade de criar uma associação para representar o setor artesanal, como pode ser comprovado através de um trecho do documento de criação da entidade: “A ASARGO veio para integrá-los [os artesãos], criar alternativas de cursos, participação em feiras, comercialização e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos”.

Como a contextualização da produção e da prática do artesanato em Gouveia corresponde a uma das principais temáticas demarcadas pelo recorte da pesquisa, a delimitação de informações sobre o processo de formação, reativação e manutenção dessa associação foi essencial. A contraposição das versões fornecidas pelos artesãos e representantes públicos do setor com os demais artesãos ofereceu uma rica pista de análise que, então, possibilitava a argumentação e a reflexão de algumas questões referentes ao objeto da pesquisa. Para tanto, buscou-se entrevistar os membros da diretoria da ASARGO (antigos e atuais), e os responsáveis pelo processo de divulgação artesanal, atrelados à função do Secretário do Comércio e Cultura de Gouveia, em especial devido ao importante momento de reativação que a associação vivenciava quando do início deste processo investigativo.

No início de 2005, aproveitando a popularidade da principal festa da região, a chamada *Kobufes*³⁹, os representantes da Associação de Artesãos organizaram uma Feira de Exposições que aconteceria de modo simultâneo ao evento principal. O elevado movimento de pessoas durante os três dias de festa, incluindo a presença de turistas das mais diversas regiões, contribuiu para uma grande repercussão dos produtos artesanais de Gouveia, que vislumbraram, então, a possibilidade de adquirir uma nova fonte de renda familiar. Todavia, notificou-se, posteriormente, a partir de entrevista com alguns artesãos de Gouveia, que o processo de escolha para participar da exposição na Kobufest obedeceu a critérios políticos. O clientelismo, mais uma vez, se mostrou explícito. A prefeitura selecionou apenas produtos artesanais das comunidades que lhe conferiam apoio político, e Espinho era uma delas. Apenas um representante de Cuiabá obteve autorização para colocar seus produtos em exposição, já que ele exercia cargo público na prefeitura. É importante frisar que, em função dos preparativos e da organização da Kobufest de 2005, o então secretário do Comércio e Cultura de Gouveia encontrava-se indisponível para entrevistas.

Em nova visita ao município, em setembro de 2006, observou-se a precoce estagnação da associação de artesanato gouveiana, que estava sendo presidida por uma diretoria provisória e não necessariamente qualificada para o cargo. Em função disso, optou-se por entrevistar os representantes

³⁹ Vale ressaltar que, em 2005, uma nova gestão assumiu a Prefeitura de Gouveia, que, na prática, vem se alternando há vários anos entre as duas famílias. A atual gestão (2005-2008) pertence ao PMDB, com características explicitamente populistas. Para o atual prefeito, as festas e eventos culturais são a melhor forma de gerar renda e emprego, além de divulgar as *potencialidades* do município. É dele a idéia de criar a KOBUFEST, tradicional festa comemorada entre a população de Gouveia, baseada em sua comida típica: o kobu.

da Casa de Cultura de Gouveia, escalados de modo temporário para o cargo devido à necessidade de formação de novo corpo representativo.

Um dos novos representantes da ASARGO e da Casa de Cultura de Gouveia não forneceu maiores informações sobre a situação do artesanato no município, demonstrando significativo desconhecimento sobre o assunto. Ele apenas informou que a ASARGO estava recentemente paralisada em função de problemas pessoais do antigo secretário que teve que ser afastado do cargo. Além disso, afirmou que seria realizada uma reunião com os artesãos de Gouveia, em outubro daquele ano, para definir e encaminhar os projetos anteriores, citando, como exemplo, o projeto "Noite cultural", em que barracas com comidas típicas e de exposição de artesanato, juntamente a eventos e programações musicais e artísticas, seriam realizadas, mensalmente, no município. Segundo informações obtidas, a inauguração da Casa de Cultura foi feita em 2005, aproveitando o espaço de uma casa com significativo valor histórico para o município: a mais antiga de Gouveia e, também, local de celebração da primeira Câmara Municipal.

Por sua vez, o outro representante auxiliar da Casa de Cultura de Gouveia aparentou maior conhecimento sobre as questões que envolvem a prática artesanal no município. Este afirmou que já trabalhava com artesanato e decoração havia aproximadamente dez anos, e que também gerenciava uma loja de artigos artesanais próxima à Casa de Cultura. Segundo ele, sua aptidão com o artesanato se deu em função da exportação de artigos com flores do campo, liderada por italianos: "Daí começou o meu interesse com o artesanato".

Em relação ao desempenho do ex-Secretário do Comércio e Cultura, o representante temporário ratificou o bom trabalho iniciado por ele; porém, o seu afastamento repentino, devido a problemas pessoais, acabou afetando a continuidade da associação: "Não há quadro de funcionários suficiente. Muitos funcionários públicos da prefeitura já estão envolvidos com a elaboração do Plano Diretor e com o Selo da UNICEF". Por isso, a questão artesanal havia sido colocada em segundo plano pela prefeitura naquele momento.

O representante relatou que a ASARGO havia sido criada durante a primeira gestão do atual prefeito municipal (há aproximadamente dez anos), e que esta possuía uma postura bastante limitada, pois só poderia credenciar um artesão por tipo de artesanato. Atualmente, a esposa do prefeito está envolvida na reformulação da representatividade do artesanato em Gouveia, buscando, portanto, a ampliação de seus membros de modo a abranger todos os artesãos do município.

Entretanto, no último retorno a Gouveia, em novembro de 2006, a permanência da estagnação da ASARGO, foi verificada, pois não havia sido realizada a reunião que elegeria a sua nova diretoria. A associação ainda permanecia sob responsabilidades da diretoria provisória e se preparava para participar da XVII Feira Nacional de Artesanato, realizada na EXPOMINAS, em Belo Horizonte. Nessa

visita, o objetivo principal consistia em obter maiores informações sobre o processo de formação da associação, bem como realizar a consulta aos seus diversos organogramas, formulados desde a sua criação. Foi permitido o acesso ao cadastro dos artesãos de Gouveia feito pelo SEBRAE no município, incluindo associados e não-associados, além da obtenção de fotos dos artigos expostos na Casa de Cultura e Turismo em Gouveia (**Fotos 35 a 39, Pranchas 4 e 5**).

Durante os diversos momentos de entrevista, pôde ser observado o elevado individualismo e a pouca iniciativa para ações mais coletivas no município, aspecto também evidenciado na entrevista com a ex-presidente da ASARGO e também artesã no município. O objetivo desse último contato consistiu em buscar informações mais detalhadas sobre a formação, reativação e subsequente estagnação da associação de artesãos de Gouveia, a partir da versão de seus representantes oficiais, e ainda verificar a existência (ou não) de modos diferenciados de acesso, informação e participação dos artesãos gouveianos nos eventos incentivados pela prefeitura e/ou outras instituições. Além disso, procurou-se investigar a rotulação e a identificação ambígua dos produtos artesanais de Gouveia, feitas a partir de interesses particulares.

Inicialmente, a ex-presidente da ASARGO ressaltou a dificuldade de se manter a associação que, segundo ela, não abrangia de modo pleno as diversas categorizações do artesanato gouveiano, que pelo estatuto anterior, apenas uma modalidade artesanal, representada por somente um artesão da região, poderia ser nela cadastrada. Tal procedimento, obviamente, limitava as possibilidades do artesanato, o que será discutido com mais profundidade adiante. Isso pode ter contribuído para uma 'elitização' e 'hierarquização' dos artesãos no município. Segundo a ex-presidente: "É necessário montar outro estatuto, para torná-lo mais flexível".

Como exemplo de associação de êxito, a ex-presidente citou a formação da cooperativa de artesanato da comunidade de Galheiros, pertencente à Diamantina, realizada em parceria com a EMATER local: "Há falta de espírito coletivo em Gouveia". Todavia, a ex-presidente destaca a boa parceria entre os artesãos de Gouveia com a atual técnica da EMATER de Diamantina, como um aspecto positivo da atual associação, ampliando a divulgação e a participação em eventos, como uma feira realizada em Montes Claros.

A esposa do atual prefeito de Gouveia, e fundadora da ASARGO, também confirmou a falta de sinergia presente nas associações do município, e afirmou que o principal problema que estas enfrentam, especialmente a de artesanato, diz respeito à descrença das pessoas e à falta de ações mais coletivas:

Agora é que ela [a ASARGO] está começando a dar certo. Demorou cerca de quatro anos para o povo começar a acreditar nela. (...) É necessário desenvolver o que há de bom em cada comunidade, que a palha de milho se desenvolva em Espinho, o bordado em Alexandre Mascarenhas, etc., e assim cada comunidade desenvolva o que cada uma tem de mais forte para não gerar a concorrência. (...) E que

eles possam pensar que juntos eles podem crescer (Fundadora da ASARGO, 45-50 anos, julho de 2005).

Segundo a fundadora, há um convênio estabelecido com a SEBRAE para motivar a população na produção artesanal, a partir de um trabalho feito de residência em residência, mas que demanda investimentos elevados. Ela destaca, ainda, a importância da união entre os artesãos. “Acho que o principal problema é a falta de união das pessoas, a falta de interesse e o individualismo. (...) Se não houver esse trabalho de conscientização, nenhum projeto vai dar certo. A iniciativa, tudo vai cair por terra.”

A transposição de um trecho do documento de criação da ASARGO, que expõe, atualmente, os seus produtos na Secretaria de Cultura e Turismo de Gouveia, ratifica estes obstáculos e dificuldades: “O fator negativo é a pouca conscientização por parte dos associados, que vêem nesta entidade apenas meio de aumentar sua renda, não assumindo o compromisso de mantê-la independente, auto-sustentável”. Nesse ponto, a noção limitada de associativismo volta-se para as estratégias mais centradas nas preocupações econômicas, de sobrevivência e de inserção de membros no mercado de produção e consumo, seguindo os moldes recentes de associativismo; ratificando aquilo que DAGNINO (2004) acreditou ser um suposto processo de despolitização da atuação civil, que passa a se alinhar aos interesses do Estado e das instituições financiadoras, meramente reproduzindo os discursos oficiais e reforçando os ideários neoliberais.

A falta de cooperativismo em Gouveia também foi destacada durante entrevista com o representante da ONG Caminhos da Serra. Este afirmou que as associações e ações coletivas não dão certo no município em consequência do forte espírito individualista predominante na região, e exemplificou tal contexto a partir da formação de uma cooperativa voltada para a extração da pedra mineira em Gouveia. Segundo ele, a ONG sugeriu à comunidade local que montasse uma cooperativa para a extração desta pedra (quartzito) de forma sustentável, de caráter predominantemente manual, e que fosse controlada pelas comunidades em que se realizaria a extração. Porém, a cooperativa foi formada por outra pessoa, cujo interesse correspondia meramente à exploração para geração de lucro e que, portanto, fez uso de maquinaria pesada e bombas. Em contrapartida, observou uma significativa inadimplência dos mineradores locais em relação ao pagamento das despesas do supermercado que também gerencia, visto que, segundo ele, a elevada exploração forçou a queda do preço da pedra e diminuiu o poder de compra dos garimpeiros. Assim, mais uma vez, ratifica-se a inversão das idéias de *participação*, *ação coletiva* e *cidadania*, em especial reforçada pela fraca atuação de algumas ONGs enquanto representantes dos interesses da sociedade civil ('batem, mas não combatem'). Avançando para a análise empírica, serão feitas, na parte seguinte, considerações a respeito das associações

comunitárias de Cuiabá e Espinho, enquanto base de análises para a reprodução de processos e influências advindas de outras escalas.

A associação comunitária de Espinho (ACOESP): irregularidades e falta de união

A Associação Comunitária de Espinho foi fundada em 1997 e algumas de suas atribuições são: promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios e/ou obtidos por doação ou empréstimos; representar a comunidade junto a órgãos públicos e privados, no atendimento de suas reivindicações; proporcionar aos associados, e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas e conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a a responder aos seus anseios.

Ao serem abordados sobre a representatividade de Espinho através das associações, alguns moradores da comunidade disseram que a ACOESP estava em processo de reativação havia aproximadamente um mês daquela data; e destacaram a relevância desta reativação para as questões artesanais, especialmente de divulgação dos produtos para a sede de Gouveia e adjacências, além de participação em eventos. Uma artesã local, todavia, relatou os problemas que identificava na associação comunitária local e denunciou irregularidades no repasse de verbas de projetos destinados a Espinho, a exemplo da Horta Comunitária, e do incentivo ao artesanato local. Segundo ela, muitas vezes não havia, sequer, a prestação de contas.

Com o dinheiro recebido, a associação deveria comprar madeira, máquinas e ferramentas para a realização dos projetos. Segundo relatos da artesã, as representantes da ACOESP disseram ter devolvido ao governo a verba restante, porém, muitos artesãos reclamaram que não receberam corretamente o material que necessitavam. Como exemplo, ela relata a venda irregular, pela associação, das alças de bambu que deveriam ser utilizadas na confecção de suas bolsas. Tal matéria-prima, inicialmente, deveria ser distribuída de modo gratuito, pois se originava de verba enviada pelo Governo Estadual.

A representante da ACOESP, por sua vez, afirmou que a madeira, oferecida pela prefeitura à comunidade para a confecção artesanal, não está sendo usada porque não há máquinas para trabalhá-las. A vice-presidente da ACOESP frisou, também, que o projeto chamado PROSAN, com verba do Instituto Cáritas, é que está, de fato, incentivando o artesanato na comunidade. Ela demonstrou desconhecer o destino dado ao material enviado pelo projeto mencionado, pois não retornou ainda para a comunidade: "Não quero saber de mais nada de Espinho". Numa tentativa de transparecer a idoneidade da Associação a qual representa, afirmou que: "O grupo sabe que o material é da comunidade, não é de ninguém".

O clima de desconfiança e conflito também é ratificado pelo técnico da EMATER de Gouveia, que relata a existência de brigas políticas e internas entre os representantes da ACOESP e os demais moradores: “Está tudo solto. Há muita briga política. (...) A presidente é contra o prefeito, outros defendem. Eles não se unem”. A seguir, as relações de forte rixa partidária, descrença e de vaidades e interesses particulares, observadas na associação comunitária de Cuiabá, serão apresentadas.

A associação comunitária de Cuiabá: partidatismo, vaidades e descrença

Como fruto das observações e das percepções em campo, realizado desde meados de 2002, quando do início de pesquisa de monografia sobre o município, verificou-se a pouca efetividade e representatividade existente na associação comunitária de Cuiabá. Muitas eram as reclamações e as insatisfações relatadas sobre a forma de gerenciamento e organização desta entidade, o que levou diversos moradores a classificá-la como ‘mera formalidade’. Reproduzindo a fala de alguns: “falava-se muito, mas na prática nada acontecia”. Além disso, brigas internas e rixas partidárias contribuíam para a desmotivação com a organização e para a sua subsequente estagnação.

Como forma de intervir e interagir mais diretamente com a comunidade, e em função de oferecer um retorno sobre a pesquisa realizada anteriormente, e de melhor explicitar os objetivos do atual estudo, optou-se por convocar uma reunião com os moradores e representantes de Cuiabá. O objetivo era conhecer, de modo mais aprofundado, os anseios e perspectivas futuras de seus moradores, em especial sobre o artesanato, para, assim, delimitar possíveis estratégias e reflexões que pudessem contribuir para a implementação de ações sinérgicas e mais coletivas na comunidade. Isso porque, como verificado por OLIVEIRA (2004), a rotulação de ‘encrenqueiros’ por alguns representantes públicos do município teve como conseqüência o prejuízo destes na obtenção de benefícios concedidos pela prefeitura.

A reunião ocorreu durante a visita de julho de 2005, contando com a presença de treze representantes e moradores da comunidade de Cuiabá. A pauta abordou a importância da organização e do trabalho em equipe, bem como a necessidade de uma representação comunitária transparente e eficiente, tendo-se em vista que no ano 2000 a Associação Comunitária de Cuiabá foi extinta devido a rixas e conflitos pessoais internos, relacionados, também, à opção partidária municipal, especialmente após o “caso do filtro de Cuiabá”. Como desfecho, ocorreu uma situação de litígio entre a prefeitura e esta comunidade, que relatou que, a partir daquele momento, percebeu um tratamento diferenciado em relação à maioria dos projetos e programas realizados pela prefeitura gouveiana.

A reunião foi registrada em fita K7 por um aparelho gravador, e os pontos principais de sua íntegra serão descritos a seguir. Contudo, é importante destacar que devido às limitações desse tipo de registro, a reunião não pôde ser gravada em sua totalidade, sendo que seus momentos finais foram

registrados apenas de modo escrito. De imediato, um dos moradores presentes destacou a inexpressiva representatividade e estagnação da associação comunitária vigente: “Precisamos de uma associação que deve ser bem feita, sem individualismo. Todos por um e um por todos”. Tal característica demonstrou ser a principal queixa feita por grande parte dos cuiabanos presentes.

Seguindo uma estratégia de abertura à discussão, foi enfatizada a necessidade de escutar a opinião dos presentes sobre as perspectivas que cada um possuía em relação ao próprio futuro, inserido na comunidade de Cuiabá e no município de Gouveia (“Como vocês se enxergam no futuro? Como vocês gostariam que estivesse Cuiabá e Gouveia?”). Como resposta, muitos ressaltaram a vontade de melhorar a qualidade de vida e de trabalho, tendo-se em vista as inúmeras dificuldades para manter a produção agrícola. Vários moradores apontaram, como estratégias para se atingir tal objetivo, a importância de romper com o individualismo e de formar um grupo unido. Além disso, citaram os problemas inerentes à associação comunitária de Cuiabá, tais como a estagnação de sua representatividade, a falta de interesse das pessoas em participar e contribuir, em consequência do forte individualismo que caracteriza a região:

Temos que esquecer o paternalismo. Temos um potencial muito grande, imenso. Temos jovens inteligentes, já no 3º ano, temos a terra que nos dá do bom e do melhor, temos como trabalhar com o artesanato, com o doce, com o queijo, e não estamos aproveitando isso. (...) Como não soubemos trabalhar o alho, também não estamos sabendo trabalhar com os outros produtos. O Cuiabá não entra no século XXI porque não entende que nós não somos nem pequenos produtores, somos artesãos. A nossa agricultura é familiar. Ela é de sustento da família e não está conseguindo fazer esse sustento. E porquê não está? Falta de estrutura. (...) Aqui é o tipo de paternalismo. Pode ser que troque a administração e o que vai ser de nós? (artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, julho de 2005).

Inicialmente, a maioria dos moradores presentes pareceu concordar com as colocações feitas e defenderam a importância de se resgatar as atividades sociais e econômicas da comunidade a partir da formação de cooperativas e associações. Contudo, alguns demonstraram significativa incredulidade e desmotivação em função dos problemas que sofrem: “Hoje as pessoas estão muito distantes. Antes era mais fácil, as pessoas participavam. Ultimamente não está tendo respaldo.” Por sua vez, também mencionaram a importância de se escutar as necessidades da população, função que deveria vincular-se, especialmente, à associação comunitária. A mudança de posturas de ações mais sinérgicas é, então, requerida como condição básica para a configuração de uma associação efetiva e bem sucedida, tal como demonstra o trecho:

Falta aqui é incentivo, mas o pessoal tem interesse. (...) Se a gente quer mudar o mundo, nós temos que mudar a gente primeiro. Temos que dar o primeiro passo. O que é que tem que ser feito primeiro aqui: uma associação bem organizada, sem individualismo. Porque tem que fazer uma associação? Porque se não tiver vai cair no mesmo ciclo do ‘olho por olho, dente por dente’. Não é por aí. Isso é individualismo e isso escraviza a própria pessoa. Experimente ficar trancado no quarto de sua casa um dia só, todo fechado, janela e porta. Sem ter contato com ninguém. O nosso cenário não muda. É a mesma coisa no comunitário, não pode ter individualismo. Tem que ter união. E pra isso uma associação bem organizada, com respaldo técnico e também da prefeitura, pra dar o apoio. Ele [o prefeito] é

representante de vocês perante o executivo de Gouveia. Ele executa o que a Câmara aprova. Eu duvido que uma Câmara Municipal vai vetar um projeto que seja bom pra comunidade de Cuiabá, de Camelinho, etc." (Presidente da Associação Comunitária de Cuiabá, 35-40 anos, julho de 2005)

Outros moradores presentes, por sua vez, questionaram a postura individualista dos demais, caracterizando o fracasso dos projetos, ilustrado através da referência ao Projeto Doce Vida:

Tem muitas estrelas no céu, mas nenhuma delas brilha sozinha. Eu me lembro bem que quando alguém queria pegar uma receita o povo dizia: 'não, não posso'. Tem que acabar com esse individualismo. Eu me coloco a disposição, principalmente para minha comunidade de Cuiabá, para ensinar aquilo que eu sei. Para que o nosso produto saia não só para Gouveia, mas para o mundo: para França, para o Japão. Igual Diamantina manda e o Galheiro também está mandando" (artesã da comunidade de Cuiabá, 40-45 anos, julho de 2005).

O clima de desconfiança e competitividade também são evidenciados quando um dos presentes denuncia a desigualdade na estipulação dos preços dos produtos: "Um pode colocar o preço mais baixo que o outro. (...) Precisa de uma outra organização pra fazer andar isso aí. (...) A comunidade aqui, no geral, ela não é tão unida."

Fragilidade das associações em Gouveia: fatores e contextos

Através das considerações feitas acima, emerge, com maior nitidez, a necessidade de mobilização das comunidades abordadas para mudar sua condição socioeconômica através do artesanato. Para alcançá-las, estes esbarram em velhas estruturas, muitas delas características da própria política brasileira, que as impedem de "dar um passo à frente", o que remete ao pensamento de DOWBOR (1999) ao salientar que "estamos jogando um jogo novo a partir de regras antigas". A permanência do clientelismo, através da noção de que "governar é distribuir favores", compromete, portanto, o alcance de estruturas mais democráticas.

Em Gouveia, a 'geometria do poder', explicitada por MASSEY (2000), se fez apontar através da hierarquização de seus artesãos, havendo aqueles que usufruem de incentivos e benefícios da ASARGO e da prefeitura, e outros que, ou se mantêm no anonimato, ou buscam conquistar outros espaços fora dos limites municipais, a exemplo da entrevistada 2, artesã de Cuiabá. Tal característica excludente, e também anti-sinérgica, leva à reflexão sobre até que ponto as associações, como construções políticas, proporcionam facilidades ao DL ou caminham na direção oposta, enquanto fator de entrave, como já destacado por DAGNINO (2004).

Em escala macro, a tentativa de promover o DL vem sendo, constantemente, estimulada pelas prefeituras; porém, movida por interesses próprios, seja na maior arrecadação de receita ou de popularidade. A noção que empregam ao DL, na maioria das vezes, se reduz a programas voltados para fins econômicos meramente, tais como a reativação econômica de uma município ou microrregião

ou, ainda, de geração de emprego e renda. Assim, aspectos sociais prioritários e inerentes ao DL são colocados de modo secundário, a exemplo da inclusão e da recuperação da auto-estima, ou mesmo a busca por melhor qualidade de vida.

Afinal, como ratifica José de Souza Martins, no fim tudo se transforma em voto. As macroestruturas, a exemplo do PNUD e do BNDES, também apóiam tais iniciativas, muitas delas veiculadas recentemente pela mídia que, na maioria dos casos, também transmite a versão limitada de DL. Este movimento incita à reflexão de até que ponto tais estratégias podem ser consideradas como *alternativas autênticas*, principalmente se for levado em consideração que não foram construídas a partir de uma relação não hierarquizada, isto é, provinda das classes mais pobres, como prioriza a teoria sobre o DL.

As associações de artesanato em Diamantina: reflexos de estruturas macro

Como forma de averiguar o tipo de incentivo ao artesanato dado pela Prefeitura de Diamantina, em parceria com iniciativas e apoio fornecidos pela EMATER local aos artesãos; bem como caracterizar a visão que os artesãos diamantinenses possuem sobre o processo de padronização artesanal (industrialização); e, ainda, verificar a existência de ligações entre os artesãos de Diamantina e de Gouveia nas Feiras e Circuitos regionais, optou-se por aplicar um questionário aos artesãos expositores no Mercado Velho de Diamantina, em maio de 2006. As informações obtidas foram complementadas com a entrevista do presidente da Associação de Artesanato de Diamantina (ASSART) e da Associação de Guias e Condutores de Diamantina (ASGUITUR), duas importantes associações ligadas ao artesanato na cidade.

Ao todo, foram entrevistados cinco artesãos, sendo que dois destes são membros da ASSART, um é apenas associado, e os demais são vinculados a outras associações. Notou-se a presença de uma grande diversificação de artigos artesanais, tais como artefatos feitos com capim dourado (**Foto 69, Prancha 8**); caixas de fósforo e retalhos; bijuterias feitas com sementes e flores da flora local (especialmente lágrima e sempre-viva); pinturas em porcelana, esmaltados e camisetas exclusivas; bonecas de pano e bordados (**Foto 70, Prancha 8**); arranjos e *abajoures* feitos com sempre-vivas (**Foto 71, Prancha 8**) e artigos de tapeçaria (**Foto 72, Prancha 8**). Segundo um deles: “O artesanato em Diamantina é bastante diversificado. Aqui a produção é mais individualizada”. A maioria afirmou exercer a atividade artesanal em função da necessidade de complementar a renda familiar, havendo apenas alguns que enviam peças para Belo Horizonte (com auxílio da Prefeitura de Diamantina e da ASSART) e que participam de diversos eventos e feiras, a exemplo da Feira de Brasília, ou, ainda, que expõem em lojas e shoppings da capital mineira.

Quanto ao apoio da prefeitura local em relação ao artesanato, um dos inquiridos, que representava a ASSART como vice-presidente, ratificou a colaboração através da exposição de produtos dos artesãos associados na Casa de Cultura de Diamantina, sendo que a prefeitura também concede a isenção do aluguel do estabelecimento. É realizada, também, uma feira no Mercado Velho todas as sextas-feiras à noite, com eventos musicais e culturais patrocinados pela prefeitura, adicionando-se, ainda, a concessão de *stands* e verbas para cobrir gastos com transporte e material dos artesãos durante a sua participação em feiras externas. O entrevistado afirmou ter participado, recentemente, da feira realizada na praça de serviços da UFMG e de uma exposição em Brasília. Há, também, um grande apoio do SEBRAE aos artesãos da sede, através de cursos e incentivos à participação nos diferentes eventos. Todavia, é mencionada a existência de uma outra Associação de Artesãos ligada a Diamantina, mais antiga e específica das comunidades de Galheiros e Planalto. Esta última se destaca pela confecção de bonecas de palha de milho e, por já ser bastante noticiada pela mídia, possui grande popularidade em Minas Gerais e no país.

De modo mais específico sobre a associação de artesanato, o presidente da ASSART afirmou que esta possuía apenas seis meses de criação, no momento da entrevista, e que já se encontrava plenamente registrada. Seu principal objetivo consiste em auxiliar o artesão a divulgar os seus produtos em feiras e eventos, além de facilitar o envio de verbas destinadas ao setor através de inclusão em projetos governamentais ou estaduais. Segundo ele, uma das principais dificuldades da associação é congregar a maior parte dos membros para a realização das reuniões: “a convivência é difícil, as pessoas são muito individualistas e nos procuram apenas quando tem feiras ou algum outro interesse”.

Também em entrevista, o presidente da outra associação, ASGUITUR, disse que esta havia sido iniciada em 1999 e que manteve o mesmo membro na presidência até 2005. À época da entrevista, este afirmou que a associação era composta por uma nova diretoria e que estava em processo de reativação. Segundo ele, a loja é “exclusiva de artesãos de Diamantina”, sendo que alguns artigos vêm de Turmalina, Araçuaí e Minas Novas. Os produtos são diversificados e feitos por vários artesãos. Estes também participam das feiras patrocinadas pela prefeitura diamantinense, realizadas às sextas-feiras no Mercado Velho. Tal evento corresponde a uma parceria entre o Circuito do Diamante e os artesãos locais. Os associados da ASGUITUR também participam de variados eventos, tais como a Feira da UFMG, a Expominas e em Brasília, sendo que o contato é feito pela Secretaria de Turismo e pelo presidente da associação. Segundo ele, o ponto foi doado definitivamente pela prefeitura, sendo cobrada apenas uma taxa simbólica de seus membros para a manutenção da associação. Como principal dificuldade enfrentada pela associação, este destacou a de reunir os associados, já que alguns deles trabalham em outras áreas ou estudam fora e, além disso, muitos trabalham por revezamento ou fazem venda indireta, isto é, contactam ou recomendam os artesãos.

Logo, percebe-se que as características delimitadas pela associação de artesanato de Gouveia, ASARGO, não se divergem plenamente das apresentadas pelas associações diamantinenses. A mesma dificuldade em reunir os artesãos e de valorizar os aspectos voltados para ações coletivas, favorecidas por estas organizações, foram destacadas. E mais uma vez, a preocupação reduzida à inserção econômica pelos artesãos é evidenciada, ressaltando o individualismo e a falta de sinergia que se tornam inerentes nas associações.

A padronização e o industriano

Ao serem abordados sobre a ocorrência de artigos e peças artesanais frutos de cópia e padronização, um dos artesãos consultados disse que “a crise de emprego no país acaba por incentivar a indústria do artesanato”. Além disso, ele ressalta que prefeituras, Estado e Governo Federal também são responsáveis por este cenário, na medida em que estimulam a padronização do processo como saída para a geração de emprego e renda. Segundo um deles: “o verdadeiro artesão é aquele que sempre está criando”, “não vale a pena”, exemplificando seu pensamento através da fabricação dos tapetes arraiolo e das jóias coqui-ouro (casca de coco da Bahia com ouro).

Outro artesão frisou a grande semelhança entre os produtos feitos pelos artesãos de Diamantina com os do Vale do Jequitinhonha, citando a comunidade de Taiobeira, com esculturas em cerâmica, bastante famosas no país. Segundo ele: “O exclusivo é valorizado, porém se volta para um mercado externo, por causa do preço”, e exemplifica que, atualmente, há peças que são vendidas por mais de quinhentos reais, dependendo do local de venda.

Sobre a descaracterização do artesanato e o industriano, vale resgatar o relato do presidente da ASSART, em que afirma a existência de órgãos que desejam unificar os produtos. Nas palavras dele: “Hoje o artesanato se divide em várias ramificações, há trabalhos manuais e artesanato com partes feitas em máquinas”, e conclui que as pessoas que convivem com o artesanato desde criança, a partir de uma herança passada de pai para filho, são mais voltadas para o aspecto da criatividade. Porém, há também aqueles que são influenciados pelo mercado e buscam apenas o lucro, daí a relação com a competitividade e com a indústria. Porém, destacou que “na associação não há problemas com isso, os trabalhos são muito individuais”. Por ser músico, defende a visão do artesanato enquanto arte e, portanto, acredita que este deve ser caracterizado pela singularidade da criação de suas peças e produtos. Assim, destaca que a associação que representa possui uma visão ampliada do artesanato e, por isso, tem o compromisso de incorporar outras partes do fazer artístico através do estímulo a diversos projetos ligados à cultura, tais como teatro, dança, música e poesia.

Conclui-se que não somente o artesanato de Gouveia, mas o artesanato de Diamantina constitui-se como reflexo da descaracterização artesanal que, em variados casos, parte da postura

mercado-cêntrica que instituições e órgãos nacionais ligados à atividade estimulam como prioridade. Não é demasiado lembrar que para conseguir projeção artística, o artesão é incentivado a 'enquadrar-se em padrões de exigência internacionais', pré-estabelecidos e definidores de quem é artesão de qualidade no país. O selo Mãos de Minas e a postura essencialmente doutrinadora do SEBRAE e do BNDES confirmam tal contexto. Enfim, acredita-se que, em determinados aspectos, as relações praticadas entre sociedade civil, instituições privadas e Estado, em especial na microescala, podem ser configuradas como reflexos de estruturas macro, instituídas no contexto brasileiro.

d) Rótulos e concessões diferenciadas de benefícios públicos

Como reflexo de uma sociedade "escrita em negativo" (TELLES, 1999, p.18), a sociedade brasileira revela aspectos que contrariam o caminho de uma cidadania ampliada, verificada através do não reconhecimento das classes trabalhadoras enquanto sujeitos ativos e de interesses e direitos legítimos; da não representatividade dos interesses e necessidades populares no plano do Estado, em especial através da desconsideração das majorias durante a elaboração e execução das políticas públicas; e, ainda, pela incapacidade dos mecanismos formais de representação política em dissolver o clientelismo e o patrimonialismo ainda característicos deste país. Diante de tal contexto, não é incomum prevalecerem relações assimétricas e desiguais entre a sociedade civil e o Estado, em especial nas microescalas.

A discrepância na concessão de benefícios públicos ainda caracteriza o cotidiano de muitos pontos e regiões do país, refletindo a forte tradição autoritária existente na dita 'modernidade' brasileira. Além disso, como não seria diferente no município de Gouveia, verifica-se o tratamento diferenciado a determinadas comunidades e povoados em função de sua postura política mais ou menos reivindicadora e que, portanto, estabelece 'as normas' para a inclusão em projetos sociais e a concessão de benefícios feitos pela prefeitura local.

Em entrevista com representantes da EMATER de Gouveia, observou-se a manutenção do rótulo de "encrenqueiros" vinculado aos moradores de Cuiabá, como já descrito por OLIVEIRA (2004), em consequência do episódio intitulado "O caso do filtro de Cuiabá", comentado anteriormente. A fala do engenheiro sanitário da COPASA também reforçou a visão contida no discurso público: "Se eles que são os mais interessados não querem ajudar a fazer o filtro, é complicado".

A propagação da idéia de que a prefeitura fez cumprir sua função, mas a falta do pagamento das mensalidades e a falta de ajuda para construir o filtro são as principais justificativas para o impasse. Tal visão é, também, compartilhada por alguns representantes da ONG Caminhos da Serra e pelos moradores da sede. Todavia, há negligência quanto ao real motivo que a comunidade descumpriu sua parte no acordo, ou seja, ela percebeu a existência de irregularidades no processo de

compra dos materiais necessários, denunciadas publicamente. Foi assim que os moradores de Cuiabá receberam o rótulo de 'encrenqueiros'.

Em contrapartida, a configuração de um perfil-modelo, vinculado aos moradores da comunidade de Espinho, também foi notada, haja vista a intensidade com que a Prefeitura Municipal divulga e caracteriza o seu artesanato como peculiar, destacando a postura educada e dócil que seus moradores possuem, e, assim, fortalecendo a boa imagem e hospitalidade que estes desejam repassar aos demais.

Para os representantes de Gouveia, Espinho revela características que se opõem às de Cuiabá, e que de certa forma contribuem para a sua freqüente inclusão nos diversos projetos municipais. Além do fenótipo (a maioria maciça da comunidade de Espinho compõe-se de afro-descendentes), a herança histórica de um passado quilombola e a preservação de hábitos e tradições, a exemplo do samburá, compõem um panorama favorável ao chamado *marketing artesanal* de Espinho, já bastante explorado pela Prefeitura de Gouveia. Além disso, a negação de um passado de lutas e de conflito com o sistema escravocrata, explicitada na "nova rotulagem" que a atual geração de Espinho deseja revelar, a de negros passivos e educados, também contribui para a posição de comunidade-modelo.

Ao serem questionados sobre a gestão municipal vigente, os espinhenses entrevistados disseram não ter queixas ou posicionamentos contrários, da mesma forma como não fizeram críticas à gestão anterior (realizada pelo partido concorrente), no intuito de revelar uma postura política mais neutra. Também destacaram a boa imagem e a educação pelas quais são freqüentemente descritos pelos representantes da prefeitura: "Eles falam que o pessoal de Espinho é muito educado, muito bom de lidar com eles (...)".

A preocupação da comunidade concentra-se em reforçar a sua elevada hospitalidade, bem como significativa esperteza e sagacidade, ressaltada pelos dois últimos prefeitos: "Todo mundo que visita a comunidade fala que o pessoal de Espinho é muito inteligente. É a comunidade mais inteligente da região". Um único homem presente criticou a gestão municipal, e ressaltou a desigualdade na concessão de benefícios, definindo a comunidade de Espinho como desprivilegiada em relação às demais comunidades rurais. "Nossa região aqui é a menos favorecida de ajuda (...) aí nesse córrego que vocês passaram tinha que fazer umas coisas que em outros lugares você já nota que tem mais" (Agricultor de Espinho, 50-55 anos, julho de 2005). Ele também exemplifica tal desprivilégio através da instalação do telefone público na comunidade, obra prevista para 2005: "Estamos esperando até hoje! (...) Quem fica pedindo muito, amolando a prefeitura, consegue. O pessoal daqui não. Pode ter o que for que eles resolvem tudo numa boa. Não tem nada que pedir pra prefeito" (Artesã de Espinho, 40-45 anos, julho de 2005).

Assim, pode ser observada a postura diferenciada existente entre as duas comunidades: Cuiabá é a 'encrenqueira' porque freqüentemente reivindica seus direitos e mantém postura participativa no município, muitas vezes denunciando as irregularidades que observam; e Espinho, por sua vez, prefere manter postura menos reivindicativa, haja vista a elevada preocupação que seus moradores têm de romper com as características vinculadas ao passado quilombola e 'reconstruir' sua nova identidade enquanto "pessoas dóceis e hospitaleiras".

A simplicidade e a idoneidade dos moradores de Espinho, por não diferenciar o tratamento com as pessoas, podem ser comprovadas no relato a seguir:

Nisso o pessoal daqui do Espinho tem essa vantagem. De trata igual os conhecido e também os desconhecido. Eles não tem isso de chegá e trata as pessoa de forma diferente. Se chega alguém na casa e eles tão comendo, o que eles come a pessoa também come. (...) Por isso todo mundo gosta da comunidade de Espinho. É porque o pessoal aqui é muito educado. A gente não sabe conversar, mas sabe receber bem os outros" (Artesã de Espinho, 40-45 anos, julho de 2005).

A mesma característica também é destacada pela moradora mais antiga de Espinho, ao dizer que "o que fizer com um milionário, faz também com os mais ou menos". E cita o momento de chegada da antropóloga da Universidade Federal de Brasília à comunidade: "Muitos disseram pra ela que não iam pra Espinho porque lá só tem preto, tudo feio e tudo esquisito. Que até o cuspe é preto. Daí ela chegou na casa da (...) e a receberam com um prato cheio de bolo e Kobu".

O preconceito, muitas vezes, deriva dessa diferenciação de benefícios, sendo que alguns espinhenses relataram que a construção de uma escola na comunidade vizinha se deu em função disso, tal qual demonstrado no trecho: "A escola construída em Pedro Pereira era para ter sido construída em Espinho, mas não foi por causa do preconceito daquela época".

Os cuiabanos, por sua vez, também se colocaram na posição de desprivilegiados pelos projetos e incentivos da Prefeitura de Gouveia. Estes ressaltaram a visão distorcida que as demais comunidades rurais possuem em relação à Cuiabá: "Já ouvi muitas pessoas dizerem que Cuiabá é a comunidade mais beneficiada de Gouveia, mas isso não é verdade".

A partir da entrevista cedida pela agrônoma da EMATER de Gouveia, foi possível verificar que dentre os principais projetos desenvolvidos pelo órgão no município, poucos são destinados à Cuiabá, e a maioria deles inclui a comunidade de Espinho. A implantação da horta comunitária⁴⁰, incluído no Programa Minas Sem Fome, é um exemplo. A agrônoma destaca a dificuldade de se desenvolver a atividade agrícola na comunidade, em função do tamanho das propriedades rurais (de 1 a 2 hectares de extensão, em média, havendo aqueles de apenas 0,5 hectare), haja vista que a média do município corresponde a 20 hectares. Além disso, há o aspecto cascalhoso do solo, associado às áreas de

⁴⁰ Nesse projeto, aproximadamente 14 famílias têm acesso a uma horta comunitária, e a distribuição das hortaliças é feita através da venda realizada na Feira Livre do Produtor, na sede de Gouveia.

elevada declividade que também dificultam a atividade agrícola: “Sobra muito pouco para plantar, e a maioria planta na beira dos rios”.

O projeto de lavouras comunitárias conta com a doação de sementes de milho, feijão e adubo para todas as comunidades que estiverem organizadas, isto é, com associação formada e regularizada. Obedecendo a este critério foram citadas: Espinho, Camelinho, Água Parada, Ribeirão de Areia, Cuiabá e Vila Alexandre Mascarenhas. Segundo a agrônoma da EMATER, as sementes são dadas sem custo para as comunidades, sendo que cada uma envia a quantidade e a demanda que necessita. Todavia, ressalta que não é certo que cada associação irá receber a quantidade exigida, pois *depende* do perfil da comunidade: “As mais carentes têm prioridade. (...) Cuiabá é a que tem mais poder aquisitivo de todas, é certo que Espinho irá ganhar mais e que Cuiabá irá ficar de fora”.

A justificativa para essa ‘prioridade de Espinho’ é a significativa pobreza de seus moradores, pois aproximadamente trinta famílias têm como principal fonte de renda o plantio, voltado para o auto-sustento, e o envio de capital feito pelos maridos que trabalham fora do município (principalmente em São Paulo, no setor de construção civil), não descartando aqueles que sobrevivem do artesanato.

Sobre este último aspecto, a agrônoma da EMATER mencionou o envio de verbas para estimular os artesãos, de modo específico para a comunidade de Espinho, através de um projeto de incentivo à cultura financiado pela Cáritas. Cerca de quinze mil reais foram destinados exclusivamente para o desenvolvimento do artesanato da comunidade de Espinho, em especial para a compra de materiais, equipamentos e matéria-prima. Entre os incentivos, incluem-se cursos de aperfeiçoamento sobre a técnica da palha, ministrados pela principal artesã de Espinho. Para a agrônoma da EMATER: “Espinho é o nosso modelo de comunidade”. Logo, ratifica-se a diferenciação.

Outro exemplo se deu através de entrevista com o prefeito de Gouveia. Este enfatizou a necessidade de implantar um sistema de equilíbrio das contas municipais a partir do chamado ‘choque de gestão’. Para tanto, distribuiu uma circular explicitando a necessidade e a importância deste procedimento, conforme documento em anexo (**Anexo 6**). Este afirmou ter realizado cerca de trinta obras no município, como a construção de casas populares, de banheiros com fossa séptica (incluindo Espinho), o asfaltamento de ruas na sede, a construção de praça na comunidade de Vila Alexandre e a instalação de telefones públicos em algumas comunidades (também incluindo Espinho), além de reforma em escolas. Disse ainda que já havia conseguido verba para a instalação de linha telefônica para a comunidade de Espinho, porém, não o fez em função de um abaixo-assinado feito pelos moradores desta comunidade, provavelmente em consequência de desentendimentos com os representantes comunitários. Mencionou, ainda, a realização do Plano Diretor⁴¹ que está sendo

⁴¹ Em conversa informal, o prefeito disse que o Plano Diretor estava sendo elaborado sem custos para a prefeitura.

elaborado pelo historiador de Gouveia e também professor da Fundação João Pinheiro, e afirmou ter enxugado de 512 para 400 funcionários públicos, os quais contratou para gerar empregos; porém, agora, precisava conter os gastos.

A caracterização da comunidade de Espinho como desprovida de recursos básicos e elevada pobreza também é ratificada pela entrevista com o engenheiro da COPASA, que abordou a construção de banheiros com fossa séptica na comunidade de Espinho: “Eles são muito pobres e antes tinham a chamada fossa seca”.

No caso da comunidade de Cuiabá, o técnico caracterizou a implantação de um sistema denominado ‘filtro lento’, indicado para áreas com razoável qualidade da água, que apresentam baixo nível de coliformes fecais. Tal método é muito utilizado na Inglaterra, pois tira a turbidez e diminui a quantidade de coliformes fecais da água, além de proteger a nascente: “É muito importante tratar a água desde a nascente”. Ele afirmou que o custo para a construção de um filtro na comunidade de Cuiabá girava em torno de mil e quinhentos reais, e que o presidente da ONG Caminhos da Serra, na época de sua implantação na comunidade, pegou empréstimo de um banco alemão e está pagando o que a comunidade não pagou. É interessante destacar que, segundo relatos de alguns moradores de Cuiabá, a verba direcionada pelo referido banco alemão, Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, foi feita através de fundo perdido (OLIVEIRA, 2004).

Desta forma, verifica-se, através dos vários relatos e atores consultados, que existe uma diferenciação na concessão de benefícios, pela prefeitura, para determinadas comunidades, e nesse aspecto a postura política é o fator decisivo entre a inclusão ou exclusão nos diversos projetos que a prefeitura desenvolve. E assim, mais uma vez, é reforçado o papel de mero ‘distribuidor de favores’, pela qual a grande maioria das gestões públicas acredita haver correlação com o fazer político. Tanto Cuiabá quanto Espinho enquadram-se nesta realidade, o que, por sua vez, reitera a postura clientelista e autoritária na qual os direitos sociais encontram-se inseridos.

e) Ambigüidade identitária e a posição secundária de Gouveia em relação a Diamantina

Nas comunidades estudadas, bem como em grande parte do município de Gouveia, notou-se uma forte ambigüidade identitária, refletida na fala de seus moradores e, ainda, na rotulação e na caracterização dos produtos artesanais. Ora a população se intitula como vinculada à região do Vale do Jequitinhonha, ora se apresenta como interligada aos circuitos artesanais específicos de Diamantina. Tal “mistura” de identidades pode revelar a posição secundária que Gouveia ocupa em relação à Diamantina, haja vista que a primeira cidade, freqüentemente, é vista apenas como ‘local de passagem’ para a segunda.

O secundarismo de Gouveia pode ser confirmado através do relato do prefeito. Este afirmou ter a pretensão de construir uma Praça do Comércio para a distribuição dos artigos artesanais locais, em ponto de contato com a estrada que leva à cidade de Diamantina (**Foto 73, Prancha 9**). Tal fato ratifica a necessidade de localizar atrativos na passagem uma vez que dificilmente o turista ou visitante se destinaria diretamente a Gouveia, que na maioria das vezes só é notada por se localizar no caminho para Diamantina.

Outro exemplo se dá a partir da diferença de prioridade dada ao artesanato de Gouveia e ao de Diamantina, acentuada pelo notável desinteresse do técnico da EMATER gouveiana em relação à atividade artesanal do município. Em entrevista, o técnico deste órgão relatou que seu trabalho é mais voltado para o apoio agrícola, e que em Diamantina é que o trabalho da EMATER se relaciona mais diretamente com os aspectos sociais, envolvendo o turismo e o artesanato: “Hoje não tem essa pessoa que cuida do artesanato em Gouveia. Acompanho, quando necessário, os artesãos nos diferentes eventos, porém o meu foco é a agropecuária. Artesanato não é a minha praia”. Segundo ele, a técnica de Diamantina é a representante regional do artesanato, e por isso ela se encontra mais envolvida com estas questões.

Todavia, é a fala da artesã e ex-representante da ASARGO a que melhor representa a posição secundária de Gouveia e a ambigüidade identitária marcantes no artesanato do município, ao afirmar que “Gouveia pega carona com o Jequitinhonha e com Diamantina”. Nota-se, então, que um dos recursos utilizados pelos artesãos de Gouveia consiste em vincular-se ambigüamente aos diferentes circuitos artesanais de Diamantina e do Vale do Jequitinhonha, para, dessa forma, conseguir se inserir nos principais atividades e eventos ligados ao ramo artesanal.

A seguir, a discussão acerca dos conceitos *comunidade*, *participação*, *ação coletiva e comunitária*, *intervenientes* e *intervenção comunitária*, entre outros, serão resgatados e recontextualizados conforme as relações existentes e observadas pelo estudo de caso a fim de auxiliar uma melhor compreensão das nuances que favorecem ou desvirtuam ações voltadas para o DL, em especial, para desenvolver o artesanato de Gouveia.

f) O conceito de comunidade e suas diferentes contextualizações

As mutações e a reconfigurações dos territórios que interferem nas escalas global e local, simultaneamente, incitam apropriações de conceitos como sociedade e comunidade. Este último, como nos atenta BAUMAN (2003, p.7), não somente faz referência a um significado como também remete a determinadas sensações. “Estar numa comunidade”, em especial nos dias de desenfreada busca por identidade em meio a uma sociedade globalizada, é visto como algo positivo que conduz a uma sensação de segurança e conforto. Segundo o autor, “comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante”. Nela, as pessoas podem relaxar e descontraír, pois estão protegidas. As

pessoas são confiáveis e inexistem perigos ocultos, pois todos ao redor desejam o bem. Comunidade, em síntese, “é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance, mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p.9).

A busca por esse sentimento de proteção e conforto se torna essencial, na medida em que são vividos tempos de elevada competição e desprezo pelos mais fracos e menos favorecidos, e poucas são aquelas pessoas que perdem o seu tempo e se mostram dispostas a ajudar os outros. Dessa forma, pensar e recontextualizar o conceito de comunidade é, também, um exercício de verificação das relações entre os grupos humanos, seus vínculos, necessidades e contradições. E como para o DL a *ação comunitária* requer a existência de relações de confiança, alteridade e sinergia, acredita-se ser importante rediscutir o conceito de comunidade a partir de vieses mais específicos, que ora se aproximam e ora se afastam de seu significado inicial.

Resgatando o conceito elaborado por TONNIES (citado por FERNANDES, 1973), uma comunidade baseia suas relações, de modo predominante, a partir de ligações sanguíneas, parentesco, vizinhança e/ou amizade (*gemeinschaft*). Foi verificado que as relações predominantes, tanto em Cuiabá quanto em Espinho, comprovam tal caracterização. Contudo, estas podem se modificar (e variadas vezes se modificam) conforme o contexto e o interesse individuais.

Os moradores de Espinho mantêm forte vínculo sanguíneo e cultural, e não enxergam de modo positivo os casamentos com pessoas fora do círculo da comunidade, além de preservarem seu dialeto próprio, como ex-quilombolas, apesar de que isso não é reconhecido, oficialmente, pela geração atual, a fim de que haja garantia de uma melhor inserção no município (ROSA, 2004): “Todo mundo aqui é parente. Só gente daqui mesmo que casa e ali faz família. Todo mundo casa em Espinho e fica dentro da comunidade. Os que casam fora vão fazer a vida fora”. Os espinhenses afirmaram que tal tradição, baseada em laços fechados, se deu em função do elevado racismo sofrido por eles no município.

Todavia, categorizam-se naquilo que CUCHE (2002) determinou de “hetero-identidade”, ou seja, uma identidade que é definida pelos outros e não por eles mesmos, o que, na maioria das vezes, pode resultar em uma “identidade negativa”. Isso porque desejam esconder um passado de reivindicação e de luta, típico dos quilombos, para converter sua identidade em pessoas pacíficas e ordeiras. Segundo ROSA (2004, p.102), a não-identificação ou mesmo negação de seus membros atuais por seu antepassado quilombola – como se tal negação e identidade, vinculada a uma postura de reivindicação e luta, pudesse ser anulada por um novo rótulo de hospitalidade e receptividade – é reflexo de um desejo de aceitação pelos demais moradores do município. Tal postura pode ser descrita através de uma analogia ao jogo de truco, como se o uso constante desta palavra por alguns moradores indicasse uma tentativa de “trucar” ou enganar a realidade e o preconceito os quais são, frequentemente, submetidos.

Entretanto, pode-se interpretar essa 'neutralidade' e 'hospitalidade excessiva' como uma estratégia pela qual estes podem angariar melhores posições e preferências frente aos subsídios e projetos políticos municipais. Assim, através dessa 'neutralidade', os espinhenses recebem os benefícios da prefeitura de modo permanente, geralmente imunes às freqüentes mudanças de gestão política que vigoram no município, o que não ocorre com as demais comunidades.

Cuiabá também se caracteriza pela significativa ligação de parentesco entre seus moradores, de modo que a maior parte dos matrimônios realizados ocorre entre parentes de primeiro e segundo graus⁴². A família do patriarca da comunidade é responsável pela perpetuação da cultura local e, como símbolo, nomearam a praça principal desta comunidade com o sobrenome dessa família. Entretanto, apesar do forte vínculo sanguíneo e de preservação das origens identitárias, Cuiabá caracteriza-se, em determinados momentos, por práticas individualistas e não-cooperativistas, a exemplo do processo de formação de sua Associação Comunitária. Vaidades e interesses pessoais, associados (e intensificados) pelas diferenças políticas entre seus moradores, provocam um constante clima de desconfiança e conflito entre eles. Tal característica aflorou durante a reunião motivada por esta pesquisa, realizada em julho de 2005, em que foi retomada a importância da reativação da representação comunitária, especialmente pelo fato desta comunidade ser excluída, freqüentemente, dos projetos e benefícios da Prefeitura de Gouveia. E, ainda, por carregar o rótulo de 'encrenqueira' após o caso do filtro ("A comunidade aqui, no geral, ela não é tão unida.").

Em contrapartida, resgatando as idéias de SILVA (2001), sobre a heterogeneidade ou desarmonia que possa haver entre uma comunidade, e da existência de divisões internas, o 'sentimento de nós' que as caracteriza já lhes proporciona uma *identidade social* comum e requer fortes laços de lealdade. Isso porque em uma mesma comunidade, pode haver identidades múltiplas. E é essa pluralidade que pode se constituir na sua fonte de conflito e contradição, seja na auto-representação ou na ação social. Por exemplo, Espinho não gosta de ser associada à sociedade escravocrata negra dos quilombos, por isso seus moradores intitulam-se como 'negros de trabalho'. Em Cuiabá, por sua vez, não foi identificado este 'sentimento de nós' nas relações com a associação comunitária, porém, os moradores ratificam os laços comunitários, em essencial determinados pelo vínculo sanguíneo, quando se sentem discriminados ou oprimidos pela prefeitura ou outra instância.

Todos estes elementos ratificam a idéia defendida por CUCHE (2002, p.176) de que a identidade social remete a uma regra de "vinculação necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas". Afinal, as relações tidas como efetivamente 'comunitárias' e o sentimento de

⁴² Segundo informações obtidas durante a entrevista com o morador mais antigo da região.

nós que as caracteriza dependerá de contextos, momentos e tempos diferenciados, segundo posicionamentos mais ou menos conscientes entre seus membros.

A correlação entre *lugar* e *identidade* se torna explícita, requerindo, por sua vez, o resgate e a contextualização de seus significados. A categoria geográfica "lugar" envolve a idéia de manifestação das identidades dos grupos sociais e das pessoas, a noção e o sentimento de pertencimento a certos territórios e a concretização das relações sociais vertical e horizontalmente no cotidiano das pessoas. SANTOS (1996) confere a esta categoria um sentido de identidade e subjetividade, de modo que "é, antes de tudo, uma porção do planeta que pode ser identificada por um nome, e que se torna específico e singular para aquelas pessoas que a ele se vinculam". Logo, denota-se que tanto Cuiabá quanto Espinho procuram manter essa característica de peculiaridade e pertencimento, vinculados à noção de lugar, para preservar os laços de parentesco e afetividade que há anos defendem através dos laços matrimoniais fechados. Em Espinho, de modo específico, tal sentimento de 'pertencimento' aparece mais nas mulheres, pois os homens, geralmente, migram para outras áreas em busca de emprego.

Contudo, se resgatarmos o sentido de lugar desenvolvido por MASSEY (2000), veremos que este se encontra inserido no processo de *compressão de tempo-espaco*, na medida em que a descaracterização das peculiaridades inerentes a este recorte espacial ante ao processo de homogeneização sociocultural vigente se mostra latente. Isto é, num contexto atual em que, a exemplo da fabricação artesanal, peças e artigos são produzidos de forma padronizada e apresentam aspetos semelhantes (quando não são completamente idênticos), e que podem ser encontrados praticamente em qualquer cidade litorânea, tem-se a evidência de que a noção de peculiaridade e singularidades dos lugares encontra-se em processo de desconstrução.

Diante do novo sentido dado a esta categoria geográfica e sua relação com o fenômeno da globalização, explicitados através da massificação cultural e da padronização dos hábitos e costumes, de modo generalizado, há que se resgatar a idéia de 'geometria do poder', defendida por CARLOS (1996). Apesar do processo padronizante, nem todas as pessoas se inserem igual e ao mesmo tempo nele.

Enveredando-se para a contextualização desses conceitos, Diamantina é referência no artesanato e na cultura do estado, porém, nem todos os artesãos diamantinenses se enquadram nessa mesma classificação. Durante aplicação de questionário no Mercado Velho, caracterizada anteriormente, notificou-se que alguns artesãos não estavam vinculados a nenhum tipo de associação e tampouco contavam com a gama de recursos e infra-estrutura oferecida aos demais artesãos. Além disso, a associação de maior êxito e divulgação na mídia correspondia somente aos artesãos da comunidade de Galheiros; os demais se incorporavam à outra associação existente (ASSART), menos

equipada se comparada com a primeira; ou, então, mantinham-se de modo autônomo, sem vínculos com associações. Em Gouveia, a 'geometria do poder' se fez explícita através da hierarquização de seus artesãos, havendo aqueles que usufruem de incentivos e benefícios da ASARGO e da prefeitura, e os que, ou se mantêm no anonimato, ou buscam conquistar outros espaços de divulgação e venda fora dos limites municipais, a exemplo da **entrevistada 2**, de Cuiabá.

Em contrapartida, a noção de *identidade* perpassa pela simultaneidade de sentimentos de inclusão e de exclusão, pois identifica o grupo e ao mesmo tempo o distingue dos outros, configurando-se, assim, como "uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseadas pela diferença cultural": nós de Espinho e eles de Gouveia, nós de Cuiabá e eles da prefeitura.

É interessante destacar o comentário feito pela **entrevistada 3**, moradora mais antiga de Espinho, sobre a **entrevistada 1**, artesã de Espinho que atualmente reside na sede de Gouveia: "Essa menina aí fica pé lá pé cá de Espinho e Gouveia, mas ela conhece muita coisa daqui!". Através deste comentário, pode-se exemplificar a ruptura do 'sentimento de nós' através da imagem construída pelos demais moradores da comunidade de Espinho sobre esta artesã, provavelmente em função de sua mudança para a sede e pelos maiores benefícios e privilégios concedidos a ela pelos representantes da prefeitura. Tal acontecimento levou a uma reclassificação entre o nós/eles, na qual a artesã em específico se enquadraria mais com o 'eles' (a prefeitura e seus representantes), não sendo mais enxergada como pertencente ao grupo. Logo, a atividade artesanal e o tipo de *marketing* utilizado pela prefeitura de Gouveia contribuíram para a individualização da **entrevistada 1**. Tal processo foi comprovado durante a coleta de seu relato de vida, que na maioria das vezes, reproduzia o discurso dos governantes, o discurso oficial: "*Eu sou a chefe lá de Espinho*"; porque a antiga técnica da EMATER lhe atribuiu este título, a despeito do consenso dos demais espinhenses.

Ampliando a análise para a escala macro e resgatando a acepção de comunidade elaborada por GUARESCHI (citado por CAMPOS, 1996), na qual uma comunidade caracteriza-se por relações de alteridade e não-hierarquização, em que todos são reconhecidos pelo nome e possuem *vez* e *voz*, seu conceito é o que mais se aproxima das características do DL; em especial por priorizar relações de solidariedade, respeito, igualdade e cidadania que extrapolam os vínculos sanguíneos. Assim, é ressaltada a importância que a participação e a busca por relações mais horizontalizadas possuem dentro de uma comunidade, postura necessária para que projetos destinados ao DL sejam autênticos e se tornem exitosos. Tal característica é bastante prezada pelos moradores de Cuiabá ao defenderem os seus direitos (de falarem e de serem ouvidos), e que a comunidade de Espinho parece abrir mão em troca de maior aceitação e inclusão no município.

Ao serem resgatados e contextualizados os conceitos de *ação comunitária*, *interveniente* e *intervenção comunitária* para a realidade observada no estudo de caso, torna-se possível delimitar

algumas sugestões e conclusões. Entendendo ação comunitária como “uma prática cujo objetivo é trazer uma resposta coletiva e solidária aos problemas sociais vividos pelos indivíduos”, pela qual se atualiza, a partir da necessidade de recursos comunitários, a realização de atividades de educação popular e desenvolvimento social e econômico das comunidades. Além disso, há o estabelecimento de novas relações de poder em prol de pessoas vítimas da exclusão ou opressão; e, ainda, a reivindicação de mudanças sociais, econômicas e políticas voltadas para a obtenção de maior justiça social. Por isso, acredita-se que tal papel possa ser iniciado a partir das associações, mesmo que, na prática, a maioria delas inverteu a sua função e apresentou idéias apropriadas pelo discurso neoliberal excludente.

Desde que uma associação tenha como princípios a valorização de ações sinérgicas, de alteridade e igualdade de direitos, deveres e acessos, é esta a instituição que melhor pode corroborar para a formulação de um ambiente sistêmico, sinérgico, horizontalizado e inovador. É necessário, portanto, que o representante da associação de artesanato seja, também, um artesão, ou ao menos que possua conhecimento suficiente para saber lidar com as questões e os desafios que são inerentes à prática artesanal. Caso contrário, a associação perde representatividade e legitimidade perante os representados, o que se constitui um retrocesso para ações mais coletivas.

Em função da grande extensão territorial de Gouveia, o que pode dificultar um trabalho mais integrado entre todos os representantes do município, e ainda da significativa diversidade artesanal, sugere-se uma descentralização entre os artesãos, comunidades e representantes públicos do município. Cada comunidade então, poderia eleger um artesão representante que, por sua vez, deveria levantar os principais aspectos, favoráveis e limitantes, da comunidade a qual representa. Soluções e encaminhamentos devem ser pensados de modo conjunto, envolvendo artesãos e representantes. Em períodos regulares, estabelecidos pela demanda e necessidade de cada situação, os representantes artesanais comunitários poderiam se agrupar para discutir e refletir sobre problemas existentes em comum, e refletir sobre as formas como estes foram solucionados (e se, efetivamente, foram resolvidos, total ou parcialmente).

Contatos e experiências de municípios vizinhos poderiam ser discutidos e qualificados, no intuito servirem como exemplo do que já foi feito, mesmo aqueles que ainda se encontram em encaminhamento. Dessa forma, haveria significativa integração entre os artesãos e seus representantes na associação, contribuindo para laços e atitudes coletivas e sinérgicas. Todavia, destaca-se que toda associação insere-se em um contexto político, logo, podem viabilizar o DL ou não. No caso atual de Gouveia, a associação ASARGO vai na contramão das características defendidas pelo DL, e por este motivo, devem ser reformuladas e redirecionadas. Notou-se que essa associação funciona mais como um órgão municipal do que uma entidade representativa de uma categoria

profissional. De modo geral, todas as iniciativas de democratização das políticas públicas, a exemplo dos conselhos e associações municipais, esbarram nas precárias formas de organização social espalhadas pelo território brasileiro. Isso porque ainda se constituem como heranças de séculos marcados pelo autoritarismo e pela segregação social.

A *intervenção comunitária*, por sua vez, consiste em um processo executado por uma ou mais pessoas e organismos ativos inseridos em um meio comunitário, com o intuito de obter uma solução coletiva para um determinado problema social, também coletivo; o que se configuraria no papel das artesãs representantes, caso das **entrevistadas 1 e 2**, ou mesmo em outras artesãs que possuíssem representatividade no município ou em sua comunidade. Função que o ex-secretário da Casa de Cultura de Gouveia não soube exercer porque não ouvia as reivindicações dos artesãos e pelo freqüente autoritarismo que mantinha em relação aos demais artesãos, com exceção daqueles considerados 'superiores'.

Enfim, o *interveniente comunitário*, entendido como "interventor profissional da rede pública", poderia ser delegado à parceria com a EMATER, em especial a de Diamantina, por encontrar-se melhor envolvida com as questões artesanais na região. Ou ainda com o SEBRAE e a prefeitura local, que exerceriam papel fundamental para a integração comunitária, em especial no ramo artesanal. Isso porque, como mencionado por VAINER (2001), não se pode desconsiderar estruturas e influências externas. Afinal, é para o poder municipal que verbas e incentivos são direcionados, logo, será através da parceria entre sociedade civil e Estado que ações voltadas para o DL se encaminhariam de modo satisfatório.

g) As feiras e eventos de divulgação artesanal e a hierarquização dos artesãos em Gouveia

Enquanto principal espaço de divulgação e distribuição dos produtos artesanais nas diferentes escalas do país (municípios, estados ou regiões), as feiras constituem-se um acesso estratégico para a sobrevivência e a manutenção do fazer artesanal de grande parte dos artesãos na atualidade; não desconsiderando a significativa importância dos pontos fixos e permanentes de exposição, tais como lojas e centros de referência artesanal, a exemplo da Central Mãos de Minas (com ponto fixo de distribuição em Belo Horizonte), e do Salão do Encontro (com *show room* montado em Betim e uma nova filial dentro do shopping Minas Casa), também localizado na capital mineira.

Durante as visitas ao município, foi observado que os principais meios de divulgação e venda dos artigos artesanais pelos artesãos gouveianos ocorrem através das feiras (do Circuito dos Diamantes, de Brasília e da UFMG, principalmente) e das festas e eventos culturais municipais; tais como a Kobufest e algumas festas locais, específicas das comunidades, como a Cuiabano Ausente e a

Festa de Nossa Senhora da Conceição, em Cuiabá; e da Folia de Reis e Festa Junina, realizadas em Espinho.

A Kobufest, segundo informações obtidas pelos arquivos da prefeitura, iniciou-se durante a primeira gestão do atual prefeito, que agora exerce o cargo em seu segundo mandato. A primeira edição da festa ocorreu em julho de 1997, sendo bastante divulgada pela mídia impressa, como demonstrada na reportagem transcrita abaixo. Ainda hoje, a Kobufest corresponde ao principal evento da cidade, e o que melhor permite a divulgação dos produtos (artesanais ou não) feitos em Gouveia:

GOUVEIA PROMOVE A 1ª KOBUFEST: Campeonato de Futebol Society disputado por 18 prefeitos do Jequitinhonha, Encontro de Motoqueiros com a eleição da Motogata, Campeonato Regional de Truco, apresentação de danças, shows, Rua do Lazer, barracas decoradas e muita comida mineira. Tudo isso faz parte da programação da 1ª Kobufest, festa de integração regional, que será realizada em Gouveia, de 18 a 20 de julho, na Avenida JK. (...) A 1ª Kobufest é promovida pela Prefeitura de Gouveia, com o apoio de várias entidades assistenciais da região. A renda será empregada na construção do Lar dos Idosos. Gouveia fica a 245 quilômetros de Belo Horizonte e a 35 de Diamantina. Além das atrações da 1ª Kobufest, na região há muitas cachoeiras e áreas ideais para a prática do camping selvagem. Também as compras atraem os turistas. Os tapetes arraiolos, bordados e peças feitas em madeiras, produzidos pelos artesões do Cenap, são famosos pela beleza e pela qualidade. Há também arranjos de sempre-viva, flor nativa da região e peças de cristal, pedra comum nas montanhas de Gouveia. Hospedagem não é problema. A cidade dispõe de um hotel, o Murungu, e de várias pensões (JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL, 13 de agosto de 1997, pág. 9).

O investimento na divulgação artesanal de Gouveia, através deste evento cultural, era tão significativo que, para o evento de 2005, o prefeito contratou uma pessoa para assumir o cargo de Secretário da Casa de Cultura de Gouveia, cujas atribuições eram, entre outras, organizar o evento e selecionar os trabalhos e artesãos que teriam direito a expor seus produtos durante o evento, de modo oficial. Porém, conforme relatos de alguns cuiabanos, o processo de escolha desses artesãos não se revelou totalmente idôneo, notificando-se a 'hierarquização dos artesãos de Gouveia', ao separar aqueles que tinham acesso e participação nos eventos incentivados e organizados pela prefeitura daqueles que eram considerados 'inferiores', por motivos não revelados pelos representantes públicos. Nota-se que grande parte dos artesãos pertencentes à classe dos 'superiores' possuem ligação de parentesco com os gestores municipais e/ou membros da elite gouveiana. A exceção se faz pela **entrevistada 1**, inserida por outros motivos nesta hierarquização, já descritos anteriormente.

Entre os trabalhos considerados 'superiores' e representantes do artesanato de Gouveia, conforme a ex-presidente da ASARGO, encontram-se os dos artesãos que confeccionam artigos feitos em cabaça, porque são praticamente os únicos que exportam para feiras nacionais e também para Belo Horizonte e foram selecionados para o Catálogo do SEBRAE; os artigos feitos em palha de milho por alguns moradores da comunidade de Espinho; o artesanato com materiais do cerrado na comunidade Fazenda Requeijão, como o artesanato feito em bucha vegetal; e outros trabalhos desenvolvidos por artesãos da sede de Gouveia, voltados para a fabricação dos tapetes arraiolos que

antes eram confeccionados no Centro de Ensino e Aprendizagem Profissional (CENAP). A ex-presidente da ASARGO também mencionou os arranjos florais e em *biscuit* realizados na comunidade de Cuiabá; porém, destacou que o ponto de vendas da artesã é a Feira Hippie de Belo Horizonte. É importante frisar que, após consulta ao cadastro de artesãos do município de Gouveia feito pela SEBRAE, não foi encontrada a ficha de cadastramento da **entrevistada 2**. O curioso é que, segundo entrevista com o atual responsável pela ASARGO, todos os artesãos foram cadastrados, independente de sua filiação à associação, o que não elimina um certo processo de hierarquização dos artesãos no município.

A Kobufest e o artesanato de Gouveia

O novo representante da Casa de Cultura de Gouveia mencionou que a Kobufest de 2005 foi um marco para a reativação e reingresso do artesanato municipal, especialmente em função da entrada do Secretário de Cultura. A Kobufest de 2006 foi um sucesso de público, porém, houve queda na saída dos artigos artesanais em consequência da pouca participação dos artesãos gouveianos. Em contrapartida, municípios e localidades vizinhas aproveitaram melhor o evento. Segundo ele, a maioria dos artesãos de Gouveia não elaborou estoque para o evento porque estavam enviando artigos para outras feiras externas: “Mas os que expuseram tiveram qualidade. É importante divulgar, mais do que vender”. Todavia, destacou que, no evento de 2006, uma modificação na localização dos *stands* de exposição artesanal, saindo do espaço da escola Aurélio Pires (área central da sede) para o espaço da Casa de Cultura, localizada na mesma rua, próximo à Igreja matriz (**Foto 74, Prancha 9**), foi necessária em função de uma maior visibilidade na qual o evento merecia se enquadrar. Além disso, a relação histórica com a casa em que Juscelino Kubitschek se hospedou também contribuía para o revigoramento do evento enquanto momento de resgate cultural e histórico do município: “Todos os artesãos foram convidados, cerca de 60% deles expuseram na Kobufest de 2006. Quem não participou foi porque não quis”.

Em entrevista, o prefeito de Gouveia também destacou o ótimo desempenho da Kobufest 2006: “Foi a melhor de todas que participei”; e mencionou, ainda, a terceirização de algumas atividades, a exemplo da decoração das barracas⁴³. Todavia, destacou a priorização da contenção de verbas pela prefeitura para tentar equilibrar as contas públicas.

⁴³ Foi verificado em campo que a terceirização na decoração das barracas foi feita por parentes da esposa do prefeito, sem abertura de licitação para disputar a execução do serviço.

Outros eventos de participação popular

Outras festas e eventos são apoiados e/ou promovidos pela prefeitura municipal, a maioria feita em parceria com outros órgãos ligados ao setor, como o SEBRAE e o BDMG, e as que também representam a possibilidade de divulgação dos produtos e artigos artesanais locais, a exemplo das Feiras de Brasília, da UFMG, do Circuito dos Diamantes, a do Rio Grande do Sul e a Feira Nacional de Artesanato, realizada na Expominas.

A partir de informações concedidas pelo prefeito, houve repasse para as associações comunitárias no valor de R\$1400,00 (hum mil e quatrocentos reais) destinados à locação de *stands* na Expominas e na Feira de artesanato no Rio Grande do Sul. Este afirmou que não passa o dinheiro diretamente, mas através de auxílios nos custos de transporte e hospedagem. Em específico, mencionou a ajuda concedida à **entrevistada 1**⁴⁴, da comunidade de Espinho, para participação em diversos eventos ligados à exposição artesanal, tais como a feira na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (transporte e alojamento), a Feira de Brasília, a da UFMG, a Expominas, o Congresso Mineiro de Municípios, a de Diamantina e a do Circuito dos Diamantes (este último priorizando apenas três tipos de artesanato). Mencionou, também, a realização de cursos de artesanato em palha, ministrados por esta artesã, no município de Conceição do Mato Dentro (área atual de trabalho da ex-técnica da EMATER de Gouveia que aprimorou o artesanato na comunidade de Espinho). Segundo ele, a **entrevistada 1** é aposentada e trabalha apenas sob encomenda com artesanatos de palha.

A ex-presidente da ASARGO, por sua vez, afirmou que em termos artesanais, o alvo dos artesãos gouveianos é a Feira da UFMG, em especial para os produtos de crochê realizados na sede de Gouveia. Ela é uma das poucas artesãs que é selecionada para expor neste evento, e não raro serve como intermediadora na venda de artigos artesanais de outros artesãos de Gouveia. É interessante destacar que a artesã em específico trabalha com a pintura de esculturas sacras feitas em gesso, e que realiza apenas a pintura da peça ou algum acabamento, e possui ponto de distribuição de seus artigos em uma farmácia de Diamantina. Ela possui, também, grande influência na prefeitura municipal, e freqüentemente é selecionada para representar o artesanato de Gouveia nos diferentes eventos e feiras de exposição artesanal, dentro e fora do estado mineiro. Ela mencionou, ainda, a Feira de Agricultura Familiar em Brasília, e afirmou desconhecer os critérios de seleção para exposição. Isso porque ela foi selecionada e o casal de artesãos que trabalha com os artigos feitos em cabaça, reconhecidos dentro e fora do município, não foram.

Segundo a ex-presidente da ASARGO, há boa saída nesta feira, pois todos os artesãos expositores venderam bem. Todavia, criticou a pouca rentabilidade do principal evento cultural de

Gouveia, a Kobufest: “Houve mais divulgação do que venda”. E citou, ainda, a tentativa de se resgatar a realização das feiras de artesanato durante as manhãs de domingo em um ponto nobre do município: em frente ao Hotel Murungu, um dos mais equipados da cidade. Ela relatou que a pouca paciência dos artesãos e expositores foram fatores para o seu pouco êxito, sendo que a feira deixou de ser semanal para ser realizada quinzenalmente, até que se extinguisse.

O atual representante da Casa de Cultura também ratificou o sucesso da feira da UFMG para as vendas dos produtos artesanais locais: “Nesta feira há bastante saída, pois voltaram pouquíssimas mercadorias”. Todavia, vale destacar a existência de alguns projetos destinados ao setor artesanal de Gouveia, ainda em processo de implementação no município, sob a coordenação dos representantes da Casa de Cultura e ASARGO, tais como a ‘Noite cultural’ e a ‘Praça do Comércio’. Contudo, o afastamento do ex-secretário desta instituição e a conseqüente estagnação da associação de artesanato local impossibilitaram maiores avanços nessas propostas.

A Feira do Livre Produtor, enquanto principal canal de vendas dos produtos agrícolas do município, é um espaço subutilizado que poderia se configurar em um ponto permanente de distribuição e exposição, haja vista que funciona apenas nas manhãs de sábado. Em relação à feira em funcionamento na sede municipal, o prefeito disse haver sugestões de utilizar o espaço como ponto de distribuição dos produtos artesanais durante os domingos.

A hierarquização do artesanato gouveiano

Como já mencionado anteriormente, Gouveia parece ‘hierarquizar os artesãos’ em atividade no município, havendo aqueles que, freqüentemente, são convidados a participar dos diversos eventos organizados ou apoiados pela prefeitura (com concessão de benefícios e incentivos, tais como hospedagem, transporte e alimentação, além da locação de *stands*) nos mais variados eventos realizados no país. Tal hierarquização é confirmada pela exclusão de alguns artesãos, tidos como ‘inferiores’, em variadas situações de divulgação do artesanato no município, a exemplo da Kobufest, e da participação e envio de artigos para exposição nos diversos eventos apoiados pela prefeitura. Ficou constatado, também, que um dos fatores determinantes para a classificação desses artesãos em um padrão superior no quadro artesanal de Gouveia é a ligação com as elites municipais e os vínculos de parentesco e amizade com os representantes da prefeitura local.

Em entrevista, o novo representante da Casa de Cultura de Gouveia, em cargo provisório, mencionou que o artesanato feito em cabaças e a técnica de casa caiada, promovida por uma artesã residente na sede, são os representantes mais expressivos e bem-sucedidos do artesanato local,

⁴⁴ A entrevistada 1 mencionou que antes de realizar a atividade artesanal, trabalhava no setor de facções, costurando calças *jeans* e lençóis. A facção era de propriedade do prefeito quem, percebeu a sua grande habilidade e destaque entre as demais faccionistas.

possuindo nível de exportação internacional e nacional, conforme seleção feita pelo catálogo do SEBRAE: “Isto é uma forma de incentivo para os outros artesãos”.

Este afirmou que o convite para a participação nos eventos é direcionado à prefeitura que, então, realiza a seleção dos artesãos representantes, conforme critérios internamente estabelecidos. Segundo ele, alguns critérios observados são o acabamento, o jogo de cores (em harmonia) e a quantidade a ser exposta. Durante a Feira da UFMG, por exemplo, apenas uma representante do poder público, além de um artesão, podem participar. Este afirmou que foram expostos trabalhos de sete artesãos gouveianos ao todo, sendo que o ponto foi dividido com Diamantina e a prefeitura se responsabilizou pelos gastos com transporte e estadia, feita em uma casa de apoio. Por sua vez, a Feira de Brasília selecionou a artesã moradora da sede, especializada em peças de pintura em gesso, e a **entrevistada 1**, pertencente à comunidade de Espinho, responsável pela confecção de bolsas e variados artigos com palha de milho; porém, enfatizou a pouca experiência da artesã espinhense na participação de grandes eventos.

A artesã e ex-presidente da ASARGO, ao ser questionada sobre quais eram os principais representantes do artesanato gouveiano, citou como exemplo uma artesã que lidera a confecção de colchas, toalhas e tapetes feitos em barbantes, contando com uma equipe de quinze pessoas; e o artesanato feito em cabaça, um dos únicos a possuir o selo de qualidade do SEBRAE para exportação. Segundo ela, esses são os únicos artesãos que produzem em grande escala e que, portanto, têm condições de encaminhar seus artigos para variadas exposições e até para as exportações: “Há muitos artesãos em Gouveia, mas os que possuem produção elevada são poucos”. Disse também não haver nenhum artesão gouveiano que possua o selo Mãos de Minas, e que a maioria deles não consegue suprir sequer a demanda interna. Ela também mencionou o artesanato feito na comunidade de Espinho, como referência no município, contudo, ressaltou o despreparo e, segundo ela, a “falta de empenho” dos artesãos em produzir grandes quantidades para as exposições.

A constatação da permanência e elitização da representação do artesanato nos eventos incentivados pelo município, ou mesmo, de modo generalizado, na região, ficou nítida, todavia, através do relato da ex-presidente da ASARGO no trecho a seguir: “Sempre são as mesmas pessoas: Serro, Diamantina, Berilo, Couto Magalhães e Gouveia”. Assim, comprova-se a segregação de determinados artesãos não somente em Gouveia, mas em outros municípios e regiões, e que, conseqüentemente, são favorecidos aqueles artesãos já melhor equipados, em especial porque a maioria se inclui nas classes de ‘elite’ destes municípios, havendo algumas exceções. Conforme entrevista, o mesmo procedimento ocorre nas feiras de artesanato organizadas pela UFMG, que também possui boa saída, contudo, resalta que nem todos os artesãos conseguem expor seus produtos nessa feira. A ex-presidente da ASARGO afirma, ainda, que somente as comunidades de Vila Alexandre e Espinho

possuem artesanato expressivo no município, a primeira caracterizada pela produção de artigos em bordado, tricot e crochê; e a segunda pelos variados artigos feitos à base de palha de milho. Além disso, ela destaca os trabalhos baseados na dissecação de flores, como arranjos e ornamentos, feitos por uma artesã residente na sede de Gouveia.

Face às considerações e observações anteriores, pode-se concluir que Gouveia é um reflexo do cenário concentrador e elitizador, característico do país. Além de relações de clientelismo e individualismo, na maioria das vezes existentes em áreas ligadas ao extrativismo, o município revela uma postura amplamente conflitiva e contraditória naquilo que diz respeito ao DL, em especial porque a prefeitura local e as associações estimulam um desenvolvimento do setor voltado para fins mercadológicos, de lucro e acumulação. Demandas de consumo artesanal externas são criadas, a exemplo da bolsa de praia feita pela **entrevistada 1**, com incentivo da EMATER, seguindo um processo de valorização dos artigos artesanais iniciado pelo Instituto Centro CAPE e Central Mãos de Minas, que é reforçado pelo selo de qualidade. Como notificado em visita, variadas peças em exposição na sede dessa Central, localizada em bairro nobre de Belo Horizonte, ultrapassam o valor de mil reais, algumas delas chegando a valer quinze mil reais. Assim, é confirmado o interesse estritamente econômico de inserção e estímulo ao artesanato adotado pelas prefeituras, órgãos de fomento e instituições públicas, que em geral nivelam os preços dos produtos para o poder aquisitivo estrangeiro e desconsideram a possibilidade de consumo por demandas e camadas menos favorecidas do país.

h) O incentivo ao artesanato para atender as demandas do mercado

Como complemento à discussão anterior, nota-se que as instituições, e até mesmo as associações (que inicialmente deveriam primar pela ocorrência de relações mais coletivas e sinérgicas), estimulam o desenvolvimento do artesanato em escala local, ou macrorregional, no intuito de conquistar e ampliar as vendas e o retorno econômico advindo dessa atividade. Ou seja, os interesses de distribuição e divulgação artesanal estão voltados para o mercado, de acordo com critérios essencialmente econômicos. Aprofundando a análise prática sobre os direcionamentos e interesses da proposta de desenvolvimento da prefeitura de Gouveia, foi possível observar nitidamente que a gestão municipal encontra-se amplamente voltada para o mercado. Através da observação de determinadas práticas e posicionamentos dos representantes públicos de Gouveia, foi possível notificar que, na maioria dos casos, o discurso da prefeitura reproduz a noção limitada e reduzida de que para desenvolver é necessário crescer, segundo os moldes de um desenvolvimento clássico e conservador.

Um desses exemplos corresponde à assinatura de um contrato estabelecido entre a Prefeitura de Gouveia e a Asiflor, empresa produtora de carvão vegetal. Segundo este acordo, parte do território

de Gouveia seria destinado à plantação de mudas de eucalipto que, segundo o prefeito, não seria feita em áreas de nascente e de agricultura familiar. Como a aceitação do acordo envolvia um volumoso e significativo montante de capital, o prefeito decidiu implantar a monocultura de eucalipto no município, apesar de ter sido alertado por membros da ONG local e outros especialistas que, ambientalmente, tal decisão acarretaria conseqüências graves para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental do município, em especial a médio e a curto prazos, a saber: comprometimento das nascentes, do fluxo e da vazão hídrica dos rios que abastecem o município. Além disso, poderia desencadear um processo de acelerado desemprego, estagnação e crise econômica para a cidade, face ao processo, muitas vezes exploratório, que essas empresas geralmente estabelecem entre os pequenos e médios agricultores; cenário agravado, também, pelo baixo valor pago pela quantidade de eucalipto plantado e colhido, o que poderia desestabilizar o setor agrícola como um todo, em específico daqueles envolvidos com cultivo familiar, entre outras conseqüências.

Logo, percebe-se que Gouveia tenta fazer um DL pelo e para o mercado, ou seja, no setor artesanal, busca, predominantemente, a inserção econômica dos artesãos nos diferentes circuitos e eventos, a exemplo das Feiras da UFMG e de Brasília, e também da Expominas. Em termos ambientais, prioriza a obtenção de capital e divisas em detrimento da consciência e da preservação ambiental, como ilustrado anteriormente. Foi afirmado, em entrevista com o prefeito, que Gouveia aprimoraria o setor de produção energética hidráulica, através da construção de mais três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no município, ilustradas por fotografia (**Foto 75, Prancha 9**).

Através dessa e de outras percepções anteriores acredita-se que a Prefeitura de Gouveia iniciou o processo de demarcação de uma Área de Preservação Ambiental (APA) - ocupando aproximadamente 1/3 do território municipal - menos por motivos de defesa e preocupação com o meio ambiente do que pelo interesse em receber o repasse sobre o ICMS Florestal advindo deste processo. A seguir, os valores relacionados ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), demonstrados pelas **Tabelas 1 e 2**.

Tabela 1. Fundo de Participação dos Municípios, Gouveia, 2005.

Município: Gouvêa

UF: MG

Ano: 2005

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	Total
1	285.765,51	2.317,18	0	2.731,44	0	8.732,67	416,74	52.220,56	352.184,10
2	250.157,26	377,15	0	2.731,44	0	0	416,74	45.553,68	299.236,27
3	239.915,10	247,13	0	2.731,44	0	0	416,74	45.880,73	289.191,14
4	260.480,08	106,84	0	2.731,44	0	8.690,87	416,74	49.647,28	322.073,25
5	294.010,49	244,31	0	2.727,26	0	0	416,1	52.890,68	350.288,84
6	284.849,25	42,01	0	2.727,26	0	0	416,1	51.722,35	339.756,97
7	233.908,09	158,06	0	2.727,26	0	9.163,35	416,1	55.345,77	301.718,63
8	240.654,15	83,14	0	2.727,26	0	0	416,1	53.845,73	297.726,38
9	201.021,09	335,72	0	2.727,26	0	0	416,1	45.676,51	250.176,68
10	232.781,87	4.881,40	0	2.727,26	0	9.144,65	0	48.406,69	297.941,87
11	281.391,77	1.055,66	0	2.727,26	0	0	832,2	50.383,46	336.390,35
12	394.491,72	1.087,32	0	2.727,26	0	0	4.590,16	65.001,00	467.897,46
	3.199.426,38	10.935,92	0	32.743,84	0	35.731,54	9.169,82	616.574,44	3.904.581,94

Tabela 2. Fundo de Participação dos Municípios, Gouveia, 2006.

Município: Gouvêa

UF: MG

Ano: 2006

Mês	FPM	ITR	IOF	LC 87/96	LC 87/96-1579	CIDE	FEX	FUNDEF	Total
1	324.722,93	996,11	0	0	0	9.023,94	4.174,06	51.482,45	390.399,49
2	279.286,44	32,2	0	0	0	0	0	46.861,83	326.180,47
3	263.856,19	56,85	0	0	0	0	0	44.914,37	308.827,41
4	297.056,56	220,02	0	0	0	7.998,27	0	48.457,97	353.732,82
5	326.014,31	109,64	0	1.455,21	0	0	0	50.771,53	378.350,69
6	317.270,47	138,31	0	7.276,04	0	0	0	50.406,54	375.091,36
7	284.245,00	68,28	0	1.455,21	0	8.907,17	0	50.303,82	344.979,48
8	287.632,01	0	0	1.455,21	0	0	0	54.211,11	343.298,33
9	267.242,05	40	0	1.455,21	0	0	0	48.273,15	317.010,41
10	242.174,97	5.278,53	0	1.455,21	0	8.826,11	0	50.424,52	308.159,34
11	298.270,18	1.250,59	0	1.455,21	0	0	6.723,20	56.828,72	364.527,90
12	362.721,80	1.065,65	0	1.455,21	0	0	6.723,20	59.230,00	431.195,86
	3.550.492,91	9.256,18	0	17.462,51	0	34.755,49	17.620,46	612.166,01	4.241.753,56

Fonte: Site Oficial da Secretaria da Fazenda, acessado em fevereiro de 2007. Obs: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15 % destinada ao FUNDEF.

As tabelas acima permitem inferir que Gouveia possui, como principal fonte de arrecadação municipal, o FPM e o FUNDEF, o que condiz com a realidade da maioria dos municípios brasileiros com número de habitantes inferior a 20 mil. Logo, conclui-se que o município não consegue equilibrar as suas contas de modo autônomo⁴⁵, haja vista os baixos valores de arrecadação sobre as propriedades privadas, no caso, o Imposto Territorial Rural (ITR). Como o FPM constitui-se o principal mecanismo de transferências compensatórias para os municípios no Brasil, é possível inferir que o

⁴⁵ A carta distribuída pela Prefeitura de Gouveia em novembro de 2006, intitulada Choque de Gestão para o equilíbrio das contas do município, colocada em anexo (Anexo 6), permite confirmar a forte preocupação da gestão municipal vigente em conseguir alcançar o ajuste das contas públicas; em especial porque afirmou-se ter havido a contratação de muito pessoal para preencher cargos públicos e que, naquele momento, precisaria haver demissões para 'balancear' as contas da prefeitura em 2006.

município necessita angariar, criar e propor outras formas de arrecadação alternativas. Segundo dados disponibilizados pela prefeitura, cerca de 9,8% do ICMS municipal é destinado ao patrimônio cultural de Gouveia, de modo que, ante a outras e mais urgentes necessidades de aplicação de verbas no município, especialmente para saúde, educação e aprimoramento da infra-estrutura local, notifica-se que o quadro de arrecadação não permite maiores investimentos no setor artístico e cultural. Além disso, quando a aplicação de verbas é feita de modo significativo, ocorre em consequência de doações e/ou verbas de empresas e órgãos privados, de projetos específicos do Governo Federal ou Estadual, ou, ainda, através de fundo perdido. Tal situação revela uma forte dependência de investimentos externos para a manutenção e sobrevivência do setor artesanal, que é agravada quando o município é desprovido de maiores incentivos e infra-estrutura para a divulgação do setor.

Face a pouca autonomia financeira para manter o equilíbrio das contas municipais, emerge, então, a busca por outras fontes de captação monetária pelos municípios. Seguindo as tendências de *marketing* artesanal e turística, muitas prefeituras passam a enxergar no DL uma alternativa para 'sair' dessa relação de extrema dependência dos repasses federativos e para caminhar rumo a uma maior autonomia financeira. Nota-se que tal processo está sendo bastante incentivado pelo Governo Federal nas últimas décadas por revelar significativo êxito na melhoria da qualidade de vida das pessoas e também na reativação ou reinserção econômica pela escala local.

Assim, o artesanato desenvolvido no município passa a ser visto como potencialidade para uma nova fonte geradora de recursos pelas prefeituras que, por sua vez, passam a apoiar ações voltadas para o DL. Todavia, vale destacar que tal incentivo não é imediatamente vinculado ao reforço da cidadania, da inserção social e da auto-estima, como priorizado pelas bases de um desenvolvimento ampliado. Na maioria dos casos, é o estímulo meramente econômico que impulsiona tais iniciativas, voltadas de modo limitado e reduzido para práticas e ações que gerem emprego e renda. Tal postura também é reproduzida pelas associações, a exemplo da ASARGO.

Essas associações criam o mercado, a exemplo da busca por um produto com 'a cara de Gouveia', e depois precisam responder a demanda. Para comprovar tal posicionamento, trechos da fala da ex-presidente da ASARGO são extremamente claros: "Houve mais divulgação do que venda", "Há muitos artesãos em Gouveia, mas os que possuem produção elevada são poucos", "A Rosa não possui ambição para o artesanato".

Outro exemplo ocorre através da demarcação dos preços dos artigos artesanais. Em entrevista, o responsável pela Casa de Cultura de Gouveia, em caráter provisório, afirmou que a desvantagem do artesão que compra matéria-prima do local é a compra por um valor mais elevado, que no fim acaba sendo repassado para o preço final, diminuindo, assim, a sua competitividade. Segundo ele, com frequência há conselhos para auxiliar que o artesão ajuste o preço final das peças com os custos

individuais. Para exemplificar, cita o artesanato feito com buchas, de uma artesã pertencente à comunidade Fazenda Requeijão, ligada à parte rural de Gouveia. Para o entrevistado, ela não conseguiu quantificar bem os preços, pois não possuía noção suficiente para diferenciar os preços a varejo e no atacado. Com o auxílio dele, esta artesã conseguiu aumentar as encomendas e obter lucro relativo. Ao final, destacou que a presença do SEBRAE em Gouveia é freqüente e atuante.

É explícito o interesse dos artesãos e das associações pelo mercado, o que pode ser, também, estimulado pelos próprios órgãos de incentivo ao artesanato, a exemplo do SEBRAE e da Central Mãos de Minas. Apenas para exemplificação, algumas peças artesanais do Vale do Jequitinhonha, feitas por uma reconhecida artesã local que ganhou prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), chegam a custar até quinze mil reais. O que extrapola em muito a realidade de consumo brasileira e incita o artesão a espelhar na produção o lucro que pode ser obtido com a arte. Conclui-se que a principal preocupação das associações, órgãos e instituições de fomento, e também da prefeitura, é atender as demandas econômicas, banalmente tidas como iniciativas de DL.

Direcionando o tema para as comunidades estudadas, Cuiabá e Espinho, verifica-se, também, a reprodução desse sistema de valorização do fazer artesanal voltado para o mercado. O artesanato desenvolvido pela **entrevistada 1**, por exemplo, explicita tal questionamento, pois, ao contrário do samburá, a confecção das bolsas ocorreu em função de um 'adestramento' incentivado pela EMATER e também pelo SEBRAE. Ou seja, não caracteriza por um fazer artesanal em sua essência, de criatividade e inserção social, mas sim, por uma atividade voltada para a acumulação de capital.

A artesã também explicita um posicionamento individualista, pois não quer ter concorrentes em Espinho e, portanto, não repassa a técnica para outras moradoras da comunidade. Há uma nítida separação entre os trabalhos feitos por ela, as bolsas de palha, e os dos demais espinhenses, mais voltados para a confecção de peças com combinação de palha e madeira, a exemplo das mesas, bancos e porta-revistas. Todavia, esse posicionamento mais individual compromete o aumento de sua produção, especificamente porque precisa produzir significativas quantidades destinadas à exposição nos eventos de divulgação.

Ressalta-se que a **entrevistada 1** foi convidada para expor seus artigos na Expominas, em novembro de 2006, recebendo apoio e incentivo da prefeitura; todavia, não conseguiu enviar seus trabalhos porque não possuía a quantidade mínima necessária para aquele tipo de evento. Há artesãos que querem aumentar sua produção, mas não podem, e outros que simplesmente optam por manter o ritmo de produção mais desacelerado. Disso depende o valor comercial conferido às peças, os fatores facilitadores e os limitantes, em relação ao fazer artesanal.

Cuiabá também se caracteriza nitidamente pela influência do mercado, pois foi relatada a apreensão da técnica com o objetivo de atender as demandas externas, possuindo a entrevistada um ponto de distribuição em um bairro de Belo Horizonte e na Feira Hippie. Porém, a evidência maior foi revelada durante a reunião com os demais cuiabanos. O forte interesse em ampliar o mercado de consumo e direcioná-lo para a exportação foi enfatizado nas afirmações: “Eu quero montar uma rede mundial, (...) Eu quero meu artesanato na Europa”. Além disso, observou-se a incorporação de técnicas novas por alguns artesãos gouveianos, como o *biscuit*, para aumentar o valor agregado das peças.

O processo de mercantilização artesanal pode ser verificado em ambas as comunidades analisadas, o que é comum face às novas necessidades do espaço rural brasileiro. O artesanato é visto, então, como uma opção de renda para estas comunidades que, face à desvalorização dos produtos agrícolas, usam essa atividade não-agrícola como meio de sobrevivência e permanência no mundo rural.

i) A tradicionalidade do samburá e a mercantilização artesanal de Espinho e outras escalas

No intuito de realizar uma maior aproximação com os moradores de Espinho e de melhor observar seus hábitos, costumes e tradições, especialmente em relação ao artesanato, fez-se um primeiro contato em julho de 2005, no qual houve a possibilidade de entrevistar a moradora mais antiga da região. O objetivo dessa entrevista consistia em averiguar se as práticas artesanais peculiares a Espinho possuem características de tradicionalidade ou se foram originadas a partir de uma influência externa e mais recente, a exemplo da atuação da EMATER e do SEBRAE. Logo, aspectos históricos e de correlação com o seu passado quilombola também se tornavam relevantes para o objeto da pesquisa.

Como já mencionado anteriormente, ao ser perguntada sobre o início da comunidade e da relação com o artesanato, a moradora mais antiga de Espinho, a **entrevistada 3**, disse que a técnica do samburá foi aprendida pelos moradores da comunidade já há muito tempo, iniciada pelo samburá feito com palha de milho. Segundo ela, a confecção de tal objeto seguia fins domésticos e apenas em tempos recentes a técnica da palha foi aprimorada e diversificada, com apoio da EMATER municipal, através de cursos para ensinar as novas técnicas para as crianças.

Em oposição ao relato da **entrevistada 3**, uma de suas filhas disse que o artesanato de Espinho é tradicional e que existe desde os antepassados da comunidade. A entrevistada a contradisse de modo veemente, afirmando que “na minha época não tinha isso não. Eu não sabia fazer samburá”. Relatou, ainda, que as cestas e demais produtos são confeccionados, hoje, em função de iniciativas da EMATER. Por sua vez, a **entrevistada 1**, também presente, confirmou que em tempos recentes são os

mais jovens que trabalham com o artesanato na comunidade, pois, segundo ela, “os velhos deixaram pra lá”.

Durante nova visita à comunidade em setembro de 2006, a **entrevistada 1** ratificou a origem do samburá – espécie de sacola feita com palha tecida (**Foto 65, Prancha 8**) – a partir da aprendizagem da técnica com uma antiga moradora originada de Itamarandiba, chamada Maria Jacó. Ela se casou com um trabalhador idoso da comunidade de Espinho, chamado Joaquim Pinto, que faleceu aos 97 anos. Sua esposa, também já falecida, possui parentes atuais que residem em Monjolos. Segundo ela, Maria Jacó morava exatamente onde sua mãe reside hoje.

Ainda em entrevista, a **entrevistada 1** confirmou a importância das ações feitas pela EMATER há alguns anos, e que o samburá é a peça mais vendida nas exposições: “Todo mundo gosta”. Ela destacou a habilidade artesanal de sua mãe, caracterizando-a como “a melhor produtora do samburá em Espinho” e confirmou que o uso da madeira combinada à técnica da palha de milho é fruto de cursos promovidos pela EMATER. Ela afirmou que começou a prática artesanal a partir da confecção de cestas para pão e que, somente depois, diversificou sua produção através das bolsas de palha. Atualmente, é a artesã que se destaca na comunidade e que participa dos diversos eventos ligados ao artesanato a partir de incentivos da prefeitura de Gouveia, Casa de Cultura/ASARGO e SEBRAE.

Comparando os dois relatos, o da **entrevistada 3** e o da **entrevistada 1**, é possível inferir que Espinho possui características de tradicionalidade através da confecção do samburá, vinda de seus antepassados quilombolas, mas que, recentemente, essa ‘tradição’ foi incorporada e modernizada por influências externas, tal como a EMATER e o SEBRAE.

Retomando a noção de artesanato proposta por MARTINS (1973, p.33-37), para que o fazer artesanal seja caracterizado conforme sua essência é importante que o artesão atente para determinadas premissas. De início, ele deve preservar a peculiaridade de cada peça, afinal, “em artesanato se criam formas e não simples produtos econômicos”; a matéria-prima utilizada deve ser disponível e gratuita ou possuir pequeno valor, ou deve, ainda, basear-se no reaproveitamento de materiais. Em outras palavras: “o campo artesanal é em função dos recursos naturais e abundantes no lugar”. É exigido, ainda, que o artesão desconheça a divisão do processo produtivo, pois deve realizar todas as etapas da escala de produção; que a peça produzida se constitua como reflexo da manifestação da vida comunitária, ou seja, possua uso comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa, etc.; e, finalmente, que o processo de aprendizagem das técnicas artesanais ocorra de modo informal, isto é, não se recebe aulas teóricas sobre a arte, pois “aprende-se fazendo”.

Todavia, se fizermos o enquadramento da produção das bolsas de palha, desenvolvida pela **entrevistada 1**, nota-se que: (i) suas peças não possuem a característica do peculiar, na medida em que foram ‘copiadas’ de tendências macroculturais, comprovada pelo trecho do relato: “eu vou fazer

uma bolsa, eu vi uma bolsa é na novela das sete”, todavia, há que se destacar que a novela faz parte das relações cotidianas atuais da artesã e da maior parte da sociedade brasileira; (ii) enquanto reflexo da manifestação cultural do lugar e de seu uso comum, atenta-se que a bolsa confeccionada destoa, nos dias atuais, do uso cotidiano dos moradores de Espinho, Gouveia e até mesmo de Minas Gerais, pois a sua principal finalidade é compor-se como acessório litorâneo, típico de áreas de praia, logo, não possui uso efetivo *no* lugar em que é feito; (iii) finalmente, sobre o processo de aprendizagem das peças, verificou-se que, primeiramente, foi a partir da influência da técnica da EMATER na comunidade que a artesã teve a oportunidade de aprender a técnica da palha fechada para a elaboração das bolsas, a partir de um curso de aperfeiçoamento, segundo consta o relato de vida da artesã e **entrevistada 1**, e, em segundo lugar, que, em discordância com a valorização da criatividade e da singularidade inerentes ao processo artesanal, a **entrevistada 1** é convidada com frequência a dar cursos sobre a técnica de trançado da palha para comunidades e municípios vizinhos, na maioria das vezes recebendo apoio e incentivo da prefeitura.

Considerando os aspectos favoráveis às idéias de MARTINS (1973), percebe-se que, quanto à matéria prima utilizada, a palha de milho, ela é conhecida pelo seu baixo valor e por sua abundância na região, em especial por tratar-se de refugo da produção agrícola. Da mesma forma, a não divisão do trabalho pela artesã, quase sempre produzindo toda a peça de modo individual, também foi verificada, de modo que são estes os aspectos em que a artesã se aproxima da essencialidade do fazer artesanal. Porém, cabe destacar que na prática artesanal, é bastante comum a divisão de tarefas, muitas vezes por gênero e/ou geração, e que é comum inserir-se em uma lógica de mercado de âmbito local, o que revela que a visão do autor é um tanto restrita neste aspecto.

Já em relação à artesã e **entrevistada 2**, infere-se que: (i) há determinada peculiaridade na confecção das peças, em especial porque se faz uso dos recursos disponíveis nas adjacências e/ou há o reaproveitamento de flores e folhas mortas para a confecção dos arranjos; (ii) não foi observada nenhuma divisão de trabalho na produção dos arranjos; (iii) os arranjos identificam-se com o lugar, na medida em que visam a decoração feita a partir de espécies da flora locais, todavia, a combinação com a técnica do *biscuit* anula esta característica, pois é exógeno à cultura brasileira, o que, por sua vez, evidencia a preocupação com o mercado através do aumento do valor agregado das peças; e, finalmente, (iv) que o processo de aprendizagem relatado pela artesã se deu através de observação assídua das técnicas realizadas por outra pessoa, não havendo nenhum tipo de curso ou aperfeiçoamento para a sua elaboração. Daí, a conclusão de que o artesanato desta última se enquadra em variados aspectos naquilo que se definiu como essenciais, segundo MARTINS (1973).

Para finalizar, conclui-se que a descaracterização do artesanato, através da padronização de suas peças, obedecendo aos anseios do mercado, contribui para a compressão tempo-espço,

defendida por MASSEY (2000), na medida em que desfigura o vínculo com os símbolos e manifestações cotidianas peculiares do lugar. A confecção das bolsas de praia pela **entrevistada 1** é exemplo nítido disto, haja vista que em tempos atuais, imersos na era tecnológica e informacional, não raro são reproduzidos sistemas e estruturas externas concretizadas no espaço, a exemplo de redes de *fast-food* e *shopping centers*, revelando o processo de homogeneização e padronização cultural como vertente da globalização; o que está expresso nas falas das artesãs (“as bolsas bonitas para andar no shopping”, “a bolsa igual eu vi na novela”, etc). Assim, é possível enxergar a ligação das escalas global e local, a partir da reprodução das relações de padronização e descaracterização imanentes da esfera macro para o plano cotidiano das comunidades em estudo.

Além disso, destaca-se que as estratégias de *marketing* artesanal, utilizadas pelas prefeituras, a exemplo do aspecto quilombola, atuam como facilitadores para o consumo e a mídia. Afinal, influenciados pelo discurso de ‘responsabilidade social’, bastante em voga nos últimos tempos, incitam empresas, políticos e representantes da sociedade civil a apoiarem tais iniciativas. E, ainda que ao reproduzirem as idéias românticas inseridas na postura do politicamente correto, acabam criando novas exclusões.

A seguir, as principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores rurais de Gouveia foram apresentadas e discutidas, face a estreita ligação entre as práticas agrícolas e o fazer artesanal, tanto em Espinho (pelo cultivo do milho), quanto em Cuiabá (através do cultivo de flores, do alho e outros legumes destinados à confecção dos arranjos florais e dos temperos em conserva).

j) As dificuldades do pequeno produtor rural em Gouveia e o uso da Feira como principal canal de distribuição local

Como fonte de dados complementar, realizou-se a aplicação de um sucinto questionário qualitativo aos produtores agrícolas em exposição na Feira Livre do Produtor de Gouveia (**Anexo 2**), em setembro de 2006. Ele visou verificar a inclusão de algumas comunidades deste município ao projeto federal conhecido como CONAB, bem como observar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores gouveianos em termos de infra-estrutura, demanda e comercialização, com especial enfoque para as comunidades de Cuiabá e Espinho. Haja vista as diferenças de benefícios concedidos a uma e outra, associadas à falta de transparência e corrupção que predominam nas relações entre os representantes públicos locais e a sociedade civil, e, ainda, o fato de que parte da matéria-prima dos artigos artesanais corresponde a rejeitos agrícolas, em especial nas comunidades analisadas. Espinho, por utilizar a palha do milho na produção de seus diversificados artigos artesanais, e Cuiabá por,

simultaneamente, fazer uso da colheita das sempre-vivas e flores do cerrado na confecção de arranjos, bem como do plantio do alho para a produção de temperos e conservas.

Ao todo, foram entrevistados dezesseis produtores rurais que comercializavam seus produtos na feira em Gouveia, estes oriundos das mais diversas comunidades rurais do município, a saber: Camelinho, Espinho, Espadeiro, Cuiabá, Usina, Cachoeira do Tombadouro, Pedro Pereira, Taquara e Ribeirão da Areia (**Ver figura 5**). Seis deles pertenciam a Cuiabá, dois afirmaram morar em Pedro Pereira e apenas um deles disse morar na sede municipal. A maioria encontra-se envolvida no plantio de legumes, hortaliças e algumas frutas, havendo, ainda, a comercialização de raízes (para chás e medicação alternativa), sementes de urucum (corantes) e produtos derivados, tais como requeijão, queijo, temperos em conserva, picles e doces em compota (**Questão 1**).

Em relação às dificuldades da agricultura em Gouveia (**Questão 2**), alguns mencionaram a ausência de trator e de máquinas que facilitem o aumento da produção; o custo elevado para alugar tais máquinas; a dificuldade em adquirir adubação química e orgânica em função de seu elevado preço no mercado; a pouca mão-de-obra disponível e o custo elevado de algumas sementes. Apenas um produtor rural entrevistado afirmou não ter dificuldades para plantar.

Quanto à contribuição da Feira Livre dos Produtores para a comercialização de seus excedentes agrícolas (**Questão 3**), a maioria ressaltou o aspecto favorável, alguns afirmando que é através dela que conseguem um dinheiro livre para a semana ou para cobrir algumas despesas domésticas. Apenas dois entrevistados disseram não se beneficiar da Feira: “Tem dia que é difícil a venda, sobra muita coisa, mas o pouco que vende já ajuda”.

Quanto ao conhecimento e participação no projeto CONAB, de âmbito federal (**Questões 4 e 5**), sete disseram desconhecer-lo, seis afirmaram que conhecem o projeto, mas não participam dele, e apenas três confirmaram a sua participação. Destes últimos, dois afirmaram que o projeto é bom, porém, o pagamento não é feito na hora, pois “o dinheiro fica depositado na conta da Associação”.

Como nas atividades artesanais, também o setor agrícola caracteriza-se por assimetrias de benefícios públicos e inclusão em projetos, a exemplo do CONAB. Tais assimetrias se explicitam no acesso à Feira e na disponibilidade de transportes públicos para o deslocamento do produtor e seu excedente para a comercialização. Além disso, irregularidades e preferências também são verificadas, especificamente pela ‘retenção’ do valor a ser pago ao produtor rural pelas associações comunitárias e prefeituras, pelo período de três meses, como um ‘empréstimo não oficial’. Além disso, há a exclusão de áreas e comunidades mais carentes nos projetos federais destinados a apoiar a produção agrícola familiar, o que, por sua vez, contribui para a desvalorização da atividade agrícola e estimula o êxodo rural, que já abarcou parte significativa da população masculina de Espinho.

As terras não possibilitam produtividade e retorno financeiro, sendo que os preços para a venda geralmente muito baixos não compensam grandes investimentos. Um de seus moradores destacou a dificuldade de levar os produtos para expor na Feira Livre de Gouveia e a falta de transportes para o escoamento. Segundo ele, o ônibus municipal que atende a comunidade passa três vezes por semana e, muitas vezes, não atende a demanda local: “Condução nossa aqui é coisa incerta. Passa dia sim, dia não. Fica difícil. (...) Às vezes não dá pra levar todo mundo. Tem até que deixar parte da mercadoria pra trás”. Também sobre a atividade agrícola de Espinho, a representante da ACOESP afirmou que antigamente muitos fazendeiros buscavam mão-de-obra masculina para trabalhar no pasto e na lavoura, mas que hoje não há mais demanda em função do constante uso das máquinas, portanto, muitos buscam emprego fora do município.

Já a situação agrícola da comunidade de Cuiabá apresentou outros vieses, estando os produtores rurais, em sua maior parte, preocupados com a falta de mão-de-obra jovem para dar continuidade à atividade. A forte descrença de alguns participantes se tornou explícita, em especial sobre a falta de interesse das gerações atuais em prosseguir com as atividades agrícolas: “Não adianta fazer nada se os jovens não querem ir pra terra”.

Em outro aspecto, os cuiabanos também frisaram a pouca atuação da EMATER no local e a necessidade de modificar as relações operantes na associação comunitária: “(...) nós já fomos os pioneiros do alho. Gouveia hoje não serve para mais nada no cenário nacional (...) Precisamos de uma associação que deve ser bem feita, sem individualismo. Todos por um e um por todos”. Assim, também destacam a necessidade de romper o vínculo com os partidos políticos e de melhor se organizarem. Outros pontuaram a forte concorrência interna, visto que muitos deles produzem ou plantam a mesma coisa.

Por sua vez, em entrevista, o técnico da EMATER mencionou a implementação de variados projetos destinados ao pequeno produtor gouveiano. Como exemplo, destacou a inclusão de diversas comunidades agrícolas do município no projeto federal CONAB, havendo o envio de quatrocentos mil reais para apoio à agricultura familiar e benefício de aproximadamente dez instituições locais. Segundo ele, tal projeto exige um tempo maior de dedicação ao trabalho de gabinete feito pelo técnico, e talvez por isso não consiga atender a demanda de consultoria direta para todas as comunidades do município. Além disso, fez referência ao Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), em que 15% da verba se destina do Governo do Estado, 10% da Prefeitura e comunidades (a fundo perdido) e 75% são financiados pelo BIRD.

O técnico reclamou da pouca infra-estrutura disponível, e notificou a existência de apenas dois tratores velhos para atender a demanda local. Segundo informações passadas durante a entrevista, ele disse que já estava prevista a compra de mais equipamentos para melhorar a qualidade do

atendimento ao agricultor, sendo que a verba seria liberada em novembro daquele ano. Mencionou, também, o envolvimento no Projeto Minas Sem Fome, e notificou a chegada das sementes de milho para distribuição entre os agricultores locais. Segundo ele, são os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) que fazem o levantamento das sementes que cada comunidade necessita, respeitando-se a cota máxima de dez quilos por família. Conforme o técnico, tais representantes são atuantes e realizam reuniões mensais. O técnico da EMATER define a quantidade a ser destinada a cada comunidade, a prefeitura encaminha as sementes aos representantes comunitários que, então, realizam o repasse das sementes para os agricultores: “A própria comunidade se fiscaliza”.

De modo geral, percebe-se que as dificuldades enfrentadas por ambas as comunidades, apesar de dessemelhantes em aspectos mais específicos, reforçam uma realidade presente na maioria das áreas rurais brasileiras, nas quais a dificuldade para a obtenção de sementes, empréstimos e subsídios, em especial para o pequeno produtor, se torna uma constante.

j) Os alcances e os fatores limitantes para a implementação de iniciativas voltadas para o DL no Brasil, Gouveia e outras diferentes escalas

Neste item, busca-se delimitar as questões e reflexões acerca do DL, de modo ampliado para o contexto brasileiro, tendo como base de análise os estudos de caso anteriormente comentados e discutidos. Assim, procura-se delinear respostas e reflexões sobre os temas abordados através das questões norteadoras propostas pela pesquisa.

Como pôde ser observado através das informações e das reflexões apresentadas nesta pesquisa, as iniciativas de DL foram projetadas no intuito de se constituir enquanto meio alternativo à forte agressividade e individualidade do mercado, que é intensificada pelo processo de globalização, especialmente em relação à monopolização e ao fortalecimento de grandes conglomerados industriais e transnacionais típicos deste contexto. Desse modo, em oposição ao cenário centralizador e homogeneizante da escala global, algumas experiências voltadas para a esfera local (a exemplo do Silicon Valley e da Terceira Itália), direcionaram uma nova forma de gerir e organizar o território, a partir de escalas micro. Assim, o protagonismo local, associado a ações coletivas, sinérgicas e voltadas para o cooperativismo, caracterizadas através da teoria de desenvolvimento endógeno, indicam que está na esfera local a possibilidade de realizar o exercício pleno da cidadania, através de relações mais democráticas e menos assimétricas, como já discutido na parte teórica deste trabalho. Todavia, ressalta-se que as significativas inovações no campo tecnológico, em especial no setor de comunicações, constituem-se como aspectos facilitadores de uma maior integração entre pessoas e lugares, e, portanto, se enquadram nas premissas do DL, por catalisarem a divulgação de pesquisas e

experiências, além de ampliarem o acesso à informação. Logo, infere-se que o DL pode ser entendido como uma reação aos aspectos excludentes da globalização, mas que, ao mesmo tempo, utiliza-se de seus avanços e aspectos favoráveis.

Diante disso, e em concordância com as idéias de MARTINELLI & JOYAL (2004), ambos os movimentos, global e local, não podem ser vistos como opostos, pois a globalização surge justamente como um elemento que reforça a importância das microescalas, criando a necessidade de formação de identidades e de diferenciação entre regiões e comunidades para que estas possam enfrentar um contexto de extrema competitividade mundial. Logo, acredita-se que, em determinadas condições e circunstâncias, as iniciativas de DL, quando não apropriadas de modo invertido, podem direcionar novas formas de gestão e organização social menos excludentes. Isso depende somente de como as pessoas e dirigentes compreendem a idéia de desenvolvimento, se mais voltada para modelos tradicionais de crescimento econômico ou se enquadradas em uma noção ampliada, em que aspectos sociais e ambientais se colocam como prioritários. Assim, remete-se à idéia de apropriação do lugar, defendida por SANTOS (2002), de que o local pode ser visto e considerado de maneiras antagônicas: como espaço de reprodução do capital ou como concretização de experiências.

Essa relação dialética entre o global e o local é também apontada por CARLOS (1996), quando afirma que “o lugar aparece hoje como fragmento do espaço onde é possível apreender o mundo moderno, representando o ponto de articulação entre o mundo e o local, manifestando os desequilíbrios e as situações de conflito”, e, simultaneamente, reafirmando e intensificando a desigualdade espacial. A observação das experiências analisadas permite confirmar este processo, em especial quando estruturas e influências macro são refletidas e incorporadas no plano vivido.

Na prática, observa-se que parte significativa dessas experiências se direciona para a primeira forma de apropriação do lugar, ou seja, está voltada para anseios predominantemente econômicos e de resposta às demandas de mercado. A padronização do fazer artesanal é muitas vezes estimulada pelos próprios órgãos de fomento ao artesanato como condição prioritária de conquista do mercado externo. Como evidenciado através das diferentes escalas analisadas, tal processo pode contribuir para a descaracterização do artesanato e para a sua conseqüente mercantilização. Infere-se que os incentivos às práticas artesanais e ao DL, em especial via municípios no Brasil, serão responsáveis pela melhoria das condições sociais e de inclusão e auto-estima dos envolvidos, quando se desvincularem de relações clientelistas, individualistas e hierarquizadas, em especial priorizando a parceria entre sociedade civil, Estado e empresa, de modo pleno.

Na região do Alto Jequitinhonha, percebe-se que as iniciativas e projetos do Governo Federal, além de pontuadas e pouco integradas, ainda se caracterizam pela lógica de reprodução capitalista, pelo menos no campo artesanal. A supervalorização das peças e a imposição de um processo

produtivo homogeneizador reiteram a inversão e a contradição do discurso oficial e neoliberal que descaracterizam a essência do DL. Tais aspectos podem ser observados pelas características e posturas existentes na experiência de Divinópolis, de modo explícito, através do processo de obtenção do selo de qualidade da Central Mãos de Minas, e de modo mais sutil nas demais experiências, tais como o Salão do Encontro, em Betim, e a associação de artesãos de Gouveia, ASARGO.

Nota-se, ainda, que, em relação às características observadas nas comunidades analisadas, apesar do potencial artesanal, há determinados aspectos que divergem de uma postura mais condizente com as bases do DL. A forte individualidade, a falta de um espírito mais coletivo e cooperativo, associadas à pouca representatividade das associações, comunitárias e artesanais, indicam que há muito o que se modificar e reestruturar para que iniciativas sinérgicas possam ser construídas e validadas; cenário agravado pelas rixas partidárias e pela postura clientelista dos dirigentes públicos de Gouveia.

Reproduzindo as idéias de Francisco de Oliveira, "o desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania" (OLIVEIRA, 2002, p. 13 citado por FRANÇA, SILVA & VAZ, 2002, p.123). Desse modo, as potencialidades e virtualidades inerentes à esfera local são, em grande medida, 'políticas e efeitos da política', na medida em que o local se constitui, de certo modo, como uma "construção das esquerdas" (OLIVEIRA, op cit, p.25).

A euforia em torno do poder e do protagonismo local são motivados pelo pensamento, particularmente difundido em tempos recentes, de que é possível exercer, nessa escala macro de governo, novas formas de gestão e organização do Estado, já comentadas anteriormente. Para comprovar esse cenário, diversas experiências inovadoras e de sucesso espalhadas pelo país reiteram a possibilidade de realizar gestões mais populares, honestas e comprometidas com os interesses públicos. Porém, é válido destacar que, apesar da euforia recente e do entusiasmo elevado dessas iniciativas em âmbitos nacionais e internacionais, é necessário considerar as limitações da dimensão local, tal como nos alerta VAINER (2001), BRAGA (2001) e BRANDAO (2001).

A análise das experiências estudadas permite inferir que existe um distanciamento significativo entre o que é definido pela teoria e pela descrição idealizada de programas em vias de execução e sua realização concreta. Por melhores que sejam as intenções das pessoas e dos atores envolvidos, vários elementos intervêm no cotidiano da vida política do município. Deste modo, a implantação de políticas públicas podem tanto contribuir para uma tentativa de coordenação de interesses tornados públicos, quanto para uma polarização de interesses particulares não explicitados. Neste último caso, tornam-se visíveis as segregações e a diferenciação de benefícios concedidos pelos órgãos públicos, a exemplo das prefeituras, a uma ou outra comunidade, ou projeto que lhe interesse.

Por sua vez, reitera-se a inexistência de 'receitas e fórmulas prontas' para implementar práticas satisfatórias de DL, pois um inúmero conjunto de variáveis deve ser considerado para que isso ocorra. No caso peculiar de Gouveia, acredita-se que a principal estruturação deve ser feita nas associações (tanto artesanais, agrícolas ou comunitárias), que possibilitem novos encaminhamentos e posturas entre os envolvidos e o poder público, em especial pelo contexto de clientelismo e partidarismo em que o município se encontra. Isso porque a questão do DL perpassa pela distribuição de poder dentro do município. Ou seja, corresponde a um processo que passa pelo reajustamento de posições no sistema de tomada de decisão inserido no espaço municipal. Na maior parte das vezes, aqueles que detêm o poder de decisão não desejam abrir mão dele em benefício de outras camadas da população, que geralmente se tornam 'excluídas', 'sem vez nem voz'.

Certamente, uma das principais dificuldades enfrentadas pela população de Gouveia, em particular os representantes públicos das associações, concentra-se na tarefa de mobilizar as pessoas. Durante o início de sua gestão, o atual prefeito de Gouveia encontrava-se motivado a estimular e desenvolver o artesanato municipal, e para isso instituiu o cargo de Secretário de Cultura no município, cujas atribuições consistiam em auxiliar os artesãos na fabricação, venda e divulgação de seus produtos. Porém, o prefeito desconsiderou uma dimensão importante para a própria continuidade e efetividade desta iniciativa: a pessoa designada ao cargo não direcionou devida atenção aos interesses e necessidades dos artesãos, e lançou mão do poder que possuía para separar aqueles que eram ou não 'superiores' e qualificados para representar o artesanato de Gouveia. Desta forma, corroborou para o processo de hierarquização e segregação dos artesãos excluídos.

As políticas de desenvolvimento tendem a ter um caráter predominantemente redistributivo e, portanto, acabam por favorecer apenas algumas parcelas da população em detrimento de outras; isso quando as iniciativas são baseadas em modelos de desenvolvimento tradicionais. A noção de DL é muito mais ampla, e pode ser entendida como um conjunto de ações necessárias para promover a articulação política de 'interesses pulverizados' e divergentes em prol de um benefício em comum.

Além disso, a alternância de poder e de conflitos partidários devem ser considerados como aspectos limitantes em Gouveia, pois podem comprometer as iniciativas em curso, além de inverter as suas prioridades. É o caso do Projeto 'Doce Vida', iniciado na comunidade de Cuiabá, que não perdurou em função de mudanças no quadro político de Gouveia. Não entrando no mérito de suas limitações internas, o projeto poderia ter sido mais bem sucedido caso não fosse vinculado à prefeitura e se mantivesse de modo mais autônomo.

É por isso que, cada vez mais, amadurece a idéia de que a meta do DL não poderá ser atingida apenas por meio de políticas públicas, como parece acreditar o nosso atual presidente da República através de sua campanha baseada no empreendedorismo. Trata-se de construir uma nova

cultura e um novo posicionamento social, em que as ações e iniciativas sejam voltadas para a concretização de um objetivo comum que permita configurar o DL como resultante da ação integrada e articulada de diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, sejam estes públicos ou privados, aproveitando as potencialidades existentes na região ou local; a fim de permitir a construção de um projeto estratégico que oriente as suas ações a longo prazo (FRANÇA, SILVA & VAZ, 2002, p.126).

Não obstante, parece caber aos municípios a capacidade de implementar ações que favoreçam o DL, mas que devido à fragmentação e ao aspecto pontuado dessas iniciativas, muitos desconhecem as bases essenciais para sua concretização. Associada a isto, considera-se, ainda, a impossibilidade (ou ao menos a grande dificuldade) dessa instância municipal tomar decisões desvinculadas de outros níveis de governo, no intuito de reorientar e redefinir o tipo de desenvolvimento vigente.

Não há dúvidas de que um outro desenvolvimento é necessário e requerido. Face ao cenário desolador de crises econômicas, miséria e desigualdade galopantes, torna-se válido, ao menos, experimentar outros caminhos. Isso porque, ampliando a escala para a América Latina, a ilusão vendida pelos britânicos e norte-americanos sobre o Consenso de Washington fazem com que os dirigentes e representantes políticos dos países tidos como 'subdesenvolvidos' tenham que enfrentar um difícil impasse: arriscar ou ficar apenas olhando os acertos e tropeços alheios. Afinal, as vias de desenvolvimento baseadas na livre atuação do mercado e do Estado mínimo, revelam, hoje, as discrepâncias e assimetrias do sistema, atentando-se para o fato que os progressos foram mínimos. Face a tal cenário, quais serão os caminhos e/ou possibilidades?

Considerações finais

As temáticas que envolvem o DL na atualidade, em especial para o contexto brasileiro, face ao incentivo à propagação de iniciativas e ações voltadas para o protagonismo local, o empreendedorismo e a disseminação de ações mais coletivas e sinérgicas foram, neste estudo, trabalhadas após a gestão pública do Partido dos Trabalhadores (PT) em seu primeiro mandato. Os aspectos limitantes e contraditórios à implementação de práticas de DL no Brasil e em outras diferentes escalas contaram com o resgate de conceitos como *comunidade, parceria, identidade e ação coletiva e comunitária*, essenciais para a compreensão do posicionamento dos principais órgãos de fomento ao DL no país, em especial quando estes se apropriam desses termos a partir de um viés neoliberal, invertendo e desconfigurando sua essência.

A análise do contexto socioeconômico e político de Gouveia e suas comunidades rurais, com enfoque para o fazer artesanal, identificou a presença de clientelismos, forte individualismo, rixas partidárias, inversões e pouca permanência das associações. Além disso, pôde ser observada a concessão diferenciada de benefícios públicos. Todavia, a grande diversidade de potencialidades e a vontade de mudar o futuro constituem-se como fatores favoráveis a uma reestruturação e organização comunitária dentro das microescalas analisadas.

A caracterização e a análise das experiências realizadas em Divinópolis, através da relação com a Central Mãos de Minas, do Salão do Encontro, em Betim, e do Projeto Flor do Cerrado, realizado em São Gonçalo do Rio das Pedras, por sua vez, permitiram uma maior fonte de comparação e análise sobre as diferentes formas de encaminhamento das práticas de DL tidas como 'bem sucedidas' em termos de protagonismo local e de inserção social. Foram observados aspectos convergentes e divergentes entre as experiências analisadas e o quadro artesanal predominante em Gouveia e em suas comunidades rurais, sintetizados no **Quadro 1** a seguir.

Assim, a relativização destes exemplos permitiu maiores aprofundamentos sobre a leitura dos processos recorrentes em Gouveia, favorecendo e enriquecendo a análise e o processo investigativo. Para tanto, fez-se uso de fontes qualitativas (em especial a Observação Participante e a História Oral, através dos relatos de vida), no intuito de contribuir para a discussão entre as esferas global e local, e das assimetrias e descaracterizações imanentes à globalização, como a apropriação, pela lógica industrial taylorista, sobre o fazer artesanal (o industriarianato), de atendimento às necessidades do mercado e de reprodução capitalista.

Quadro 1. Experiências observadas e o fazer artesanal em Gouveia: principais aspectos

Experiências observadas	Principais características	Comparação com Gouveia e comunidades rurais analisadas
<i>Salão do Encontro</i>	Busca a sustentabilidade; há o aproveitamento de matérias-primas; preocupação com a inserção social; ação contínua e que atinge várias faixas etárias; liberdade criativa; articulação política; legitimidade; localização privilegiada para a concretização de parcerias público-privadas; buscam superar as dificuldades; projeção nacional.	Aspectos convergentes: uso de matérias-primas e potencialidades locais; Aspectos divergentes: dificuldade de estabelecer parcerias; localização privilegia Diamantina em detrimento de Gouveia; artesanato é desenvolvido predominantemente pelas elites (hierarquização); ação das associações é descontinua e fragmentada (ASARGO); forte dependência da Prefeitura e pouca sinergia; projeção local e posição secundária nos Circuitos e eventos ligados ao setor.
<i>Bonecas do Brasil</i>	Uso de matéria-primas exógena (cabaças) e endógenas (cones de linha); padronização do processo produtivo (industrializado); influência da Central Mãos de Minas (ICCAPE) para obtenção do Selo de Qualidade; criatividade limitada; visa essencialmente o mercado externo; produto voltado para o consumo de massa; produção especializada no ramo de bonecas.	Aspectos convergentes: uso de matérias-primas endógenas (palha de milho, flores do cerrado; frutas, legumes e alho); início da padronização artesanal e forte preocupação com a qualidade (influência SEBRAE e EMATER), especialmente em Espinho; preocupação em atingir o mercado externo; distanciamento da essência artesanal, voltada para atender demandas de mercado. Aspectos divergentes: ainda possui liberdade criativa, embora se encontre em processo de limitação (ex. bolsas de praia); produção altamente diversificada (artigos de palha, tapetes, doces, temperos, ornamentos de flores secas, bordados, etc)
<i>Projeto Flor do Cerrado</i>	Aproveitamento de matéria-prima e potencialidades locais; ações estimuladas de "baixo para cima" (mulheres de São Gonçalo do Rio das Pedras); ambiente sinérgico; participação e protagonismo local; não se prende a vínculos partidários ou políticos; autonomia; produção voltada para demanda local; preocupação social predominante (combater a violência doméstica).	Aspectos convergentes: uso de matérias-primas locais; preocupação em solucionar problemas internos (pobreza e desemprego). Aspectos divergentes: subutilização das potencialidades locais; ações estimuladas "de cima para baixo" (Prefeitura, EMATER, SEBRAE); ambiente pouco sinérgico e altamente competitivo; hierarquização artesanal atrelada à política de favores (clientelismo); forte dependência política e partidária; produção artesanal que almeja atingir as diversas esferas do mercado; preocupação econômica predominante (geração de renda).

As conclusões obtidas por este estudo podem ser resumidas a seguir:

i) Apesar da grande diversidade nas potencialidades de Gouveia, tais como o ecoturismo, a extração de minerais e o artesanato, que por sua vez, é caracterizado por diversos produtos, como as bolsas e os artigos em palha de milho na comunidade de Espinho; os bordados em crochê e tricô da sede, juntos à confecção de tapetes arraiolo; a ornamentação em cabaças e pintura em gesso de peças sacras; os arranjos florais e a confecção de doces e temperos em conserva na comunidade de Espinho; os bordados em fuxico da comunidade Alexandre Mascarenhas, e as peças artesanais feitas

com bucha vegetal pela comunidade Fazenda Requeijão. Todavia, destaca-se a subutilização destas potencialidades, em especial, do artesanato.

ii) Através da caracterização do contexto artesanal de Gouveia, foi possível verificar seus principais alcances e limitações, podendo citar como aspectos favoráveis a elevada diversidade artesanal, as potencialidades também variadas e existentes no município e uma vontade declarada de alguns artesãos em modificar o seu panorama de qualidade de vida para melhor, através de posturas e ações mais coletivas. Por sua vez, o município é marcado por relações clientelistas, individualistas e de rixas partidárias que compõem um quadro de fatores limitantes ao DL e ao desenvolvimento do fazer artesanal. Tais características podem ser ampliadas para outras escalas e podem apresentar os alcances e as limitações do DL via artesanato no Brasil.

iii) A presença de uma hierarquização do artesanato em Gouveia pode ser explicada pela 'geometria do poder' defendida por MASSEY (2000); o que pode ser comprovado pela existência de artesãos que usufruem de incentivos e benefícios da ASARGO e da prefeitura e de outros que, ou se mantêm no anonimato, ou buscam conquistar outros espaços fora dos limites municipais, a exemplo da **entrevistada 2**.

iv) Gouveia ocupa uma posição secundária em relação a Diamantina, além da ambigüidade identitária dos produtos artesanais gouveianos como forma de 'pegar carona' na projeção artesanal de Diamantina e também do Vale do Jequitinhonha. Desse modo, tal "mistura" de identidades esconde um forte jogo de interesses e oportunismo que, por outro lado, pode revelar o secundarismo existente entre os dois municípios, haja vista que Gouveia, freqüentemente, é vista apenas como 'local de passagem' para Diamantina.

v) Existe uma descaracterização das iniciativas direcionadas ao DL, demonstrada através de práticas voltadas para atender a demanda do mercado e a acumulação capitalista, havendo exceções, a exemplo do Projeto Flor do Cerrado, mas que correm o risco de sofrer tais influências ao aumentar a sua produção para atender a crescente demanda. A prefeitura de Gouveia, por exemplo, tenta fazer um DL pelo e para o mercado. Ou seja, no setor artesanal, busca, predominantemente, a inserção econômica dos artesãos nos diferentes circuitos e eventos, a exemplo das Feiras da UFMG e de Brasília e também da Expominas. Em termos ambientais, prioriza a obtenção de capital e divisas em detrimento da consciência e preservação ambiental. Em escala macro, nota-se que a tentativa de promover o DL vem sendo constantemente estimulada pelas prefeituras, porém, movida por interesses próprios, seja na maior arrecadação de receita ou popularidade. A noção que empregam ao DL, na

maioria das vezes, se reduz a programas voltados para fins econômicos meramente, tais como a reativação econômica de uma município ou microrregião ou, ainda, de geração de emprego e renda.

vi) A descaracterização do artesanato, através de influências padronizantes e de descaracterização e mercantilização artesanal a partir de iniciativas de órgãos públicos e privados, a exemplo do SEBRAE, da EMATER e outros órgãos de fomento revela uma postura mercadocêntrica estimulada, por muitos, como prioridade. Logo, para conseguir projeção artística, o artesão é incentivado a 'enquadrar-se em padrões de exigência internacionais', pré-estabelecidos e definidores de quem é artesão de qualidade no país. O selo Mãos de Minas e a postura essencialmente doutrinadora do SEBRAE e do BNDES confirmam tal contexto. No estudo de caso, o aprimoramento e a diversificação da técnica de trançado da palha para a fabricação de bolsas desenvolvidas e idealizadas pela **entrevistada 1**, da comunidade de Espinho, afastam o fazer artesanal de sua essência. Isso porque, ao contrário do samburá, a confecção das bolsas ocorreu em função de um 'adestramento' incentivado pela EMATER e também pelo SEBRAE. Ou seja, não se caracteriza por um fazer artesanal em sua essência, de criatividade e inserção social, mas sim, por uma atividade voltada para a acumulação de capital (maior valor agregado e anseios de exportação). A artesã também explicita um posicionamento estritamente competitivo e individual, pois não quer ter concorrentes em Espinho e, portanto, não repassa a técnica para outras moradoras da comunidade. Além disso, a produção das bolsas não se encontra mais vinculada à manifestação da vida comunitária espinhense (bolsas de praia). Cuiabá também demonstra forte influência de um mercado que extrapola as fronteiras locais, pois a apreensão da técnica foi feita com o objetivo de atender as demandas externas. Por isso, a artesã possui ponto de distribuição em um bairro de Belo Horizonte e na Feira Hippie, demonstrando, ainda, elevado interesse em ampliar o mercado de consumo e direcioná-lo para a exportação. Assim, foi possível averiguar a relação entre o que é tido como tradicional ou de cultura de massa, a exemplo do samburá, para as comunidades analisadas e para as experiências relatadas.

vii) A fragilidade das associações em Gouveia, o partidarismo, o jogo de vaidades, a falta de cooperativismo e a significativa descrença são presentes na associação comunitária de Cuiabá, além das irregularidades e da falta de união inerentes à Associação Comunitária de Espinho – ACOESP.

viii) Há uma descaracterização do papel das associações em relação aos aspectos voltados para o DL, na medida em que elas passam, na maioria das vezes, a estimular a produção artesanal voltada para atender as demandas do mercado e de reinserção econômica dos municípios. Além disso, notou-se a dificuldade que existe em reunir e conscientizar os artesãos para a importância de aspectos voltados para ações coletivas, favorecidas por estas organizações. Tal postura pode ser veiculada à ASARGO,

que visa criar um mercado, a exemplo da busca por um produto com 'a cara de Gouveia', e, depois, precisa responder a demanda. E ainda porque tal associação exerce mais uma função de órgão público (extensão da Prefeitura) do que de representação dos interesses de uma categoria.

ix) As assimetrias presentes na relação entre a sociedade civil e o Estado, e os mecanismos e processos que favorecem a concessão diferenciada de benefícios públicos, em específico sobre as comunidades Cuiabá e Espinho, influenciaram a construção de rótulos de 'modelo' e 'encrueira' entre ambas. Tais características permitiram identificar as relações sociopolíticas municipais e o cenário artesanal além de seus desafios. Tal diferenciação nas relações com a prefeitura revela que a postura política é fator delimitante entre a inclusão ou exclusão das comunidades nos diversos projetos que desenvolve. Assim, mais uma vez é reforçado o papel de mero 'distribuidor de favores', pelo qual a grande maioria das gestões públicas acredita haver correlação com o fazer político, o que, por sua vez, reitera a postura clientelista e autoritária na qual os direitos sociais estão inseridos, hoje, no Brasil.

x) A reprodução do discurso oficial e a inversão das idéias de comunidade, participação, cidadania e ação coletiva (associativismo), bem como os conceitos de *intervenientes* e *intervenção comunitária*, entre outros, pôde ser verificada. Tal inversão é decorrente de uma apropriação neoliberal desses termos, o que, conforme nos alerta DAGNINO (2004), reforça as desigualdades sociais e demonstra a fraca atuação de algumas ONGs enquanto representantes dos interesses da sociedade civil, uma vez que 'batem, mas não combatem'.

xi) A compressão espaço-tempo, refletida na microescala de Cuiabá e Espinho, quando padrões e influências externas, advindas de uma escala macro, são reproduzidas no plano vivido, a exemplo da mercantilização e perda de vínculos culturais com os lugares, sua identidade e subjetividade. Segundo MASSEY (2000) esta *compressão de tempo-espaço* ocorre na medida em que a descaracterização das peculiaridades inerentes a este recorte espacial ante ao processo de homogeneização sociocultural vigente se mostra latente. Ou seja, no contexto atual de fabricação artesanal, peças e artigos são produzidos de forma padronizada e apresentam aspectos completamente idênticos, e que podem ser encontrados praticamente em qualquer cidade ou ponto turístico do país. O que, por sua vez, evidencia um processo de desconstrução da noção de peculiaridade e singularidade dos lugares.

xii) Foi preciso uma contextualização dos conceitos de identidade sobre as comunidades estudadas. No caso de Espinho, determina-se uma "hetero-identidade", ou seja, uma identidade que é definida pelos outros e não por eles mesmos, o que, na maioria das vezes, pode resultar em uma "identidade negativa" (CUCHE, 2002). Isso porque os moradores dessa comunidade desejam esconder um passado de reivindicação e luta, típico dos quilombos, para converter sua identidade em pessoas

pacíficas e ordeiras. Há um esforço, tanto de Cuiabá quanto Espinho, para manter essa característica de peculiaridade e pertencimento, vinculada à noção de lugar, para preservar os laços de parentesco e afetividade que há anos defendem através dos laços matrimoniais fechados. Em Espinho, de modo específico, tal sentimento de 'pertencimento' é mais bem acentuado nas mulheres, uma vez que os homens, geralmente, migram para outras áreas em busca de emprego.

xiii) Há uma apropriação das características dos excluídos, tais como quilombolas, marginalizados e índios, para atuar como agente facilitador de inserção artesanal no mercado, o que gera, assim, novas exclusões.

xiv) Foram feitas reflexões acerca do industriário, das relações associativistas e da aproximação ou afastamento da essência do fazer artesanal e das premissas do DL, o que pôde ser observado no relato das experiências do Salão do Encontro, em Betim, da produção de bonecas de cabaça, em Divinópolis, com a aquisição do selo de qualidade Mãos de Minas, e da iniciativa do Projeto Flor do Cerrado, desenvolvido por um grupo de mulheres de São Gonçalo do Rio das Pedras.

xv) Pode ser destacada a importância das festas e feiras enquanto principal espaço de divulgação e distribuição dos produtos artesanais nas diferentes escalas do país (municípios, estados ou regiões). Pois estas se constituem como acesso estratégico para a sobrevivência e manutenção do fazer artesanal de grande parte dos artesãos, como foi observado durante a pesquisa, não desconsiderando a significativa importância dos pontos fixos e permanentes de exposição, a exemplo da Loja da Central Mãos de Minas. Porém, cabe ressaltar o estabelecimento de critérios de seleção não idôneos na escolha dos artigos e produtos artesanais em exposição durante a Kobufest. Por sua vez, a Feira do Livre Produtor, enquanto principal canal de vendas dos produtos agrícolas do município, é um espaço subutilizado e que poderia se configurar em um ponto permanente de distribuição e exposição.

xvi) Assim como nas atividades artesanais, também o setor agrícola caracteriza-se por assimetrias de benefícios públicos e inclusão em projetos, a exemplo do CONAB. Tais assimetrias são explicitadas no acesso à Feira e na disponibilidade de transportes públicos para o deslocamento do produtor e seu excedente para a comercialização. Além disso, irregularidades e a exclusão de áreas e comunidades mais carentes nos projetos federais destinados a apoiar a produção agrícola familiar também foram verificadas, o que, por sua vez, contribui para a desvalorização da atividade agrícola e estimula o êxodo rural. De modo geral, percebe-se que as dificuldades enfrentadas pelas comunidades de Cuiabá e Espinho, apesar de dessemelhantes em aspectos mais específicos, reforçam uma realidade presente na maioria das áreas rurais brasileiras, nas quais a dificuldade para a obtenção de sementes, empréstimos e subsídios, em especial para o pequeno produtor, se tornam uma constante.

xv) Constatou-se a ineficiência das teorias do desenvolvimento clássico, ou mesmo das neoliberais vigentes, que não se demonstraram satisfatórias em termos sociais, na medida em que intensificaram as disparidades regionais e socioeconômicas entre as sociedades contemporâneas. Por isso, emergem formas alternativas de desenvolvimento, a exemplo do Desenvolvimento Local ou Endógeno, que podem contribuir para a configuração de “instituições democráticas” e de uma “comunidade cívica”, conforme apontado por PUTTNAM (1996). Esta última sendo caracterizada como um grupo de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, seja por relações políticas igualitárias ou por uma estrutura social baseada nos laços de confiança e de cooperatividade, seguindo os moldes da governança local.

Referências

- ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- ALTVATER, Elmar. *O Preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. Trad. Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Unesp, 1995.
- AMARAL FILHO, J do. *A Endogeneização das estratégias de Desenvolvimento Regional e Local*. Anais do IX Encontro da Anpur: Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA): Brasília, v. 14, n. 2, p. 35-74, 1997.
- _____. *Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias*. Revista Econômica do Nordeste: Fortaleza, v.26, n.3, jul./set, 1995.
- ARMONY, Ariel C. *The Dubious Link: civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova: São Paulo, n. 39, p. 149-174, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAVA, Silvio Caccia. *A reapropriação das cidades*. In: Cadernos Le Monde Diplomatique, Edição especial Um outro mundo urbano é possível. São Paulo: Veraz Comunicação, Instituto ABAPORU & POLIS, nº 2, janeiro de 2001. 46p.
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, p. 17-46, 1994. 2ª edição.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. 226p. 3ª ed.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 6ª ed.
- BIRH, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 2ª edição.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *Desenvolvimento local e redes socioproductivas*. In: SILVEIRA, Caio Márcio & COSTA REIS, Liliane (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001.
- BORBA, R. A. V. *A cidade cognitiva*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado).
- BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1979.
- BOURDIEU, P. *A Profissão de Sociólogo*. Petrópolis: Vozes, p.9-97, 1999.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, P. (et al). *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.693-713.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, p.183-192, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil S.A., p.17-58, 1989.

BRAGA, T. *Principais limitações à Internalização da dimensão ambiental nas práticas urbanas*. IX Encontro da Anpur: Rio de Janeiro, 2001.

BRANDÃO, C. A. *Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento*. Seminário Internacional Redefinição do Pacto Federativo, Globalização e Sistemas Produtivos Locais, promovido pela FEE, Porto Alegre, 2001.

CAMPOS, Regina H. de Freitas (Org.) *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. vol. 1.

CHAUI, M. de S. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, [1989] 1997.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p.17-62, 2002.

COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez. Sobre a 'tropicalização' do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C. M. & COSTA REIS, L. (Orgs). *Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

CORGOSINHO, Rosana Rios. *O lugar no mundo contemporâneo*. 2004. Instituto de Geociências da UFMG: Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado em Organização do Espaço).

CORÓ, Giancarlo. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição In: COCCO, Giuseppe; URANI, André e GALVÃO, Alexander Patez (Orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Florianópolis: EDUSC, p. 175-202, 2002.

DAGNINO, Evelina (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p.95-110, 1994.

DANIEL, Celso. *Poder local no Brasil Urbano. Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VIII, nº 24. São Paulo: Parma Ltda, 1988.

DE ROBERTIS, Cristina & PASCAL, Henri. *La intervención colectiva en trabajo social. La acción com grupos y comunidades*. Buenos Aires: El Ateneo, [1987] 1994.

DINIZ FILHO, L. L. *O contexto da globalização e seus efeitos (reais e imaginários) sobre a dinâmica regional recente no Brasil*. Anais do I Simpósio Internacional sobre o Desenvolvimento Local - O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. Rio Claro: UNESP, 2004.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas In: RICO, Elisabeth de Melo e RAICHELIS, Raquel. *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

DOWBOR, Ladislau. *A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local*. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local*. Dicas, nº 53. São Paulo: Instituto Pólis, 1995.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 318p.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editorial Nacional e Editora da USP, 1973. 580p.

FERRAZ, J. C., CROCCO, M. & ELIAS, L. A. (Org.). *Liberalização Econômica e Desenvolvimento*. São Paulo: Futura, p.13-26, 2003.

FERREIRA, Marcelo Costa. *Associativismo e Contato Político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988-1996*. Revisitando o problema da participação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, No. 41, 1999.

FICHTER, J. H. *Definições para uso didático*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.), p.153-58.

FRANÇA, Cássio Luiz de; CALDAS, Eduardo de Lima; VAZ, José Carlos (Org.) *Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores*. São Paulo, Instituto Pólis, 2004. 80p.

FRANCO, Augusto. *Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento*. Brasília: Instituto de Política / Millennium, 2000.

_____. *Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Puttnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília, Instituto de Política / Millennium, 2001.

_____. Carta Dlis nº 27. Brasília: AED, 2003.

_____. *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília: AED, 2002.

_____. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?* Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREYER, H. *Comunidade e sociedade como estruturas histórico-sociais*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.) p.132-39.

GALTUNG, J. Self-reliance: concepts, practice and rationale. In: GALTUNG, J.; O'BRIEN, P. & PREISWERK, R. *Self-reliance: a strategy for development*. Genebra, Institute for Development Studies, p.19-44, 1980.

GATTAZ, A. C. Lapidando *a fala bruta: a textualização em História Oral*. In: (Re)introduzindo a História Oral no Brasil - I Encontro Regional de História Oral / Sudeste-Sul. São Paulo: USP, p.135-40, 1996.

GEERTZ, C. O 'estar allí': La antropología y la escena de la escritura e 'Estar aquí': ¿De qué vida se trata al fin y al cabo? In: GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Buenos aires: Ed. Paidós Studio, p.11-34 e 139-58, 1989.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, p.143-275, 1991.

GONZÁLEZ, R. R. *La escala local de desarrollo* - Definición y aspectos teóricos. Salvador: RDE, Ano II, nº 1, Nov. 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Relações comunitárias relações de dominação* In: CAMPOS, (op cit.). p.81-100.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, p. 17-52, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAESBAERT, R. *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 1998.

HISSA, Cássio E. V. *O projeto de pesquisa: valores e contextos*. In: Caderno de Geografia, v.7, nº 9, jul.1997. Belo Horizonte: PUC Minas: FUMARC, p.39-55, 1989.

INSTITUTO CENTRO CAPE. *Manual de Apoio ao Artesão: Cadeia Produtiva do Artesanato Centro CAPE*, 2005. Edições Centro CAPE. 120p. (Elaborado por Tânia Machado).

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*. Documento de Apresentação. 17p. Disponível no site: www.polis.org.br, acessado em maio de 2006.

LAMOUREUX, H. et al. *La pratique de l'action communautaire*. Montreal: Presses de l'université du Quebec, 1996.

LANDIM, Leilah. Múltiplas Identidades das ONGs. In: *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

LANG, B. S. G. *Trabalhando com História Oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa*. Cadernos CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos NAP-CERU, nº 11, série 2. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, p.124-134, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.i.:s.n.], Inédito. Título original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, [2000], 485ps., 2007 (no prelo).

LEFEBVRE, Henri. A cidade e o urbano. In: *La ville et l'urbain. Espaces et Sociétés*. Paris: Éditions Anthropos, nº2, p.3-7, mar. 1971. (Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins)

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, [1972]1991. (Trad. Alcides João de Barros).

LE VEN, M.; FARIA, E. de & MOTTA, M. H. de S. História Oral de Vida: o instante da entrevista In: SIMSON, O. R. de M. V. *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: UNICAMP Centro de Memória – ABHO, p.213-222, 1997.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988. 209p. (Coleção Espaços)

MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora AS, p.39-62, 1980.

MARANDOLA JR. & MELLO. "Lugar" e "Espaço de vida": novos enfoques para o planejamento e a participação? Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: p. 8502-22, 2005.

MARCUS, G. *O que vem logo depois do 'Pós': o caso da Etnografia*. Revista de Antropologia. vol.37. São Paulo: USP, p.7-34, 1994.

_____. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a Modernidade no final do século XX ao nível mundial*. Revista de Antropologia. nº 34. São Paulo: USP, p.197-221, 1991.

MARTINELLI, D. & JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004. 314 p.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da História lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Saul. *Contribuição ao estudo científico do artesanato*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global do lugar*. In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, p. 176-85, 2000.

MASSOLO, Alejandra. Em *direção às bases: descentralização e município*. Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VIII, nº 24. São Paulo: Parma Ltda, p.40-55, 1988.

MINAYO, M. C. S. (Org) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, p.19-36, 1999.

MORELLI, D. Mauro. PROSAN. *Um exercício de cidadania*. Revista PROSAN. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2004/2005. 80p.

NEVES, L. de A. *Memória, História e sujeito: substratos da identidade*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº 3, Junho, p.109-116, 2000.

NISBET, Robert A. Comunidade In: MENCARINI, M. F. & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, p.255-62, 1977.

OLIVEIRA, Carolina. D. *Novos Caminhos para o desenvolvimento: a escala local em foco*. Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Geociências: Belo Horizonte, 2004. 123 p. (Monografia de conclusão do curso de Geografia)

ONU. *Desarrollo de la comunidad y servicios conexos*. New York: ONU, 1956.

ORLANDI, E. Observações sobre Análise de Discurso. In: *Terra à vista*. São Paulo, Cortez, p.4-37, 1990.

PARK, R. E. & BURGESS, E. W. *Comunidade e sociedade como conceitos analíticos*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.) p.144-52.

PAULA, Juarez de (Coord). *Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI*. Brasília: Instituto de Política / PNUD, 2000.

_____. *Desenvolvimento & gestão compartilhada*. In: SILVEIRA, C. M. & COSTA REIS, L. (Orgs). *Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

PEREIRA, Carlos José da Costa. *Artesanato - definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho: o programa nacional de desenvolvimento do artesanato*. Brasília: MTB, 1979.

PEREIRA, L. M. L. *Relatos Orais em Ciências Sociais: limites e potencial*. Análise & Conjuntura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, set./dez., p.109-127, 1991. v.6, nº 3.

POCHMANN, M. & AMORIM, R. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 9-20, 2003. 2ª ed.

PORTELLI, A. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum* In: FERREIRA, M. & AMADO, J. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, p.103-130, 1996.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, p.3-15, 1989. v.2, nº 3.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. v.5, nº 10. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, p.200-25, 1992.

PUTTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1993.

_____. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.173-194, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, p. 1-26 e 87-133, 1991.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. *Manuel de recherche em sciences sociales*. Paris: Dunod, 1995. 281 p. (Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho)

ROSA, Miriam Virginia Ramos. *Espinho: a desconstrução da racialização negra da escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2004. 126 p.

SALGADO, A. A. R. *Desnudação Geoquímica e Evolução do Relevo no Espinhaço Meridional/MG*. Instituto de Geociências: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo In: *Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SAWAIA, Bader B. *Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade* In: CAMPOS (op cit.) p.35-53.

SEABRA, Odette C. de Lima. A insurreição do uso. In: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p.71-86, 1996.

SCHIFFER, S. R. (Org.). *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril Cultural, [1926] 1983.

SKOCPOL, Theda. & FIORINA, Moris. P. (eds.). *Civic Engagement in American Democracy*. Washington: Brooking Institution Press, 1999a.

SILVA, Maria Teresa Ramos. *Desenvolvimento Comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito sobre o DC no Projeto*. BNDES/PNUD. Junho de 2001.

SILVEIRA, Caio Márcio. Miradas, métodos, redes - o desenvolvimento local em curso. In: SILVEIRA, Caio Márcio & COSTA REIS, Liliane (Orgs). *Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária / Governo Federal / Rits, 2001.

_____. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos*. In: SILVEIRA, Caio Márcio e COSTA REIS, Liliane (op cit.)

SILVEIRA, C. M. *O desenvolvimento local no contexto metropolitano*. In: Documento síntese do Ciclo de Debates sobre DLIS. Rio de Janeiro: FINEP/Agenda Social, 1999. Disponível em <www.rits.org.br> Acessado em 24 jun. 2006. Documento originalmente publicado em Fórum nacional de Apoio ao DLIS.

SIMMEL, G. *Requisitos universais e axiomáticos da sociedade*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.) p.63-81.

SOUZA SANTOS, B. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multi-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; p.56-7, 2003.

TELLES, V. da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.7-25, 1999.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral In: FERREIRA, M. M. et alli. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV (CPDOC), p.47-65, 1998.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 20-44, 1992.

_____. *História oral e contemporaneidade*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, vol. 5, p. 9-28, 2002.

TONNIES, F. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.) p.96-116.

TREBITSCH, M. A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea In: MORAES, M. (Org.) *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, p.19-43, 1994.

VAINER, C. B. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* Anais do IX Encontro da Anpur, Rio de Janeiro, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world-system*. San Diego: Academic, [1974]1989.

WEBER, Max. *Comunidade e sociedade como estruturas de socialização*. In: FERNANDES, Florestan. (op cit.) p.140-43.

WEBER, Regina. *Relatos de quem colhe relatos: Pesquisas em história Oral e Ciências Sociais*. Dados Revista de Ciências Sociais. v.39, nº 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, p.163-183, 1996.

WHITEHEAD, Laurence. *Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política*. RBCS nº 41, out, pp- 90-102, 1999.

WIRTH, L. *Delineamento e problemas da comunidade*. In: FERNANDES, Florestan (op cit.) p.82-95.

YORY, Carlos Mario. *Topofilia: una estrategia antro-po-geografica de desarrollo comunitario y planeacion participativa orientada a la construcción de Ciudadania en el contexto de las grandes metropolis de América Latina*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, p. 16588-610, 2005.

ZAPATA, Tânia. & PARENTE, Silvana. *O Desenvolvimento Institucional e a construção de parcerias para o Desenvolvimento Local*. Projeto BNDES, Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD, 2002. 16p. Disponível em <www.rededlis.org.br> Acessado em 20 jan. 2006.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (org.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, p.49-64, 2005.

Anexo 1

Cronograma das visitas ao campo e seus objetivos para a pesquisa

As visitas a campo foram realizadas conforme objetivos e cronologia descritas abaixo:

Primeira visita a campo (Julho/2005):

Objetivos: identificação e reconhecimento das reais necessidades das aglomerações em análise; entrevista com atores-chave de Gouveia e principais órgãos e instituições envolvidas e pré-definição sobre as potencialidades e viabilidades locais visadas por eles (O que eles esperam do futuro? Como eles almejam alcançar avanços?); levantamento e obtenção de características históricas, políticas e sócio-culturais das localidades de Espinho e Cuiabá, bem como do município de Gouveia como um todo (conflitos, relações de coronelismo/clientelismo, etc.).

Roteiro:

Dia 16/07/2005: Visita à comunidade de Espinho e entrevista com alguns moradores locais; Visita à Feira de Artesanato de Gouveia, montada para a Kobufest.

Dia 17/07/2005: Visita ao Horto Florestal e conversa com representante da ONG Caminhos da Serra e engenheiro sanitário da COPASA de Diamantina (responsável pelo projeto de instalação do filtro no distrito de Cuiabá e membro da ONG Caminhos da Serra); Visita à Escola Municipal de Espinho e conversa com a moradora mais antiga da comunidade; convocação de reunião entre representantes de Cuiabá (20/07/2005)

Dia 18/07/2005: Tentativa de reunião com representante da Associação de Artesãos de Gouveia e Secretário da Casa de Cultura Municipal, que se transformou em audiência com membros da Prefeitura e historiador da Fundação João Pinheiro (FJP); entrevista com técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) de Gouveia.

Dia 19/07/2005: Conversa informal com o professor de Biologia da Escola Estadual Joviano de Aguiar, localizada na sede de Gouveia (idealizador de projetos voltados para a Educação Ambiental neste município, em parceria com a Prefeitura).

Dia 20/07/2005: Visita ao distrito Barão de Guaicuy por trilha ecológica; reunião com moradores de Cuiabá.

Dia 21/07/2005: Conversa com representante da Secretaria de Meio Ambiente de Gouveia e retorno para Belo Horizonte.

Segunda ida a campo (Junho/2006):

Objetivos: Visita à Diamantina-MG; conversa e aplicação de questionário aos artesãos da Feira do Mercado Velho; entrevista com representantes da Associação dos Artesãos de Diamantina (ASSART); visita à Casa da Cultura – venda e exposição de produtos artesanais da ASSART e da Associação de Guias e Condutores de Diamantina (ASGUITUR); entrevista com presidente da ASSART, coleta de registros fotográficos.

Terceira ida a campo (Setembro/2006):

Objetivos: entrevista com moradores de Espinho (moradora mais antiga e **entrevistada 1**) e Cuiabá (**entrevistada 2** e morador mais antigo); aplicação de questionário aos produtores em exposição na Feira do Pequeno Produtor de Gouveia; entrevistas com atuais representantes e responsáveis pelo gerenciamento da Casa de Cultura de Gouveia e Associação dos Artesãos de Gouveia (ASARGO) e

coleta de registros fotográficos dos produtos artesanais; entrevista com artesã e ex-presidente da ASARGO (principal participante dos eventos de exposição artesanal intermediados pela prefeitura de Gouveia); fechamento do levantamento das características históricas, políticas e sócio-culturais das localidades de Espinho e Cuiabá; tentativas de contato com técnicos da EMATER de Gouveia e Diamantina; entrevistas e coleta de dados com representante da ONG Caminhos da Serra e Prefeito de Gouveia; tentativa de entrevista com o secretário da Casa de Cultura de Gouveia, mas que foi afastado do cargo; e coleta de informações complementares para o desenvolvimento da pesquisa.

Quarta ida a campo (Novembro/2006):

Objetivos: coleta dos relatos de vida das artesãs-representantes das comunidades de Cuiabá e Espinho; visita a São Gonçalo do Rio das Pedras e contato com projetos Flor do Cerrado; coleta de dados e documentos com a esposa do atual prefeito de Gouveia e ex-representante da ASARGO; consulta ao cadastro dos artesãos de Gouveia feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); entrevista com o atual responsável pelo gerenciamento da Casa de Cultura de Gouveia e ASARGO; entrevistas com o prefeito de Gouveia e com o atual técnico da EMATER; entrevista com representante da Associação Comunitária do Espinho (ACOESP); e coleta de outros dados pertinentes para a fase de fechamento e revisão da dissertação.

Anexo 2

Roteiro do questionário aplicado aos produtores rurais de Gouveia em exposição na Feira dos Produtores, no dia 02/09/2006:

Cabeçalho identificador:

Nome:

Comunidade rural pertencente:

Roteiro:

1. Quais são os produtos agrícolas que você produz?
2. Quais são, na sua opinião, as principais dificuldades para se plantar em Gouveia?
3. Como a existência da Feira dos Produtores contribui (ou não) para a comercialização de seus excedentes agrícolas?
4. Você tem algum conhecimento sobre o CONAB?
5. Em caso afirmativo, você participa deste projeto? Qual é a sua opinião sobre ele?

NEGÓCIOS

Gestão muda artesanal

Adeptos do trabalho manual aderem ao profissionalismo, com novas técnicas de produção e conquistam o mercado externo

MARTA VEIRA

Fluxo de caixa, planilhas de custos e controle de estoques pareciam expressões incompreensíveis para os artesãos Cleber Wiemann Trindade e de Tiradentes, na região Central de Minas Gerais; Stela Maris Rachid, de Divinópolis, no Centro-Oeste do Estado; e Galvani Luppi, de São Sebastião das Águas Claras, na Grande Belo Horizonte. O convite para que eles mergulhassem num mundo próprio das empresas mudou conceitos e criou chances de aumentar as vendas no Brasil e no exterior. Com experiências diferentes, ao organizarem a produção a semelhança do chamado chão de fábrica, eles ganharam em tempo de fabricação, reduziram desperdícios e conseguiram melhorar os preços.

Quem imagina que o processo de criação saiu prejudicado é contatado com firmeza por Stela. Nos últimos dois anos ela transformou um ateliê improvisado dentro de casa, no centro de Divinópolis, numa pequena fábrica, responsável pela produção das Bonecas do Brasil, esculpidas em biscuit, usando cabecas e cones descartados pela indústria de confecções. "O diferencial do produto que eu faço está no fato de ser artesanal, mas o artesanato deixou de ser algo feito no fundo de quintal. Hoje é um produto valorizado e depende da preparação do artesão para atender essa procura", afirma.

As bonecas que Stela vende no país e exporta para Portugal, França, Espanha, Inglaterra e Itália agora saem de um processo de produção contínuo e com controle de qualidade desde a matéria-prima. O prédio de dois andares que abriga o antigo ateliê foi dividido em seções. No segundo andar, fica o depósito de material limpo e desidratado. As cabecas compradas de fornecedores de Pirapora, no Norte de Minas, são classificadas e separadas em garrafas conforme o tamanho. Antes, elas eram guardadas em caixas de papelão, misturadas, o que representava tempo perdido na escolha do material.

Na oficina de Tiradentes, em Tiradentes, parte da matéria-prima das esculturas que tornaram o artesanato conhecido lá para o lixo há dois anos. "Eu gastava o dobro da sucata de material (chapas de aço galvanizado, ferro e chapas pretas) e os restos eram desperdiçados. Hoje, tudo é aproveitado e esse significa o maior custo de produção das peças", diz. Organizando todos os passos da produção, as matérias-primas e ferramentas, a equipe de 12 pessoas que trabalha com o artesanato ganhou tempo na escolha das ferramentas. Trindade entrega peças de Norte a Sul do país, tem clientes na Itália, Inglaterra, Alemanha e França.

O ceramista Luppi percebeu os benefícios de separar material e organizar as ferramentas no galpão onde cria objetos de decoração a quatro quilômetros do centro da região conhecida como Macacos, na Grande BH. O trabalho iniciado este ano estabeleceu uma sequência de armazenamento de matérias-primas, à queima até o acabamento das peças de cerâmica. "Muitos artesãos terão resistência em adotar esse processo porque faz as pessoas questionarem, mas a organização da produção nos libera mais tempo para dedicar à criação", afirma.

Stela diz que o aprendizado e a organização do trabalho no ateliê de Divinópolis permitiu dobrar a produção de bonecas, hoje de 700 figuras por mês, em média, das quais metade destinada à exportação. "Passei a identificar os custos de produção nos mínimos detalhes. Sei quanto custa cada lanterna que uso e tenho segurança para negociar os preços de venda do produto", diz. A arteza foi selecionada, da mesma forma que Trindade e Luppi, para treinamento patrocinado pelo Instituto Centro Cape, braço do Mãos de Minas, maior central de cooperativas de artesãos do estado. Ao fim do projeto o processo de produção é certificado com o selo de qualidade IQS.

Trindade estima em 40% o aumento da produção da empresa Anjos Orientais Artesanato nos últimos dois anos em que tem investido na profissionalização do negócio. "Hoje já faço planilha de custos, controle de estoques e vendas. Houve época em que recebi 100 pedidos e não consegui atender nenhum deles". Luppi reduziu o tempo de fabricação de suas peças, fez modificações para aumentar a resistência do material e decidiu rever uma vez por semana a forma de organizar a produção.



JUA CARNEIRO



SINERY LOPES



EMERSON FERREIRO

Stela Maris transformou seu ateliê dentro de casa numa pequena fábrica para produzir as Bonecas Brasil. Galvani Luppi (à direita) organizou seu processo de produção e não se arrependeu. Cleber Trindade aproveitou todas as sobras e reduziu o custo de produção

Segmento cria selos de qualidade

Produção organizada, registros financeiros da compra de matérias-primas à venda do produto final dão ao artesão maior possibilidade de obter financiamento para expandir ou inovar, ajudam na preservação do meio ambiente e no esforço para melhorar a qualidade das peças. Esses são os fatores de maior apelo no projeto desenvolvimento pelo Instituto Centro Cape, em convênio com os consultores do selo de qualidade IQS. Vera Lúcia Meira, gerente de projetos da instituição, informa que dos 60 artesãos selecionados para participar na etapa inicial do programa, 20 haviam se adequando à certificação até a semana passada.

Todos os artesãos, de 22 cidades de diversas regiões de Minas, já fazem parte do programa de exportação da central Mãos de Minas, que reúne 7 mil artesãos no estado. "As grandes redes de lojas

estão preocupadas com a origem do produto. Quem tiver o selo de qualidade da produção artesanal sai na frente", afirma Vera. O treinamento leva para os ateliês o dia-a-dia de funcionamento das empresas e tem, ainda, por objetivo conscientizar os artesãos da importância da conservação dos recursos naturais e de boas relações com as comunidades onde eles vivem.

SEM ACIDENTES Alterar a rotina de trabalho e adotar conceitos da produção em série impõe mudanças culturais. A organização das chapas, ferramentas e a limpeza de material na oficina de Cleber Trindade passou a ser tarefa de todos os trabalhadores, cada um em sua função. "Foi a parte mais difícil, a conscientização de todos. E a limpeza também evita acidentes. Há dois anos, não

temos casos que aconteciam com certa frequência de corte dos dedos nas chapas", afirma. A produção das bonecas criadas por Stela Rachid dá emprego a nove pessoas, que aprenderam a trabalhar com matéria-prima e ferramentas ao alcance das mãos, sem perder tempo se deslocando de um lado a outro do ateliê. "Aprendemos também a evitar as sobras e a não deixar material ocioso nos locais de trabalho dentro da fábrica", diz a arteza. Galvani Luppi conta com o trabalho de um assistente, com quem divide as preocupações de manter material, ferramentas e peças prontas de forma organizada na oficina de São Sebastião de Águas Claras. O trabalho deu mais condições ao ceramista de explorar os mercados de vendas diretas ao consumidor e de prestação de serviços para outros ceramistas. (MV)

Anexo 4

Transcrição relato de vida: entrevistada 1, comunidade de Espinho, Gouveia-MG, 03/11/2006

Pesquisadora: "Entrevista com a artesã da comunidade de Espinho, que vai fazer o relato de vida dela."

Entrevistada 1: "Olha, o caso é esse: eu primeiramente... primeiramente eu trabalhava na roça, sabe? Cortando cana, capinando, fazendo farinha, pegando lenha assim, sabe? Pra gente mexer com farinha, ajudando a minha mãe, capinando. Depois a secretária da EMATER, que ela veio de... daonde como é que chama o lugar que ela veio? (pausa) Esqueci o lugar que ela veio (pausa) Ela veio de fora, ela veio de longe, sabe. Pra lá de Belo Horizonte, aí ela me conheceu no meio da roça, cortando cana, eu tinha na época, eu tinha 14 anos. Ela me conheceu cortando cana, ela é Belém do Pará, agora que veio na minha memória, ela é do Belém do Pará, sabe. Aí ela me conheceu cortando cana e ela me pediu, e eu já havia percebido a minha mãe fazendo que era o samburá, aquela pecinha pequena, que eu tenho aqui atrás que eu já te mostrei. É essa aqui, ó. É essa pecinha aqui. Eu vi ela fazendo... Isso daqui foi o primeiro tecido de palha que nós começou a trabalhar com ele, com esse samburazinho aqui. Só que agora ele caiu no gosto do povo, agora ele tá fazendo o maior sucesso, tá mais que as bolsa. Aí, então eu via ela, a minha mãe fazendo esses negócio aqui, então tá: eu vou tentar fazer pra mim ver se eu aprendo, sabe? Molhava as palha, eu mesmo fazia as forminha, e continuava mexendo, que a minha mãe fazia os grande e eu fazia os pequeno, só que não ficava bão. Aí nisso a (ex-secretária da EMATER de Gouveia) ficou me conhecendo, o pessoal chegou aqui em Gouveia, ela de recente, recente em Gouveia, ela procurou aonde eu morava, a menina que mexia com samburá. Aí eles me levaram, eles levaram ela até lá na comunidade de Espinho, eu tava no meio de um canavial, menina, você precisava ver: só dava cobra no meio do canavial. E eu corria, eu...eu nem aqui em Gouveia eu não sabia vim, sabe? Eu tinha medo de vim aqui em Gouveia, eu tinha medo de viajar, sabe? Aí eu peguei, ela virou e falou assim: é eu queria vim procurar a R. (Entrevistada 1). E aí a menina: ah, ela tá trabalhando do outro lado no canavial. Aí eu fui lá, descí, vim até onde ela tava, porque ela tava na escola. Aí ela falou assim: é você quem mexe com artesanato? Não, quem mexe é a minha mãe, mas eu tô aprendendo com ela. Mas me falaram pra mim que você é muito inteligente, que na parte do artesanato é você que dá saída. Eu falei assim: com certeza, mas só que eu ainda não tô muito prática na sobra, entendeu? Vou te levar, então, lá em Desembargador Otoni, pra você aprender a trabalhar com a palha tecida, que é o tecido das bolsa. E aí eu peguei e falei: ô, M. (ex-secretária da EMATER de Gouveia) eu não vou não, porque eu tenho medo de viajar, porque eu tenho medo de ladrão, eu tenho medo de carro, eu tenho medo de dormir fora. Ela disse: não, você vai, não tem perigo não, que a gente te leva você e te busca todos os dia a tarde. Então tá bom. Aí lá eu fui. Fiquei lá uma semana aprendendo a fazer o tecido que é esse tecido da palha aberta e o da bolsa. E lá, eu aprendendo a fazer o tecido da palha aberta, eu aprendi a fazer esse tecido aqui, que é o da palha aberta e ensinando a fazer o da palha fechada. Aí eu fiquei lá uma semana e vim embora. Ah, nem aqui em Gouveia eu passei não, minha filha, fui direto embora pra roça. Mas com aquele medo, com aquelas coisa impossível, com medo de até de alguém ter me seguido, por eu ter saído de casa pra ir pra lá. Aí dessa..., a partir desse dia, ela decidiu a montar o artesanato lá na comunidade de Espinho. É, decidiu a montar o artesanato na comunidade de Espinho. E falou: ô R. (Entrevistada 1), você vai ficar encarregado pra mim, que ela já viu que eu entendia de qualidade, sabe. Eu já comecei a aprender o quê que significava qualidade, tudo. Ai ela falou: então, você vai continuar levando o artesanato, você vai criar da sua idéia modelos de bolsa, outros tipos de bolsa sem ser o samburá. Ai ela mandou fazer as peças de madeira, que é a mesa de telefone, mesa de centro, porta-revista e a fôrma que é pra fazer o cesto de colocar pão. Aí eu continuei trabalhando na cesta de colocar pão primeiro. Depois eu fui criar idéia da minha cabeça mesmo, o quê gente, eu vou fazer uma bolsa, eu vi uma bolsa é na novela das sete, tem mais de um ano que essa novela foi terminar, eu já nem lembro mais que novela é. Eu vi essa bolsa na novela, eu mesma fiz uma bolsa, que eles me deram uma bolsa sem ninguém me ensinar, sabe. Aí eu peguei e mandei fazer uma bolsa grande, uma fôrma grande. Aí, nesse intervalo da forma grande, a primeira bolsa que eu fiz eu já vendi. E através disso eu já fiz mais de mil bolsa. Não tem nem como eu contar, porque o quê que tá anotado no meu caderno, eu nem sei naonde que esse caderno anda? (...) É um caderno de setenta folha todo só de bolsa, só de bolsa anotada. E com esse artesanato dessas bolsa, só bolsa, só. E tem as peça. Mas só com bolsa só eu já compreí: esse sofá que vocês tão vendo aqui, essa capa de sofá, esse sonzinho aqui, esse ventilador e a televisão que tá lá na varanda hoje, e o guarda-roupa também que tá lá, e uma beliche e essa cortina aqui através do artesanato. Fora as coisa que eu compreí lá pra casa da minha mãe, que ocês não viram lá porque não entrou lá na sala lá dentro, é casa antiga, eu sei que ela nem representa nada, mas lá eu compreí uma antena parabólica, compreí um jogo de sofá também, compreí um guarda-roupa, compreí uma estante e ajudei ela a pagar uma televisão com dinheiro de artesanato. E direto e reto eu vendo aqui, eu sou a chefe lá da comunidade de Espinho. Eu já fui em Brasília, fiquei em Brasília seis dia, onde tem até tem um jornalzinho aí, que eu vim de lá, trazendo que eu trouxe pra mim também esse jornalzinho. Eu já fui em Brasília, já fui em Belo Horizonte, Montes Claros, tudo andando. Aonde eu não fui expor eu fui conhecer exposição de artesanato. E graças a Deus, até hoje inclusive tô com uma encomenda de dez bolsa aqui, eu nem sei se vou dar conta de entregar, porque tem muita encomenda. Eu tô dispensando as encomenda pro natal. Porque as peça de madeira é mais fácil, aí eu passei as peça de madeira lá para a comunidade de Espinho e deixei eu pra ficar só com as peça, não, não leva madeira. Igual no caso bolsa, aqueles berço ali, as bonequinha, os anjinho, que é pra árvore de natal que os homem tão encomendendo, é."

Pesquisadora: "Quem te ajudou a conhecer, a ir nesses lugares?"

Entrevistada 1: "Não, você fala como assim?"

Pesquisadora: "Você falou que foi para Brasília...quem que..."

Entrevistada 1: "Foi, uai, foi através dum moço, que foi, ele foi embora, tadinho. Agora tem quatro meses que ele foi embora. Ele trabalhava aqui na Prefeitura. Ele era interlocutor (...). E ele me conseguiu me cadastrar lá no SEBRAE. E todas as feira que tem, vem a carta pra mim do SEBRAE, vem direto pra me comparecer nas Feira, ou expor ou visitar as feira de artesanato. Ai quando eu tinha muito artesanato eu ia expôr, quando eu não tinha eu ia visitar com ele. Toda feira que tinha eu ia."

Pesquisadora: "Você preencheu aquele cadastro do SEBRAE com fotos?"

Entrevistada 1: "Preencheu, preencheu, preencheu... com a foto, com a foto do artesanato, a foto dos meus documentos, tudo direitinho e mandou pelo SEBRAE. É..."

Pesquisadora: "Tá. E como que foi essa trajetória sua: de você sair lá do Espinho e vir pra cá pra Gouveia?"

Entrevistada 1: "Melhorou pra mim".

Pesquisadora: Mas como que foi?

Entrevistada 1: "Uai, foi assim: eu ficava lá na roça, sabe, trabalhando ainda com enxada. Ai meu marido disse: não R. (entrevistada 1), vão embora pra Gouveia, você não pode, você não merece ficar aqui na roça, vamos embora, lá vai ser melhor procê. Ai eu falei não marido, mas eu não posso porque se eu for pra lá, o que é que vai acontecer: eu vou perder os meus cliente. E o pessoal sabe que eu moro aqui. Ele disse: não, é só você dar o endereço direitinho, vamo embora. Ai eu vim pra cá, e continuei trabalhando normalmente. Chegou aqui, graças a Deus dobrou pra mim, tanto o artesanato como as coisas que eu não tinha lá na roça e agora graças a Deus eu tenho aqui. E eu consegui depois que eu vim pra Gouveia. E através primeiramente de Deus, segundo lugar o artesanato. Não mexo muito com ele, sabe, e eu recebo um dinheirinho até.... Não é que dá pra gente chegar até lá não, mas dá pra mim resolver qualquer coisa. É, é,"

Pesquisadora: "Dá pra te sustentar, né. Então foi ela que te ajudou?"

Entrevistada 1: "Foi, Foi ela, coitada, a M. (ex-secretária da EMATER de Gouveia), tadinha. Foi, foi.."

Pesquisadora: "Foi ela que te ajudou a pagar a casa?"

Entrevistada 1: "Não, a casa não. A casa eu comprei, foi um mês juntando dinheiro, trabalhando, juntando... mas tem dinheiro de artesanato nessa casa também, tem dinheiro de artesanato. Tem. Eu puxei uma cozinha aqui mês passado, eu vou ser sincera: eu paguei os pedreiros sete dias de serviço a trinta reais e o outro doze e o ajudante doze real, com dinheiro de artesanato. É. E lá, a minha mãe também, direto, toda semana, todo final de semana que ela vem, que ela tece lá e manda pra mim. Todo final de semana que ela vem cá, quando ela vem cá, toda vez que ela vem cá, ela leva dinheiro de artesanato, que eu vendo as coisa pra ela. Meu irmão um dia levou cento e cinqüenta real, umas peça. Peça, o quê umas pequena peça que ela trouxe pra mim e eu dei ela cento e tantos reais outro dia que ela veio, segunda feira. É. Ai eu peguei, fui lá, conversei com, com o prefeito, pedi pra ele autorizar pra mim, autorização das madeira, das peça lá. Ai eu fui lá. Eu conversei com, ele mandou eu conversar com o menino da Rabisco, eu fui conversei. Ele liberou pra mim, tá fazendo as peça, mas é lá pra comunidade de Espinho. Vai ter uma feira agora em novembro. Nós fomos convidamos pra essa feira, em Belo Horizonte. É. É. Nós fomos convidados para a feira. Ai mandou fazer as peça pra mandar pra lá, pra ir..., vai ser do dia 23 até o dia 26, eu acho, um negócio assim. Ai eles convidou nós pra ir nessa feira. Ai eu mandei fazer as peça de madeira, que ai eles vão trabalhando a madeira lá, que eles é muito... e eu vou mexendo com as coisa aqui, miúda, que eu tenho costume de fazer bem. É."

Pesquisadora: "Tá certo. E lá pensando mais no artesanato lá do Espinho. Você lembra? Tem algum episódio que você lembra que estava todo mundo assim...fazendo?"

Entrevistada 1: Lembro. Foi quando a M. (secretária da EMATER de Diamantina) lá de Planalto de Minas, ela veio, que a M. (ex-secretária da EMATER de Gouveia) viu que o lugar era um lugar que o pessoal era incentivado, gostava de trabalhar com artesanato, sabe, mas era só o samburá. Ai a M. (secretária da EMATER de Gouveia) trouxe a M. lá de Planalto de Minas pra ensinar a fazer essas peça de madeira. Como ensinar a fazer, a trabalhar com a palha não, porque nós já sabia trabalhar com a palha. Ela ia ensinar como montava uma mesa, como montava um banquinho, como montava um porta-revista. Ai a M. (Secretária da EMATER de Diamantina) veio, ficou aqui uma semana com a gente, e nós ficou, aprendeu com ela a montar mesa. E eu fui, fiquei lá em Planalto duas semanas ensinando eles a trabalhar com a palha aberta, que eles não sabiam. É. Era um grupo, era um grupo de 35 pessoas que a M. (Secretária da EMATER de Diamantina) ensinou lá da comunidade de Espinho. Mas já sabia. Ela entrou pra ficar, como montar as peça de madeira. Que a gente olhava e pensava: gente como pode: um banquinho de palha, uma mesinha de palha, não tem nem como começar, nem como terminar. Ai a M. (Secretária da EMATER de Diamantina) veio ensinou pra gente. Ai nós aprendeu com ela lá. E ela, e fui ensinei pra eles também o modelo de palha, que é a palha aberta, que eu nem tenho dele aqui não, né, nem tô vendendo aqui não. Que é tipo esse modelo aqui, ó. É... E a palha aberta, lá em Planalto, eles não trabalhavam com essa palha, ai eu fui lá ensinei eles e ensinei como nós amontava isso aqui, as peça de madeira. É."

Pesquisadora: "Tá certo. Eu estou tentando aqui lembrar mais ou menos se tinha alguma outra coisa, mas era, na verdade, era esse, esse..."

Entrevistada 1: "Questão de artesanato, né."

Pesquisadora: "Como que começou? Você falou..."

Entrevistada 1: "Começou assim, igual eu tô te contando que a dona, minha mãe trabalhava com isto..."

Pesquisadora: "E hoje sua mãe continua a trabalhar junto com você..."

Entrevistada 1: “Continua a trabalhar, tá com 64 anos, ela não parou. E eu tenho dez ano que eu mexo com isso, dez ano, e eu tenho fé em Deus que eu ainda queria pelo menos outros cinqüenta. E mexendo com isso normalmente, sabe. Que eu adoro, eu adoro artesanato. Tanto que eu chego numa casa, eu vou olhando direto nas parede e não for, se tem, tiver artesanato, eu tô dentro. Ai já tento juntar com aquele artesão, criar idéia. Igual outro dia mesmo, eu tive na casa de um moço, ele até mexe com artesanato de pedra, sabe. Eu até comentei nele, comentei com ele sobre vocês. Falei que assim que vocês viessem aqui, eu ia levar vocês lá. Ele tem muita coisa. e ele mexe com artesanato de pedra. E ele mora aqui em Gouveia.”

Pesquisadora: “Qual é o nome dele?”

Entrevistada 1: “E Fernando das pedras. COPITA. O ponto dele cerca pelo Engenho da Bília, mas só que a casa dele, ele mora é aqui. E ele mexe com artesanato, ele tem, ele tem um dom, que eu falei com ele, Fernando... Ele me chamou num sábado pra mim vê. Ele me mostra uma coisa, me mostra outra, me mostra uma coisa, me mostra outra. O que ele faz de artesanato de pedra! Ele me chamou lá, foi conversando comigo, foi falando comigo falando comigo coisa, coisa, que eu falei: ô, Fernando, você quer saber uma coisa, você me surpreendeu, eu não to sabendo responder o que você ta querendo dizer, não. Você pra mim ta se tornando nem um professor, não, você está me transformando num poeta! Do jeito que ele falou bem demais sobre o artesanato. E algumas coisa também que eu falei com ele, ele entendeu. E algumas coisa que eu entendi, falei com ele, ele entendeu. Ai tanto que a hora que eu saí de lá, ele falou comigo: ô, R. (Entrevistada 1), você me surpreendeu! Tem muita gente que veio aqui em casa e nunca me elogiou, nunca me elogiou igual você me elogiou. Ai eu disse não: mas você merece! Eu olho, eu falei com ele: gosto demais, eu adoro artesão! Se eu chegar numa casa e tiver artesão, que eu vê que é artesão que puxa mesmo, que tem vontade, eu gosto de elogiar e gosto também de ser elogiada! Ai nisso ele veio, chamou o pessoal da faculdade, pediu a eles pra mim ir com eles lá no Engenho, pra ver esse tal, esse negócio das pedra lá. Nós fomos, saímos daqui quatro horas da tarde, chegamos lá pras dez horas da noite. Ai nós foi direto pra casa dele, pra ele mostrar o pessoal da faculdade, como que ia fazer, eles iam...acho que um..., sei lá, trabalho de escola, sabe. Lá no Engenho não deu que já tava a noite, já tava bem escuro, aí nós foi pra casa dele. Que eles iam fazer... eles foi olhar a qualidade. Ele me explicou coisa, menina, que eu nem sei, sobre artesanato, que eu nem sei. Eu fiquei surpresa, fiquei surpreendida com ele! É.”

Pesquisadora: “Tá certo. E lá no Espinho acabou o artesanato, aqui na comunidade, diminuiu?”

Entrevistada 1: “Diminuiu por essa causa, porque não tinha ainda as peça de madeira. Que o pessoal lá eles são artesão, mas a metade deles só mexe com peça de madeira. Pra eles é mais fácil. Agora, as coisa mais difícil quem toca sou eu. Tanto que chega gente aqui, não vai lá no Espinho não, vem direto aqui. Que todo mundo me conhece através do SEBRAE, outros vários lugares, várias feiras que eu já fui. E o jornal também, que eu saí no jornal. Muita gente me viu no jornal, me viu no jornal, então eles vem direto aqui. E procura: R. (Entrevistada 1), eu quero saber tal artesanato, tal qualidade, quantidade tal. Eu digo: olha é lá na comunidade do Espinho é lá que vocês vão encontrar. Porque eu conheço todos lá, tão registrados lá como artesãos, mas é eu que sou responsável pelo artesanato da comunidade de Espinho. Tanto que todo mundo aqui em Gouveia me conhece como R. do artesanato (Entrevistada 1). Alguns falam R. do artesanato, outros falam R. (Entrevistada 1). É.”

Acompanhante: “Você já trabalhou em outra coisa?”

Entrevistada 1: “Se eu já trabalhei em outra coisa? Já trabalhei de costureira.

Acompanhante: “Ah, você já foi costureira também! (risos)”

Entrevistada 1: “Profissional, meu filho! Eu tenho certificado, ô! Tenho sim. Tenho certificado de costura e de artesanato! Eu trabalhei com costura cinco anos. Sabe onde eu fiz o curso de capacitação em costureira? Lá em Belo Horizonte, lá na Cidade Industrial. Como é que chama a casa lá de costura?”

Acompanhante: “Não conheço”.

Pesquisadora: “É SENAI?”

Entrevistada 1: “Não. Não, é SENAI, não. É na fábrica, naonde que tem pano pra fazer estamperia, na estamperia. Eu fiz curso de capacitação, lá. Porque nós trabalhava alguns dia. Eu já trabalhei com Vide Bula, Disritmia, Contento, Rafaela e Simões, Izabela e Bruna. Então, nós fizemos esse curso de capacitação de costureira que eu tava fazendo pra trabalhar com lençol. Eu trabalhei cinco anos só costurando. Eu era uma das funcionária melhor, que eu trabalhava nas máquina mais pesada. Hoje, pergunta o A. (prefeito de Gouveia), ele falou comigo: ô R. (entrevistada 1), volta lá pra trabalhar lá comigo, volta pra trabalhar comigo. Eu disse: ô A. (prefeito de Gouveia), eu vou pensar no seu caso. Eu fui uma das que trabalhei na máquina mais pesada, tanto que veio três mulheres numa máquina, uma das mais máquina mais pior que tinha dentro daquela fábrica. Veio três mulheres pra trabalhar, que trabalhava engasgando calça assim na parte de trás, só jeans, quando saiu aquelas calça pata de elefante, que tava saindo na moda, nós fizemos muitas, sabe. Ai nós fazia, e as menina da Vide Bula vinha conferir, só que as minha costura passava tudo beleza. Não voltava uma peça pra trás, da minha parte não voltava. E eu trabalhava tanto nessas máquina, que as menina, veio duas moças de Formiga pra ensinar trabalhar nas outras máquinas. Só quando ela chegou que ela viu a máquina, que a máquina era de pito. Ela falou assim: ô A. (prefeito de Gouveia), eu nunca trabalhei nessa máquina não. Eu não sei como que mexe nessa máquina, não! Eu vim aqui pra ensinar a trabalhar esse povo a mexer com o corte do pano nas, com as outras máquina, mas nessa aqui eu não sei não, nem nunca peguei nessa máquina. E as elas eram costureiras formadas, minha filha, e eu trabalhei nessas máquinas um ano! Um ano!”

Pesquisadora: “Então, antes do artesanato você mexia com”

Entrevistada 1: “Não. Antes e depois do artesanato que eu voltei pra trabalhar com a máquina, de costura. Mas eu continuava normalmente a mexer com o artesanato. Eu trabalhava na costura de dia, durante o dia e depois de noite eu trabalhava no artesanato. Que a M. (ex-secretária da EMATER de Gouveia) não deixou, que se eu parasse com o artesanato, quem é que ia fazer? O pessoal na comunidade de Espinho só fazia na minha sombra. Igual no caso: se eles soubessem lá que eu tava parada, eles também paravam. Então eu tinha que tá trabalhando com artesanato pra incentivar eles. Senão eles não trabalhava. É.”

Pesquisadora: “Tá certo”. (pausa)

Entrevistada 1: “Ô minha filha, trabalhei com costura muito tempo! (risos) E adorava também. Adoro costurar! Nossa! Ave Maria”.

Acompanhante: “Você é que fazia as calça pra Vide Bula?”

Entrevistada 1: “Vide Bula, Consenso, Rafaela e Simão, Izabela e Bruna, e Disritmia. Eu trabalhei com essas cinco fábricas.”

Acompanhante: “E fica tudo aqui?”

Entrevistada 1: “Aqui de Gouveia mesmo, daqui ia pra Belo Horizonte. As menina vinha de lá pra conferir tudo. No dia que era pra entregar, tinha que entregar... assim, a gente pegava na segunda pra entregar na quinta ou na sexta. Se falava era pra entregar hoje, tinha que ser hoje, nem que nós virava a noite, trabalhava, emendava noite com dia, trabalhava, mas nós tinha que dar conta daquela encomenda. Ai as menina vinha de lá, pra onde tinha até uma, uma xará minha, que ela chamava R. também, lá de Belo Horizonte. Ela vinha também pra conferir as roupa, pra depois desce as roupa pra lá de novo. E nós foi, eu fui lá, eu mesma fui lá umas quatro vezes fazer o curso de capacitação. Fiquei lá, ia lá umas quatro vezes na semana. Eu ia, ia umas quatro vez, eu fui umas duas semana mais ou menos. Duas vezes por semana fazer o curso, de capacitação. Eu trabalhei 35 máquina aqui em Gouveia. Trinta e cinco! E as mais difícil! As mais difícil era eu quem pegava nelas! Pergunta o A. (prefeito de Gouveia) pra você ver, menina! Até hoje ele fala isso comigo!”

Pesquisadora: “Ele era...”

Entrevistada 1: “Ai depois eu parei, saí da costura. E continuei com o artesanato. E lá vou com o artesanato até hoje. Lá vou com o artesanato até hoje! Eu não consigo mesmo... eu falo, gente, eu vou ser sincera pro você. Eu durmo sonhando com o artesanato, doida que chega no outro dia pra mim trabalhar, começar a mexer com as palha. (pausa) Tanto que chega gente aqui: ô R. (Entrevistada 1), que casinha é aquela ali. Eu falo: é casinha de minha palha, uai, é casinha que eu fiz ali fora, ali. Que sacaria é aquela ali? Uai, palha uai, você não sabe que eu trabalho com artesanato, não? (risos)

Pesquisadora: “Tá certo. Quando você vai pra essas exposições, como que você coloca o seu produto, assim, é...”

Entrevistada 1: “você fala...”

Pesquisadora: “Como que você... caracteriza o seu produto, como é que você, assim, ele é... quando você expõe você coloca assim: ele é do Jequitinhonha ou ele é ligado a Diamantina?”

Entrevistada 1: “É Jequitinhonha. É Jequitinhonha. É Jequitinhonha”.

Pesquisadora: “É vinculado ao Jequitinhonha.”

Entrevistada 1: “É, é, Jequitinhonha, é. Jequitinhonha. Só que além do Jequitinhonha, depois do Jequitinhonha, eles colocam a placa: Gouveia. Aí, Alto do Jequitinhonha, Vale do Jequitinhonha, não sei. Eles colocam uma placa Gouveia.”

Pesquisadora: “E no Circuito do Diamante, o ciclo do diamante, também entra?”

Entrevistada 1: “Entra. Só que aí na parte do Circuito do diamante, aí eu já não fui não, quem foi, foi o meu encarregado, esse que foi embora. Ele foi no Circuito do Diamante. É. Ele levou uma única coisa minha. Ele levou uma peça de cada. É.”

Acompanhante: “Você largou a costura pra dedicar mais ao artesanato?”

Entrevistada 1: “Não, é porque eu adoeci, sabe. Eu adoeci, senão eu tive que sair de lá! Eu acho que eu fiquei muito estressada, não sei lá menina. Já me estressei muito, que eu trabalhava demais e eu ficava nervosa de ver aquelas máquina, sabendo que eu tinha que rodar aquelas máquina toda. Eu trabalhava tanto que durante a semana eu trabalhava... a final de semana, no principio da semana a patroa falava comigo assim: eu te dou ocê tantos dias pra você descansar, ficar em casa. De tanto que eu trabalhava, que eu trabalhava nas máquina mais pesada. Quando não era na galoneira, era na galoneira que dá bainya nessas blusa aqui, ó, era na overlock, ou quando não era na overlock era na interlock. Na reta eu não pegava não. Reta era uma das mais ‘simpres’. Era só essas máquina, uma máquina de braço, que eu nem nunca vi dessa máquina, minha fia, primeira vez que eu vi essa máquina. Eles diziam: não, quem vai pegar nessa máquina é R. (Entrevistada 1) que ela é a mais inteligente da turma. E eu tive que encarar essa máquina ... e fiquei nela muito tempo...”

Acompanhante: “Aí você adoeceu?”

Entrevistada 1: “Ai eu adoeci. Saí de lá e continuei morando lá em cima num barraco, que eu morava lá em cima de aluguel. Depois eu fui trabalhar, juntava dinheiro, pagava aluguel. E juntando dinheiro eu deixava de comprar roupa e calçado para mim comprar esse barraco aqui. Que eu pagava cinqüenta real de aluguel, na época, e o salário tava de cento e trinta! E eu pagava cinqüenta real de aluguel e não dava pra mim comprar minhas coisas. Mas mesmo assim eu tirava o dinheiro do aluguel e comprava algumas coisinhas pra mim comer, que quase eu não tinha tempo de fazer comida, pra mim comprar esse barraco aqui. Foi, o negócio não foi brincadeira não, menina! Pra mim chegar até aqui aonde que eu to, eu agradeço primeiramente Deus e a força que eu tenho, sabe. Que eu não tenho medo de serviço, eu não tenho medo de trabalhar, eu não tenho medo de criar uma idéia, sabe. Igual você falar: você precisa fazer tantas peça de artesanato pra mim, pra mim levar pra exposição tal dia. Eu faço o máximo possível! Nem que eu trabalho, eu deixo novela, deixo tudo, deixo música, deixo tudo! E vou fazer o artesanato. Mas eu faço.”

Pesquisadora: "E quem faz aqui?"

Entrevistada 1: "Aqui em casa é eu sozinha. Agora lá na porta, quando eu vejo que é quantidade maior, que é pra feira de exposição. Ai eu vou na comunidade de Espinho, e converso com o pessoal: 'ô gente ó, vâmo trabalhar que vai ter feira tal dia, nós precisa do artesanato tal dia pra entregar, pra eles embalá, pra mandar pra Feira'. É."

Pesquisadora: "E lá quem te ajuda? Você já tem um grupo que te ajuda?"

Entrevistada 1: "Tem um grupo. Tem a minha mãe, tem a minha irmã, tem a minha tia, que é filha, neta, a filha da Dona Raimunda, aquela velhinha lá, e tem as neta dela também, as bisneta dela também que ajuda a mexer com artesanato. Nós são trinta e cinco pessoas, mas um mocado desistiu, sabe. Ficou mais pouco, mas o pouco que ficou compensa mais que as trinta e cinco. Que as trinta e cinco que tava não tava compensando, tava dando muito trabalho, não tinha qualidade, não tinha critério, nem nada. Um fazia de um jeito, outro fazia de outro. Era eu que tinha que ir lá ainda pra mim revistar se tava bom, porque eles não conhecem qualidade. Igual a minha mãe, minha mãe trabalha bem demais! O trabalho dela é melhor do que o meu! Só que ela não, faz coisa pra mandar pra mim. Chega aqui, as vezes é uma coisa... mãe! Igual outro dia mesmo eu disse: 'Mãe, manda pra mim dez cestinhos pra mandar pra Diamantina com urgência. Um moço que trabalha no Banco do Brasil. Ela mandou cesta toda assim, sabe, em farelo de palha. Eu tive que chegar aqui, o cesto era pra ir dez hora, quando eles mim entregaram os cestinho aqui era nove e meia! Eu tive que ligar pro moço pra me esperar lá no ponto do ônibus pra levar o cesto pra mim. Ainda tive que tirar, limpar os cestinhos um por um pra mim mandar pra eles. Eles não tem critério, não tem qualidade, sabe. E eu não, eu já conheço. Ela fala comigo: mas como pode! Eu digo: mãe, o cesto ele não pode ter um fio disso... Aqui, este cesto não tá limpo, olha pra você ver, ó! Uma pessoa compra, tenta puxar isso aqui, o quê que vai dar? Não solta! Então, tem que limpar pra pessoa que chegar pra comprar já achar aquilo tudo de um jeito. Tudo limpinho. Só passar a mão assim. Nem precisar de, de rasgar nada nem nada. Isso tudo se você não limpar, igual a bolsa principalmente. Se você não limpar a bolsa, o quê que acontece. Quando você for usar ela, ela machuca seu braço. Qualquer tipo de artesanato, ele tem que tá limpo! Então aí eu já deixo, já aviso: gente, quando a gente tiver que fazer, se for pra mim, pra mim entregar pra revender procês, cês deixa tudo limpinho. Manda tudo limpinho, que eu não tenho tempo de limpar nada procês, não! Ocês que faz, ocês tem que limpar! Ensino eles lá como é que faz. Aí eles já manda, aprenderam agora, eles já mandam pra mim tudo limpinho. Outro dia mesmo, ela mandou dez samburá pra mim, do grande, que era pra mim mandar até pra Diamantina. Ela mandou dez pra mim, mas limpinho. Você precisa ver que tecido, menina! Você precisa ver que samburá! Eu que não vou mostrar pra vocês, porque não tenho mais nenhum aí pra mostrar, pra você ver que tipo de samburá, menina! O tecido dela tava tão bordado, mas uma gracinha, tava parecia até ser mancha de sangue, de tão bonito que tava o samburá! Eu disse; ah não, se eu tivesse encomenda desses dez fechado, eu ia ficar com eles pra mim de amostra! (risos) É. Aí fica assim, eu vou pra lá. Igual semana que vem mesmo eu tô indo pra lá. Pra mim apertar eles pra eles fazê as peça até dia 18. Que o moço que ficou no lugar do T. (ex-secretário da Casa de Cultura), que é o W. (atual representante da Casa de Cultura), falou comigo assim: 'ô R. (entrevistada 1), vocês vão ter que fazer o possível pra passar essas peça pra mim ao menos até o dia 19, pra nós embalar tudo embaladinho, que eu já tô correndo atrás de caixa, pra embalar tudo embaladinho pra gente mandar pra Belo Horizonte, pra menina levar'. Que é ele que vai, nessa eu não vou não. É ele é quem vai, o outro que ficou no lugar do T. (ex-secretário da Casa de Cultura). É."

Pesquisadora: "É ele que vai levar lá na Expominas?"

Entrevistada 1: "Vai levar lá na Expominas, se Deus quiser! Vai levar."

Anexo 5

Transcrição relato de vida: Entrevistada 2, comunidade de Cuiabá, Gouveia-MG, 03/11/2006

Pesquisadora: “Entrevista com **Entrevistada 2**, artesã de Cuiabá, que vai fazer pra gente agora o relato de vida dela e a relação com o artesanato. Fique à vontade.”

Entrevistada 2: “Você quer saber como é que eu aprendi a fazer o artesanato, é isso? A gente é de origem simples, né, origem de meio rural, nascemos e criamos na roça, não é verdade. E por sermos pequenos produtores, ou seja, da agricultura familiar, já tem toda uma tendência ao artesanato porque tudo que você produz já é automaticamente artesanal, mas ainda não é visto desta maneira socialmente. E a gente teve uma infância toda voltada a estes padrões artesanais, de brinquedo com barro, né, brinquedo com sempre-viva, já que somos de uma região é... própria da sempre-viva. E é assim que a gente vai crescendo, mas nunca sem saber o porquê que você se identifica com tais coisas. Porque da maneira que a gente foi criado, que não é diferente de hoje, com pais e mães disciplinadores que achavam imprescindível aprender a trabalhar cedo, as filhas mulheres tinham que entender de casa, cozinha, roupa lavada, né. Os filhos homens tinham que aprender cedo o trabalho da roça, do campo, e ... Mas eu sempre observava que eu sempre tinha uma noção, e o que mais me chamava a atenção era flores, além de flores, bordado, tecido, especialmente tecido. O tecido chama muito a minha atenção. E foi, a infância foi passando, né, você vai e entra na adolescência, fase em que você fica meio “maria vai com as outras”. Você já não sabe mais o que você quer ser: você quer ser artesão, você quer ser médico, professora. Aí você já não sabe de mais nada. Eu digo que aí começa um conflito existencial. Você é tudo, mas você não é nada, porque você não sabe o que você quer ser. É uma questão até de lógica, que muitas pessoas, como nós falamos ainda a pouco, fazem cursos e depois concluem e não é aquilo que eles querem. Crise existencial, própria da adolescência, quando você acha que sabe tudo, que já tem todas as respostas, e na verdade você está sempre se perguntando. E nessa brincadeira toda de crise existencial, eu observava que eu tinha um vazio, tinha alguma coisa na minha alma que era muito grande, eu sentia que era grande eu precisava fazer alguma coisa, e eu não sabia o que era, eu tentei estudar, não consegui adaptar a colégios, não conseguia adaptar à casa dos outros, sempre muito ligada à minha mãe, meu pai, minha família. Sempre tive aquele princípio familiar muito doutrinário, né, bem estritamente equilibrado, porque a família sempre para mim foi muito importante. Mas depois vai vindo na alma, eu observava que eu tinha alguma coisa que eu precisava de preencher e que eu não ia encontrar isso em escolas, não ia encontrar isso com ninguém. Era eu mesma que tinha que desvendar. Mas o quê que era? ... Também é aquela fase onde algumas pessoas até descobrem que tem dependência química, não é verdade? E comecei a trabalhar numa fazenda. E nessa fazenda o nosso chefe era um espanhol, uma pessoa muito vivenciada, com uma estrutura de vida muito grande, com base na Europa, né, e na América. Naturalmente ele tinha um padrão de vida bem inteligente, e nessas conversas ele foi me mostrando pontos da minha crise existencial: ‘Eu não acho que o seu papel é a agricultura, eu acho que o seu papel é o artesanato, é alguma coisa relacionada a você mesma’. Até me sugeriu que eu escrevesse um livro. De repente esse vazio seria preenchido com Letras, né. E aí eu comecei a ter aquela busca, comecei mesmo a acreditar que eu deveria escrever vários livros, até hoje eu ainda tenho isso na cabeça. Ainda penso em escrever alguns livros. Mas quando eu começava a escrever, eu escrevia, escrevia, escrevia e chegava um ponto, alguma coisa me dizia: ‘não, não é isso. Você pode até escrever, mas o seu negócio não é letras, ainda não é Letras’. E teve reforços espirituais para saber, né, o porquê disso, mas aí foi ficando cada vez mais difícil. Depois quando eu saí dessa fazenda, fui embora para Santa Luzia. Eu sempre observei que a minha vida é assim, ela é de..., como é que eu vou dizer (pausa), é num estalo. Se eu pensar eu não tomo uma decisão. Se eu não pensar, eu faço no impulso e aquilo tinha que fazer mesmo. Eu estava aqui na minha casa depois que eu saí dessa fazenda, um ano e meio de trabalho, e apareceu um tio meu pra buscar a minha irmã pra poder trabalhar com ele. E ele..., e a minha irmã não quis ir, e eu tava desempregada, e eu falei: ‘Eu vou com o Senhor’. E entrei no carro dele e fui embora, deixei mamãe aqui e papai, todo mundo aos berros e fui embora com ele. E cheguei lá eles trabalhavam com artesanato. Mas eles fizeram uma coisa comigo: eles me deixavam no apartamento deles, você entendeu, e não me deixava ir no local do artesanato. Então eu tinha que trabalhar, fazer a parte burocrática, a parte de, digamos assim, de contabilidade, despacho, etiquetas, arrumação do apartamento, comidas, mas a seção de artesanato não, eu não podia ir. Quando veio os apertos de Feira. Chega o final de ano, mês de maio, tem todo aquele alvoroço do comércio, e eles ficavam apertados, eu descia e começava a sugerir coisas novas nos arranjos e, como se diz, vencidos pelo cansaço começaram a me deixar a montar os primeiros arranjos. Ainda muito tímida, com medo que a filha deles era muito profissional, e criticava muito, tinha problemas, ela era surda e muita, então criticava severamente, de uma maneira menos descoordenada, porque ela não era uma pessoa normal, era uma pessoa especial, né. E aí eu observei que eles não me deixavam, então, agora já profissional, montando arranjos como ninguém, tinha toda uma noção já de montagem de arranjos, dos mais simples até os mais altos, mas a minha... Aí é que tá a coisa do vago espiritual, a minha tendência era a miniatura, não era o grande, eu não tinha nenhuma ligação com o belo, o extraordinário, aquilo que chama a atenção. A minha ligação espiritual era com os pequeninhos, era uma maneira de chamar a atenção das pessoas, olhando para o pequeno. E daí a crise existencial, você entendeu? O porquê que as pessoas precisam de tanto para observarem, para ver e encher os olhos. E o porquê que eu gostava tanto de coisas minúsculas: florinhas pequenas, arranjinhos pequenos, coisinhas pequenas. E aí o que é que aconteceu: eles trabalhavam os arranjos grandes e eu as

miniaturas. E era aí que era o charme das coisas. Porque eu era uma pessoa ansiosa, rebelde, rebelada, estabanada (risos). As pessoas achavam que eu era cigana, gostava de andar descalço, gostava de, sabe, de barulho, de gente falando, bagunça, muita alegria, de andar na chuva, gostava de coisas que as pessoas normais não faziam. E, e era aí que era o charme da coisa. Eu precisava de fazer alguma coisa muito pequena, como contornos em pintura, florinhas bem pequenas, que aquilo acalmava e me deixava menos... menos cigana, digamos assim, né. Mas aí eu observei que eles não me deixavam ir no setor de desidratação. Só que também quando o cliente chegava para comprar alguma coisa, e não tinha quem fosse no setor, eu tinha que ir no setor. E ali eu observava as coisas, a tática, as técnicas, a maneira como desidratava, essa coisa toda. E eu observava aquilo e curiosamente, é como se alguma coisa me falasse: olha para isso porque você vai precisar, olha para aquilo que você vai precisar. Então, aí depois eu faturei não quis trabalhar mais com eles, exatamente por ser cigano, não gostar de ficar presa com nada nem com ninguém e falei: eu vou embora, vou voltar para casa. E quando eu cheguei aqui na minha casa eu observei que eu tava pronta, e que o artesanato era realmente, como o espanhol falou, aquilo que eu vim aqui fazer. Montei uma desidratação aqui, no começo deu muito certo, vendi muito bem pra Bahia, Recife, São Paulo. Depois veio os problemas da vida, as questões de imperfeições comerciais, eu não tinha capital de giro, não tinha como me virar (ênfase) e acabei fechando as portas de novo! Me vendo sem o artesanato. Aí eu voltei para Belo Horizonte para receber o fundo de garantia, chegando lá uma senhora já bem de idade, o nome dela Dona Lilá, me chamou pra trabalhar com ela. E a proposta dela era assim: eu teria que montar todos os arranjos dela e eu só poderia vender desidratados. De novo, trabalhando com o artesanato, mas fora do artesanato. Essa foi uma das prestezas que a vida me impôs! Então o que é que acontecia: durante segunda a sexta eu e o Humberto, começávamos a..., fazíamos todo o nosso trabalho, e no sábado, na sexta, íamos na casa dela, montávamos os arranjos dela, belíssimos, com material nosso mesmo. Via, enchia os olhos e pensávamos: 'Puxa vida porque é que a gente não pode trabalhar com o aquilo que a gente faz', entendeu? E no domingo ia para Feira Hippie e expunha o material, que era os arranjos, que era criação nossa. Quando começou a dar certo, esse meu tio com quem eu aprendi a trabalhar, percebeu que eu ia crescer, denunciou na Prefeitura e aí a senhora teve que tirar a gente. Então assim, foram etapas e etapas que a gente, artesãos, se viu fora do artesanato. Aí, uma senhora do Jaraguá, Lourdes, nos chamou para trabalhar com ela. Mas assim: ela consignava nossos produtos. A gente montava os arranjos e ela levava pra Feira. O arranjo custava cinco, ela vendia por dez, quer dizer. A maneira como ela ia vender não nos interessava, mas ou pegávamos ou largávamos, ou tínhamos que voltar pra trás porque não tinha como morar em Belo Horizonte, não tínhamos emprego, o que sabia fazer era o artesanato. Topamos também, trabalhamos com a Lourdes um ano. Aí ela aposentou, saiu da Feira. E existe um egoísmo na área artesanal. Além da gente ser sozinho, não ter verbas, não ter incentivo fiscal, não ter incentivo de governo, essa coisa toda. A gente é, todos nós artesãos, somos fechados, somos sozinhos. E, as oportunidades estão na mão de pessoas que não são artesãos! É o caso da Feira Hippie em Belo Horizonte, a maioria lá não são artesãos, não produzem o que vende. E galeria de arte, essa coisa toda, não está na mão de artesãos, está na mão de terceiros, que é quem de fato ganha com o produto. Existe um egoísmo. Eles sabem que não sabem fazer e limitam o artesão ao zero. Porque se o artesão aparecer ele vai trabalhar mais, não é? Se o artesão tiver como montar uma loja, como é que ele vai ganhar, ele não sabe fazer, não é verdade? Pra artesanato não exige ferramenta, é a mão do cidadão, pronto acabou. Aí, a Lourdes saiu e entregou a barraca na Feira. Poderia ter falado: olha, então você fica com o meu espaço, né. Não. Entregou a barraca pra Prefeitura e nós ficamos de novo zerados. Apareceu outro rapaz da Guanabara, nos chamou pra trabalhar com ele também na demonstração. Aí topamos. Seis meses depois ele brigou com a gente, disse que não ia trabalhar na Feira mais. Acho que era dependente químico. Ele tava cansado, tava saturado, deixou a gente também. E nessa brincadeira a gente teve três pessoas que nos ajudou muito, que foi uma senhora que tem uma loja no Mercado Central, Dona Ruth, Helenice e o Anamar que nos ajudaram muito. E a gente assim: sempre fazendo o melhor do artesanato, mas é como se o preço era não aparecer, sabe! E toda vez que a gente tentava um caminho, aparecia alguma coisa e parava a gente. Aí, nessa brincadeira toda: sofre daqui, sofre dali, levanta daqui, cai ali, tal. Foi quando nós começamos a... encontramos uma senhora, uma moça que chama, uma senhora, que chama Dona Mariquinha, ela começou a nos levar pra Feira também. Em seguida ela não pode mais expor com a gente. Eu encontrei uma moça, que num dia de chuva pegou o meu material, botou na barraca dela e nunca mais nos abandonou, Maria. Hoje ela mora em Uberlândia. E depois que a Maria foi embora, ela foi embora pra Uberlândia pra fazer universidade lá, o irmão levou embora, ficamos de novo, sem lugar de trabalhar o artesanato! Então tem toda uma história. Quando chegamos no, ficamos sem posto, aí sim, sem lugar mesmo pra trabalhar, encontramos uma tal de Juraci, que também nos levou pra Feira. Essa, nós trabalhamos com ela durante dois anos. Depois ela também foi embora pro Rio. Começou a ir e vir pro Rio, a Prefeitura começou a não aceitar o seguro. Ela entregou a licença na Prefeitura e não nos deixou trabalhar no lugar dela. Então é como se fosse assim, um preço que você tem que pagar! Só agora em 2005, que uma senhora lá da Feira Dona (pausa) Isabel, com dó de ver aquele sobe e desce, aquele delta, cai, deita, é que nos chamou. Ela tava indo lá pra a América do norte, e decidiu passar a credencial dela pra gente. Então, aí a gente ficava assim, no suporte dela: na ausência dela, a gente assina, e na presença dela, ela assina. E ela entrou com direito na Justiça. Entrou com advogado. A gente não sabe porquê que ela fez tanto por a gente. Entrou com advogado contra a Prefeitura, ganhou a causa e passou a licença pra gente. E só agora a gente tá podendo trabalhar de fato como artesão, na feira, você entendeu, com a barraca da gente, pode dizer que é da gente. E, poder aparecer de fato graças à Dona Isabel e esses recursos que ela entrou na Justiça. Mas até provar que a gente é artesão, nós sofremos muito! E o curioso é que a gente trabalha com biscuit, né, EVA, fruto seco, tupiaria, material de cerrado em geral, né, e o dom que a gente tem de descobrir características novas para o artesanato. Porque existem pessoas que vão se limitando, trabalham só com uma coisa, uma coisa, uma coisa. E com a gente não, a gente é assim: é... tudo o que você vê de novo,

você cria alguma coisa. E o curioso é que, nessa brincadeira, todos nós ficamos um pouco artesãos. Então, é um dom de família. Porque, eu aprendi, eu aperfeiçoei, com certeza eu já tinha o dom. Aperfeiçoei com meu tio, que já fazia e fazia muito bem, na questão de pintura e flores, por exemplo, ele era o pioneiro no mercado mineiro. E aperfeiçoei com ele, mas depois meus irmãos todos vieram em consequência, ficando também artesãos. Aí eu me pergunto: será que eles aprenderam comigo ou será que o dom é deles mesmos. O Humberto, por exemplo, o Humberto é um profissional extremamente arrogante na questão da montagem. E aí que é um curioso de falar que a gente nasceu com um dom. A gente não aprendeu na faculdade, não aprendeu numa escola, não aprendeu com meu tio. Porque o Humberto cria toda a área grande, toda a decoração grande, a decoração ambiente, arranjos de coluna, cantoneiras, mesa e etc. E tudo que ele fizer grande eu consigo fazer miniatura, pequenininho, porque a minha área é a miniatura. E o Adelmo, é quem, como se diz assim, fareja. Ele vê tudo, tudo o que é do cerrado, tudo o que é do artesanato, grosso, rústico, ele bate o olho e fala: 'Entrevistada 2 isso aqui vai virar isso e aquilo e aquilo outro'. Aí ele transforma a matéria, o Humberto monta a parte grande e eu monto a miniatura. Aí vem a Ilza, que também você pode falar assim com ela, é... 'eu quero um arranjo assim e assim'. Ela consegue montar exatamente, exatamente como você está pedindo. E além do mais: craque na vela. E nessa brincadeira todo mundo ficou um pouco artesão. Só que aí eu tive que voltar pra cá, de novo, por causa da minha mãe. E comecei também a plantar flor. Porque a minha tendência é fazer flor, planta flor, né! E que acaba. Mas, só o que acontece: eu gosto das flores, amo as flores, mas eu escolho sempre as que são aproveitadas para o artesanato. Porque quando a gente começa o processo de desidratação, algumas até universidades brigaram com os artesãos em geral alegando que a gente tava matando a natureza. É isso que a gente gostaria de dizer pra Ibama, IEF, sociedade em geral: o artesão, ele pega o que a natureza não quer mais, ela não precisa mais, transforma, colore e volta para a mesa do cliente, né, por assim dizer. Porque a natureza, por exemplo, as folhas: elas ficam verdes, bonitas, mas chega um tempo que é o outono, ela não quer mais aquelas folhas, ela precisa de folhas novas. Ela quer ficar bonita, porque todo mundo quer ser bonito. Então ela joga aquilo fora. Nós pegamos essa folha velha, desidratamos, conseguimos só o (pausa) o esqueleto da folha e montamos flores e colorimos da cor que nós achamos que tá bonito, transformamos em arranjo e levamos para a mesa das pessoas. Estamos estragando a natureza? Não. Estamos devolvendo ao homem aquilo que a natureza não quer mais ou que a natureza, ela é..., bem... quem vive com ela, quem trabalha com ela, quem é artesão. O artesão é por natureza ecológico. Ama aquilo que dá a ele o sustento! O nosso caso, em artesanato com flores em geral e o próprio artesanato rústico. (pausa) Eu vejo hoje o pessoal que mexe com artesanato em madeira, que é hoje um mercado, né, visto, sofrido com fiscalização. Eu gostaria muito que o Ibama, o IEF, todo mundo, avaliasse o artesão. Ele é sozinho, ele não tem verba, ele não tem capital de giro, e ele é protetor da natureza. É muito mais fácil um artesão proteger a natureza do que o próprio Ibama! É muito mais fácil o artesão proteger o cerrado do que o IEF! Porque, eu garanto isso, pelo seguinte, é a nossa sobrevivência. Se nós matamos uma árvore, nós não temos folha para trabalhar. Se nós matamos um canteiro de sempre-viva, com o quê nós vamos ganhar nosso dinheiro, não é verdade? Então é assim: eu concordo com o trabalho deles, é um trabalho bom, excelente, mas tinha que ser tudo planejado, de comum acordo, exatamente para que o artesão não morra no anonimato, né. São 'n' os artesãos que estão mortos no anonimato, que trabalham, sabem fazer e entregam para feirantes vender ou que entregam para lojistas vender. E o pobre do artesão está morto. Agora, é uma maneira, é um comércio (pausa) não é rentável ao ponto de enriquecer ninguém, mas todas as pessoas que vivem do artesanato vivem bem, graças a Deus. E é hoje socialmente uma das grandes fontes de renda, né. Eu acho que, na questão do programa Fome Zero, quanto antes eles adotarem a política do artesanato em família, eu acho que é muito mais viável que o bolsa-família. Eu acho que ensinar, ajudar o artesão a aparecer, ajudar o artesão a trabalhar o dom dele, é muito menos fome do que o oitenta reais por mês do bolsa-escola, do bolsa família, não é verdade. A gente tá encantado de ver pessoas que tem dons, que podem trabalhar, poderiam tá bordando, tá tecendo, tá fazendo artesanato com flores, com bonecas. A gente tem visto a beleza do artesanato de palha, né. Palha que no passado jogava fora, sabugo que no passado jogava fora. Hoje está transformada em lindíssimas bonecas, flores bonitas, e etc e tal, bolsas chiques para andar em shoppings, né, e etc e tal. E que poderia ser renda para essas famílias. De uma maneira coordenada, de uma maneira equilibrada, fazendo feliz a pessoa que tem o dom e ajudando outras pessoas. Ah, não, passa certas humilhações, certas necessidades. Eu chamo de humilhação você ter que ganhar um auxílio, e não poder trabalhar com aquilo que você sabe fazer, não é verdade? E que cada comunidade que tem um artesão, ele pode tirar, acabar com toda a fome daquela comunidade ensinando aquilo que ele sabe, que é nato, é dom de Deus, só ele conhece, só ele sabe, ele não tem como passar num quadro, não tem como passar para, né, em público. Como um professor que ensina, como um médico que faz a clínica dele. Ele tem o dom na mão, onde ele for ele pode tá sanando fome e miséria. Mas isso é um dom. É apenas, são apenas dons e que quase ninguém reconhece, e quase ninguém ajuda, os governos não incentivam. Não existe uma política de incentivo, não existe uma política de... de... humanitária, por assim dizer, eu diria uma política humanitária. Porque, de qualquer forma cada um sofre. Não sei se você lembra, uma vez que eu te disse de um senhor que trabalhava com pedra mineira, né, não sei se ele é vivo ainda, mas ele dava toda e qualquer forma na pedra mineira, em qualquer pedra, até mesmo na pedra, pedra bruta e um senhor do Mangabeira pegava os produtos e levava para Europa. Então aquelas peças que ele entregava por, na época, por cinquenta, cem reais, a gente sabia que era vendido por cinco, dez mil dólares fora do Brasil. Então quer dizer...eu acho que (pausa) eu acho que a melhor coisa que eu sei fazer é o meu artesanato. Eu até tenho vontade de voltar para a escola, fazer jornalismo. Mas, eu acho que não saberia viver sem o meu artesanato. Eu não saberia viver sem as minhas flores, sem os meus mapas, sem a minha bagunça, sem a minha pintura no gesso, sem a minha pintura, sabe, rústica, barroca, sei lá. E que quanto mais eu fico aqui sem fazer, mas eu me sinto regredindo. Então é isso aí..."

Pesquisadora: "Está certo, obrigada."

Entrevistada 2: "Tá bom?"

Pesquisadora: "Está ótimo!"

Entrevistada 2: "Mas é uma história, essa vida, já teve uns caras aqui que ensinavam, encarregados dados e donos de um rabino, chegavam e humilhavam (risos), era muito engraçado. Agora o engraçado é que todo artesão tem a mesma história, sabe. Sempre teve aqui: agora eu vou, aparece alguém e avacalha. Menina...sabe. E, todos nós! Você pode pegar por artesão que você vai ver. Quando eu pensei que eu ia começar a trabalhar mesmo e mostrar o meu trabalho, aconteceu alguma coisa ruim e que me tirou de série! E no caso, por exemplo, das Prefeituras, né, hoje existe comércio com a Prefeitura de Gouveia, que tentou fazer a Casa da Cultura, mas é tudo visando o interesse deles. No artesanato, só pode fazer alguma coisa quem sabe fazer aquilo. Não adianta eles escolherem lá um secretário, que é amigo pessoal do Prefeito, se o cara não tem dom, ele não conhece, ele não sabe."

Pesquisadora: "não tem visão, não sabe, né."

Entrevistada 2: "Ele não sabe, né. E quem tá dentro é que sabe do quê que se trata. E no caso da Prefeitura de Belo Horizonte, onde é que mais incentiva o artesanato, é a Prefeitura de Belo Horizonte, sempre foi. Desde a Praça da Liberdade até hoje, prefeito que tava era Pimentel. São eles é o que mais incentivam. Acho que dentro do estado, acho que dentro do Brasil, é a Prefeitura que sempre incentivou o artesanato é a Prefeitura de Belo Horizonte. E, tanto que a Feira é chamada de shopping, né, o maior shopping a céu aberto da América Latina com tudo do artesanato. Sabemos que tem industrialização? Tem. Nós dois sabemos que o sapato lá não é artesanal, não é artesanato mais. Nós sabemos que empresas grandes investe lá. Nós sabemos que a área de flor, é... nós trabalhamos, nós fazemos e entregamos para outros vender. Pessoas que não sabem fazer, e não conhecem, mas acham que dá lucro, compram na nossa mão e fazem, e vendem. Mas, existem estes pequenos incentivos. É ela quem incentiva mais. Mas existe uma política por trás daquilo ali, que é a política do quem dá mais: quem tá tá, quem não tá não entra! E eles não conseguem dimensionar que os verdadeiros artesãos estão no fundo de quintal. E eles não estão lá dentro! Tá lá dentro são pessoas que não precisam daquilo lá mais. São velhas que já formaram, já criou família, filho já formou pra advogado. Sei lá, já fizeram universidade tirado dali, e que hoje não tem como mais mexer com aquilo. Poderia a Prefeitura fazer um recadastramento, cassar os artesãos e dar esse lugar a estas pessoas. Também poderiam dizer assim: Ah, mas isso é preconceito ou uma maneira de tirar a terceira idade da jogada! Não é. Faz parceria: um artesão novo e um artesão da terceira idade. Taria todo mundo vivendo bem, nós viveríamos bem, nós mais jovens. E ajudariamos eles a ser felizes, ensinando... e outra coisa: são todos limitados. Já fazem aquilo que aprenderam a 30, 40 anos atrás. E não aprendem mais nada novo, não buscam nenhuma técnica nova. Aquilo que sabem é fundamental? É, mas não ensinam para ninguém. Daqui a pouco essa gente morre, os filhos não vai fazer isso porque todos já formaram e formaram bem. Então é uma maneira de ver. São políticas erradas e que vai matando um jeito que dá para sobreviver muito bem e dá para todos os nossos amigos de Feira, os da nossa idade ou mais velhos do que nós dez, doze anos, pois todos os filhos hoje estão formados em universidade, são policiais federais, são... estão todos bem tirados da onde, dentro da Feira. O meu caso, eu hoje eu não ganho tanto com o artesanato por estar aqui e limitado à amostra. Aquele dia que eu tava lá em Gouveia, com aquelas flores, quase que eu vendi a flor toda em Gouveia. Você acredita nisso? Por causa de finados. Eu esqueci do finados. Então quando o pessoal chegou, e sabe aquelas que tavam coladas no carro... começaram a chegar as mulheres: Ah, me vende um galhinho desses pra mim levar lá pro cemitério. Chegou uma, quando ela passou lá na rua, chegou duas. Passou lá na rua com uma..., e foi chegando e eu fui vendendo. Então quer dizer, mas se eu ficar aqui a vida inteira eu não tenho como não ficar, eu preciso de campo e de espaço para guardar, não é verdade? Quer dizer que eu só fico limitada, eu não tô. Porque aqui eu também faço! Mando para Belo Horizonte e os meninos vendem lá. Mas precisa de políticas, bem feitas, de políticas... A prefeitura de Belo Horizonte, que é a maior incentivadora do artesanato, ela precisa de mapear, recadastrar, e colocar à tona aquilo que de fato acontece. Porque o artesão sofre, viu!"

Pesquisadora: "Imagino".

Entrevistada 2: "E a mesma, digamos assim, é a mesma luta que é para fazer de primeira série até o último ano universitário, é a mesma lida. Porque quando você vai aprender a ser médico você tem que ir na escola. Quando você nasceu sabendo alguma coisa, você não tem que ir na escola, você já sabe, mas como é que você vai tirar isso para fora? (pausa) Só aí eu fui entender o porquê que existe tanto aquela palavra 'Cultura e educação andam juntas'. Às vezes as pessoas falavam você tem que estudar, a pessoa tem que ser culta. Mas pra quê, isso é desnecessário, você é estabonada, isso é bobajada, coisa de política de governo. Hoje eu entendo. Se eu não tivesse descobrido o meu dom, talvez eu poderia ter entrado por uma outra estrada. E eu observo a partir de mim quanta gente não se desvia por ter um dom nato e não conseguir trabalhar! Ou a própria pessoa, quando você é alguma coisa e não consegue o seu objetivo, você se frustra e aí a tendência a viver pro mal. E hoje eu sei que é através do meu trabalho, eu já crio a minha filha dentro dele, né. E que eu não tenho necessidade de trabalhar pra ninguém. E que a condição de vida dela já é muito melhor do que a minha. Aí podem dizer assim: 'Ah, mas você mora com seus pais! Não, é verdade. Mas eu também tenho o meu... a minha casa em Belo Horizonte, eu tenho o meu carro em Belo Horizonte. E são coisas que... E outra coisa: são coisas que eu levei anos para adquirir dentro do artesanato e que ela já tem pronto. Então a qualidade de vida não vai ser melhor? Muito melhor. Ela não vai poder fazer universidade? Vai, só não faz se não quiser. Porque já venho estruturando. E graças a um dom que Deus me deu, uma maneira dela viver melhor e ser melhor do que eu. E é essa é a nossa técnica com os filhos. Porque os meus avós foram de um jeito, os meus pais foram de outro, eu sou de outro, e os meus filhos... sempre notando que todo mundo vai melhorando. Essa é a nossa tendência, é melhorar. Avô é bom, pai já foi melhor, filho vai melhorando mais, e neto vai melhorando..., não é? Porque é para isso que nós estamos aqui, é isso que tem que existir. A tendência do ser

humano tá sendo cada vez melhor, prova disso é a área de informática. Quanto mais o cara mexe com computação, mais ele aprende, mais ele se torna melhor. Ai o quê que acontece: olhando pelo mundo da informática, você observa que se a Terra conseguir todo o objetivo da informática, de informação, de beleza, disso, daquilo, tal. Quando você vê todo um programa de computador, perfeito, e que você pensa que foi um homem que criou, essa inteligência veio de algum lugar! Dizem que a Terra é uma cópia barata, mas que ela vai atingir, né. Eu, de fato.... quando você olha pelo ângulo de computação, você observa, o que de bom que nós vamos ser daqui 'x' anos. E que os nossos filhos e os nossos netos é quem vai botar a mão nessa, nessa coisa boa toda que envem por aí. E aí é que tá: cada tempo traz a sua melhora. E se pode melhorar porque que nós temos que deixar os nossos filhos bandidos? Melhorar depende de cada um de nós, não é verdade?

Anexo 6

Carta 'Choque de gestão para o equilíbrio das contas do município' repassada pela Prefeitura Municipal de Gouveia em dezembro de 2006

CHOQUE DE GESTÃO PARA O EQUILÍBRIO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO

O MOTIVO QUE NOS LEVOU AO CHOQUE DE GESTÃO

O QUE É CHOQUE DE GESTÃO

MEDIDAS QUE VAMOS TOMAR NO CHOQUE DE GESTÃO

POR QUE GASTAMOS E ONDE GASTAMOS

POR QUE GASTAMOS?

Porque serviços essenciais se faziam necessários e gastamos muito procurando atender ao nosso povo. Os problemas surgiram e as decisões estão sendo tomadas de maneira imediata; e cada um precisa dar sua parcela de contribuição. Realizamos muito: "*QUEM FAZ, GASTA*".

ONDE GASTAMOS?

Gastamos com obras, serviços, contratos, convênios, etc. E esses gastos foram com recursos próprios. Citarei alguns como exemplo: ponte passagem de Alfredo, calçamento e meio-fios em 08 ruas do Bairro São Lucas, calçamento e meio-fios em Cuiabá, construção de 10 cômodos para telefones rurais com instalação elétrica, abertura de 03 ruas: 02 no Bairro Recanto da Mata com esgoto e asfalto e 01 rua asfaltada no Bairro Eldorado, construção do mirante de água potável, eletrificação no cemitério, contra-partida em obras da Vila: praça e 08 ruas asfaltadas, com meio-fios, aquisição e instalação de 25 mata-burros, ampliação e reforma da creche, secretaria de saúde e laboratório municipal, reforma e pintura em todos os prédios públicos na cidade e zona rural, gasto com iluminação pública, extensão de rede, preparo e manutenção do aterro controlado do lixo, contra-partida com a construção das casas do conjunto habitacional, calçamento com pedra mineira na saída para Belo Horizonte, contrato com o IEF para plantio de 5.000.000 de mudas de eucalipto, gastos com estudantes do ensino superior, gasto com o Curso Técnico e Auxiliar de enfermagem, curso preparatório para vestibular à estudantes, plantão médico, inúmeras represas e tanques para peixe nas comunidades rurais, apoio com gastos nas extrações de pedras, serviços pequenos no dia a dia. Gastamos com aquisição de micro-tractor, Fiat Uno, Astra, com uma patrol mais nova; funcionários que são cedidos para APAE, Lar dos Idosos, Pastoral da Criança, ONG Caminhos da Serra, Escolinha do Aduato, Conservatório de Música, etc. Gastamos com festas e ornamentações, seminários, capacitação, Plano Diretor, Fórum Turismo, Biodiesel, contratação de pessoal, veículos, transportes pesados, caminhões e carregadeira; benefícios diretos à população, que são atendidos diariamente, como por exemplo: reforma de casas, pinturas, transporte pelos nossos veículos, remédios, combustível, passagens, internações, casa de apoio em BH para pacientes necessitados, etc. Um dos nossos maiores gastos é com o INSS, exatamente R\$842.370,62. Pela primeira vez na história da administração pública os funcionários são respeitados e valorizados e têm seus direitos assegurados. Gastamos no ginásio poliesportivo, Telecentro (Internet de graça), no Estádio Carlos Murilo, etc. Esses são os motivos que nos levaram ao Choque de Gestão. Gastamos aproximadamente R\$1.800.000,00 com recursos próprios. "*QUEM NÃO FAZ, NÃO GASTA*". O nosso próximo desafio é o equilíbrio das contas municipais e precisamos da compreensão de todos.

O QUE É CHOQUE DE GESTÃO?

É uma medida responsável, porém drástica, que se toma para alcançar um objetivo. Equilíbrio das contas municipais, saldar nossos compromissos para continuar crescendo.

MEDIDAS QUE VAMOS TOMAR NO CHOQUE DE GESTÃO:

- TAC Termo de Ajustamento de Conduta: O Ministério Público nos obrigou a realizar o concurso público. Consequentemente a proibição de contratar sem ser concursado. Ressalvando o PSF e funções essenciais; redução nas horas extras, gratificações, redução de 20% nos cargos de confiança, inclusive Prefeito e Vice-Prefeito, redução dos números de carros contratados, suspensão do contrato da carregadeira, redução de 20% no valor dos carros contratados, redução dos gastos de energia, água e telefone, redução dos gastos com festas e ornamentações, contratos, empréstimo de veículos para transporte de qualquer natureza, etc.

Vamos continuar trabalhando com a mesma seriedade, embora com menos recurso. Esperamos alcançar nossos objetivos o mais breve possível e contamos com a compreensão de todos para continuarmos trabalhando e manter o desenvolvimento da nossa cidade com a seriedade da nossa administração municipal.

Administrar com competência é diagnosticar os problemas com antecedência e agir com responsabilidade, tomando atitudes mesmo que estas tenham que ser drásticas.

ATENCIOSAMENTE,
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Prancha 01



Foto 1. Linha de produção de bonecas - cones de linha.



Foto 2. Produto final - Linha Cones, modelo Festivas, Empresa Bonecas do Brasil.



Foto 3. Linha de produção de bonecas – cabaças



Foto 4. Produto final – Linha Cabaças, modelo Carolas, Empresa Bonecas do Brasil.



Foto 5. Show Room Salão do Encontro, Betim – entrada principal.



Foto 6. Show Room Salão do Encontro, Betim - artigos em cerâmica e argila.



Foto 7. Salão do Encontro, Betim – espaço educativo.



Foto 8. Salão do encontro, Betim – mini-teares.



Foto 9. Salão do Encontro, Betim – Tear para produção de colchas.

Prancha 02



Foto 10. Salão do Encontro – setorização e organização da matéria-prima.



Foto 11. Salão do Encontro – reaproveitamento dos retalhos e resíduos da tecelagem.



Foto 12. Salão do Encontro – bonecas de pano.



Foto 13. Salão do Encontro – artigos de marcenaria, linha de móveis rústicos.



Foto 14. Salão do Encontro – artigos de cestaria.



Foto 15. Salão do Encontro- esculturas em barro e argila



Foto 16. Flor do Cerrado – aula de cosmética com grupo de mulheres.



Foto 17. Flor do Cerrado – Linha de cosméticos e produtos.



Foto 18. Flor do Cerrado – Grupo de Mulheres de São Gonçalo do Rio das Pedras.

Prancha 03



Foto 19. Mãos de Minas – artesanato do Vale do Jequitinhonha.



Foto 20. Mãos de Minas – artigos em cerâmica e pedra-sabão.



Foto 21. Degradação ambiental em Gouveia, conseqüentes da mineração.



Foto 22. Vista aérea da Fábrica de Tecidos São Roberto, Gouveia-MG.

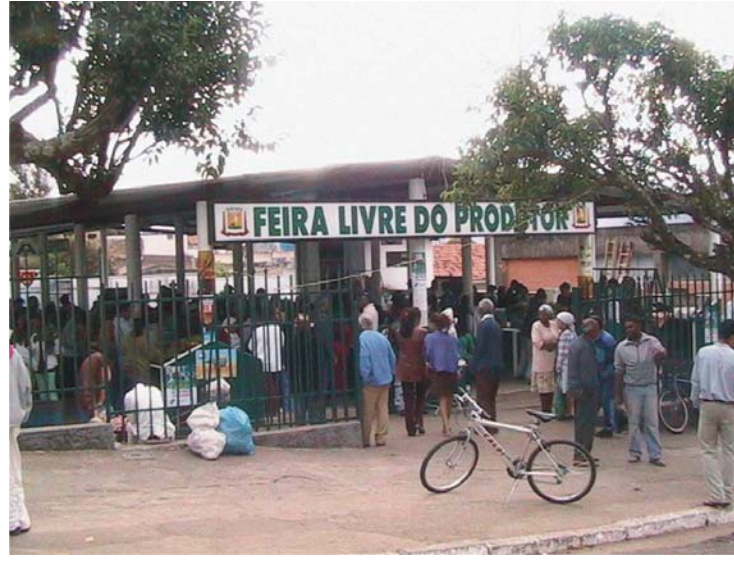


Foto 23. Feira Livre do Produtor, sede de Gouveia - entrada.



Foto 24. Feira Livre do Produtor, produtos agrícolas comercializados.



Foto 25. Feira Livre do Produtor, produtos agrícolas da comunidade de Cuiabá.



Foto 26. Voçorocamento e erosão concentrada, Gouveia-MG.



Foto 27. Cultivo do alho, comunidade de Cuiabá.

Prancha 04



Foto 28. O beneficiamento do alho, comunidade de Cuiabá.



Foto 31. Arranjos com flores secas, artesã da comunidade de Cuiabá.



Foto 34. Loja de Artesanato – arranjos florais, artesã da sede.



Foto 29. Exposição Kobufest – Bolsas e artigos em palha, comunidade de Espinho.



Foto 32. Loja da CENAP – tapetes arraiolos e artigos diversos, sede de Gouveia.



Foto 35. Casa de Cultura – bordados e panos de prato, artesã da sede de Gouveia.



Foto 30. Exposição Kobufest – oratórios em cabaça, artesãos da sede.



Foto 33. Loja de Artesanato – casal cowboy em palha, artesã da comunidade Fazenda Requeijão, Gouveia-MG.



Foto 36. Casa de Cultura – bolsas de palha e artesanato com bucha vegetal, artesãs de Espinho e Fazenda Requeijão.

Prancha 05



Foto 37. Casa de Cultura – sempre-vivas e artigos diversos, artesã da sede de Gouveia.



Foto 38. Casa de Cultura – artesanato em pintura de gesso, artesã da sede.



Foto 39. Casa de Cultura – bordados e peças em fuxico, artesã da sede.



Foto 40. Exposição Kobufest – produtos agrícolas, comunidade de Cuiabá.



Foto 41. Exposição Kobufest – picles e temperos em conserva, comunidade de Cuiabá.



Foto 42. Decoração externa Kobufest 2005 – “Maria fumaça”.



Foto 43. Visão panorâmica Kobufest 2005, Gouveia-MG.



Foto 44. O filtro de Cuiabá (ainda não concluído).



Foto 45. Vista panorâmica, Cuiabá (à esquerda) e sede de Gouveia (à direita).

Prancha 06



Foto 46. Aspecto externo das casas da comunidade de Cuiabá.



Foto 47. Visão da rua principal da comunidade de Cuiabá, com visualização da Igreja ao fundo.



Foto 48. Escola Municipal Francisco Dória A. Pereira, comunidade de Cuiabá.



Foto 49. Mulheres de Cuiabá: à direita Matriarca da família Dória.



Foto 50 Agricultura Familiar, comunidade de Cuiabá.



Foto 51. Cultivo de flores para confecção de arranjos, comunidade de Cuiabá.



Foto 52. Artesã de Cuiabá e o artesanato em flores secas e biscoit.



Foto 53. Arranjos florais, artesã de Cuiabá.



Foto 54. Arranjos florais, artesã de Cuiabá.

Prancha 07



Foto 55. Escola Municipal da Vila de Pedro Pereira, que atende a comunidade de Espinho.

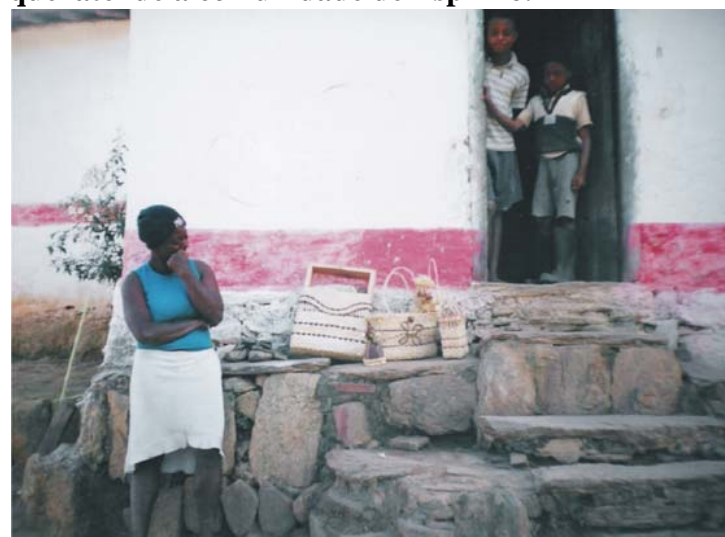


Foto 56. Artesã de Espinho, seus filhos e o artesanato em palha de milho.



Foto 57. Aspecto externo das casas da comunidade de Espinho.



Foto 58. Mulheres de Espinho e o artesanato em palha.



Foto 59. Agricultura familiar, comunidade de Espinho.



Foto 60. O fazer artesanal dos artigos em palha, comunidade de Espinho.



Foto 61. Moradora mais antiga de Espinho.



Foto 62. Artesanato em palha, comunidade de Espinho - bolsas, garrafas e cestas.



Foto 63. Artesanato em palha, comunidade de Espinho, produtos diversos.

Prancha 08



Foto 64. Festa do caboclinho, comunidade de Espinho, apresentação Kobufest.



Foto 65. O samburá



Foto 66. Muro de pedras construído pelos escravos (sede de Gouveia)



Foto 67. Entrada da Loja Tuca Flores, artesã de Cuiabá.



Foto 68. Interior da Loja Tuca Flores, artesã de Cuiabá.



Foto 69. Mercado Velho de Diamantina – artesanato com capim dourado, comunidade de Capão Maravilha.



Foto 70. Mercado Velho de Diamantina – bordados diversos, ASSART.



Foto 71. Mercado Velho de Diamantina – sempre vivas e outros produtos, comunidade de Galheiros.



Foto 72. Mercado Velho de Diamantina – artigos de tapeçaria, ASSART.

Prancha 9. Fotos 73 a 75



Foto 73. Vista área da entrada do município de Gouveia

À esquerda tem-se o sentido para a cidade de Diamantina em oposição ao sentido oriental da localização da capital mineira, Belo Horizonte. No sentido noroeste da foto, tem-se a entrada para o município de Gouveia e a sudeste encontra-se o sentido para a estrada que leva à comunidade de Cuiabá. O local, conforme informações dadas pelo prefeito vigente em Gouveia, a partir de um projeto de reativação cultural será conhecido como Praça do Comércio, em que eventos culturais associados a um espaço para a divulgação artesanal do município ocorrerão de modo regular durante os finais de semana, aproveitando a integração da praça com o percurso feito pelos turistas e visitantes que se direcionam à cidade de Diamantina.



Foto 74. Vista aérea da porção central da sede de Gouveia, próxima à Igreja Matriz e à casa de Cultura, principal localização dos eventos culturais do município hoje.



Foto 75. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) de Gouveia